DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA
REVISÃO E REDAÇÃO

SESSÃO: 235.3.53.O

DATA: 09/09/09

TURNO: Vespertino

TIPO DA SESSÃO: Ordinária - CD

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 14h

TÉRMINO: 19h57min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

Obs.:

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ata da 235ª Sessão, em 09 de setembro de 2009

Presidência dos Srs. .....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

ÀS 14 HORAS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Michel Temer

Marco Maia

Antonio Carlos Magalhães Neto

Rafael Guerra

Inocêncio Oliveira

Odair Cunha

Nelson Marquezelli

Marcelo Ortiz

Giovanni Queiroz

Leandro Sampaio

Manoel Junior

I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 323 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II - LEITURA DA ATA

O SR. MANATO, servindo como 2° Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Passa-se à leitura do expediente.

O SR. MANATO, servindo como 1° Secretário, procede à leitura do seguinte

III - EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Finda a leitura do expediente, passa-se ao

IV - PEQUENO EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lael Varella.

O SR. LAEL VARELLA (DEM-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, um investimento maior na educação, especialmente na sua melhor qualidade, vem produzindo bons frutos no combate à criminalidade. Assim, ao ampliar o turno de escolas encravadas em favelas cariocas, um programa da Prefeitura dá nova perspectiva a crianças que ficavam ociosas e expostas à criminalidade

Acaba de ser lançado pela Prefeitura do Rio de Janeiro programa que promete oferecer a essas mesmas crianças novas perspectivas de vida, afastando-as de um cotidiano violento.

Segundo matéria de Monica Weinberg, publicada na revista *Veja*:

> *"Nesse programa, a educação é o 'poder paralelo'. O Escolas do Amanhã abrange 73 favelas, 150 escolas, 108.000 alunos. Um de seus pilares é a adoção do turno integral, que mantém as crianças no colégio por sete horas e meia — quase o dobro do turno normal. Não se trata da primeira iniciativa que amplia a jornada de estudos em escolas brasileiras. Tampouco é a primeira vez que isso ocorre numa favela. Mas o Escolas do Amanhã também se destaca por sua ênfase na qualidade de ensino. Em outras palavras, sua filosofia é a de que não basta manter os alunos dentro dos muros do colégio — é preciso ensiná-los de maneira efetiva. Assim, cursos adicionais como xadrez, música, dança e mecânica serão ministrados nas horas extras — sempre que possível,*

estabelecendo ligações com o currículo regular. Mais importante, contudo, é o fato de que, no novo turno, os estudantes passarão a receber reforço escolar, emergencial num contexto em que muitos não sabem sequer ler. E ainda serão supervisionados, sempre que necessário, na lição de casa. 'Num ambiente tão adverso, todo o esforço é para fazer com que as crianças gostem da escola e não abandonem os estudos — uma tentação permanente', diz a Secretária de Educação, Claudia Costin.

Monica Weinberg cita exemplos.

"Logo de saída, o programa promoveu avanços consideráveis na rotina de crianças como Lorrayne Pereira, 11 anos, e Jennifer Peixoto, 13, ambas moradoras da favela Cidade de Deus. O que elas costumavam fazer no tempo livre? 'Via muita televisão', conta Lorrayne. 'Ficava perambulando por aí. Quando ouvia barulho de tiro, voltava correndo para casa', completa Jennifer, que passou a preencher seu tempo de forma bem mais produtiva. Sem um adulto por perto, nenhum estímulo para os estudos e sob pressão para ganhar dinheiro, muitas dessas crianças ingressam precocemente no mercado de trabalho, quando não no tráfico de drogas da favela onde moram. Não dá para

esperar que um programa desse tipo se encarregue de eliminar problemas tão enraizados na própria pobreza. A experiência mostra, porém, que sempre que se dão a essas crianças alternativas para que façam bom uso do tempo ocioso, os índices de evasão escolar despencam".

A matéria de VEJA ouviu o articulista e especialista em educação, o economista Claudio de Moura Castro: 'Projetos como esse, implantados em áreas de violência, ajudam a manter as crianças na sala de aula, o que já é um grande mérito'.

Mais difícil é fazê-las aprender. Em muitas das escolas brasileiras que adotaram o período integral, o resultado foi pífio. Ocorreu, por exemplo, com os CIEPs, espalhados no Estado do Rio de Janeiro nas décadas de 80 e 90, e com outras escolas de princípio idêntico, só com nome diferente. Caso dos CIACs, da era Collor, e dos CEUs, estes implantados mais recentemente em São Paulo pela ex-Prefeita Marta Suplicy. Apesar do turno integral, nenhum deles brilhou no campo acadêmico.

'Faltou um projeto pedagógico', diz a especialista Maria Helena Guimarães. 'Só um bom colégio, afinal, consegue potencializar os efeitos do período integral.' Ultraequipadas para absorver os alunos o dia inteiro, tais escolas são ainda difíceis de manter, já que seus custos

fixos chegam a dez vezes os de um colégio comum. Por isso, a grande maioria dos CIEPs retrocedeu ao velho modelo do ensino de um turno só, de modo a conseguir, pelo menos, receber mais estudantes. Nesse ponto, o atual programa do Rio leva vantagem. Ele não prevê prédios novos nem grandes instalações. Já está provado que nada disso tem impacto relevante no ensino".

Monica Weinberg destaca ainda:

"A preocupação em estender o período de aulas, no entanto, deve ser mantida. No mundo inteiro, os brasileiros estão entre os que permanecem menos tempo na escola. Segundo dados da OCDE (organização que reúne os países mais ricos), eles têm cerca de metade das aulas de matemática de um aluno nos Estados Unidos ou na Coreia do Sul. Uma pesquisa do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas chama atenção para os benefícios que um eventual turno de cinco horas (no lugar do de quatro, como é mais comum no Brasil) traria para o ensino".

Sr. Presidente, não adianta apenas repetir que, na ausência do Estado, o tráfico de drogas se transformou num poder paralelo nas periferias das grandes cidades. É preciso estancar uma das causas dessa situação, que está no aliciamento de crianças para o crime. Um ensino de qualidade com opções de entretenimento, formação moral e disciplina poderá quebrar o poder paralelo do crime.

Tenho dito.

O SR. MAURO BENEVIDES (Bloco/PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a cidade de Juazeiro do Norte, como cenário de aprofundado sentimento de religiosidade, vem recebendo milhares de romeiros na festa da padroeira, Nossa Senhora das Dores, numa mobilização crescente que serve também para ampliar a expectativa quanto à decisão do Vaticano em relação ao Padre Cícero Romão Batista.

Já há algum tempo, com base em exuberante documentação histórico-eclesial, aguarda-se que a Congregação para a Doutrina da Fé manifeste-se, formalmente, em favor da reabilitação de um sacerdote já virtualmente cognominado de Santo do Nordeste.

Destaque-se que o Bispo Diocesano, Dom Fernando Panico, no Crato, há sido um baluarte dessa importante etapa reivindicatória, cabendo-lhe interpretar o desejo de seus jurisdicionados para essa conquista almejada por toda a população nordestina.

Durante a presente festa religiosa, esse tema foi abordado em sequenciadas homílias, num esforço de convencimento dos fiéis em relação a algo tornado imperioso, como resguardo da memória de alguém que se dedicou, de corpo e alma, ao serviço do povo de Deus.

Prevista a presença aproximada de meio milhão de peregrinos, o Cariri transformou-se nesse período em santuário de oração, centralizado na padroeira e na figura lendária do grande e inolvidável pregador do Evangelho, cuja existência foi dedicada à defesa dos pobres e oprimidos.

Em todos os eventos, é sempre lembrado, também, o saudoso Monsenhor Murilo de Sá Barreto, cujo falecimento, há 2 anos, representou perda irreparável

para o povo juazeirense. Ele foi, sem dúvida, ardoroso batalhador da beatificação, embora entendesse que obstáculos teriam ainda de ser removidos para que se alcançasse aquele desiderato.

Ao registrar o tradicional acontecimento da Meca do sul do meu Estado, renovo a esperança de que Bento XVI, em seu Pontificado, haverá de legitimar a aspiração do povo brasileiro, tornando-se esplendida realidade.

Cícero Romão Batista, na convicção arraigada dos meus conterrâneos, já se enfileira entre quantos souberam dignificar a sua crença nas verdades eternas.

Que a Santa Sé venha ao encontro de anseio latente na alma dos que veneram aquele que soube levar a cabo uma missão árdua, sobretudo ao propugnar pela correção das gritantes disparidades sociais.

Muito obrigado.

O SR. FLÁVIO BEZERRA (Bloco/PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, marisqueiras e pescadores, a pesca artesanal tem sido vítima de discriminação por vários setores da sociedade. Muitos insistem em diminuir a importância que o setor da pesca e aquicultura representa para o País. Menosprezam os mais de 800 mil pescadores artesanais que buscam melhores condições de vida para todos os brasileiros. Não atentam para o fato de que, só em 2007, o Brasil movimentou a economia do setor em mais de 3 bilhões de reais.

As pessoas que discriminam a pesca artesanal não sabem que o País produz 20 milhões de toneladas de pescado por ano e gera perto de 10 milhões de empregos direitos e indiretos.

O Ministério da Pesca e Aquicultura está em pleno processo centralizado de fiscalização e controle das obras de construção de terminais pesqueiros e centros integrados da pesca artesanal, além da fiscalização dos 180 convênios em execução em todo o território nacional.

Na busca por consolidar uma política pública de Estado para o desenvolvimento sustentável da aquicultura e pesca no Brasil, no mês de julho, aconteceram as Conferências da Aquicultura e Pesca em todos os Estados brasileiros, onde as equipes organizadoras e que integram essas ações se deslocaram pelo País. O resultado desses encontros com pescadores, empresários e diversas entidades serão apresentados na 3ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, que acontecerá em Brasília, de 30 de setembro a 2 de outubro.

O Brasil participa como signatário de diversos órgãos e eventos internacionais, entre eles a Comissão de Pesca Continental para América Latina —

COPESCAL, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação — FAO e a Rede de Aquicultura das Américas.

O MPA reuniu por 3 vezes os 54 conselheiros de todo o País que integram o Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca para preparação da Conferência Nacional e para subsidiar a implementação da nova lei da pesca, aprovada por nós em junho deste ano. E em outros 2 momentos, os 27 Superintendentes Estaduais vieram a Brasília para planejamento anual das ações do MPA.

Possuímos um cronograma importante de políticas que estão revolucionando este setor, a exemplo dos Territórios da Aquicultura e Pesca e dos Parques Aquícolas, onde o Ministério está cedendo águas da União com termos de concessão que valem por 20 anos para que mais famílias brasileiras possam produzir peixes em cativeiro.

Quero que seja registrado nos Anais desta Casa o meu protesto contra as discriminações sofridas pela pesca artesanal e dizer que a luta por melhorias no setor pesqueiro é uma bandeira que levantei e não pretendo parar. O meu trabalho nesta Casa não tem sido em vão, já avançamos bastante e temos muito a conquistar.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - A Presidência saúda os suplentes de Vereadores presentes na Casa.*(Palmas.)* Eles tiveram, na última reunião, comportamento exemplar, o que vem ao encontro do Regimento Interno, que proíbe manifestações contra ou a favor. Tenho certeza absoluta de que o compromisso assegurado pelo Presidente Michel Temer e por todas as Lideranças desta Casa será consubstanciado hoje na sessão extraordinária das 19h, para que esta matéria seja rigorosamente encerrada hoje.

O Deputado Arnaldo Faria de Sá, autor da proposta, e outros Líderes poderão pedir quebra de interstício. Assim, poderemos votar as 2 matérias na sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao Deputado Simão Sessim.

O SR. SIMÃO SESSIM (PP-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registro que, nós, da bancada fluminense, mais do que nunca, estamos unidos com o Governador Sérgio Cabral na defesa e na preservação dos interesses do Estado do Rio de Janeiro no que diz respeito às propostas do marco regulatório do pré-sal que o Exmo. Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, acaba de encaminhar ao Congresso Nacional.

Na segunda-feira, durante 5 horas, a bancada esteve reunida com o Governador Sérgio Cabral, no Palácio Laranjeira, exatamente para elaborar um plano de ação capaz de sensibilizar o Governo Federal sobre a necessidade da retirada do pedido do regime de urgência para a votação dos 4 projetos que tramitam no Congresso Nacional sobre a regulamentação da exploração do pré-sal. E firmaremos hoje o compromisso estabelecido nessa reunião: encaminharemos pedido de retirada da urgência desses projetos, para que tenhamos mais tempo para discuti-los.

A bancada fluminense, Sr. Presidente, reitera sua convicção de que, para o bem do princípio federativo, e pela complexidade da matéria, é preciso, sim, que se dê mais tempo para que se discuta essa questão, que, sem dúvida alguma, mexe com o destino deste País.

Como bem frisou o Governador Sérgio Cabral, nosso interesse não é o de tomar já uma posição. Primeiro, queremos a retirada da urgência, para podermos discutir mais a proposta do Executivo. É preciso ouvir especialistas, técnicos e a

própria sociedade brasileira. Ou seja, é preciso que haja maturidade nas discussões que envolvam diretamente o destino e os interesses da população brasileira.

De forma alguma podemos permitir que um tema como esse seja discutido a toque de caixa, o que se tornaria uma estratégia absolutamente inconveniente não só para o Estado do Rio de Janeiro, como também para o próprio País.

Daí a razão de estarmos encaminhando ao Presidente Lula documento em que pedimos a retirada do famigerado pedido de urgência que acompanha a mensagem enviada ao Congresso Nacional. E estamos tirando o dia de hoje, quarta-feira, para discutir e elaborar as nossas emendas.

Era o que tinha para dizer neste momento, Sr. presidente.

Muito obrigado.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT-SP.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar Itaquaquecetuba, município muito próximo de Guarulhos, que ontem completou 449 anos de fundação.

A origem do município remonta a uma das 12 aldeias fundadas pelo Padre Jesuíta José de Anchieta. Foi criado inicialmente com o nome de Vila Nossa Senhora D'Ajuda, em 8 de setembro de 1560, estabelecida na beira do Rio Tietê, para catequizar os guaianases. A denominação reduzida para Itaquaquecetuba, que significa ajuntamento ou reunião de taquaras-faca (uma espécie de taboca ou taquara com cujos ramos, cortantes, se faziam facas), ocorreu somente no século XX, quando se separou de Mogi das Cruzes.

Itaquaquecetuba teve participação importante no desenvolvimento do contexto histórico e cultural do Brasil, pois era utilizado como rota de chegada do ouro aos portos. O município também é rico em material arqueológico e abriga uma extensa área de proteção ambiental, onde está instalado o Parque Ecológico do Tietê. Apesar de ser considerado o município com maior incidência de pobreza na região do Alto Tietê, Itaquaquecetuba tem forte vocação industrial, com mais de 500 polos industriais.

Quero registrar também que no sábado, dia 5 de setembro, participei do protesto organizado pela Coordenadoria de Gênero e Raça, órgão do governo do Município de Osasco, pelo Fórum Regional Paulista Oeste Metropolitano da Igualdade Racial e pela ANID — Ação Negra de Integração e Desenvolvimento contra a agressão sofrida pelo trabalhador negro Januário Alves de Santana. No dia 7 de agosto de 2009, o Sr. Januário Alves de Santana foi agredido por seguranças do Carrefour, loja de Osasco, por não acreditarem que ele era o proprietário de um

veículo Eco Sport só por ser negro. Na mesma ocasião, o trabalhador também foi agredido por policiais militares.

O manifesto teve como objetivo exigir providências imediatas do Carrefour e do Governo do Estado quanto à instituição de ações afirmativas que valorizem o ser humano, independentemente de sua cor, sexo e origem de nascimento. Essas medidas devem prevenir a incidência de ações semelhantes.

Nesse sentido, solicito sejam transcritas nos Anais da Casa a *Carta de Repúdio ao Carrefour e à Polícia Militar* e matéria da agência *Afropress* sobre o assunto.

Muito obrigada.

CARTA E MATÉRIA A QUE SE REFERE A ORADORA

(INSERIR DOCUMENTO DETAQ DE PAGINAS 18 A 18-B)

O SR. ILDERLEI CORDEIRO (PPS-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero parabenizá-lo por suas palavras quanto ao resultado do jogo de hoje entre Brasil e Chile. Se Deus quiser, vamos ganhar. Mas a maior vitória será devolver a dignidade da proporcionalidade dos Vereadores do Estado do Acre e do Brasil. Com a ajuda dos colegas, aprovaremos a PEC dos Vereadores o mais rápido possível, para restabelecer essa dignidade.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, é com muita satisfação que comunico a esta Casa e aos brasileiros de modo geral fatos auspiciosos que estão ocorrendo na Amazônia. Felizmente, não vivemos só de notícias ruins. Há muita coisa acontecendo em prol do desenvolvimento da região.

Começou na quinta-feira, dia 27 de agosto, e se estendeu até domingo, dia 30, a EXPOACRE Juruá 2009, realizada em minha cidade, Cruzeiro do Sul.

O fato mais importante, que faço questão de registrar neste momento, foi o passo que demos para a integração comercial como o Peru.

Estiveram conosco, em encontro formal com autoridades brasileiras, vários representantes empresariais e autoridade de governo do Peru. Destaco a presença do Governador de Ucayali, Jorge Velasquez Porto Carrero; do Governador de Ancash, Cesar Alvarez Aguilar; do representante do Governador de Huanuco, Anibal Solorzano Ponce; do Ministro-Conselheiro do Ministério das Relações Exteriores do Peru, José Benzaqueu Perea; do cônsul do Peru no Brasil, Lanzette Ludenha; e do reitor da Universidade Nacional de Ucayali, Edegar Raun Dias Zoniga.

Do lado brasileiro, destaco a presença do Vice-Governador Cesar Messias, representando o Governador Binho Marques; do Presidente da Assembleia Legislativa do Acre, Edvaldo Magalhães, acompanhado de Deputados Estaduais; do

Desembargador-Presidente do Tribunal de Justiça, Pedro Ranzi; do Prefeito de Cruzeiro do Sul, Wagner Sales; dos Parlamentares da bancada federal; do presidente da ANVISA, Dirceu Raposo; do Diplomata-Chefe da Divisão da América Meridional III do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Carlos da Fonseca; do Conselheiro Ronald Polanco, do TCE; do Procurador do Ministério Público do Estado do Acre Edmar de Azevedo Monteiro; do Superintendente do SEBRAE, Orlando Sabino; e do Vice-Reitor da Universidade Federal do Acre, Pascoal Muniz.

Como pudemos ver, não foi um evento comum. Foi também um encontro de nações, de representantes de povos vizinhos que desejam estabelecer um intercâmbio efetivo.

Na mesma oportunidade, em 3 voos vindos do Peru, foram trazidos à exposição 25 toneladas de produtos, principalmente alimentos, que demonstram com facilidade a viabilidade da integração comercial.

A delegação peruana, formada por nada menos que 240 pessoas, entre empresários e autoridades locais, estive na EXPOACRE Juruá, o que sinaliza a importância desse momento para a economia regional.

Na condição de Presidente da Frente Parlamentar Brasil-Peru, quero dizer, Sr. presidente, que nos últimos meses estamos caminhando a passos acelerados e certos rumo à integração. Acredito que esse processo não tem mais volta.

O encontro foi um marco de abertura de um promissor comércio entre a região do Juruá e os 3 Estados peruanos. Do lado brasileiro, há interesse na importação de legumes, verduras, pescado, cimento, fosfato; do lado peruano, especialmente, carne e leite.

Para se ter ideia, de Cruzeiro do Sul a Pucalpa, Capital de Ucayali, são apenas 25 minutos de voo. E daí a Lima, Capital do Peru, pouco mais de 1 hora. Ou seja, em cerca de 90 minutos estamos no Oceano Pacífico, rota preferencial para o comercio com os países consumidores da Ásia. Quando estivermos ligados por via terrestre, as vantagens serão ainda maiores.

Aliás, esta é nossa principal bandeira: a construção de uma rodovia de apenas 250 quilômetros, ligando Cruzeiro do Sul a Pucalpa, Capital de Ucayali, no Peru. Essa será a verdadeira redenção do Acre e de parte da Amazônia.

O próprio Governador de Ancash, no Peru, em seu discurso, fez questão de ressaltar que essa é também uma prioridade para o seu país. Tanto que está em obras o trecho que liga Ancash a Ucayalli. Por esse percurso, a distancia de Cruzeiro do Sul ao Pacífico será de apenas 900 quilômetros, ao invés dos atuais 1.100 quilômetros. Trata-se, portanto, de estabelecer os termos de cooperação necessários para que essa obra saia do papel e se transforme em realidade.

Ao mesmo tempo, é importante que o Brasil cuide rapidamente de remover barreiras burocráticas e de implantar as estruturas físicas necessárias ao desembaraço de mercadorias, tanto importadas quanto exportadas. Não tenho dúvidas de que este será um momento crucial para o desenvolvimento do Acre, que trará enormes benefícios a todos os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ontem foi inaugurada mais uma agência da Previdência Social em Rancharia, onde estive.

Cumprimento o Prefeito Alberto César e, na pessoa dele, os demais Prefeitos; o Sr. José Carlos, Presidente da Câmara Municipal e, na pessoa dele, todos os Vereadores. O Presidente do INSS, Valdir Simão, recebeu os meus cumprimentos em razão de haver mudado a sistemática do auxílio-doença, que era extremamente gravoso para os segurados.

Brevemente estaremos inaugurando, segundo informou o Ministro José Pimentel, as agências de Álvares Machado, Martinópolis, Pirapozinho, Santo Anastácio e Teodoro Sampaio.

Cumprimento também a União Nacional das Entidades Islâmicas, por meio dos Srs. Jamal Becha e Ali Zoghbi, pelo grande trabalho que têm feito de atendimento à comunidade. Lamento, inclusive, o fato de que, nesse evento da cidade de Tiradentes, a chuva não tenha permitido a participação popular no nível esperado. Mas estaremos na semana que vem em Guarulhos e esperamos que isso não se repita.

Agradeço a V.Exa., Deputado Inocêncio Oliveira, e também ao Presidente Michel Temer a informação de que na sessão extraordinária de hoje votaremos a PEC dos Vereadores. Eles esperaram por bastante tempo por essa oportunidade.

A PEC dos Vereadores recompõe as Câmaras e reduz o repasse dos recursos. Muita gente não sabe deste detalhe: os recursos são reduzidos de 8 para

7, de 7 para 6, de 6 para 5 e de 5, em 3 fases, para até 3,5, mostrando uma redução de 1,4 bilhão por ano.

Portanto, queremos recompor as Câmaras, resgatar da cidadania e reduzir o repasse de valores. Sem dúvida nenhuma, há uma grande expectativa. Tenho certeza de que todos os suplentes de Vereadores poderão ser Vereadores futuramente para representar dignamente os seus Municípios, os seus Estados e o Brasil.

Obrigado, Presidente Inocêncio Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Carlos Santana.

O SR. CARLOS SANTANA (PT-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para falar sobre o PL 5.919, de 2009, enviado à Casa pelo Executivo e que *"dispõe sobre o acesso às graduações superiores de militares oriundos do Quadro de Taifeiros da Aeronáutica"*.

Desde 2006, buscamos juntamente com os taifeiros de todo o Brasil o fiel cumprimento da Lei nº 3.953, de 1961. O art. 1º da Lei 3.953/61 assegura aos Taifeiros da Marinha e da Aeronáutica acesso até a graduação de suboficial, com vencimentos e vantagens relativas à referida graduação. Cabe ressaltar que a Marinha deu fiel cumprimento à lei, mas a Aeronáutica insistiu em não cumpri-la.

O Decreto nº 3.690, de 2000, ratificou a referida lei, e o Decreto 363, de 1961, no seu art. 10, II, diz o seguinte: *"O Quadro de Taifeiro é integrado por Suboficiais (SO), Primeiro Sargento (1S), Segundo Sargento (2S), Terceiro Sargento (3S), Taifeiro-Mor (TM), Taifeiro de Primeira Classe (T1), Taifeiro de Segunda Classe (T2)"*.

Com o advento do Decreto 3.690/2000, foi editada a Portaria 586/CG1, de 2001, do então Comandante Baptista, regulando os interstícios para o quadro de Taifeiro, para, matematicamente, possibilitar que a carreira dos Taifeiros da Aeronáutica atingisse a sua maior graduação, a de suboficial.

Em 2003, o Comandante da Aeronáutica Luiz Carlos da Silva Bueno editou a Portaria R-46/CG1, fixando os interstícios para o quadro de Taifeiros de 4 anos para 7 anos, em todas as graduações do Quadro de Taifeiro.

O PL 5.919/2009 atende boa parte das expectativas dos Taifeiros, mas precisamos ainda regulamentar o interstício do quadro, que no referido PL não foi tratado.

Acredito que a Aeronáutica terá a sensibilidade de fazer a justiça tão esperada por todo o Quadro de Taifeiros da força.

Assinamos um requerimento de urgência para apreciação do PL 5.919/2009, na tentativa de acabarmos de vez com a discriminação sofrida pela classe do Quadro de Taifeiros da Aeronáutica ao longo desses 45 anos, tendo em vista o desvio de finalidade da Lei nº 3.953/61.

Solicito o apoio de todos os Parlamentares, porque é importante para esses homens, que dedicaram sua vida à Aeronáutica — e muitos deles já estão na reserva —, possam ter o direito a seus vencimentos e a sua promoção.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente: hoje devemos votar a PEC dos Vereadores.

Meu pronunciamento de hoje refere-se a um brutal homicídio ocorrido no Município de Pedras de Fogo, região do agreste da Paraíba. Na manhã de hoje, o jovem Helder Paulo da Silva Luna, de 28 anos, frentista do Posto Santa Emília, segundo informações, após breve desentendimento com o vigilante do posto, Gilvandro Rodrigues do Nascimento, de 42 anos, foi agredido com uma coronhada de espingarda e, quando no chão, executado pelo colega de trabalho com um tiro. Gilvandro foi preso em flagrante e com ele a arma utilizada no crime.

Sr. Presidente, quero solidarizar-me com os familiares da vítima e dizer que os antecedentes do assassino são conhecidos da população de Pedras de Fogo. Aquela é uma região de fronteira muito tensa entre os Estados de Paraíba e Pernambuco, onde também foi executado o advogado Manoel Mattos, que tinha muitas informações sobre a ação de grupos de extermínio.

É evidente que cada caso é um caso, mas não podemos deixar de fazer associações. É necessário tomar o depoimento do vigilante executor e identificar as suas motivações para o crime que chocou o Município de Pedras de Fogo, especialmente por se tratar de um jovem pai de família reconhecido por todos como honesto e trabalhador.

Não podemos consentir que episódios como esse passem a ideia de fato isolado e banal. A vida é o nosso maior bem e um dom de Deus, não pode ser ameaçada e finalizada por quem quer que seja. Portanto, exigimos Justiça em mais esse caso bárbaro.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Dr. Talmir.

O SR. DR. TALMIR (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de me solidarizar com os suplentes de Vereadores. Tenho certeza de que hoje vamos votar a PEC dos Vereadores nesta Casa e eles vão assumir o cargo. Cito os nossos companheiros Aristeu Penalva, Wladimir Cruz, Galli, Scada, de Presidente Prudente. Estou certo de que haverá, sim, uma economia também nesse sentido, e a população será bem atendida com esses novos Vereadores.

Passo a abordar outro assunto. Sras. e Srs. Deputados, amanhã teremos uma audiência pública sobre a eutanásia. O requerimento para realização da audiência é de minha autoria. A OAB, a CNBB e o Conselho Nacional dos Pastores confirmaram suas presenças. Também teremos a participação, amanhã, da Associação Médica Brasileira e do Conselho Federal de Medicina. Essa audiência será realizada no Plenário nº 7. Convidamos os Deputados, os suplentes de Vereadores, enfim, todos o presentes a participarem da reunião..

Sr. Presidente, quero também, nesta oportunidade, parabenizar a cidade de Presidente Prudente, que comemora 92 anos. Parabéns, Prefeito Tupã e toda a população.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Pedro Wilson.

O SR. PEDRO WILSON (PT-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero saudar todos os educadores do campo que estão reunidos em Brasília no 3º Congresso Nacional de Escolas Famílias Agrícolas e na 10ª Assembleia Nacional da União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas, que se realizam paralelamente, durante 2 dias, hoje e amanhã, no Núcleo Bandeirante, na Casa de Retiros Divino Paraíso. Eles vêm para debater os problemas e contribuições da educação no campo, dentro da visão libertadora da pedagogia da alternância para as famílias da agricultura familiar e da agroecologia.

Queremos saudar os educadores que acreditam na educação libertadora de homens e mulheres, jovens e adultos do campo, aqueles que acreditam na educação transformadora do cio da terra; das mãos calejadas que plantam o arroz, o feijão e o milho; da preservação do meio ambiente; do crescimento sustentável; do amor à natureza e à vida, enfim, de tudo o que envolve essa relação profunda do homem com a terra, com a natureza, com o meio ambiente, com o meio em que vive, com a vida plena, com a liberdade e, sobretudo, com próprio homem, porque a leitura do mundo precede a leitura da palavra.

Queremos saudar aqui o Luís Peixoto, a Cida, o Divino, o Antonio Baiano, o João Batista, os participantes — educadores e educandos —, os palestrantes, e agradecer o honroso convite que nos fizeram para participar desse evento.

É importante ressaltar a importância da educação no campo como instrumento capaz de transformar a sociedade, fortalecendo a agricultura familiar, a agroecologia, gerando mais justiça social, numa pedagogia da alternância que veja

na educação um instrumento de mudança e seja a mola propulsora de nossa utopia, nas cidades e no campo, porque entendemos e acreditamos que a educação não apenas transforma o mundo, mas também muda as pessoas. E pessoas transformadas mudam o mundo. E acreditamos também que a liberdade não é uma dádiva, mas uma conquista, e exige uma busca constante, permanente e responsável.

Parabenizamos todas e todos — educadores e educandos — que participam desse processo salutar de educação no campo, comprometidos e esperançosos de que as pessoas se libertam em comunhão.

Na condição de professor, aprendi que não é possível ajudar o educando quando não consigo interagir e superar permanentemente meus limites e minha ignorância, num constante aprendizado, porque aprender não é um ato findo, mas sim um exercício de constante renovação, como nos ensina o mestre da educação libertadora Paulo Freire, em quem todo educador deve inspirar-se para agir.

É imperioso que a educação no campo, vista da ótica da pedagogia da alternância, seja efetivamente uma prática de liberdade e de libertação, e que sejam nossas educadoras e nossos educadores no campo ousados no seu cotidiano como professor, sem medo de serem felizes como eternos aprendizes. Que eles sejam um instrumento capaz de transformar o educando num novo homem, para romper barreiras do conhecimento e iluminar a realidade em que vive, melhorando a qualidade de vida de toda a comunidade.

O importante para uma educação libertadora é que estudantes e educadores consigam perceber o conhecimento de forma crítica e participativa, livres para sonhar.

Queremos, mais uma vez, agradecer o convite para participação no 3º Congresso Nacional de Escolas Famílias Agrícolas e na 10ª Assembleia Nacional da União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas.

Queremos saudar de forma especial as escolas goianas — a escola de Orizona, do amigo Antonio Baiano; a direção da Casa de Retiros Divino Paraíso —, bem como o Luís Peixoto, a Cida, o Divino, o João Batista, enfim, todos os que, sonhando com a liberdade, levantam de madrugada para construir um novo mundo possível.

Essa é a nossa utopia, que continua viva.

Quero saudar também o médico veterinário pelo Dia Nacional do Médico Veterinário. Trata-se de profissional que contribui para o desenvolvimento nacional e é importante também nas universidades — na extensão, na pesquisa e no ensino.

Saúdo ainda o dia 5 de setembro, Dia da Amazônia, como também o próximo dia 11, o Dia do Cerrado do Centro-Oeste brasileiro, o cerrado que nós queremos.

Por fim, quero saudar todos os Vereadores do Brasil. Todo dia é dia do Vereador. É importante que esta Câmara dos Deputados dê dignidade àqueles que lutam para representar o povo nas nossas cidades. O brasileiro mora nas cidades, não na União ou nos Estados.

Por isso, vivam todos os Vereadores de ontem, de hoje e de amanhã! Eu também já fui Vereador.

O SR. LUIZ CARREIRA (DEM-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para lembrar que faltam apenas 3 meses para a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-15), evento que será realizado entre os dias 7 e 18 de dezembro, em Copenhague, na Dinamarca, e o Congresso ainda não se posicionou com firmeza a respeito das propostas que devemos defender no evento.

Na verdade, Sr. Presidente, além de esboçarem o futuro regime de metas e compromissos de redução de emissões de gases de efeito estufa, durante o encontro, os países terão que definir outros pontos do regime climático global, como o financiamento e a transferência de tecnologia de países ricos, para que os emergentes possam realizar ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Os 2 itens são os mais atrasados até agora.

Os países em desenvolvimento, como o Brasil, condicionam a adoção de compromissos de redução à garantia de apoio financeiro-tecnológico por parte das nações mais industrializadas, que, em contrapartida, só aceitam transferir o aporte se os emergentes se mostrarem comprometidos com reduções mais ambiciosas. A estimativa é de que os países industrializados precisariam repassar entre 100 bilhões de dólares e 160 bilhões de dólares por ano às nações em desenvolvimento. E essa é uma batalha que vale a pena lutar! Uma responsabilidade que os membros do Parlamento brasileiro terão ao representar o país na Conferência.

De acordo com João Talocchi, coordenador da campanha de clima do Greenpeace Brasil, não é uma quantia *"impossível"*, desde que as mudanças climáticas sejam tratadas como uma prioridade global. O ambientalista afirma ainda

que *"são números viáveis, possíveis de se alcançar, pois basta ver os trilhões que foram desembolsados para salvar os bancos da crise".*

Além disso, um dos negociadores brasileiros, André Odenbreit, conselheiro da Divisão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Ministério das Relações Exteriores, acredita que a discussão prévia de acordos para financiamento e tecnologia é fundamental para evitar um fracasso no resultado de Copenhague. Ele afirma que *"o alcance de ações de países em desenvolvimento depende do nível de apoio internacional. Não é uma doação, uma bondade. É uma obrigação, faz parte do regime global do clima".*

Dias atrás, quando a Comissão Permanente de Mudanças Climáticas, da qual faço parte, ouviu em audiência o Embaixador Sérgio Barbosa, do Itamaraty, ficou claro que o G-77 (bloco de países emergentes) apresentou ao grupo de 192 países da convenção da ONU uma proposta de repasses de 0,5% a 1% do Produto Interno Bruto (PIB) de países ricos para financiar ações de mitigação e adaptação. O representante das Relações Exteriores ponderou que *"ainda não recebemos respostas à altura do desafio, em função de que transferência de recursos e de tecnologia são os temas com menor definição até agora".*

Mais adiantada que a questão financeiro-tecnológica está a discussão sobre a entrada de um mecanismo de conservação florestal no acordo que vai complementar o Protocolo de Kyoto. A manutenção da floresta em pé para evitar emissões de gases de efeito estufa deve ser incluída no acordo, por meio do mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD), conforme debatemos na semana passada, na Comissão de Mudanças Climáticas, com o ministro Carlos Minc, do Meio Ambiente.

O que ainda não está definido é a forma com que países com grandes florestas tropicais e plantadas, como Brasil e Indonésia, poderão ser recompensados se conseguirem evitar a devastação. Alguns negociadores defendem a criação de um fundo com contribuições internacionais voluntárias, outros, a geração de créditos de carbono com o desmatamento evitado, e há ainda a possibilidade de uma solução híbrida entre fundos e mercado.

Na sequência dessas audiências públicas, Sr. Presidente, ainda ontem, tivemos a oportunidade de ouvir o eminente cientista Dr. Carlos Nobre, do INPE, mas que, na ocasião, estava representando o Ministro Sérgio Rezende Machado, da Ciência e Tecnologia. E, no próximo dia 28 de setembro, vamos realizar uma audiência pública em Salvador, na Bahia, para debater soluções para as questões climáticas e perspectivas para a COP-15, ouvindo a sociedade, o empresariado, as organizações não-governamentais, além do Fórum Baiano de Mudanças Climáticas e Biodiversidade.

Como podem ver, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós, da Comissão de Mudanças Climáticas, estamos formando massa crítica de forma a poder oferecer subsídios à formulação de uma proposta brasileira, que, no nosso entendimento, deve situar-se na vanguarda do desenvolvimento sustentável. O Brasil não pode, por questões de ordem diplomáticas ou comerciais, juntar força a outros países emergentes que não se alinham a proposições que visem mudar o paradigma de desenvolvimento.

O momento é único, e não podemos perder esta oportunidade de adotar um posicionamento mais firme, que nos coloque na vanguarda do debate sobre o clima no mundo.

Outro assunto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Em um dia que tínhamos tudo para comemorar, pois a Seleção Brasileira de Futebol joga, hoje, uma partida histórica, em Salvador, na Bahia, pelas Eliminatórias da Copa do Mundo de 2010, o que vemos é desespero e medo pela crescente onda de violência que vem grassando na Capital baiana, agora com os incríveis ataques a unidades policiais, órgãos governamentais e ao transporte urbano.

Para ser ter uma ideia, Sr. Presidente, o 7 de setembro da Capital baiana foi marcado por ataques violentos contra a cidade. Pela manhã, mais um ônibus foi incendiado. De madrugada, um posto da polícia foi atacado por bandidos, e vários policiais ficaram feridos.

Essa situação vem deixando as famílias baianas assustadas e sobressaltadas, principalmente quando percebe que o Governo do Estado está perdendo o controle sobre a situação. Ontem, mais 3 incêndios a ônibus coletivos e 1 ataque à loja da Cesta do Povo, do bairro de Alto de Coutos, deixaram pelo menos mais 6 feridos. Durante todo o dia, a polícia de Salvador sofreu ataques. As delegacias tiveram que ser protegidas com barricadas.

Agora, presenciamos mais uma amostra da incapacidade do atual Governo Estadual para gerenciar o sistema de segurança pública ao ver o Governador cogitar pedir ajuda à Força Nacional de Segurança para administrar a questão da violência em nosso Estado.

Parece que a preocupação central do Governo baiano é de apenas fazer publicidade, em vez de bem administrar os serviços públicos estaduais, com eficiência e eficácia.

Sabe Deus, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, onde isso vai parar. E pensar que hoje era para comemorarmos um belo jogo de futebol!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Deputado Sebastião Bala Rocha.

O SR. SEBASTIÃO BALA ROCHA (PDT-AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar registro o meu apoio à PEC dos Vereadores.

Sras. e Srs. Deputados, assomo a esta tribuna para propor ao Governador do Amapá, Sr. Waldez Góes, que coordene a estruturação de um plano de urbanização para o Município de Laranjal do Jari, constituído de centenas de palafitas. A área que está sendo aterrada deve ser devolvida aos comerciantes, já que seus imóveis foram destruídos pelo fogo. Que a praça que seria construída nesse local seja construída na região do Cais de Arrimo, que fica no Bairro Sagrado Coração de Jesus. Devem ser construídos também 3 canais — 1 canal paralelo a esse novo aterro do centro e 2 canais paralelos à ponte sobre o Rio Jari, nas laterais da cabeceira da ponte —, a fim de reduzir o impacto das enchentes e também o impacto ambiental provocado pela construção do aterro no centro.

Tenho certeza de que, com o Governador Waldez Góes coordenando esse projeto junto com o Prefeito da cidade, tudo será resolvido da melhor maneira possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os acordos militares entre Brasil e França têm sentido estratégico, desdobramentos econômicos e comerciais. Primeiramente, é uma parceria que se realiza com a transferência de tecnologia, alavanca a indústria de defesa e amplia as trocas comerciais do Brasil com outros países, além da França.

Além disso, ela atende à exigência de reaparelhamento das Forças Armadas, dando primazia ao acesso a alta tecnologia e promovendo melhor adequação ao centro da Estratégia Nacional de Defesa identificada com a dissuasão, a presença, a resistência e a ofensiva militar.

A vigilância, a mobilidade e a pronta resposta exigem a integração das 3 Forças numa concepção de preparo e emprego conjunto, de reposicionamento nos espaços do território nacional e domínio da inovação tecnológica e científica no campo da defesa.

Com esses acordos, o Brasil diversifica suas escolhas estratégicas no cenário interno, regional e mundial, aumentando sua capacidade de prontidão e pronta resposta.

É necessário enfrentar as vulnerabilidades estruturais de defesa do País no terreno orçamentário, na defasagem tecnológica do material militar, e diminuir a dependência externa e dos programas de financiamento.

As definições que fundamentam tais parcerias estão claras e destacadas na Estratégia Nacional de Defesa elaborada pelo Ministério da Defesa e aprovada pelo Presidente Lula.

Nesse sentido, Sr. Presidente, solicito a V.Exa. a transcrição nos Anais da Câmara dos Deputados do artigo *Garantir a Soberania e os Recursos Naturais*, do pesquisador e professor Geraldo Cavagnari Filho, publicado na revista *Le Monde Diplomatique Brasil*, de agosto de 2009.

Além de expressar minha total concordância com as análises de Cavagnari, solicito o registro e divulgação deste pronunciamento nos órgãos de comunicação da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR

(INSERIR DOCUMENTO DETAQ DE PÁGINAS 39 A 39-D)

O SR. GERALDO SIMÕES (PT-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desta tribuna, quero parabenizar o Reitor, os professores, os funcionários e os alunos da Universidade Estadual de Santa Cruz — UESC, que obteve elevado conceito no Índice Geral de Cursos (IGC) do Ministério da Educação, ficando incluída entre os 6% que obtiveram melhor resultado e sendo a universidade estadual da Bahia que obteve a melhor avaliação.

O IGC das Instituições de Ensino Superior do País foi divulgado na segunda-feira pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira — INEP, autarquia vinculada ao MEC.

Sem dúvida, esse resultado está diretamente relacionado ao empenho de todos os setores integrantes da universidade, dos alunos aos professores. Papel especial, no entanto, tem o Reitor da instituição como representante da comunidade universitária.

Para o Reitor Joaquim Bastos, *"na recente divulgação do Índice Geral de Cursos 2008, o desempenho apresentado pela UESC evidencia que a universidade vem caminhando de forma consistente, agregando crescentemente qualidade às ações que desenvolve. Em avaliações distintas realizadas por diferentes instituições, utilizando indicadores diversos, a UESC tem demonstrado bons resultados".*

O IGC é um indicador de qualidade de instituições de educação superior que, em sua composição, considera a qualidade dos cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado e doutorado). O resultado final é expresso em valores contínuos (de 0 a 500) e em faixas (de 1 a 5). O IGC tem a função fundamental de orientar o público sobre a qualidade do ensino oferecido em cada instituição.

Cabe ressaltar também os resultados obtidos pela UESC no edital do MEC no campo da extensão universitária, aprovando vários projetos para o desenvolvimento das comunidades carentes e se destacando entre as principais universidades do Nordeste por seus resultados.

A UESC, em parceria com os Governo Estadual e Federal, vem realizando valioso trabalho de combate à pobreza, com programas de inclusão produtiva, incubação de empreendimentos solidários, apoio à cultura e outros voltados para as populações mais vulneráveis, favorecendo o desenvolvimento social da região.

O fato de uma universidade dessa qualidade estar localizada em minha região me enche de orgulho e, por isso, aproveito a oportunidade para colocar meu mandato à disposição da UESC e a serviço da educação de qualidade para a população do Estado da Bahia.

Dessa forma, Sras. e Srs. Deputados, registro a satisfação da região cacaueira em ver a sua universidade estadual, com o apoio do Governador Jaques Wagner, obter uma classificação tão importante.

Por fim, Sr. Presidente, solicito a V.Exa. seja este pronunciamento divulgado nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Informo aos membros do Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica que, logo após este período, em que a Presidência vai conceder a palavra a todos os inscritos, a Presidência será passada a outro titular.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Gonzaga Patriota.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (Bloco/PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Inocêncio Oliveira, durante 27 anos no Parlamento eu nunca votei uma proposta tão importante quanto a que vamos votar hoje, a chamada PEC dos Vereadores. Inclusive, V.Exa. já anunciou o seu apoio, que é um apoio muito importante.

Quero fazer um apelo a todos os Srs. Deputados e Sras. Deputadas para estarem aqui hoje a fim de discutirem essa matéria e levarem-na para o povo brasileiro.

Vamos aumentar em 10% a representatividade do povo nas Câmaras Municipais e diminuir um pouco os repasses de Prefeituras para algumas dessas instituições. Por isso, é importante que votemos hoje e apoiemos esse aumento da representatividade do povo brasileiro nas Câmaras Municipais. *(Manifestação das galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem, ainda no período do inverno, caiu uma chuva forte em São Paulo. A cidade ficou inundada, pessoas morreram, o trânsito ficou parado.

O volume de chuvas foi menor do que nos 4 últimos anos, época em que volume maior de água não causou problemas na cidade como no dia de ontem.

A imprensa traz uma informação preocupante: a Prefeitura diminuiu os gastos com a limpeza pública, e o acúmulo de lixo pode ter agravado o problema das enchentes na cidade. Esse é um equivoco inadmissível para o administrador de uma metrópole do porte de São Paulo.

Outro equívoco apontado pelos especialistas é a decisão do Prefeito de ampliar as pistas nas marginais. Para Carlos Bocuhy, do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) *"a massa asfáltica em São Paulo só aumenta na Marginal e com isso o impacto da vazão das águas das chuvas sobre o Tietê se torna maior. A água chega mais rápido e com maiores velocidade e volume"* (*OESP*, 9/9/2009). Tal obra contribuirá, segundo especialistas, com a perda de áreas permeáveis, o que ocasionará transbordamentos.

A ampliação das pistas nas marginais é um grande erro por diversas razões. Em primeiro lugar, por diminuir a área de permeabilização do Rio Tietê e agravar o problema de enchentes. Em segundo lugar, porque o Rodoanel, assim que for concluído, ajudará a diminuir o tráfego na Marginal Tietê. Em terceiro lugar, o

volume de recursos gasto nessa obra poderia ser revertido para a construção de linhas de metrô, privilegiando o transporte coletivo.

A atual administração do Prefeito Gilberto Kassab retoma um perfil de administração que a cidade não mais aprova: a propensão para grandes obras viárias voltadas para o tráfego de veículos individuais. Começou essa obra e anunciou o desejo de ampliar o túnel sob o Parque do Ibirapuera.

Tanto a obra das marginais quanto a obra do túnel do Parque do Ibirapuera não foram discutidas na campanha eleitoral.

O compromisso do Prefeito Gilberto Kassab na campanha foi com o investimento em transporte coletivo, como o metrô. Caso esses recursos gastos na ampliação das marginais fossem destinados à ampliação do metrô, teríamos mais 5 quilômetros de metrô em São Paulo.

O que marca a troca de prioridades foi o que aconteceu ontem em São Paulo: por falta de limpeza pública, o lixo ficou nas ruas, entrou nos bueiros, entupiu as galerias, e a cidade ficou debaixo d'água.

O jornal *Agora São Paulo* destaca em sua manchete que até o Minhocão, uma via elevada no centro da cidade, teve de ficar duas horas fechada, porque estava alagada.

Qual a resposta do Prefeito Gilberto Kassab para essa calamidade?

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra à ilustre Deputada Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB-AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentar os Vereadores do Brasil inteiro que estão presentes na Casa e, ao mesmo tempo, fazer um apelo à Oposição.

É o desejo não só deles, como de todos nós, a votação da PEC dos Vereadores *(manifestação das galerias)*, que restabelece a justiça. O número de Vereadores das Câmaras foi fixado por decisão do TSE, mas quem legisla é o Parlamento brasileiro, e não o Tribunal Superior Eleitoral.

Em segundo lugar, quero dizer que essa não é a farra dos Vereadores, porque não aumenta em 1 centavo sequer os recursos para as Câmaras. Pelo contrário, diminui.

Por isso, o apelo que faço é à Oposição, Sr. Presidente, para que acabe com essa obstrução, que não nos leva a nada.

Se a obstrução continuar, não vamos poder votar essa medida, bem como outros projetos também muito importantes, como o do pré-sal.

Por trás da obstrução há o desejo de não votar nenhum projeto que vai melhorar a vida dos brasileiros.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra à ilustre Deputada Perpétua Almeida.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (Bloco/PCdoB-AC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu gostaria de saudar os Vereadores que estão nas galerias desta Casa e, em especial, a bancada do Acre, aqui presente. *(Manifestação das galerias.)*

Acreditamos — nós, do PCdoB, que votamos favoravelmente à PEC — que quanto mais Parlamentares nas Casas legislativas melhor o desempenho e melhor a representação popular e o aumento da democracia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, também ocupo a tribuna para dizer que o Brasil é uma nação continental, formada por um povo uno, trabalhador e criativo. Dono da maior floresta tropical do mundo e de riquezas incalculáveis. Somos um país de potencialidades enormes, infelizmente sempre mal utilizadas ao longo da História.

Fomos os maiores produtores de cana-de-açúcar, café e ouro do mundo. Com eles, enriquecemos portugueses, ingleses, americanos, porém pouquíssimo dos recursos gerados beneficiaram nosso povo. Depois veio a nossa industrialização, e cresceu o bolo da riqueza, no entanto, mais uma vez, somente a menor fatia da riqueza produzida alimentou nossa população.

Foram 300 anos de escravidão, que geraram desigualdades sociais enormes. Perseguições aos povos indígenas, que, até hoje, merecem um resgate histórico. Nossa marca é criar riqueza para as grandes elites europeias, monarquias portuguesas e classes dominantes tupiniquins.

Esta história atualmente esta mudando. O Governo Lula vem, ao longo dos seus 8 anos, enfrentando esse descaso histórico com as questões nacionais. Não é

por outro motivo que o povo brasileiro lhe dá mais de 70% de apoio. Lula entrará para história do Brasil como um Presidente que pensou no seu povo e será tão importante para o Brasil quanto foi Getúlio Vargas.

As bases desse sucesso são os programas sociais do Governo Federal, que buscam retirar milhões de brasileiros da miséria. O PAC, que recupera a capacidade competitiva e produtiva do País. Nossas estradas, nossos aeroportos e portos estão sendo recuperados, e ainda estamos construindo milhões de casas para os humildes. Agora, graças à imensa inteligência e à alta tecnologia dos engenheiros brasileiros e de uma empresa genuinamente nacional, a PETROBRAS, que os tucanos e democratas desejavam privatizar, descobrimos uma riqueza que pode descortinar um novo caminho para o desenvolvimento brasileiro.

Essa riqueza é o pré-sal, um imenso mar de petróleo que vai do Estado do Espírito Santo até Santa Catarina. Ela pode abrir um novo caminho para enfrentarmos as grandes desigualdades sociais e regionais que ainda persistem em nossa pátria.

São riquezas que podem atingir 7 PIBs nacionais. Se registramos décadas perdidas por culpa dos neoliberais, Collor e FHC, agora achamos uma década inteira nas profundezas do nosso mar.

A grande pergunta feita dentro desta Casa, olho no olho, para todos os Parlamentares, homens públicos responsáveis por construir o Brasil do futuro, é: como devemos utilizar a imensa riqueza do pré-sal?

Vamos fazer como fizemos no período colonial, vamos entregar a riqueza do ouro e da cana-de-açúcar para as grandes metrópoles europeias. Vamos entregar a riqueza do pré-sal para a exploração de empresas estrangeiras?

Lula já deu sua resposta. O Governo Lula marca sua época definitivamente na História. Faz a escolha justa, a escolha soberana, a escolha altiva. Lula escolhe o Brasil, Lula escolhe enfrentar os problemas de seu povo. Lula propõe a criação de uma empresa 100% brasileira, 100% nacional para administrar os recursos gerados pelo pré-sal. E escolhe ainda mais propondo que esses recursos sejam investidos prioritariamente em educação e saúde.

É o óleo encontrado no mar virando escola, virando salário para o professor, salário para o médico. É o petróleo do pré-sal virando remédio para nossos doentes, virando hospital e vacina para o povo.

O controle dessas riquezas pelo Estado brasileiro é o melhor caminho para que esse óleo não tenha o mesmo destino que tiveram o nosso ouro, a nossa cana-de-açúcar. Enriquecer e garantir a opulência da nobreza europeia.

É tão importante garantir nesta Casa o sistema de partilha e a criação da PETRO-SAL, que constam do projeto que regulamenta a exploração do pré-sal, que compreendemos perfeitamente Lula. Ele não quis criar uma briga maior com os Governadores dos Estados produtores alterando a regra de distribuição dos *royalties* do petróleo.

Cabe a este Congresso Nacional garantir a construção de um Brasil altivo, justo e soberano a partir da utilização dos recursos do pré-sal, bem como garantir que a riqueza chegue a todos os brasileiros e não somente a alguns brasileiros moradores de Estados produtores.

Temos que investir esses recursos em todos os Estados. Apresentei emendas que distribuem as riquezas para os Estados amazônidas, com o objetivo de estimular a preservação da mata e o desenvolvimento de atividades produtivas

sustentáveis. Quero que boa parte desse dinheiro seja aplicado em tecnologia aqui na Amazônia. Se não podemos queimar ou desmatar, e isso não devemos fazer, que o Governo então nos garanta alternativas e recursos compensatórios. Se nosso verde melhora o ar no pulmão de todos os brasileiros, é justo que cada um pague um pouquinho por isso. Se temos que preservar, também temos que ser recompensados.

Estamos em condições, após 8 anos do Governo Lula, de dar um salto no desenvolvimento do País. Vamos criar uma grande nação justa, desenvolvida e altiva. Esse povo formado por negros, brancos e índios tem uma oportunidade singular de construir uma grande civilização, próspera e pacífica. Devemos defender que os recursos do pré-sal sejam utilizados para isso. Vamos construir uma grande nação e defender nossa floresta da ganância internacional.

Nobres Parlamentares, é urgente caminhar rumo a um novo Brasil. É urgente construir um pátria soberana e justa. Os recursos do pré-sal estão aí para isso. Vamos priorizar esse debate, tão importante para o futuro da Nação. Por um Brasil forte, soberano e justo. Vamos aprovar a PETRO-SAL.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. a transcrição nos Anais da Casa de nosso artigo, publicado no jornal *A Gazeta*, do Acre, intitulado *"O Pré-sal pagará a preservação da Amazônia".*

Se a Amazônia é do povo brasileiro, o pré-sal também o é. Então, vamos todos juntos combinar essa riqueza com a preservação da nossa grande floresta amazônica.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

ARTIGO A QUE SE REFERE A ORADORA

(INSERIR DOCUMENTO DETAQ DE PÁGINA 51)

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero, em primeiro lugar, saudar os Vereadores presentes nas galerias, em especial os de São Paulo. *(Manifestação das galerias.)*

Em segundo lugar, quero ressaltar que, ontem, São Paulo realmente viveu um momento difícil, com muitas chuvas. Mas quero informar que o Prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, tem readequado o orçamento para que a saúde, a habitação e a infraestrutura não sofram prejuízos. O serviço de limpeza pública, serviço de coleta de lixo, comandado pelo Secretário Alexandre, tem, sim, continuado, com muita firmeza, sendo bem fiscalizado, e com certeza vai melhorar cada dia mais. Quero aqui dizer do zelo que tem o Prefeito Kassab com a limpeza de São Paulo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no parágrafo único do art. 194 da nossa Constituição dá ao Poder Público a competência para organizar a seguridade social, o que deverá ser feito com respeito a determinados objetivos, entre os quais está a irredutibilidade dos benefícios, como está previsto no inciso IV desse mesmo artigo da Carta Magna.

Ao que vemos, o mesmo Poder Público parece ter feito tábua rasa desse dispositivo constitucional. Primeiro, faz aplicar aos benefícios um injustificável fator previdenciário, instrumento de forte redução de benefícios, e se mostra disposto a desrespeitar decisão do Congresso, onde a extinção desse fator já foi aprovada.

Os desmandos contra os interesses da população brasileira não param por aí. De há muito, o Governo não concede aos aposentados o mesmo aumento dado ao salário mínimo, atingindo, particularmente, aqueles que ganham benefícios pouco maiores que 1 salário mínimo.

Essa vinculação do salário mínimo ao cálculo de benefícios é, aliás, outra inconstitucionalidade, proibida que está pelo art. 7, inciso IV, da norma constitucional.

Além do mais, o salário mínimo não pode, de fato, medir coisa alguma. O DIEESE nos tem provado, a cada ano, que o valor pago aos trabalhadores — hoje, de 465 reais — nada mais é que uma aberração. Tanto que, observado o que dispõe a Constituição, esse mínimo deveria estar perto dos 2 mil reais. Mas esse é outro debate.

Os aposentados se organizam, debatem, pressionam as autoridades responsáveis pela matéria, insistindo que seja concedido, aos que recebem benefícios acima de u1 salário, o mesmo aumento concedido ao mínimo.

Mas o Governo hesita em modificar esse cenário. Pior ainda: exige, em troca do aumento, que sejam retirados da pauta do Congresso uns poucos projetos de lei que beneficiam exatamente os aposentados do País.

As fórmulas sugeridas são as mais capciosas possíveis e, na maioria das vezes, complicadas ao ponto de não serem inteiramente compreendidas pela população. Ou, melhor dizendo, dessas propostas do Governo, o único viés de fato perceptível é o da brutal injustiça com os aposentados do Brasil.

Uma das alegações mais recorrentes é a de que a extinção do fator previdenciário acarretaria déficit na Previdência. Entretanto, essa não é uma questão que possa atribuída como sendo de responsabilidade dos trabalhadores. Esses que dia após dia trabalharam, cumpriram suas obrigações, entre as quais, vale destacar, a contribuição para a Previdência Social, com valores descontados diretamente na folha de pagamento.

O Partido Popular Socialista — PPS, desnecessário dizer, opõe-se às firulas inconstitucionais utilizadas pelo Poder Público e insiste na necessidade de que, no estrito respeito aos direitos de nossos aposentados, a eles sejam concedidos, desde logo, os mesmos aumentos aplicados ao salário mínimo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Manato.

O SR. MANATO (PDT-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta Casa é conhecida como uma instituição que cumpre acordos. E os acordos aqui têm validade.

Semana passada, foi feito um acordo nesta Casa com o Presidente Michel Temer e com os Líderes no sentido de que hoje votaríamos a PEC dos Vereadores. Nós, da bancada do Espírito Santo, estávamos reunidos lá com os nossos Vereadores, que com muita dificuldade vieram para cá na semana passada.

Nesta semana andaram mais 1.300 quilômetros, graças ao apoio do Deputado Camilo Cola, e estão aqui. Acho que deve haver respeito para com esses Vereadores. Essa PEC é do tipo que só vai ajudar o Brasil — 1 bilhão e 400 mil reais serão economizados pelos municípios.

Então, não abrimos mão de que a PEC seja votada hoje. *(Manifestação das galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Edinho Bez.

O SR. EDINHO BEZ (Bloco/PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de fazer uma homenagem hoje a todos os veterinários do Brasil, pelo transcurso do Dia do Médico Veterinário! É comemorado anualmente, em 9 de setembro, devido à data de publicação do Decreto nº 23.133, em 1933, pelo então Presidente da República, Getúlio Vargas. O decreto regulamentou a profissão no Brasil.

Muito embora a regulamentação tenha ocorrido em 1933, as primeiras escolas de Medicina Veterinária surgiram no País nos anos de 1913 e 1914, com a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária e a Escola de Veterinária do Exército, ambas no Rio de Janeiro.

Os veterinários estão envolvidos diretamente com a geração de riquezas, com o PIB brasileiro, pois grande parte da contribuição vem da pecuária. Os profissionais da Medicina Veterinária também são responsáveis diretos pela produção de alimentos de origem animal, pela comercialização e pela saúde pública, entre outras.

Com a vocação exportadora de carnes, o Brasil ocupa posição privilegiada, o que não seria possível sem a presença desse profissional, que também faz controle de saúde de rebanhos em propriedades rurais ou fiscaliza os estabelecimentos que vendem ou reproduzem animais. E, usando tecnologia, faz melhoramentos de qualidade dos rebanhos etc.

Não é demais lembrar nesta ocasião que a Vice-Presidente da CIDASC — Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina, Lucia Cimolin, acompanhada de seu Gerente de Defesa Sanitária Animal, o médico

veterinário Flavio Veloso, e de seu Assessor de Captação de Recursos, Edson Gonçalves, estão em Brasília, e, nesta manhã, já estivemos em audiência com o Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, para discutir assuntos relacionados a convênios e recursos.

A missão da CIDASC é executar ações de sanidade animal e vegetal, preservar a saúde pública, promover o agronegócio e o desenvolvimento sustentável de Santa Catarina. Por isso, cabe citá-la, convenientemente, neste Dia do Veterinário — ela tem em seu corpo funcional, aproximadamente, 190 veterinários.

Em nome da Vice-Presidente da CIDASC, Lucia Cimolin, estendo os cumprimentos a todos os veterinários do Brasil!

Sr. Presidente, quero dizer também que hoje nós vamos votar “sim” à PEC dos Vereadores, que estão aqui presentes. *(Manifestação das galerias.)*

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Luiz Bassuma.

O SR. LUIZ BASSUMA (PT-BA. Pela ordem.) - Sr. Presidente, também espero, como todos os que falaram, que a PEC dos Vereadores não seja prejudicada pela obstrução que fazem os partidos de oposição e que esse acordo, finalmente cumprido, restabeleça a proporcionalidade justa na distribuição de todas as Câmaras. Eu, que já exerci o mandato de Vereador na cidade de Salvador, sei da importância do papel, na democracia brasileira, dessa instância fundamental, que é a Câmara de Vereadores.

Sras. e Srs. Deputados, aproveito a oportunidade para registrar o sucesso da 3ª Marcha Nacional da Cidadania pela Vida e pela Paz, realizada pelo Movimento Nacional em Defesa da Vida — Brasil Sem Aborto, aqui em Brasília, no último dia 30 de agosto, com a participação de mais de 10 mil pessoas.

Essa marcha já se consolida no calendário nacional para alertar e manter a mobilização da sociedade civil, que é amplamente favorável a que a vida seja um bem acima de todos — o bem mais importante a ser garantido não só por esta Casa, mas por todos.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra à ilustre Deputada Alice Portugal.

A SRA. ALICE PORTUGAL (Bloco/PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, também desejo que a obstrução não impeça que a democracia se faça inteira no Brasil, que venhamos a garantir a votação para restabelecer a proporcionalidade e que a voz do povo chegue às Câmaras Municipais. São elas que ficam mais perto dos brasileiros e conhecem a vida real deles. Os Vereadores têm todo o nosso apoio. *(Manifestação nas galerias.)*

Passo a abordar outro assunto. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem a bancada da Bahia reuniu-se com os Ministros da Saúde e da Educação. Destaco a reunião com o Ministro da Educação, em que ficou praticamente acertado que a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia se instalará em Santo Amaro da Purificação, importante cidade da região. Buscaremos também a ampliação das universidades federais da Bahia, ainda em função de o índice estudante universitário/população ser muito baixo em relação aos demais Estados.

Portanto, queremos agradecer ao Ministro da Educação a iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Com a palavra o Deputado Marcelo Teixeira.

O SR. MARCELO TEIXEIRA (PR-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inicialmente quero cumprimentar todos os Vereadores presentes. Saúdo especialmente a bancada do Ceará e meu irmão, que também é Vereador em Fortaleza. *(Manifestação nas galerias.)*

Sras. e Srs. Deputados, encaminho à Mesa projeto de lei, dentro da pauta positiva do turismo, que cria mecanismos para facilitar o acesso a aeroportos, onde a demanda é precária. Quem viaja, por exemplo, de Fortaleza para Aracaju enfrenta dificuldades. Esse projeto, que cria o transporte aéreo regional, contém mecanismos que, com certeza, facilitarão, e muito, essa situação.

Por fim, gostaria também de mencionar a aprovação de proposta de flexibilização do visto para estrangeiros. Essa matéria foi aprovada sem ferir o princípio da reciprocidade. A Comissão de Turismo e Desporto já aprovou o projeto, que futuramente estará na pauta para ser discutido e, com certeza, aprovado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra à ilustre Deputada Jô Moraes.

A SRA. JÔ MORAES (Bloco/PCdoB-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, minha Belo Horizonte está chocada com as imagens e os relatos que a imprensa traz hoje sobre o cenário de terra arrasada a que ficou reduzido o Instituto São Rafael. Uma escola quase centenária — completou 83 anos na semana passada —, destinada ao atendimento de portadores de deficiência visual, situada na região centro-sul da cidade. São crianças e adolescentes, majoritariamente muito, mas muito carentes, e que dependem da instituição para o aprendizado do Braille, a partir do qual poderão enfrentar o simples transitar nas ruas, até mesmo o mercado de trabalho. Enfim, ser cidadãos e cidadãs, como garante nossa Constituição.

Pois meus queridos, no feriado prolongado de 7 de Setembro, o Instituto São Rafael foi invadido por vândalos e completamente depredado. O que não puderam levar, destruíram. Material, objetos de ensino, alimentação doada pela população belo-horizontina, nada foi preservado. Sobre o que não puderam carregar, atearam fogo; pisotearam. Defecaram nos alimentos, nas cadeiras e mesas escolares. Até um veículo usado para coleta de doações foi parcialmente destruído: bateram com ele numa pilastra. Arrombaram a cantina e os armários de funcionários de uma firma que faz a reforma no prédio. Arrancaram até maçanetas das portas e a fiação telefônica.

O propósito foi um só: destruir, humilhar a todos nós. Porque é impossível não se revoltar, não se emocionar com a visão de caos diante de tamanha violência

contra aqueles para quem a vida apresenta ainda mais dificuldades, que não apenas a pobreza, para se tomarem independentes.

O ato de vandalismo contra o Instituto São Rafael representa uma violência contra todos nós, belo-horizontinos, mineiros e brasileiros. Contra todos nós que tentamos construir um futuro mais digno.

Isso representa um ataque contra a cidadania. Contra o magistério, contra mães e pais, contra os trabalhadores, contra todos aqueles que assumiram a tarefa de construir este País, a partir de um dia a dia decente, calcado no trabalho. Esse tipo de ação é inaceitável e deve ser repudiado por todos nós. Basta!

Escola é a extensão de nossa casa, de nosso lar. E inviolável. É lá que estão nossos filhos!

Ao finalizar, Sr. Presidente, declaro meu apoio à PEC nº 333. *(Manifestação nas galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em pronunciamento abordo os 50 anos do Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará.

O CREMEC faz com que possamos interiorizar a medicina no Ceará, lutar pela profissão de todos os que fazem a área da saúde por meio da Medicina, como também lutar pela matéria que tramita nesta Casa, o Ato Médico, e pela jornada de trabalho dos profissionais médicos.

Aqui, lutaremos pela PEC nº 29, a fim de pactuar os recursos da União, dos Estados e Municípios.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao completar meio século de atividades neste dia 9 de setembro de 2009, o Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará CREMEC presenteia os profissionais com importantes eventos. Simultaneamente, a partir de amanhã até sábado, no Ponta Mar Hotel, acontecem o V Congresso Científico e Ético do CREMEC, o V Congresso das Câmaras Técnicas e das Comissões de Ética do CREMEC e a IV Jornada Cearense de Medicina de Família e Comunidade. Dentro da programação está previsto o lançamento do livro *Concurso de Monografias Professor Dalgimar Beserra de Menezes*.

Atualmente presidida pelo médico Ivan de Araújo Moura Fé, que já esteve à frente da entidade em anos anteriores, muitas são as atividades computadas ao longo desses 50 anos e com relevante contribuição dos ex-presidentes. Apenas de 1990 até agora, registra-se a realização de 102 Fóruns Interioranos de Ética Médica, sem contar os Fóruns na Capital e os Ciclos de Debates e Cursos de Medicina de

Família e Comunidade. Neste ano, por exemplo, o grande marco foi a participação do CREMEC na revisão do Código de Ética Médica, bem como na elaboração do Novo Código, tendo como delegados na VI Conferência Nacional de Ética Médica, em São Paulo, os Conselheiros Ivan Moura Fé, Lúcio Flávio Gonzaga Silva, José Albertino Souza, Roberto Wagner Beserra de Araújo e Dalgimar Beserra de Menezes.

Desde sua criação, em 1959, cabe ressaltar, o CREMEC passou por profundas mudanças, acompanhando a realidade do País e da prática médica. Uma delas foi a atuação dos profissionais médicos em grandes organizações estatais, planos de saúde, cooperativas e seguro-saúde. Essa nova realidade, de acordo com o Presidente do CREMEC, Ivan Moura Fé, merece atenção e análise. *"Vemos atualmente uma interferência cada vez maior na relação médico-paciente, limitando o direito do médico de, em diálogo com o paciente, decidir quais os meios diagnósticos e terapêuticos que devem ser adotados em benefício da saúde do doente".*

Outro fator merece total atenção, como alerta o médico Ivan Moura Fé: o regime de trabalho extenuante a que os médicos vêm-se submetendo, ao ter que atender um número de doentes bem superiores ao que seria razoável. Sua preocupação faz sentido, no momento em que isso pode levar, inevitavelmente, maiores riscos de erro profissional e danos à saúde do próprio profissional. Essa situação ocorre, principalmente, nos serviços públicos de saúde, o que mostra a necessidade de adoção de medidas para a melhoria do Sistema Único de Saúde, com providência que vão desde a organização dos serviços à ampliação dos recursos humanos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com a finalidade de fiscalizar a atividade médica, apurar as possíveis infrações à ética da profissão e promover o desempenho ético, técnico e científico, os Conselhos Regionais de Medicina estão de parabéns pela mobilização de atualização do Novo Código de Ética. As novas regras surgem após 21 anos da última modificação, em que mais de 2.600 sugestões foram colhidas e, dessas, 703 consideradas relevantes. Destaco que o debate durante 2 anos, encerrado em fevereiro último, foram essenciais para se chegar a um consenso durante o Congresso Nacional de Ética Médica, ocorrido em São Paulo no final do mês de agosto.

Na qualidade de médico e Vice-Presidente da Frente Parlamentar da Saúde na Câmara dos Deputados, expresso a real preocupação com a má distribuição de médicos em cidades do interior. Num levantamento do Centro de Pesquisas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, em 2008, o Estado do Ceará, por exemplo, ocupava a 21ª pior colocação entre os Estados brasileiros na relação entre quantidade de médicos por grupo populacional. Enquanto a Organização Mundial de Saúde recomenda 1 médico por mil habitantes, Juazeiro do Norte dispunha de um médico para cada 1.514 habitantes e, Caucaia, um médico para cada 9.197 habitantes. Precisamos, urgentemente, mudar essa realidade. Com a grande quantidade de cursos de Medicina pelo País, precisamos fazer com que os futuros profissionais tenham compromisso com a população interiorana também.

Quanto ao CREMEC, que chega aos 50 anos de atividade, destaco que sua contribuição tem sido das mais valorosas. Tanto que 12 mil profissionais estão inscritos na entidade, dos quais 8.400 na ativa. Nos futuros planos está a construção de uma nova sede e a fundação de uma seccional na próspera cidade de Iguatu.

Com toda garra e pelo zelo à saúde dos pacientes, além da preocupação com a boa prática do exercício da Medicina no Estado do Ceará, parabenizamos o Presidente do CREMEC, Ivan de Araújo Moura Fé, o Vice Lúcio Flávio Gonzaga e toda a diretoria.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. VIGNATTI (PT-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Inocêncio Oliveira, Sras. e Srs. Deputados, o assunto que me traz à tribuna é daqueles que não gostamos de abordar por ser muito desagradável.

O meu Estado, Santa Catarina passa por situação extremamente ruim, noticiada nacionalmente: as consequências de um vendaval ocorrido na noite da segunda-feira passada, que também atingiu parte do Rio Grande do Sul, do Paraná e de São Paulo. No oeste de Santa Catarina, a na minha região, na divisa com a Argentina, vidas foram ceifadas. No Município de Guaraciaba, mais de 40 pessoas foram internadas depois do vendaval. Das casas de material dos agricultores, não sobrou nada. Das que eram de madeira, sobrou o toco.

Quero, então, me solidarizar com as famílias catarinenses, especialmente as do extremo oeste do Estado, que foram surpreendidas na madrugada da última terça-feira com fortes ventos, que derrubaram árvores, torres de transmissão de energia elétrica e destelharam casas nas cidades de Guarujá do Sul, Princesa, São José do Cedro e Dionísio Cerqueira.

Em Guaraciaba, cerca de 70% das residências localizadas em comunidades do interior foram destruídas pelo vento forte e a pela chuva. Até o momento, foram registradas 4 mortes, e 70 pessoas ficaram feridas em razão dos estilhaços de telhas que voaram das casas devido ao impacto e à força do vento. Na comunidade de Linha Guataparema, uma escola não resistiu: as paredes despencaram.

As imagens da cidade após a passagem do que está sendo classificado como um tornado mostram um cenário muito parecido com um pós-guerra, tamanho é o rastro da destruição. Santa Catarina, aliás, tem sido castigada com frequência por condições climáticas anormais para a época do ano.

Na próxima semana, uma comitiva de Prefeitos das cidades atingidas virá a Brasília para uma peregrinação nos Ministérios diretamente ligados a essa linha de apoio. O objetivo é o de articular uma forma de socorrer essas cidade e as famílias que foram surpreendidas com mais um fenômeno da natureza.

Diante disso, portanto, quero expressar minha solidariedade às famílias atingidas, torcendo para que tudo se resolva em pouco tempo e que a vida das pessoas possa voltar em breve à normalidade.

Considero também importante, nobres colegas, que a Câmara dos Deputados expresse sua solidariedade aos Prefeitos dos Municípios que sofreram com essa catástrofe e, principalmente, às famílias vitimadas.

Era o registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - O Presidente informa que vai levar esse período, impreterivelmente, até as 14h45min, quando se iniciarão os discursos de 5 minutos.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Marçal Filho.

O SR. MARÇAL FILHO (Bloco/PMDB-MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de cumprimentar todos os Vereadores presentes, especialmente os da cidade de Dourados, Região da Grande Dourados, no Estado de Mato Grosso do Sul.

Se Deus quiser, vamos votar a PEC hoje.

(Manifestação nas galerias.)

Sr. Presidente, neste mês de setembro, completa-se 19 anos de vigência da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, que criou o Código de defesa do Consumidor, importante instrumento de proteção ao consumidor, reconhecido como uma das mais completas legislações sobre as relações de consumo. Muitos problemas ainda terão de ser sanados, mas sem dúvida alguma o Código de Defesa do Consumidor foi um grande avanço. Infelizmente, mesmo depois de tantos anos de vigência, temos de reconhecer que algumas empresas ainda relutam em cumprir seus dispositivos. Parcela significativa da população também desconhece a sua existência, bem como os benefícios que pode trazer no seu dia a dia.

Na nossa sociedade globalizada, pode-se afirmar com tranquilidade que não existe ninguém que passe um dia da sua vida sem participar de uma relação de consumo, o que não significa, pura e simplesmente, adquirir produtos e serviços.

A abrangência da relação de consumo vai além da compreensão de mero ato de compra. Não é consumidor apenas aquele que adquire, mas também aquele que

utiliza produto ou serviço, entendendo-se por produto qualquer bem, material ou imaterial, e por serviço qualquer atividade, ou seja, ação humana que traz a alguém determinada utilidade.

Vale dizer que, quem não adquire, mas consome o alimento, é consumidor. Da mesma forma, é consumidor quem usa os bens ou serviços adquiridos por outrem.

Como se percebe, é impossível passar um dia sequer sem praticar atos de consumo, seja na alimentação, seja no vestuário, seja na utilização de serviços públicos colocados à disposição, seja no lazer ou, ainda, nas diversas outras facetas da vida humana em sociedade. Mesmo sendo uma realidade presente na vida das pessoas, muitas ignoram os direitos que possuem. Do outro lado da relação de consumo estão os fornecedores que acabam valendo-se do desconhecimento dos consumidores para aumentar sua margem de lucro.

Ainda que o Código de Defesa do Consumidor exista e seja um exemplo de legislação brasileira quanto à técnica legislativa e quanto ao conteúdo, legislação nenhuma se faz cumprir sozinha. O cumprimento da lei depende do acionamento do Judiciário e este, por sua vez, depende da consciência da população acerca de seus direitos.

Sem conhecimento, os consumidores não reclamam e os fornecedores não são punidos, ou não são punidos na proporção em que deveriam, o que acarreta uma sensação de impunidade e perpetua abusos.

Os relevantes serviços prestados pelos órgãos públicos, como o PROCON, e associações civis de defesa do consumidor, como o IDEC, Instituto de defesa do Consumidor, não têm sido suficientes para reverter essa situação. Basta constatar a

precariedade com que operam os Serviços de Atendimento ao Consumidor, notadamente no que se refere às empresas de telefonia, que lideram as reclamações.

Não é por outra razão que toda a sorte de abusos vem sendo praticada pelos fornecedores, em manifesta ofensa ao Código de Defesa do Consumidor. Planos de saúde abusam dos aumentos arbitrários e da modificação unilateral dos contratos. Empresas de telefonia, móvel e fixa, realizam cobranças indevidas, não informam os consumidores e dificultam a vida daqueles que pretendem o cancelamento da linha. Bancos abusam no tempo das filas, na cobrança de tarifas e na remessa de produtos aos consumidores, que estes não solicitaram.

E o *telemarketing*? Sem dúvida alguma, a despeito da utilidade que trouxe, o *telemarketing* vem sendo instrumento de ofensa maciça aos direitos do consumidor. Quantos consumidores não são transferidos de atendente para atendente até que a linha caia? Quantos consumidores reclamam de produtos e serviços e fazem solicitações que são ignoradas?

Essa triste realidade vivenciada por todos diariamente demonstra que a intervenção do Estado no mercado de consumo ainda está longe do ponto ideal. Muito ainda existe para ser feito.

De outra parte, também é certo que a população tem de descruzar os braços. O primeiro passo consiste na informação quanto aos direitos do consumidor. O segundo consiste na reclamação junto aos fornecedores, e, se estas restarem infrutíferas, na reclamação aos órgãos públicos de defesa do consumidor, e, se também essa via não se mostrar eficiente, caberá recurso ao Poder Judiciário.

Para concluir, há que se destacar que a Constituição Federal protege a dignidade da pessoa humana e o Código de Defesa do Consumidor protege a dignidade do consumidor. Não obstante isso, consumidores continuam sendo submetidos a situações vexatórias.

Atentam contra a dignidade do consumidor, por exemplo, revistas realizadas por seguranças de lojas em consumidores, sob a alegação de que furtaram algo. Muitas situações existem em que as suspeitas não se concretizam e os consumidores passam pelo vexame, posto que as abordagens costumam ser públicas e ostensivas.

Fere também a dignidade do consumidor o corte do fornecimento de serviços públicos essenciais, como água e luz, que submetem o consumidor a situação degradante, muito embora a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça a considere possível.

O Código de Defesa do Consumidor traz, ainda, rol de direitos básicos do consumidor. Dentre esses, talvez o mais ferido consista no direito à adequada e eficaz prestação de serviços públicos também assegurados pelo art. 37 da Constituição Federal.

Certamente o Estado teria mais autoridade se cumprisse, ele próprio, o Código de Defesa do Consumidor. A facilitação da defesa do consumidor, também direito básico consagrado pelo Código, não vem ocorrendo. Muito pelo contrário, quem precisa recorrer ao Judiciário só é desestimulado pela demora, por ter de pagar honorários advocatícios, uma vez que a gratuidade só é conferida aos miseráveis, dentre outros fatores.

Como se percebe, a lei é boa, mas a sua aplicação está longe de ser ideal. Mesmo passados 19 anos da sua edição, o Código de Defesa do Consumidor ainda tem um longo caminho a percorrer.

Necessita, a nosso ver, de pequena reforma especialmente por não excepcionar a sua incidência no caso de doação de sobras de alimentos, por benemerência, para carentes. Necessita também de complementação de leis extravagantes, a exemplo do que ocorreu com os planos de saúde, para aqueles serviços que lideram as reclamações, como telefonia, bancos e cartões de crédito.

Destarte os problemas elencados, o Código de Defesa do Consumidor, tal o seu avanço, continua atual e certamente continuará em vigor por muitos anos mais. Quem sabe, nesses anos que estão por vir, receba ele maior atenção dos operadores do direito e passe a ser conhecido por toda a população, uma vez que conhecer os direitos do consumidor é exercer cidadania. Enquanto isso não ocorrer, o consumidor continuará sofrendo as consequências.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Alex Canziani.

O SR. ALEX CANZIANI (PTB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres pares, na semana passada houve uma audiência pública em Ivaiporã para instalação de uma unidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Município. Trata-se de uma antiga reivindicação de toda aquela região.

Agradeço ao Reitor do Instituto Federal do Paraná, Prof. Alípio Leal, juntamente com sua equipe; aos Prefeitos; ao Vice-Governador do Paraná, Orlando Pessuti; e aos demais presentes.

Para nossa satisfação e alegria, o próprio Reitor anuncia que já começará, no mês de outubro próximo, aulas da Universidade Aberta do Brasil; e no próximo ano, aulas presenciais dessa nova instituição no Município de Ivaiporã.

Deixo registrados os nossos cumprimentos e agradecimentos ao Ministério da Educação, especialmente ao Prof. Alípio, Reitor do Instituto Federal do Paraná.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Fernando Marroni.

O SR. FERNANDO MARRONI (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero solidarizar-me com o Deputado Vignatti e estender nossa solidariedade a todo o povo do Rio Grande, em especial o da região da metade sul. Neste ano, já é a terceira oportunidade em que a área se coloca em estado de emergência e, mais uma vez, com a perda de vidas humanas. Estou saindo do plenário para participar de reunião da Defesa Civil no Ministério da Integração Nacional, para avaliar os estragos, os danos e prestar pronto atendimento a todas as vítimas.

Mais uma vez, a Região Sul do Brasil sofre com os estragos causados pelas intempéries. Desde o feriado de 7 de setembro, a população do Rio Grande do Sul sofre com os reflexos dos ventos e dos temporais, que destruíram casas, escolas e estradas, causaram mortes e deixarem centenas de famílias sem energia elétrica.

Os ventos com força superior a 100 quilômetros por hora, vindos da Argentina e do Uruguai, deixaram um rastro de destruição no Rio Grande do Sul, fechando rodovias no sul do Estado. Para que se tenha uma ideia da força dos ventos e das chuvas, somente na estrada que liga Aceguá a Bagé, na região da fronteira com o Uruguai, 100 árvores caíram. Isso num trecho de apenas 65 quilômetros. Próximo à minha cidade, Pelotas, a cena repetiu-se. Na BR-116, próximo a São Lourenço do Sul, uma árvore caída sobre a pista bloqueou o trânsito nos 2 sentidos da estrada, que é a principal ligação com Porto Alegre.

Pelo interior, nos municípios menores, até o dia de ontem ainda havia famílias às escuras, enquanto as companhias elétricas tentavam restabelecer a normalidade

e amenizar os estragos. Torres de transmissão inteiras foram derrubadas, resultando num blecaute que atingiu quase 200 mil pessoas. De acordo com a Defesa Civil, 30 municípios foram atingidos. As cidades de Arroio Grande e Herval já decretaram estado de emergência. Nas 2 cidades, houve destruição de assentamentos da reforma agrária e de uma agroindústria.

Desde então, infelizmente, os estragos vêm alastrando-se também por outros municípios fora do Rio Grande do Sul. Os temporais já atingiram os demais Estados das Regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Santa Catarina, por exemplo, que há menos de 1 ano sofreu com uma das piores tragédias de sua história, vê o rastro de destruição repetir-se por pelo menos 45 cidades. São 72 mil pessoas afetadas pelo que os meteorologistas suspeitam que tenha sido um tornado, com ventos de 120 quilômetros por hora. No Paraná, 1.800 casas foram danificadas em 41 municípios. São 600 moradores desalojados.

Quero ressaltar aqui, Srs. Deputados, que as chuvas deverão continuar. Segundo as previsões, pelo menos até o final desta semana o Sul e o Sudeste continuarão enfrentando chuvas fortes, o que prejudica os trabalhos de auxílio às vítimas e o restabelecimento da normalidade nas regiões mais atingidas.

Por isso, Sr. Presidente, peço a esta Casa que preste solidariedade aos Estados e municípios atingidos, sobretudo às vítimas e aos desabrigados por esses temporais. Penso que cada um nós, Deputados, tem o dever de interceder para que todo o apoio seja dado a essas regiões, para que, mesmo diante da imprevisibilidade climática, possamos restaurar a normalidade do cotidiano desses cidadãos. Tenho absoluta certeza de que os Governos Estaduais e o Governo Federal darão toda a sustentação para a solução desses problemas.

Outro assunto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Desde o último sábado, o Estado do Rio Grande do Sul está, mais uma vez, sediando uma das mais importantes exposições agrícolas do País. A EXPOINTER, em Esteio, é hoje referência nacional indiscutível nesse segmento, juntando no Parque de Exposições Assis Brasil o melhor da agricultura, da pecuária e da indústria destinada ao campo.

Anualmente, a EXPOINTER reúne não só os homens do campo e os gaúchos. A exposição leva até Esteio visitantes de todo o Brasil e até mesmo de alguns países vizinhos, que buscam bons negócios. Além disso, atrai pessoas que vão até o parque conhecer a cultura do homem do campo e assistir às exposições de raças e aos concursos que premiam habilidades na lida com o campo. O Freio de Ouro, a mais concorrida e tradicional competição da EXPOINTER, premia o ginete e o cavalo crioulo que demonstram maior habilidade em provas que simulam atividades cotidianas no campo.

Para que se tenha uma ideia da dimensão da feira e do que ela representa para os gaúchos, apenas no primeiro final de semana do evento mais de 80 mil visitantes passaram pelo parque. Os negócios com animais ultrapassaram os 4 milhões de reais. Números que certamente aumentarão muito, já que a expectativa é que, neste ano, a EXPOINTER atinja um volume de negócios superior a 380 milhões de reais, igualando ou superando a comercialização de 2008. Tudo isso, nunca é demais lembrar, em meio a um cenário de crise que ainda reflete no mundo, mas que, na economia sólida do Brasil, permite que a economia gire e produza riquezas.

Dentre todos esses números, especialmente os do final de semana, quero ressaltar aqueles que representam maior impacto na vida do cidadão comum, e não do grande industrial ou produtor. Entre o sábado, dia 29, e a segunda-feira, dia 31, o

pavilhão destinado à agricultura familiar faturou 140 mil reais. Já o artesanato, atividade que também gera renda a milhares de famílias no Rio Grande do Sul, vendeu mais de 7 mil artigos, atingindo um lucro de quase 155 mil reais. Dinheiro que vai direto para o bolso do pequeno agricultor e do artesão que sustentam suas famílias. E é bom lembrar que esses valores também aumentarão até o final da EXPOINTER, no próximo dia 6.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero convidar a todos para que visitem a EXPOINTER, em Esteio. Certamente, V.Exas. terão mais uma confirmação de que, mesmo com a crise, o Brasil está sabendo enfrentar as dificuldades e que o setor primário está forte. Prova de que as atuais políticas públicas de estímulo à economia, seja para o pequeno, seja para o grande produtor, estão dando certo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, também quero dizer que, no dia 7 de setembro, além de comemorarmos o Dia da Independência, pudemos perceber que o Brasil caminha em direção a um futuro ainda mais promissor. Impulsionado pela importância da riqueza do nosso petróleo do pré-sal, o Presidente Lula firmou aliança com o Presidente da França, Nicolas Sarkozy, para a compra de submarinos, helicópteros e caças para as Forças Armadas.

O acordo mostra que nosso País não está parado, que estamos olhando em direção ao horizonte e vislumbrando a potência que o Brasil está se tornando no cenário mundial. Nesses últimos anos, sob o comando do Presidente Lula, nosso País deixou de ser apenas mais uma nação latino-americana. Passamos de meros espectadores no comércio e na política mundial para nos tornarmos protagonistas. Hoje, empresários, diplomatas e políticos brasileiros sentam em qualquer mesa de

negociação para serem ouvidos, e não apenas para ouvirem e acatarem as decisões das grandes potências mundiais.

E é fato inegável que a descoberta do pré-sal coloca o Brasil num patamar ainda mais elevado. Com essa extensa faixa de petróleo, com 800 quilômetros de comprimento por 200 quilômetros de largura, podemos dizer que estamos na vitrine energética mundial. O que desperta interesses de toda ordem.

Por isso, um acordo como esse fechado pelo Presidente Lula com a França é de extrema importância para os interesses do País. Um investimento como esse, de cerca de 30 bilhões de reais, é de absoluta relevância em termos de segurança nacional. O que por si só já bastaria. Porém, além disso, nosso País será beneficiado com a transferência de conhecimento. Isto é, passaremos a ter acesso à possibilidade de fabricar equipamentos do mesmo nível dos que estamos comprando da França, dando um grande salto em termos de tecnologia bélica. Também ficou acertado que a França comprará do Brasil uma dezena de aviões de transporte militar.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, deixo registrado aqui nesta Casa tudo o que significa essa aquisição de equipamentos militares através do acordo Brasil-França. Como qualquer grande nação mundial, estamos investindo em todas as áreas estratégicas. E, sendo assim, avançar tecnologicamente e garantir a soberania nacional é vital para os interesses de um país que, dentro de poucos anos, dará um salto extraordinário, colocando-se entre as nações mais influentes do planeta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado José Carlos Vieira.

O SR. JOSÉ CARLOS VIEIRA (DEM-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero prestar homenagem aos suplentes de Vereadores presentes e às pessoas que estão nos ouvindo em Santa Catarina ou em Joinville —Mauricinho, Carmelina, Celito, Nado, Jaime e Ademir. Estão esperando a votação. Antecipo que, de minha parte, ela será favorável.

Devo dizer que vamos economizar 1 bilhão e 400 milhões, conforme dispositivo colocado nessa proposta de emenda constitucional.

Passo a abordar outro assunto. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, segundo dados da Defesa Civil, até o momento, em Santa Catarina, há 54.703 pessoas afetadas, 1.163 desabrigados, 7.046 desalojados, 247 deslocados, 138 feridos, 4 mortos, 10.657 edificações danificadas, 10 cidades em situação de emergência e 1 cidade em estado de calamidade pública. Esses números assustam. Eles são decorrentes da nova tragédia que atingiu o Estado na madrugada de terça-feira, dia 8 de setembro.

Não faz nem 10 meses que o Estado foi nacionalmente noticiado devido às fortes chuvas e enchentes que mataram gente, destruíram casas. Não canso de lembrar a solidariedade de todo o Brasil para reerguer, além das cidades, a estima das pessoas afetadas pela catástrofe.

Ainda há muito o que fazer para reestruturar cidades por causa das chuvas de 2008, e agora o Estado volta a sofrer com fortes ventos. Pelo menos 45 Municípios foram atingidos pelo tornado.

Eu, que sou Deputado Federal, Relator da Subcomissão Permanente da Defesa Civil e, principalmente, catarinense, não posso calar-me. Precisamos nos solidarizar com essas pessoas que agora estão sofrendo, seja pela perda de um ente querido, seja pelo fato de não terem mais para onde voltar.

Calcula-se que no Município de Guaraciaba, no extremo-oeste de Santa Catarina, os ventos tenham atingido de 120 a 180 quilômetros por hora. Não é possível saber exatamente a proporção dos ventos, pois eles não foram presenciados por nenhum especialista. Buscou-se calcular a intensidade com base nos estragos causados à região.

Só na cidade de Guaraciaba, a mais prejudicada do Estado, contabilizam-se 4 mortos e mais de 85 feridos — desses, 14 permanecem internados.

Foi uma noite de pânico, que será eternamente lembrada por muitos. Ventos amedrontaram famílias, casas foram destruídas. A natureza estava duelando com seres humanos, que, naquele momento, estavam indefesos. Faltam energia elétrica, água potável. Para os mais afetados, faltam casa, roupa, comida. Mas eu sei que, assim como já foi demonstrado após as fortes chuvas de novembro, não faltarão solidariedade e trabalho para que se superem as marcas dessa tragédia.

Era o que tinha a compartilhar.

O SR. CELSO MALDANER (Bloco/PMDB-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez, venho à tribuna pedir o apoio do Governo para que, o mais rápido possível, ajude os Municípios de Santa Catarina castigados com as chuvas deste final de semana.

Até o momento, a chuva deixou 16 cidades catarinenses em Estado de emergência. Guaraciaba, com 10 mil habitantes, está em estado de calamidade pública.

Balanço da Defesa Civil divulgado por volta de meio-dia desta quarta-feira mostra que já são 16 as cidades em estado de emergência em Santa Catarina por conta das fortes chuvas que atingem a região nos últimos dias.

São elas: Santa Terezinha do Progresso, São Domingos, Vargeão, Vargem Bonita, Dionísio Cerqueira, Ipuaçu, Monte Castelo, Corupá, Lebon Régis, Ouro Verde, Passos Maia, Rio das Antas e São Bernardino.

A cidade de Guaraciaba, a mais atingida pela chuva, está em estado de calamidade pública desde ontem. Dados da Defesa Civil indicam que 9.100 pessoas na cidade foram atingidas pela chuva, ou seja, 90% da população local, que é de 10 mil pessoas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

No Estado de Santa Catarina, mais de 15 mil pessoas tiveram a casa destruída pelas chuvas. Os dados indicam que, dessas, 1.153 estão desabrigadas e foram levadas para abrigos públicos; 14.532 estão desalojadas e ora se encontram na casa de parentes ou amigos e 247 foram para outra cidade.

A situação é mais grave em Guaraciaba, onde foram registradas 4 mortes. Entre as vítimas, estão um idoso de 94 anos e uma criança de 9 anos. Quinze

comunidades no interior do Município foram atingidas pela ventania. A Prefeitura decretou calamidade pública.

Portanto, nobres colegas, urge que o Governo Federal ajude o Estado de Santa Catarina.

Para concluir, Sr. Presidente, anexo a este pronunciamento a relação dos Municípios atingidos e os números atualizados dessa catástrofe.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR

(INSERIR DOCUMENTO DETAQ DE PÁGINAS 84 A 84-B)

O SR. PAES DE LIRA (Bloco/PTC-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último 7 de setembro, data nacional do nosso Brasil, o Governo, pela boca do próprio Presidente da República, anunciou, na presença do Presidente francês Sarkozy, a decisão de adquirir 36 aviões de combate modelo Rafale. A anunciada decisão ampliou o alcance do acordo militar, que já englobava a aquisição de submarinos e helicópteros franceses para reequipamento da Marinha de Guerra, do Exército e da Força Aérea Brasileira.

Ontem, dia 8 de setembro, no entanto, em reunião com os Líderes de bancadas desta Casa, o Ministério da Defesa afirmou que não é bem assim — hoje o assunto foi noticiado com estardalhaço pela grande mídia. Esclareceu que, na verdade, os processos de habilitação estão ainda em andamento, que os competidores americanos e suecos permanecem na disputa e que a decisão do Executivo será adotada somente por volta do final do corrente mês.

Sras. e Srs. Parlamentares, gostaria, antes de tudo, de lembrar-lhes um importante fato: o montante global desse negócio — fundamental, sem dúvida, para o reequipamento das Forças Armadas do Brasil — exigirá financiamento no exterior. Assim sendo, o Parlamento não pode ser afastado do processo decisório, pois ao Senado Federal compete autorizar, ou não, tal endividamento.

Vem depois — mas não é de menor importância — a questão da credibilidade do Brasil no concerto das nações. Estou certo de que um tal recuo será hoje noticiado na Europa em tom extremamente crítico. A matéria é de suma importância, envolve o relacionamento diplomático e comercial com 3 grandes e fortes nações amigas. Destarte, não poderia, em hipótese alguma, ser afetada de açodamento. O Brasil é hoje, como se sabe, candidato a um assento permanente no Conselho de

Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Seria desastroso para essa justa pretensão, que, alegadamente, tem o apoio do Governo gaulês, que nosso País fosse, por artes do improviso e do amadorismo, apontado como ator de segunda categoria no cenário diplomático mundial.

Desde os anos 60, do passado século, circula na crônica política brasileira uma historieta — nunca confirmada — a respeito de declaração do então Presidente francês Charles de Gaulle: "*N'est pas serieux*". "*Não é sério*", teria dito ele a respeito do Brasil.

Verdade ou ficção, será que o nosso Brasil merece uma reedição de tal epíteto?

A credibilidade internacional é crucial para os interesses da Pátria. É preciso preservá-la a todo custo.

Sr. Presidente, solicito a divulgação do meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa.

O SR. ROBERTO BRITTO (PP-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar todos os suplentes de Vereadores, que, numa luta realmente muito grande, fizeram enorme sacrifício e, por certo, haverão de ver coroado o êxito dessa grande vitória que teremos hoje neste plenário.

O Presidente da Casa, Michel Temer, já se comprometeu a votarmos hoje a PEC dos Vereadores.

Envio um abraço especial a todos os Vereadores da Bahia que aqui se fazem presentes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste momento quero parabenizar o Governo Lula que vai lançar no próximo mês a Ferrovia Leste-Oeste, ligando Vilhena, em Rondônia, a Ilhéus, na Bahia. A obra, que demandará investimentos de cerca de R$9 bilhões, começa a ser construída em 2009, mas a licitação de sobrevoo da região já está pronta e a concorrência para os estudos de impacto ambiental deve ser feita em janeiro. A Leste-Oeste formará um entroncamento com a Norte-Sul em Goiás, na altura de Uruaçu. Em território goiano, os trilhos passarão pelas cidades de Aruanã, Uruaçu, Niquelândia, Alto Paraíso e São Domingos.

A construção da Leste-Oeste ficará a cargo da Valec Engenharia, responsável também pela Norte-Sul. Segundo o presidente da empresa, José Francisco das Neves (Juquinha), o Presidente Lula pretende melhorar a logística brasileira, fazendo com que as mercadorias produzidas, principalmente no Centro-Oeste, cheguem a qualquer porto do País com maior velocidade. *"Vamos diminuir tempo para uma carga chegar ao Japão em 45 dias, e aos Estados Unidos, em 10, com custos reduzidos em 30%"*, destaca.

Juquinha lembra que, embora o lançamento oficial da Leste-Oeste ocorra em janeiro, há 2 meses, o Governador da Bahia, Jacques Wagner, esteve com o Presidente Lula, que, na ocasião, lançou o projeto de construção da ferrovia naquele trecho.

De Vilhena a Ilhéus, a Leste-Oeste terá 3,1 mil quilômetros de extensão. *"Vai passar por Goiás, na região de São Domingos, nordeste do Estado, em Uruaçu e vai seguir em direção à região do gado: Nova Crixás, Crixás, envolvendo, inclusive, Uruanã. Depois segue em direção a Nova Xavantina e Lucas de Rio Verde e vai chegar a Vilhena"*, destaca.

Em Goiás, a ferrovia vai cumprir também um papel social, fomentando o desenvolvimento do nordeste Goiano. *"A cada 100, 150 quilômetros, temos um polo industrial instalado. Aí você imagina o que vai acontecer com a região nordeste do Estado, recebendo novas indústrias e tudo o mais, de acordo com as características da localidade"*, frisa.

A Valec já iniciou o processo de licitação para o sobrevoo de todas as áreas atingidas pela construção da ferrovia, envolvendo um trecho de cerca de 5 mil quilômetros. *"A licitação dos estudos do impacto ambiental vai ser divulgada na próxima semana. A intenção é que essa obra da Ferrovia Leste-Oeste, principalmente no trecho baiano, seja iniciada em 2009"*.

De acordo com o presidente da Valec, a Leste-Oeste vai atrair novas indústrias para Goiás. *"Ao longo dessa ferrovia, teremos verdadeiros portos secos"*. Ele destaca ainda a geração de empregos na região das obras. *"Nas construções da Norte-Sul e Leste-Oeste, no segundo semestre de 2009, a gente já estima estar trabalhando com 50 mil homens em emprego direto; imagina os indiretos"*, calcula.

Modelo aplicado na Norte-Sul é sucesso mundial.

A construção da Leste-Oeste demandará investimentos da ordem de R$9 bilhões. Segundo José Francisco, possivelmente a obra não enfrentará grandes problemas com recursos, visto que passará por processo semelhante ao da Norte-Sul, onde os recursos de venda de concessão dos primeiros trechos serão usados para finalizar os seguintes. A expectativa é que R$4,5 bilhões sejam investidos pelo Governo Federal e o restante seja levantado por meio de concessões.

A concessão de um trecho da Norte-Sul rendeu R$1,4 bilhão à Valec. A vencedora do processo foi a Companhia Vale do Rio Doce. Com os recursos, a empresa de engenharia vai dar as ordens de serviços para o trecho da Norte-Sul, ligando Uruaçu a Anápolis em janeiro. *"As empreiteiras estão se instalando. Devemos ter cerca de 7 mil homens trabalhando a partir do mês de maio"*.

Passo a abordar outro assunto. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dirijo-me aos ilustres pares para alertá-los sobre a importância da apreciação, pelo Plenário desta Casa, do Projeto de Lei Complementar nº 1, de 2003, de autoria do Deputado Roberto Gouveia, a respeito do financiamento das ações e serviços de saúde da rede pública.

Essa proposição destina-se a regulamentar a Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, que determina que um projeto de lei complementar estabelecerá:

a) os percentuais mínimos de aplicação em ações e serviços públicos de saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

b) os critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados destinados a seus

respectivos Municípios, objetivando a progressiva redução das disparidades regionais;

c) as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal; e

d) as normas de cálculo do montante a ser aplicado pela União.

O Projeto de Lei Complementar nº 1, de 2003, propiciará uma elevação nos recursos disponíveis para o Sistema Único de Saúde — SUS. Essa proposição determina que a União destine à saúde 10% de suas receitas correntes brutas. Estima-se que, com a aprovação da matéria, o mínimo de recursos federais anuais aplicados em saúde passe dos atuais R$43,9 bilhões para R$56,7 bilhões.

Enquanto não se regulamenta a Emenda Constitucional nº 29, utilizam-se as regras transitórias pelas quais Estados e Municípios destinam a ações e serviços de saúde 12% e 15%, respectivamente, das receitas próprias e transferências constitucionais e legais. Atualmente, cabe à União repassar apenas o mesmo que gastou no ano anterior, acrescido da variação nominal do PIB.

O PLP nº 1, de 2003, também especifica o que é e o que não é gasto em saúde. Segundo o projeto, serão consideradas despesas com ações e serviços públicos de saúde: vigilância em saúde; atenção integral e universal à saúde em todos os graus de complexidade, incluindo assistência terapêutica e recuperação de deficiências nutricionais; capacitação do pessoal de saúde do SUS; desenvolvimento científico e tecnológico e controle de qualidade promovidos por instituições do SUS; produção, aquisição e distribuição de insumos específicos dos serviços de saúde do SUS e ações de saneamento básico próprio do âmbito domiciliar ou de pequenas comunidades, desde que aprovadas pelo Conselho de Saúde. Também fazem parte

desse grupo outras ações relacionadas ao manejo ambiental, controle de vetores de doenças e à gestão do SUS.

Ficam excluídas despesas como: pagamento de inativos e pensionistas; programas de alimentação, ressalvada a recuperação de deficiências nutricionais; ações de saneamento básico em cidades em que os serviços sejam implantados ou mantidos com recursos provenientes de fundo específico, taxas, tarifas ou preços públicos; limpeza urbana; ações de assistência social e obras de infraestrutura urbana.

Na falta de uma clara definição, ações de saneamento e de combate à fome têm sido contabilizadas como gastos de saúde por alguns governos.

Essa matéria tramita há 4 anos nesta Casa e há mais de 1 ano encontra-se à disposição do Plenário para deliberação.

Diante de sua relevância para o desenvolvimento do SUS, solicito à Presidência da Câmara dos Deputados e aos Srs. Parlamentares todo o empenho para que o Projeto de Lei Complementar nº 1, de 2003, seja incluído na pauta de votação do plenário o mais breve possível.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Deputado Lincoln Portela.

O SR. LINCOLN PORTELA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, acompanhei pela tevê, como muitas pessoas que são contemporâneas a mim também o fizeram, ainda quando era em preto e branco, uma novela chamada *Direito de Nascer*. Essa PEC dos Vereadores já está tramitando há muitos anos, tal como ocorreu com essa novela, que jamais saía do ar. Quem assistia à *TV Tupi* lembra-se de que essa novela não tinha fim.

Sr. Presidente, seria bom resolvermos essa questão da PEC dos Vereadores, que já nos deu muito trabalho. Já tramitou por muitas Comissões na Câmara dos Deputados, já foi ao Senado e voltou. A Casa não pode mais retardar essa votação. Quem quiser votar a favor que vote a favor; quem quiser votar contra que vote contra. Esse é um posicionamento extremamente democrático. Esperamos, então, que hoje a Oposição saia da obstrução e possamos votar essa PEC numa sessão extraordinária.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Lamentamos profundamente não ter sido possível dar a palavra aos demais Deputados que gostariam de falar por 1 minuto. Ocorre que todos os oradores que usarão a palavra por 5 minutos têm compromissos já assumidos e precisam que o horário seja cumprido.

A Presidência informa que está defendendo o seguinte modelo: uma hora para os pronunciamentos dados como lido, dispondo cada Deputado de 1 minuto para o devido encaminhamento. Essa experiência tem possibilitado que mais oradores façam uso da palavra.

Informa ainda que, como vai presidir agora a reunião do Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica, vai passar a direção dos trabalhos desta sessão ao Deputado Manato, mas este Presidente voltará para, antes do Grande Expediente, dar a palavra por mais 1 minuto àqueles que o desejarem.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente, peço a palavra para um comunicado de urgência e relevância, não é um pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - V.Exa. não vai burlar o que acaba de ser estabelecido. Não adianta, que eu não vou permitir. Não vou permitir.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Continuando o período do Pequeno Expediente, concedo a palavra ao ilustre Deputado Vicentinho.

Passo a Presidência ao Deputado Manato.

O SR. VICENTINHO (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, colegas Vereadores, boa tarde. Quero dar uma resposta a algo que ouvi ainda há pouco. O Parlamentar é igual em qualquer instância. Fomos eleitos pelo povo e temos tarefas bem definidas, tanto no âmbito federal, quanto nos âmbitos estadual e municipal. Vamos devagar com o andor, porque aqui todos nós somos iguais; ninguém é melhor.

Parabenizo os Vereadores pela inteligência da mobilização e pelo jeito bonito de se manifestarem perante os Parlamentares.

Passo a abordar outro assunto. Sr. Presidente, parabenizo o Deputado Onyx Lorenzoni e o seu partido, o Democratas, porque acabamos de chegar a um entendimento. Após 14 anos, daqui a pouco votaremos o Estatuto da Igualdade Racial. Trata-se de um salto de grande qualidade. O Estado brasileiro reconhece — como reconheceu a injustiça com os idosos, com as mulheres, com os jovens, adolescentes e pessoas com deficiência — a importância da luta para que todos nós sejamos julgados em condição de igualdade, independentemente da cor da pele, e de acordo com o caráter. Essa votação histórica ocorrerá daqui a pouco. Estaremos presentes, comemorando esse importante momento da história brasileira.

Tratarei de outra questão. Sras. e Srs. Deputados, nos poucos minutos que ainda tenho, quero dar-lhes uma notícia a respeito da Makita, uma grande e importante empresa japonesa, sediada no ABC Paulista, mais especificamente em Diadema e em São Bernardo, há quase 30 anos. É uma empresa de alto nível, com

funcionários qualificados. São pessoas de bem — jovens, idosos, homens e mulheres —, que produzem riqueza.

O relacionamento entre o representante dos trabalhadores, o sindicato e essa empresa era o mais respeitoso possível. Mas, para nossa surpresa, a empresa deu férias coletivas a todos os seus 315 trabalhadores e, enquanto eles estavam de férias, noticiou o seu fechamento. Isso causou uma dor aguda nos trabalhadores. Eles decidiram acampar sob uma lona, em frente à empresa, para mostrar que não aceitam esse tipo de atitude, que não aceitam essas demissões.

Quero saudar o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Sérgio Nobre, que fez um discurso com ira santa contra o ocorrido. Saúdo também o companheiro Moisés e a companheira Rose, ambos do sindicato — ela também é funcionária da Makita. Saúdo, ainda, o Vereador Paulo Dias, que também é funcionário da Makita, assim como os companheiros Cláudio, Isabel, Adriano, Raul e todos os que estão na porta da empresa, insistindo em garantir seu direito ao trabalho.

Ameacei denunciar a empresa à Embaixada japonesa, e mesmo à OIT, por sua postura antissindical e pela falta de diálogo com os trabalhadores. Mas, como haverá hoje, às 17h, uma reunião com a direção da empresa e a do sindicato, espero que ela se digne a buscar uma solução negociada.

Sr. Presidente, entre os quase 60 PLs de que sou autor, há o Projeto de Lei nº 6.356, de 2005, que define critérios para demissões em casos como esse. Se tal projeto tivesse sido aprovado, a EMBRAER não teria feito o que fez, a Makita não faria o que está fazendo. É importante respeitar trabalhadores dignos, que estão há mais de 20 anos nas empresas. Não é possível que sejam demitidos dessa forma,

sem receber sequer uma explicação, sem haver um diálogo, uma busca de solução. Afinal, eles são responsáveis pela riqueza dessa importante empresa que é a Makita.

Manifesto minha solidariedade a todos os trabalhadores. Ficamos na expectativa de que hoje, às 17h, haja uma solução que respeite as lideranças, o sindicato e os trabalhadores dessa empresa. Ela tem como correspondentes vários outros trabalhadores, que são fornecedores e consumidores.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Inocêncio Oliveira, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Manato, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. GERSON PERES - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar postulação de inclusão da PEC nº 308, de 2004, na pauta dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Manato) - Aceitamos o encaminhamento de V.Exa.

O SR. GERSON PERES - E que os Líderes, hoje, cumpram o compromisso de votar a PEC dos Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Manato) - Será aceita.

SR. GERSON PERES (PP-PA. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é bem-vinda a PEC nº 308, de 2004. Faço um apelo ao Presidente Michel Temer para que, dentro das normas que adota, agilize sua inclusão na pauta do plenário. Ela tem bons propósitos. Cessa os graves problemas que afligem os sistemas prisionais e dá reintegração social de conhecimento à sociedade brasileira. Os impactos orçamentários serão bem menores. O desperdício praticamente deixará de existir, e o agente prisional deixará de ser a vítima permanente dos infratores.

Concordo plenamente com o que finaliza o justo apelo de um dos agentes: *"É engano de quem pensa que a função do agente penitenciário é reeducar e ressocializar. Ele é o responsável pela custódia do preso, pela segurança do estabelecimento e com isso deve preparar o ambiente para que os órgãos responsáveis possam ressocializar, ensinar e promover cursos técnicos. É necessária a criação da polícia penitenciária, pois não justifica todas as forças de segurança trabalharem para prender, a Justiça condenar e os internos ficarem sob a guarda de pessoas comuns, sem que tenham condições para contê-los. Essas pessoas não têm como se defender do crime organizado, não possuem porte de arma e treinamento adequado. É imprudente e ato de covardia colocar ovelhas para tomarem conta de lobos."*

O SR. PRESIDENTE (Manato) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Júlio Cesar. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. JÚLIO CESAR (DEM-PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu vinha para cá com a intenção de falar a favor da PEC dos Vereadores, mas me deparei com várias pessoas distribuindo este documento, que endosso na sua plenitude.

Nele, a Associação Brasileira de Câmaras Municipais reivindica o seguinte: recompor a representação; diminuir as despesas municipais; resgatar a autonomia do Congresso Nacional — ferida por decisão judicial, por omissão nossa mesmo; e fortalecer a base da democracia brasileira.

E mais, em relação à PEC dos Vereadores, cita estudo de François Bremaeker, que foi do IBAM, e agora é da Transparência Municipal, que enuncia que as despesas orçamentárias de todos os municípios do Brasil foram 213,9 bilhões de reais, em 2007, e que, se fossem aplicados os 5% a 8%, seriam 14,6 bilhões de reais, correspondendo a 6,66%.

O que vamos aprovar hoje, Sr. Presidente, representa não 14%, mas 12%, uma economia de mais de 2 bilhões — precisamente, 2,2 bilhões. Quero dizer a todos os Vereadores do Brasil, com respeito àqueles que têm mandato, alguns com posições contrárias, que sou totalmente a favor, porque restabelece a autonomia do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, em respeito aos projetos do pré-sal, tenho estudado profundamente os critérios de distribuição dos *royalties* e da participação especial em vigor. Eles são injustos, perversos, desagregadores, pois têm contribuído para aprofundar a diferença entre ricos e pobres no País.

A renda *per capita* do Nordeste, há mais de 20 anos, permanece no mesmo patamar. Ai de nós nordestinos se não fossem os programas sociais. É uma oportunidade ímpar para o Presidente Lula resgatar essa dívida histórica da União com o Nordeste e fazê-lo crescer de maneira diferente do crescimento de agora.

A redistribuição compensatória de renda, essa sim, atende ao princípio constitucional que estabelece que cabe à União promover mecanismos que diminuam as desigualdades sociais e regionais. É essa medida que queremos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, além de 2 projetos de lei que propõem a redistribuição, pelo FPM e FPE, das riquezas do petróleo, os *royalties* e a participação, também apresentei emenda à PEC da Reforma Tributária, na qual, pelo mesmo critério, proponho a mesma coisa.

Agora mesmo estou apresentando 5 emendas aos 4 projetos do pré-sal, propondo também mudança que compense os Estados mais pobres, para diminuir a dependência que têm da União.

Estou apresentando proposta que dispõe que o Fundo Social seja distribuído por critério previamente definido, não político, no qual os poderosos, que têm mais força, carregam mais para seus Estados, mas matemático, distribuidor e compensador de renda, por meio também do FPE e do FPM. Por que o FPE? Porque tem um indicador em que se multiplica o fator população pelo fator inverso da renda *per capita*.

Faço isso, Sr. Presidente, também baseado em princípio constitucional. Já estou cansado dessa história de dizer que o Rio de Janeiro é produtor de petróleo. Já andei pelo Rio de Janeiro. Em sua base não existe um poço de petróleo. Os poços estão na plataforma continental. E estabelece a Constituição que o mar, a

plataforma continental, pertence à União, e somente a ela. Não pertence nem a Estados, nem a Municípios.

Por que vamos aceitar imposições? Querem impor mais injustiça social na distribuição de uma renda que não é de Estados, nem de Municípios, mas do povo brasileiro, da União.

Se é assim, o investimento é responsabilidade dos cofres da União, que recebem contribuição de todo o povo brasileiro. Então a redistribuição deve ser feita também para toda a população, principalmente para compensar as desigualdades sociais e regionais, especialmente no Nordeste, região que tem um crédito de mais de 50 anos com a União, em função dos privilégios existentes no País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aqueles que nos acompanham neste momento, inicialmente, como filho e pai de médico veterinário, quero saudar todos os profissionais de veterinária no Brasil, categoria profissional que tem dado contribuição extraordinária na história brasileira, lembrando que o País, nos últimos 10 anos, tornou-se campeão mundial em exportação de alimentos, graças também à participação decisiva desses profissionais, com a incorporação de tecnologias.

Quero caracterizar esta homenagem no plano nacional, fazendo citação especial ao extraordinário profissional e ser humano Josélio de Andrade Moura, Presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária, um dos grandes líderes de todos esses profissionais, e ao meu professor, mestre, amigo, Dr. Air Fagundes dos Santos, Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Rio Grande do Sul.

Então, na figura desses 2 profissionais, homenageio aqueles homens e mulheres que diuturnamente, trabalhando nas piores condições, conseguem fazer do Brasil um país cada vez mais forte, com uma sociedade cada vez mais justa.

Sr. Presidente, Deputado Manato, venho à tribuna contar uma história de Justiça, uma história que não fez — ao longo deste breve relato — aquilo que consideramos vital em qualquer sociedade: justiça.

Quero contar rapidamente a história de uma pessoa chamada Gustavo Roberto Schroeder, até poucos dias atrás Prefeito de Ibirubá, figura extraordinária, homem pobre, sem posses, que, lutando com dignidade, fez suas campanhas para Vereador, a pé, depois para Prefeito. É daquelas pessoas que conquistam todos que

têm a felicidade de conhecê-lo, por sua humildade, simplicidade e qualidade de homem público.

Fruto de um equívoco não cometido por ele, mas por uma pessoa que o apoiava, viu sua eleição anulada. Ele, eleito numa cidade que tem 13 mil votos possíveis — este plenário está repleto de Vereadores —, fez 7.700 votos. Não há nenhuma dúvida de que é reconhecidamente o líder que aquela comunidade desejava. Como disse, por uma dificuldade, acabou vendo sua eleição anulada.

Haverá nova eleição agora, em 20 de setembro, uma data importantíssima na cultura gaúcha, quando se comemora a Revolução Farroupilha.

Pois ele, que foi considerado elegível — ele e seu vice — pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, recebeu agora o indeferimento da sua candidatura a Prefeito de Ibirubá, em primeira instância, pelo Juiz Eleitoral da 121ª Vara Eleitoral do Rio Grande do Sul, num ato de absoluta injustiça. Esse juiz, na sua sentença, não aponta um único artigo de uma única lei que o impeça de disputar a eleição e vencê-la, como é a vontade do povo de Ibirubá.

Por isso, trago a esta tribuna um protesto veemente. Por que não pode, se o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul considerou o Prefeito e o seu Vice elegíveis? Eles não ficaram inelegíveis, foram absolvidos da acusação de compra de voto. Houve apenas utilização de poder econômico, poder esse de que o Prefeito não dispõe. Todos de Ibirubá sabem do que eu estou falando. O Prefeito é um homem pobre, simples, humilde e não pode ser alvo desse tipo de injustiça.

Portanto, trago ao conhecimento desta Casa esse fato. Muito do que ocorre hoje nos municípios brasileiros é por causa do vácuo legislativo, é porque esta Casa

não legislou. Aliás, quero lembrar aos membros do Judiciário que a nobre função do Judiciário é aplicar a lei; quem faz lei é Vereador, é Deputado Federal.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Onyx Lorenzoni, o Sr. Manato, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marçal Filho, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - Dando sequência ao Pequeno Expediente, concedo a palavra à nobre Deputada Fátima Bezerra, do PT do Rio Grande do Norte. S.Exa. dispõe de até 5 minutos.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez, quero me dirigir aos Vereadores presentes e também a todos aqueles que se encontram nos seus municípios, especialmente os do meu Estado, o Rio Grande do Norte, para lhes dizer que estamos lutando para que a Oposição desista dessa atitude de obstrução, para que ainda hoje possamos votar a PEC dos Vereadores.

Não quero crer que a Oposição seja contra o pré-sal, seja contra os Vereadores. Portanto, meus queridos, de público, mais uma vez, reafirmo minha posição. Contem comigo, vou votar a favor da PEC dos Vereadores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, por um acordo dos nossos colegas Parlamentares da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, apresentei meu parecer substitutivo ao projeto de lei que estabelece o Plano Nacional de Cultura. Agora, esperamos na reunião ordinária da Comissão do próximo dia 23 aprovar a nossa proposta.

A criação do Plano Nacional de Cultura, Sr. Presidente, está prevista na Emenda Constitucional nº 48, em vigor desde agosto de 2005. No nosso substitutivo que apresentei ao projeto, o Plano Nacional de Cultura estabelece as atribuições do Poder Público na área cultural e amplia as possibilidades de parceria com entidades privadas. Várias áreas da cultura foram incluídas no texto do substitutivo como a cultura digital e o turismo cultural, que não estavam previstos no texto original, além de ações de desenvolvimento sustentável.

O Plano Nacional de Cultura terá a duração de 10 anos e sua implementação e monitoramento será feito pelo Ministério da Cultura por meio do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais. Serão realizadas revisões periódicas com vistas à correção de deficiências e distorções, sendo que a primeira será realizada após 4 anos da promulgação desta Lei.

A proposta de ter um Plano Nacional de Cultura surgiu em 2005, após as reivindicações e sugestões apresentadas durante a I Conferência Nacional de Cultura, que mobilizou cerca de 60 mil pessoas para o debate das políticas culturais do Brasil. Depois dessa etapa, foram realizados seminários em todos os Estados, oficinas e fórum virtual para a elaboração e encaminhamento do projeto de lei do PNC à Câmara dos Deputados.

Aprovar este Plano Nacional de Cultura é definir o planejamento de políticas culturais de longo prazo que vão proteger e promover a nossa diversidade da cultura brasileira.

Este será, com certeza, um grande avanço na institucionalização da gestão cultural brasileira e um extraordinário apoio ao desenvolvimento da cultura de nosso País.

É essencial ressaltar, mais uma vez, a importância desse projeto para a política cultural do nosso País. Com a aprovação do Plano Nacional de Cultura, daremos à cultura o mesmo *status* que tem a educação na Constituição, que já tem o Plano Nacional de Educação, objeto de revisão.

Com o Plano Nacional de Cultura vamos dotar o Estado brasileiro de um conjunto de propostas e diretrizes voltadas para a expansão e o fortalecimento da cultura pelo País afora.

Com o Plano Nacional de Cultura, Sr. Presidente, Estados e Municípios vão ter 180 dias para também aprovar seus planos estaduais e municipais.

Com o Plano Nacional de Cultura, vamos fazer reformulações no Fundo Nacional de Cultura.

No mesmo dia 23, também vamos colocar em votação a PEC nº 150. E o que diz esta PEC? Que Governo Federal, Estados e Municípios têm de destinar para a cultura no mínimo 2%, 1,5% e 1%, respectivamente.

Portanto, fica desde já nossa convocação aos militantes da cultura, à comunidade cultural, aos gestores, para que no próximo dia 23 ocupemos a Câmara dos Deputados, a fim de que, nesse dia, possamos dar um passo muito importante rumo ao fortalecimento da cultura, ao incentivo, à promoção dessa diversidade cultural tão rica do nosso País, à universalização do acesso da maioria da população à cultura, aprovando o Plano Nacional de Cultura e a PEC nº 150.

Quero aqui, também, registrar o empenho do Ministro Juca Ferreira e de toda sua equipe que muito tem se somado conosco nesta luta.

Por fim, quero dar conhecimento a esta Casa, na condição de Coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa do Piso Salarial dos Professores, que, no próximo dia 16, educadores de todo o Brasil estarão aqui em caravana realizando mais um ato em defesa da Lei do Piso Salarial. A Frente tem retomado as audiências com os Ministros do Supremo. Na semana passada, estivemos com o Ministro Ricardo Lewandowski. Hoje estivemos com o Ministro Marco Aurélio Melo, com a Ministra Ellen Gracie e, mais tarde, estaremos com o Ministro Aires Brito. No dia 22, iremos nos encontrar com o Ministro Gilmar Mendes.

A Frente Parlamentar em Defesa do Piso Salarial dos Professores, juntamente com a Comissão de Educação, o Senador Cristovam Buarque, a Senadora Fátima Cleide, o Deputado Carlos Abicalil, a Deputada Maria do Rosário, o Deputado Iran Barbosa, o Deputado Professor Setimo, estamos empenhados no sentido de que o Supremo se reúna ainda este ano e aprecie o mérito dessa lei. Ao apreciá-lo, esperamos que resgate o seu conteúdo original, para que a partir de janeiro do ano que vem, quando se dará a integralização do piso, não se use das gratificações para o pagamento do piso, até porque, se o fizerem, não será piso, mas teto.

Infelizmente, há muitos Estados e Municípios que não estão respeitando o piso salarial, daí a importância dessas nossas idas ao Supremo novamente, para que julgue a matéria. Faz-se necessária, também, a complementação financeira por parte do Governo Federal, para que os municípios que não podem pagar tenham como cobrar do Governo Federal.

Não podemos nos omitir e nem vacilar na defesa dessa lei.

Piso salarial já para os professores de todo o Brasil!

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - Concedo a palavra à nobre Deputada Sueli Vidigal.

A SRA. SUELI VIDIGAL (PDT-ES.) - Sr. Presidente, colegas Deputadas, Deputados, eu não poderia deixar, neste momento, de utilizar a tribuna para dizer que votaremos nesta tarde a favor da PEC dos Vereadores. Aliás, tive oportunidade em outras tribunas de expor minha posição favorável a esta PEC, que nasceu no meu partido, o PDT, e, atendendo ao pedido do Deputado Mário Heringer, do PDT, quero afirmar a sua posição favorável a esta PEC. Ele não está inscrito e me deu esta incumbência. Quero agradecer ao companheiro Deputado Manato, do meu Estado, o Espírito Santo, que me cedeu a sua inscrição para eu poder me pronunciar e, mais uma vez, expor minha posição favorável à PEC dos Vereadores. Devo aqui, novamente, registrar minha gratidão, aliás, a gratidão quando expressada é muito bonita, porque ela é a memória do coração. Portanto, obrigada, Manato, por me permitir esta oportunidade.

Tenho dito que a eleição para Vereadores se trata da mais difícil realizada em um País, em um Estado, sobretudo em um Município. É a mais difícil porque às vezes esses homens e mulheres disputam com pessoas amigas, parentes, dentro da sua própria comunidade; e, além do que, Deputados, são eles que absorvem o primeiro impacto dentro de um município. Eles dormem e acordam em seus bairros — com as mais diversas solicitações, cobrados pelos moradores e como os mercadores de sonhos —, levando suas reivindicações, sendo interlocutores das administrações locais.

Portanto, quero, nesta oportunidade, parabenizar todos os suplentes de Vereadores que estão esperando a aprovação dessa PEC, para que possam exercer a sua representatividade no Município.

Falo aqui pelo Município de Serra, e gostaria que, nesta oportunidade, levantasse o lenço quem é do Estado do Espírito Santo. *(Manifestação das galerias.)* Pois bem, quero dizer que alguns Vereadores me abordaram — eu tinha compromissos no Estado do Espírito Santo e estava indo para o aeroporto — e, como me foi garantido que esta PEC vai ser votada hoje, eu não poderia deixar de atender à solicitação para aqui ficar e apoiá-la. Se for por conta de um voto, tenham certeza de que os senhores não vão perder, porque eu estou aqui para garantir esse voto, para garantir a minha posição favorável à PEC que vai aumentar a representatividade dos Vereadores. O Município de Serra tem 410 mil habitantes e 17 Vereadores. Com essa nova proposta, passará a ter 21 Vereadores, o que certamente aumentará sua legitimidade e representatividade, sem onerar os cofres públicos — inclusive companheiros nossos de partido estão no aguardo dessa aprovação.

Um abraço carinhoso a todos os senhores. Vamos aguardar. E vamos à luta, porque a vitória é certa.

Muito obrigada.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (Bloco/PSB-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Município de Lagoa Grande, no sertão do São Francisco, será a primeira cidade da região a contar com um centro de capacitação profissional e inclusão da pessoa com deficiência. O projeto do centro foi um dos 3 aprovados pelo Governo do Estado visando promover a inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

O contrato de cooperação técnica entre Prefeitura e Governo foi assinado no ultimo dia 21 do mês passado no Palácio Campo das Princesas, na presença do Governador Eduardo Campos, do Secretário de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos Roldão Joaquim e dos Prefeitos dos municípios contemplados.

A Prefeita de Lagoa Grande, Rose Garziera, falou em nome dos Prefeitos, dizendo da importância de inserir as pessoas com deficiência na sociedade por meio de cursos profissionalizantes para facilitar a entrada dessas pessoas no mercado de trabalho. Afirmou ainda que o projeto, a partir de setembro, passa a ser de responsabilidade da Secretaria de Administração de Planejamento de Lagoa Grande, que tem como titular a Profa. Eridan Carvalho Coelho.

O centro de capacitação profissional será voltado para o atendimento à pessoa com deficiência em idade produtiva para o mercado de trabalho, por meio da formação cidadã, da qualificação profissional, da formação empreendedora, para liderança e gestão de trabalho e renda em Lagoa Grande. Ao se pronunciar, a Profª. Eridan Carvalho afirmou que o pensamento é capacitar 200 pessoas com deficiência, e que vai ser iniciado o levantamento dos beneficiários para participarem de cursos de LIBRAS, de intérprete da Linguagem Brasileira de Sinais, de inglês ou espanhol, de informática, turismo escolar e economia solidária, entre outros.

Fico feliz, Sr. Presidente, por essa ação do Governo do Estado, que sai da região metropolitana do grande Recife e vai para o sertão do São Francisco para promover uma ação social de grande importância, criando chances reais para aquelas pessoas que se sentem excluídas pela sociedade e que agora poderão ingressar no mercado de trabalho.

O SR. NELSON BORNIER (Bloco/PMDB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subo a esta tribuna não só para resgatar os valores culturais e sociais de significativa parcela da população brasileira, mas também para me solidarizar com os que pagaram com a própria vida o preço de um ideal.

Trazidos de terras distantes para substituir a mão de obra indígena, esses nossos irmãos tiveram grande importância, nos primórdios da nossa colonização, na agricultura e na mineração. Desempenharam eles papel de grande relevância na consolidação da nossa economia.

Precursora da globalização social há mais de meio século, a Declaração Universal dos Direitos do Homem procurou nivelar o ser humano sem qualquer distinção de origem, raça ou cor, por tudo o que ele representa.

Infelizmente, Sr. Presidente, nem todos os países signatários daquela proclamação entenderam o significado da intenção da Organização das Nações Unidas, especialmente na América Latina, mantendo, por longos anos, os povos de origem africana em situação de inferioridade, como se alguém pudesse escolher a origem, a raça ou a cor.

Na nossa casa, somente agora, decorridos mais de 390 anos do Descobrimento, pode o componente africano respirar o ar da liberdade. Mesmo assim em condição discricionária, que ainda hoje persiste, embora atenuada, pois não se pode dizer que não temos preconceito racial. Uma memória inexpressiva, é bem verdade, insiste em discriminar o negro, apesar das proibições legais e dos esforços das nossas autoridades em corrigir essa anomalia.

Como bem avaliou o IBGE, em recente levantamento sobre as desigualdades

no mercado de trabalho do País, a crise do desemprego nos últimos anos foi sentida com mais intensidade pelos negros e pardos.

Além de tudo, entre eles a taxa de desemprego é maior, os rendimentos são mais baixos e as ocupações são, em sua maioria, precárias. Após 116 anos do fim da escravidão, os negros e pardos estão num patamar inferior ao dos brancos, em termos de escolaridade, rendimento e oportunidades de trabalho.

Se formos analisar a participação do afro-brasileiro na nossa sociedade de hoje, veremos que, a despeito dos avanços conseguidos, o negro ainda tem certas desvantagens. Haja vista o que ocorre no mercado de trabalho e no acesso ao ensino superior, onde o índice de participação deixa muito a desejar.

Sr. Presidente, são essas as considerações que faço desta tribuna, não deixando de reconhecer a luta empreendida pelos negros do nosso País. Evidencio a necessidade de se fazer justiça a uma classe tão sofrida e tão perseguida, desde tempos remotos.

Era o que tinha a dizer.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PR-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Estado de Pernambuco já destina 40% de sua produção leiteira para a fabricação de queijos — não apenas os tradicionais do Nordeste: de manteiga e coalho, mas também do tipo Reino, Camembert, Gouda, requeijão, e até o queijo Brie de leite de cabra, apreciadíssimo na França e em outros países. Há 11 anos no mercado, a empresa Campo da Serra lidera essa produção e vende até pela Internet, como acaba de revelar extensa matéria no *Jornal do Commercio* do Recife, em 22 de agosto de 2009. O que falta para maior conhecimento do público é alcançar a rede de distribuição dos supermercados no próprio Nordeste e no Sul, Sudeste e outras regiões do país, pois a qualidade do produto é altamente competitiva.

O fato é que está em curso com processo de diversificação nas bacias leiteiras de Pernambuco, que pode levar, dentro de mais alguns anos, a uma produção industrial com alto valor agregado, fugindo assim à tradicional produção de leite para consumo humano e industrial.

Minas Gerais é um exemplo que deve ser copiado no seu conhecido Circuito do Queijo não somente pela tradição enraizada dos famosos queijos de Minas, como também pelos queijos do Reino, que são os queijos bolas ou flamengos vindos nos navios durante os séculos XIX e XX de Portugal — do Reino — e que chegavam, aqui, desidratados com gosto e cheiro típicos e eram apreciados nas misturas com os doces de frutas da terra.

O Complexo industrial Perdigão/Batavo pode contribuir para o melhoramento do leite da nossa bacia leiteira do Agreste, dando orientação técnica aos pequenos produtores, que passam a utilizar ordenhadeiras mecânicas e resfriadores, e

oferecendo treinamento ao pessoal de manejo do gado nas áreas de limpeza e uso da água.

Segundo a ADAGRO — Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária, o Estado de Pernambuco possui cerca de 90 laticínios. E essa agência emite certificados de qualidade para que os produtores possam comercializar mais facilmente os seus produtos. Sabe-se que alguns produtores mais criativos estão produzindo o queijo de manteiga *light*, com menos gordura.

Registra a ADAGRO que houve um crescimento de 132% na produção de leite bovino nos últimos 10 anos, no Estado, em função das compras governamentais para programas de apoio à merenda escolar e ao leite de Pernambuco, e também em decorrência do aumento da renda *per capita*.

Por outro lado, apontam os técnicos que, de 1999 para cá, Pernambuco não sofreu nenhum grande período de estiagem prolongada, como havia ocorrido em décadas anteriores.

Um dos desafios dos criadores é aumentar a produtividade leiteira por animal, o que se pode conseguir com melhoria dos rebanhos, rações adequadas, manejo profissional e cuidados veterinários constantes.

O fato é que a produção leiteira aliada à produção de queijo de qualidade está trazendo maior otimismo para os criadores do Agreste e refletindo-se no aumento da renda e na oferta de empregos na zona rural, fugindo, assim, à monocultura da cana-de-açúcar e à produção de bananas ou tubérculos, cujos mercados são reduzidos e não oferecem garantia da demanda contínua.

Registra-se o interesse de importadores europeus relativamente aos queijos de qualidade, como os tipo Brie e Camembert, em especial de importadores franceses, pois os preços dos produtos nacionais são atrativos para o consumo europeu.

Muito obrigado.

O SR. MIGUEL CORRÊA (PT-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as últimas pesquisas apontam, mais uma vez, uma popularidade altíssima para o Presidente Lula. O Governo foi considerado ótimo ou bom por quase 70% dos brasileiros, o que deixa a Oposição aturdida, sem saber o que dizer.

Não sabe o que dizer, nobres colegas, porque não consegue reconhecer os acertos na forma direta de governar do Presidente da República: governar para os que mais necessitam, aliviando as tensões sociais que historicamente têm apenado essa enorme parcela do povo brasileiro, conformadas dentro de um modelo ultrapassado de concentração de renda e riqueza; governar com base em ações visando a políticas de inclusão, a exemplo do Programa Minha Casa, Minha Vida, que tem por objetivo minimizar o déficit habitacional brasileiro, causa e consequência das mais perversas mazelas sociais.

Há em marcha, Sr. Presidente, um novo círculo do bem, em termos de política de habitação no País. São ao todo 34 bilhões de reais a se investirem na concretização do sonho da casa própria para milhões de brasileiros, beneficiando cerca de 1 milhão de famílias com renda de até 10 salários mínimos e, ao mesmo tempo, gerando empregos, movimentando a economia, criando oportunidades para todos, provocando demandas reais junto à indústria da construção civil. Em suma: um programa de concepção abrangente, único, na forma de tratar a questão.

O Minha Casa, Minha Vida vai gerar oportunidades para pequenas, médias e grandes empresas da construção civil. Do total a ser aportado ao programa, 16 bilhões de reais destinam-se à aquisição de projetos para construção de casas ou apartamentos para o público com renda familiar entre 0 e 3 salários mínimos, nos

municípios com mais de 100 mil habitantes e nas regiões metropolitanas; 12 bilhões destinam-se a subsidiar o financiamento de imóveis novos, em construção ou lançamento às famílias com renda de até 10 salários mínimos. No mais, os aportes se darão em infraestrutura, com linha especial de financiamento.

As pequenas, médias e microempresas poderão contar com o Cartão BNDES até o limite de 500 mil reais por organização beneficiada. Diversos itens de material de construção terão redução dos impostos incidentes. Novos marcos legais serão utilizados para regularização fundiária de áreas urbanas. Os custos cartoriais serão reduzidos. Por último, será facilitada a obtenção de licenciamentos ambientais.

Graças à dimensão do Minha Casa, Minha Vida é de prever a melhoria do padrão da construção, com adoção de técnicas alternativas e uso de novas tecnologias capazes de diminuir custos e prazos, além de causar menor impacto ambiental, com sensível aumento da qualidade das edificações.

O programa tem uma concepção que o viabiliza por si mesmo, ao contar com a adesão de Estados, Municípios e movimentos sociais. Aos entes federados, por exemplo, caberá contribuir com aportes financeiros, doação de terrenos e garantia de infraestrutura, assim também com a agilização e desburocratização para a aprovação de projetos e concessão de alvarás, autorizações e licenças. A redução de prazos, exigências e procedimentos tornará o processo de obtenção de financiamento às construtoras bastante simplificado.

Em caso de perda de renda do mutuário, o Fundo Garantidor da Habitação refinanciará parte das prestações a partir do pagamento da sexta parcela, com cobertura durante todo o período do contrato, o que minimiza os riscos de inadimplência, responsável, em outros projetos da espécie, por obstar sua

continuidade e extensão. De outro lado, a existência desse fundo diminui os custos de seguro.

Tudo isso leva o selo da Caixa, a instituição, por excelência, sustentáculo da cidadania entre a população carente.

Enquanto outros países se recolhem, amedrontam-se diante da crise, o Brasil não se afasta da rota do desenvolvimento, sem medo de crescer. E o faz com criatividade, bom senso, espírito público e sentimento de justiça social.

Por isso, Sr. Presidente, o nosso apoio. Está de parabéns o Governo do Presidente Lula, tendo por agentes o Ministério das Cidades, a Caixa Econômica Federal e o BNDES e, por partícipes, os Estados e Municípios.

Saudações a todos e votos de grande êxito.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO BULHÕES (Bloco/PMDB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foi com muito entusiasmo que recebemos a notícia divulgada recentemente de que dobrou o número de matrículas em cursos de graduação a distância de 2007 a 2008. Nesse período, cerca de 760 mil alunos se matricularam em cursos superiores, integrando um total de 1,5 milhão de matrículas nessa modalidade, em 145 instituições em todo o País.

Verifica-se, assim, que a adesão ao ensino a distância vem crescendo em ritmo vertiginoso, o que significa a consolidação de uma nova perspectiva para a educação no Brasil. O preconceito, dominante há até bem pouco tempo, vem sendo gradativamente vencido pela qualidade dos resultados. Dito de outro modo, já se confirmou que se o curso for sério e o aluno, dedicado, o processo de aquisição de conhecimento se mostra eficaz e consistente, sem falar nas vantagens de um curso não presencial.

De fato, estudar a distância é uma possibilidade que alcança um sem-número de pessoas, em diversas camadas da população. Problemas como idade, transporte, acessibilidade e ainda a ausência de faculdades nos municípios poderão ser perfeitamente contornados com o acompanhamento de cursos a distância, o que, sem dúvida, vem ao encontro do imenso déficit educacional persistente no Brasil.

Ressalte-se, a propósito, que das 145 instituições em funcionamento, 70 são públicas. O próprio Governo Federal vem investindo na expansão dos programas de educação a distância, a exemplo da Universidade Aberta do Brasil e da Escola Técnica Aberta do Brasil. São reflexos positivos da inclusão do ensino a distância na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, desde 1996.

Estamos convictos, Sr. Presidente, das vantagens da educação a distância. A ampliação da oferta de vagas é argumento definitivo, uma vez que induz à formação de jovens e adultos e melhora a formação e a reciclagem de professores, atendendo, ainda nesse aspecto, às prementes necessidades do ensino nacional. É certo, ainda, que a flexibilidade do modelo permite alcançar um público muito variado, sobretudo em cidades que não dispõem de instituições de nível superior.

Reconhecemos, porém, por outro lado, que ainda persistem razões para o preconceito já mencionado, seja nos meios acadêmicos, seja na sociedade em geral.

O principal problema, sem dúvida, diz respeito à qualidade dos cursos. Mais do que quaisquer outros, esses devem ser objeto de rigorosa fiscalização das autoridades competentes, até para que a educação a distância possa cumprir seu papel de melhorar a formação dos brasileiros, em níveis compatíveis com as exigências do mercado de trabalho e a atual circunstância do mercado internacional.

É fundamental, nesse sentido, a aplicação de exames periódicos, em nível nacional, para avaliar a capacidade dos alunos, além da verificação de empregabilidade dos graduados por essas instituições. São mecanismos extremamente confiáveis de aferição de resultados; se esses se mostrarem positivos, podemos nos convencer, definitivamente, de que estamos às vésperas de uma nova etapa na educação do Brasil, em especial se a tendência incluir ensino técnico e profissionalizante de forma igualmente abrangente, em todo o País.

A situação atual é ainda confusa, embora extremamente promissora. Se, de um lado, o Ministério da Educação, apenas em 2008, determinou o fechamento de 1.337 polos de educação a distância por considerá-los incapazes de atender a

expectativas mínimas, por outro lado, assistiu-se, em 2007, ao resultado do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, que colocou os alunos de curso a distância em posição superior aos alunos de cursos presenciais em 7 cursos no total de 13 entre os quais se fez a comparação.

Esperamos, assim, que o rigor na fiscalização acompanhe a disseminação dos cursos mencionados, para que esses realmente possam impor-se no cenário da educação nacional. Devidamente qualificados e fiscalizados, de modo a promoverem uma formação sólida e consistente, os cursos a distância podem representar, repetimos, um novo momento na educação do Brasil, realmente capaz de reverter nosso quadro crônico de déficit educacional.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO GUIMARÃES FILHO (Bloco/PMDB-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o crime organizado tem levado medo e insegurança não apenas às maiores cidades do País, como Rio e São Paulo, mas acintosamente a todas as metrópoles brasileiras.

No segundo dia de violência, na data de hoje, Salvador tem sido palco de represália pela transferência de um líder do tráfico de drogas para o presídio de segurança máxima em Mato Grosso do Sul.

Após terem metralhado vários postos da polícia militar durante o feriado de 7 de setembro, atingindo 2 policiais que se encontravam de serviço, traficantes incendiaram na Capital baiana 6 ônibus, causando pânico à população.

Por ordem da Secretaria de Segurança Pública, as bases policiais foram protegidas com barricadas e o policiamento nas ruas foi reforçado, dando à Capital baiana aparência de uma praça de guerra, resultando na prisão de 3 pessoas, uma das quais flagrada ao arremessar uma bomba de fabricação caseira contra um posto policial. Outras 27 pessoas foram detidas, suspeitas de participarem dos ataques, porém liberadas.

Segundo informações dos policiais, cerca de 15 homens pararam o ônibus, jogaram gasolina e atearam fogo no fim da linha de Fazenda Coutos, atingindo o motorista do coletivo, que, felizmente, apenas queimou parte das roupas e passa bem.

Os criminosos também jogaram gasolina no cobrador, que igualmente nenhum ferimento sofreu por haver conseguido correr durante o tumulto, embora o ônibus viesse a ser totalmente queimado.

No confronto com a polícia, 3 bandidos foram mortos.

Como se vê, Sr. Presidente, nos últimos anos as capitais dos Estados do Nordeste tiveram, em geral, crescimento econômico superior à média nacional, elevando, no mesmo período, o índice de homicídios e os números da criminalidade em 6 dos 9 maiores centros urbanos da região.

Apenas para exemplificar, em Maceió, que está no topo da lista das capitais mais violentas do País, a taxa de assassinatos saltou de 85,84 por 100 mil habitantes em 2006 para 88,07 em 2007, índice comparável à Medellín da época em que o narcotráfico transformou a cidade colombiana numa terra sem lei.

Para que se tenha ideia da grandeza desse número, Sras. e Srs. Deputados, destaco que a média brasileira, considerando inclusive os grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, é de 22.

O cenário de violência vivenciado nesses últimos dias pelo soteropolitano se junta às cidades de Fortaleza, São Luiz, Natal e João Pessoa, cujas estatísticas acenam para o grande aumento da taxa de homicídios e mortes violentas.

Mesmo em Recife, onde se registrou no último ano uma pequena redução no número de assassinatos, a taxa ainda permanece alta se comparada à media das demais cidades brasileiras.

Confrontando essa triste realidade com os índices de crescimento da região nordestina, tem-se evidenciado que a alta dos indicadores da economia não corresponde, por si só, à redução da criminalidade, isto é, não basta apenas a mera geração de riquezas.

A escalada de assaltos a residência em São Paulo e o aumento dos índices de violência no Rio de Janeiro, por exemplo, são a prova clara de que o desenvolvimento econômico não dissocia uma região do flagelo da criminalidade.

Conforme tenho me manifestado em pronunciamentos anteriores, Sr. Presidente, o problema de fundo da criminalidade no País é a falta de adoção de uma política de segurança pública que pressuponha soluções estruturais, dentre as quais se mostram indispensáveis a integração das polícias no combate ao crime, a alteração da legislação de forma a tornar exemplares as penas impostas, a revisão dos critérios de execução penal, principalmente pela necessidade do cumprimento de um maior período da pena em regime fechado, o aumento do numero de vagas nas prisões não para somente abrigar a atual população carcerária, mas, sobretudo, para atender aos mandados de prisão não cumpridos justamente por deficiência do atual sistema penitenciário.

Há, em suma, Sr. Presidente, que se dotar o País de uma política criminal ampla, que ataque as causas para minorar as consequências de uma violência que, a cada dia, ameaça e amedronta a sociedade, tornando-a mercê da criminalidade.

Não é sem razão, por tudo isso, que a sociedade brasileira tem apontado a segurança pública como um dos mais importantes problemas a ser imediatamente resolvido, situando-a no mesmo patamar de prioridade da educação e da saúde.

Muito obrigado.

O SR. IRAN BARBOSA (PT-SE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho utilizar este espaço na Câmara Federal para alertar o povo de nosso País, a sociedade civil e as entidades envolvidas com a causa dos Direitos Humanos para a pauta de repercussão internacional que hoje o Supremo Tribunal Federal vai definir.

Trata-se da decisão do Governo Federal de aceitar o escritor e político italiano perseguido Cesare Battisti como refugiado no Brasil, decisão essa contestada pelo governo italiano, que não solicita, e sim exige a extradição do referido cidadão.

O Estado da Itália, hoje governado por setores conservadores da política local, em claro desrespeito à soberania brasileira, vem elucubrando meios inimagináveis para forçar o Estado brasileiro a entregar o refugiado à Justiça italiana, que se encontra sedenta por vingança política.

Qualquer um que vivenciou ou já leu sobre o regime de ditadura que nosso País atravessou conhece os institutos do asilo político e do refúgio político. Asilo político é um instituto jurídico internacional que visa à proteção de qualquer cidadão estrangeiro que se encontre perseguido em seu território por delitos políticos, convicções religiosas ou situações raciais. Já o refúgio se refere a fluxos maciços de populações deslocadas por razão de ameaças à vida ou à liberdade.

Em nosso País, temos vários exemplos de personalidades públicas que usufruíram do instituto internacional do asilo político. Citamos como exemplo intelectuais, cantores e compositores como Caetano Veloso, Gilberto Gil, Chico Buarque, a própria Ministra da Casa Civil Dilma Rousseff, que tiveram de se socorrer de tal instituto contra a perseguição praticada pela ditadura militar.

O direito de buscar asilo em outro Estado é garantido pela Declaração

Universal dos Direitos Humanos. Entretanto, a proteção concedida a estrangeiros é algo mais antigo do que se imagina, uma vez que tal direito já era reconhecido nas civilizações egípcia, grega e hebraica. Ao longo da história podemos citar os pedidos de asilo político de Descartes nos Países Baixos, Voltaire na Inglaterra e Hobbes na França.

É sabido por todos, também, que é competência exclusiva do Poder Executivo da União, por intermédio do Ministério da Justiça, decidir se concede ou não asilo político para quem o solicitar.

Agora imaginem, Srs. Parlamentares, se o instituto do asilo político hoje perder seu efeito, diante de uma decisão política do Supremo Tribunal Federal; uma decisão dessa estirpe afetaria violentamente a soberania brasileira, sobre a plataforma dos seguintes eixos lógicos: primeiro, por se tratar de um ato de submissão da Suprema Corte do nosso País às pressões e vontades de outro Estado soberano, no caso a Itália, em um ato claro de estreita relação de submissão àquele país; segundo, seria um descalabro, uma falta de respeito para com o nosso próprio povo — afinal, muitos brasileiros usufruíram desse instituto internacional para salvar-se e aos seus familiares, vendo-se obrigados a deixar o País às pressas sob o perigo de perderem suas vidas, como aconteceu com muitos que não conseguiram o asilo a tempo; e, terceiro, porque tal decisão pode desencadear o ânimo de outros países para virem a questionar diversos outros asilos políticos concedidos pelo mundo, vindo até mesmo a surgir uma linhagem de decisões que possa distorcer o verdadeiro significado desse instituto.

É diante desses fatos que venho a esta tribuna suplicar aos movimentos sociais, às entidades relacionadas aos direitos humanitários e aos magistrados de

nosso País que se mobilizem neste momento importantíssimo do Judiciário brasileiro. Um instituto valoroso e histórico como a anistia política não pode render-se a interesses políticos mesquinhos e vingativos!

O que mais me intriga — aliás, deve intrigar todos aqueles que estão envolvidos com as causas sociais e que sempre estiveram do lado da democracia e dos mais necessitados — é que não há essa articulação, essa pressão de cima para baixo, como está ocorrendo no caso de Cesare Battisti, para investigar e punir os torturadores, os assassinos, os terroristas de colarinho branco que nos períodos de ditadura, de repressão e ausência de democracia mataram, estupraram, torturaram, decapitaram, praticaram os mais terríveis atos atentatórios aos direitos humanos no mundo e até mesmo aqui no Brasil!

No momento de erguer uma pauta como essa que busca emplacar a justiça para inúmeras famílias brasileiras parentes de militantes que lutaram pela liberdade e pela democracia em face dos verdadeiros terroristas e assassinos que mataram somente por haver oposição aos seus desmandos, essas placentas da ditadura não se manifestam!

Está claro para toda a sociedade, Exmos. Srs. Parlamentares, que há um grande interesse, há uma forte articulação contra o militante de esquerda que fez parte da resistência proletária italiana contra os sangrentos desmandos da ditadura genocida italiana que tanto matou e torturou, mas nada disso é levado em conta no momento do julgamento.

Eu gostaria de saber quando é que esses ditos justiceiros, defensores do Estado Democrático de Direito e dos Direitos Humanos, vão unir-se para desmascarar os monstros da ditadura brasileira — que, não muito diferente da

italiana, prendeu, torturou, instaurou o terror — exigindo a abertura dos arquivos dessa ditadura.

Em minha esperança, porém, Exmos. Srs. Deputados, apesar de me mostrar disposto e intenso, tenho a consciência de que os que guardam os segredos da ditadura talvez não estejam muito interessados em revelá-los para não amargar o desgosto de verem seus pais, tios, avós ou os próprios nomes expostos em público como sendo coautores de prisões ilegais, torturas, assassinatos, estupros e tantas outras atrocidades.

Dessa forma, Exmos. Srs. Deputados, venho a esta tribuna para convocar todas as pessoas de espírito democrático e justo, independentemente de suas posições político-partidárias, para que se juntem à luta em defesa da imediata libertação de Cesare Battisti, pois essa é uma luta não apenas em defesa da liberdade de um homem mantido preso ilegalmente e pelo respeito à soberania do Brasil, mas em defesa da democracia e do instituto do refúgio político em todo o mundo.

Não podemos permitir que o instituto do asilo político seja ameaçado, diante de interesses mesquinhos!

Eu quero acreditar, quero ainda ter esperança no Judiciário brasileiro, confiar em que ele não venha a decepcionar os princípios do Estado Democrático de Direito, da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da soberania popular.

Eis a minha posição na Câmara Federal.

O SR. JOSÉ CHAVES (PTB-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva encaminhou para apreciação do Congresso Nacional 4 projetos de lei, que estabelecem regras para a exploração das reservas petrolíferas existentes na camada pré-sal.

As proposições constituem o chamado marco regulatório, instrumento indispensável para que o Brasil prossiga sua luta na redução da enorme mancha de pobreza e de miséria que ainda atinge milhões de brasileiros.

E é para tirar do mapa do Brasil essa mancha, que é maior do que as riquezas da camada pré-sal, que o petróleo ali existente terá de ser revertido para todos os brasileiros, como bem acentuou o Governador Eduardo Campos em entrevista, no último dia 7, ao jornal *O Estado de S.Paulo*:

> *"O pré-sal é do Brasil (...). Devemos buscar o entendimento, podemos até diferenciar e aqueles que estão mais próximos da produção terem um pouco mais, como compensação, mas é inaceitável que se exclua o restante do Brasil. É tempo de se reconstruir um novo paradigma e um novo pacto federativo, onde é inaceitável a exclusão de 24 estados e de mais de 5 mil municípios".*

Sras. e Srs. Deputados, a posição assumida pelo Governador Eduardo Campos é um grito de alerta para impedir que se aprofundem as desigualdades inter-regionais em nosso País e que, ao mesmo tempo, não se aumente a acachapante dívida social que penaliza a maior parte da população brasileira.

O alerta do Governador — longe de representar um óbice ao entendimento na

apreciação do marco regulatório — traz consigo o desejo de que o Congresso Nacional seja o fórum mais importante da discussão da matéria.

Além do Poder Legislativo, o povo fará ouvir a sua voz, porque o petróleo lhe pertence, a riqueza lhe pertence e a pobreza não pode esperar mais.

Por outro lado, Sr. Presidente, partidarizar o debate, adiar a aprovação do marco regulatório seria baixar o assunto à cova rasa da insensatez, procrastinar investimentos, prolongar a fome, retardar o acesso do Brasil aos cerca de 300 bilhões de barris de petróleo que aguardam o nosso futuro no fundo do mar.

Uma fortuna de 21 trilhões de dólares não pode, simplesmente, ficar desconhecida sem que nossa gente pobre e necessitada usufrua os benefícios que essa riqueza será capaz de gerar, colocando, definitivamente, o nosso País entre as potências mundiais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, continuando estas minhas palavras, declaro-me absolutamente perplexo ante argumentos de que as medidas anunciadas pelo Presidente Lula constituem um retrocesso, uma escancarada volta ao passado e ao nacionalismo dos anos 1950 — uma inexplicável estatização somente porque as propostas enviadas a esta Casa privilegiam o Estado brasileiro, dando-lhe a supremacia na exploração do pré-sal.

A supremacia de que falam é o fato de a União liderar substantivamente os trabalhos de exploração.

Reclamam de o País ter optado pelo sistema de partilha, mas é importante que todos saibamos que 73% do petróleo do mundo são explorados sob esse sistema, e não sob o de concessões, o que apenas confirma o acerto do Governo brasileiro na proposta enviada.

E, se a partilha fortalece o Estado e influi positivamente na nossa grandeza de país livre e soberano, melhor para o Brasil e sua gente.

Que mal há nisso?

Condenável seria se fosse o contrário.

Que mal há no fato de sermos os donos dos nossos destinos e não termos de dividi-los, subalternamente, com outras nações, renunciando, com isso, ao que temos de melhor, a ousadia e a coragem do povo brasileiro, tantas vezes já demonstradas em sua longa história? Mas como podemos ser felizes se mais de 50 milhões de irmãos ainda sofrem de inanição crônica, excluídos de tudo de bem que o progresso traz em favor da humanidade?

Se a exploração do petróleo da camada pré-sal nos leva a uma onda nacionalista — não um nacionalismo cego, torto e xenófobo — e se isso nos conduzir a conquistas que revertam para o bem geral deste País, que assim seja.

Como disse antes, a fome não pode esperar.

Além de tudo, Sr. Presidente, estaremos abrindo caminhos para consolidar um desenvolvimento mais igual, equilibrado, socialmente mais justo.

A esse propósito, relembremos as palavras do eminente brasileiro José Ermírio de Moraes:

> *"A luta pela exploração de nossas riquezas não é senão uma luta pela liberdade, a vontade de ser independente, para não viver à sobra de outrem. Não é uma acumulação de lucros (...), é para dar ao país o direito de ser respeitado e admirado no concerto das nações civilizadas".*

Tenho a certeza, Sr. Presidente, de que o Congresso Nacional será sensível à "nova independência" de que falou o Presidente Lula.

Câmara e Senado darão uma resposta à ansiedade dos brasileiros, cuja maioria não tem qualquer receio de ser chamada de nacionalista.

Não devemos ter vergonha de sermos chamados de nacionalistas.

Europeus e norte-americanos não se envergonham, não abrem mão de serem nacionalistas e, mesmo assim, mantêm suas identidades culturais, políticas e econômicas, sem xenofobia.

Não fiquemos presos a dogmas, não tenhamos receio de sermos taxados de nacionalistas, sobretudo num mundo de extremada globalização, onde não há lugar para servilismos, tampouco para uma renúncia antecipada à luta contra as injustiças que ainda pesam sobre o povo brasileiro.

Sr. Presidente, quanto ao prazo de 60 dias para a tramitação das propostas, considero-o suficiente para uma detida análise pelas 2 Casas do Congresso, mas devo reconhecer que os embates em torno do assunto oferecerão a oportunidade para um entendimento que consulte todos os interesses nacionais.

É a oportunidade de mostrarmos à sociedade que estamos cientes da importância de que se reveste este momento, aprimorando as propostas, convergindo, sensatamente, para o bem do Brasil.

Esse é o nosso dever, o Congresso assim agirá.

Afinal, repetindo a indagação do Governador Eduardo Campos em sua entrevista a *O Estado:*

> *"Qual a nação que queremos construir? Uma nação que aprofunde os desequilíbrios sociais, regionais, inter-regionais?"*

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. ACÉLIO CASAGRANDE (Bloco/PMDB-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, volto a esta tribuna para falar de um assunto em que não me canso de ser repetitivo, a defesa dos aposentados e pensionistas da Previdência Social brasileira. Quero manifestar de público meu integral apoio a eles. Este é o momento de sabermos quem é quem na Casa do povo brasileiro. Quem são os Deputados Federais que realmente estão ao lado do povo, que votarão a favor dos projetos que beneficiam os aposentados e pensionistas, e quem não está. É para isso que fomos eleitos, para exercer o poder que emana do povo.

Quero registrar o movimento que a categoria realizou ontem aqui. É bonito de ver a mobilização, a força, a vitalidade, a vontade e a garra que demonstram os aposentados e pensionistas nessa batalha por uma vida mais digna. Os nossos idosos merecem consideração, pois foram eles que trabalharam, dedicaram seu suor na transformação deste País. São merecedores de um descanso em que possam aproveitar a melhor idade.

Por isso, faço aqui uma crítica ao acordo que centrais sindicais fizeram com o Governo Federal sobre a forma de aplicação do reajuste das aposentadorias e dos benefícios previdenciários. O acordo prevê que as aposentadorias e pensões com valor superior ao salário mínimo passariam a ter aumento real equivalente à metade do crescimento do PIB registrado 2 anos antes do reajuste. Peço que esse assunto, Sr. Presidente, seja levado aos Líderes partidários. Aproveito para cobrar a votação imediata do Projeto de Lei 3.299/08, que prevê a extinção do fator previdenciário, e da emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei 1/07, que garante às aposentadorias o mesmo índice de reajuste do salário mínimo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, essas matérias, já aprovadas no Senado Federal, não podem ser deixadas de lado na Câmara dos Deputados. Precisamos priorizá-las, pois elas já estão prontas para ir à votação. Entendemos que o acordo fechado entre as centrais sindicais e o Governo Federal não beneficia os aposentados. E a própria Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (COBAP) não participou das negociações para aprovar esse reajuste. Ela defende a aprovação da emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei 1/07.

A votação e aprovação dessa emenda é a única forma de fazer justiça aos aposentados e pensionistas deste País, que, dia após dia, veem o valor do seu beneficio ser achatado, desvalorizado. É uma humilhação ver um cidadão, um trabalhador aposentar-se com 3 salários mínimos, pois contribuiu para isso, e dentro de alguns anos receber 1 salário de benefício. Isso porque o reajuste das pensões e aposentadorias sempre é inferior ao reajuste do salário mínimo.

Os aposentados que em 1991 recebiam o equivalente a 2 salários mínimos hoje estão entre os 18,3 milhões de beneficiários do INSS que recebem apenas o piso nacional; quem se aposentou recebendo o equivalente a 3 salários mínimos hoje recebe 1,5; e os que ganhavam o equivalente a 10 mínimos há 18 anos agora ganham pouco menos da metade disso — cerca de 4,86 salários mínimos, o equivalente a R$2.259,00.

Segundo estudo do Sindicato dos Aposentados e Pensionistas de Volta Redonda (RJ), as aposentadorias acumulam uma diferença de reajuste em relação ao mínimo de 105,78% desde 1992. Um ano antes, em 1991, o aumento percentual das aposentadorias superiores ao piso foi desvinculado do mínimo. O resultado dessa política é sentido no bolso pelos 8 milhões de beneficiados do INSS que

ganham acima do piso. Se isso continuar, em breve todos estarão ganhando 1 salário mínimo. E vão acabar se perguntando: para que contribuir com a Previdência Social? Valerá mais a pena contribuir para uma previdência privada.

Ontem, na audiência pública, um cartaz levado por um aposentado me chamou a atenção. Dizia que o Brasil estava gastando milhões de reais no pré-sal e comprando caças e submarinos. É um questionamento real de uma categoria que não aguenta mais contar o salário no fim do mês para ver se todas as contas foram quitadas. É uma ofensa à dignidade chegar a determinada idade, depois de trabalhar tantos anos, e não ter dinheiro nem para o remédio. É preciso investir milhões também em apoio aos aposentados e pensionistas. É quase uma questão de sobrevivência.

O Plenário precisa se pronunciar quanto à vinculação entre os reajustes do salário mínimo e os dos benefícios previdenciários. E estou aqui para defender e amparar a pressão dos aposentados sobre os Parlamentares e os Líderes partidários para que esta Casa paute aquelas matérias para votação.

Era o que tinha a dizer.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna prestar minha homenagem aos veterinários de todo o Brasil pelo transcurso do Dia do Veterinário, comemorado hoje, dia 9 de setembro.

A Medicina Veterinária é uma ciência que se dedica à prevenção, controle, erradicação e tratamento das doenças dos animais e, por consequência, dos seres humanos, além do controle da sanidade dos produtos e subprodutos de origem animal para o consumo humano.

Foi nosso saudoso Presidente Getúlio Vargas que instituiu, no dia 9 de setembro de 1933, por meio de decreto presidencial, a normatização para a atuação do médico veterinário e para o ensino dessa profissão em território brasileiro. Por este fato, o dia 9 de setembro passou a valer como o Dia do Veterinário, apesar de as escolas de veterinária já existirem no Brasil desde 1910.

A sociedade brasileira precisa saber da importância do veterinário na saúde pública, assim como a sua capacidade e sua competência. Os veterinários estão envolvidos diretamente com a geração de riquezas, com o PIB brasileiro, pois grande parte dessa contribuição vem da pecuária.

Os profissionais da medicina veterinária também são responsáveis diretos pela produção de alimentos de origem animal, pela comercialização e pela saúde pública. Vale ressaltar que o Brasil ocupa posição privilegiada como exportador de carnes, o que não seria possível sem a presença deste profissional.

Nossos veterinários têm a importante função de assegurar a qualidade, a quantidade e a segurança dos estoques de alimento de origem animal por meio do controle da saúde dos animais e dos processos que visam obter seus produtos —

tais como carne, ovos, leite e couro —, assim como sua distribuição, venda e preparo. Também é de primordial importância a medicina veterinária de prevenção e tratamento de doenças dos animais domésticos.

Por tudo isso, tenho grande reconhecimento pela categoria e felicito todos os veterinários espalhados pelo nosso País pelo seu honroso trabalho em prol da sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. SANDES JÚNIOR (PP-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na semana passada o Governador de Goiás, Dr. Alcides Rodrigues Filho, iniciou uma viagem, liderando uma grande comitiva de empresários e políticos goianos em visita comercial à China. O Chefe do Executivo Estadual leva com ele diversos Prefeitos, um numeroso grupo de dirigentes de entidades empresariais e, ainda, empresários destacados de nosso Estado. Posteriormente nossos representantes também irão à Rússia, sempre em busca da abertura desses 2 grandes mercados mundiais para os produtos "*made in* Goiás".

O País e o mundo ainda se ressentem da crise desencadeada pelos créditos podres que movimentaram a economia dos Estados Unidos da América até o ano passado. Muito embora os efeitos da crise mundial já tenham refluído um pouco, o assunto ainda está longe de ter sido totalmente resolvido. Na semana passada, dirigentes das nações mais desenvolvidas afirmaram que os efeitos da crise mundial ainda serão sentidos pelos próximos meses em todo o mundo.

O Governador age certo ao fazer essa viagem exatamente dentro dessa conjuntura. Na retomada do crescimento mundial, precisamos sair à frente nas negociações para reocupar mercados perdidos para a queda do consumo como um todo.

A China, no contexto das exportações brasileiras, já ocupa um segundo lugar, sendo responsável por mais de 11,6% de nossas vendas, atrás apenas dos Estados Unidos. Esses dados são de 2008 e podem apresentar diferenças neste ano, depois de relatados os impactos da crise nas relações comerciais do Brasil com os norte-americanos. Apenas em 5 anos as exportações brasileiras para a Ásia passaram de 11 bilhões de dólares para mais de 37 bilhões. E é nesse mercado que o

Governador Alcides Rodrigues Filho quer inserir a economia goiana.

Entre os 10 principais produtos exportados pelo Brasil no ano de 2008, segundo dados do Ministério da Indústria e Comércio, estão materiais de transporte, petróleo, produtos metalúrgicos, minérios, complexo de soja, carnes, químicos, máquinas e equipamentos, açúcar e álcool e equipamentos elétricos. Se analisarmos essa lista, veremos que boa parte dela está contemplada na economia do Estado de Goiás.

Temos hoje amplas condições de atender a aumentos da demanda mundial por derivados de frangos, suínos e bovinos, com um grande parque agroindustrial já instalado e em plena operação. Nossa produção de açúcar e álcool encontra-se num processo de sucessivos crescimentos anuais. A produção de minério vai se diversificando com os investimentos que vêm sendo feitos na exploração de jazidas de diferentes minerais. A produção de grãos é uma realidade, bem como a estrutura para sua transformação.

Nosso governante irá apresentar esse portfólio de nossa economia, agregado ainda a um outro fator que irá gerar um novo ciclo de desenvolvimento do centro do País. Falo da Ferrovia Norte-Sul, que deverá estar concluída dentro de 2 anos e que trará forte impulso em nossas relações comerciais com a China, a Rússia e o restante do mundo pela facilidade de escoamento de nossa produção, aliada a uma significativa redução dos custos de fretes. Ela vai possibilitar a colocação de nossos produtos minerais e agroindustriais no mercado mundial com preços extremamente competitivos.

Por esses aspectos, essa viagem possui um significado especial e certamente poderá trazer enormes benefícios para nossa economia, seja devido à elevação das

vendas, seja devido à geração de mais postos de trabalho.

Ao montar uma comitiva muito representativa do potencial de nossa economia, o Governador busca criar as condições para que o Estado se desenvolva. Isso, aliado ao trabalho de saneamento de nossa economia, vai dar todas as condições para que o próximo Governador encontre Goiás em melhores condições para se inserir definitivamente na economia mundial.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. VELOSO (Bloco/PMDB-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a esperança de milhares de suplentes de Vereador é que seja votada hoje em 2 turnos a PEC que define a posse deles.

Com muita honra, fui Vereador por 3 mandatos na cidade de Ilhéus. Sei o quanto é difícil ocupar um lugar no Legislativo Municipal, pois é o Vereador que diariamente tem contato direto com seus eleitores, dando-lhe total assistência. Por ter sido Vereador, conheço profundamente as dificuldades que todos enfrentam.

Hoje, os suplentes de Vereador estão em Brasília em defesa dos Municípios. Essa PEC diz respeito à representatividade da população dentro da Câmara de Vereadores, em face do referido princípio da democracia representativa. À proposta aplica-se ainda o princípio da isonomia, absolutamente necessária para evitar as desigualdades econômicas também na representação municipal, em decorrência da receita auferida.

Existem 5.554 Municípios, Sr. Presidente. Há, por certo, grandes desigualdades. Se não forem ajustadas constitucionalmente, agravarão os desequilíbrios regionais e de representatividade.

Gostaria de frisar que cabe a esta Casa decidir hoje sobre o número de Vereadores nos Municípios, uma vez que é o Poder Legislativo o responsável pela elaboração das leis em nosso País. E nós não podemos nos omitir diante de tal demanda. Precisamos conjugar os esforços necessários para deliberar sobre este tema na sessão de hoje: eleições. Nós temos o dever de corrigir essa injustiça nos Legislativos Municipais.

Portanto, Sr. Presidente, conclamo os nobres Deputados a se empenharem pela aprovação da PEC. Tenho certeza de que, assim como sou cobrado pelos

Vereadores da minha região, os demais Deputados, da mesma forma, são cobrados.

Daí a nossa preocupação com a votação, hoje em plenário, da referida PEC.

Muito obrigado.

O SR. WILLIAM WOO (PSDB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna declarar meus sentimentos às famílias que sofreram perdas de entes e de patrimônio devido à grande chuva que caiu na cidade de São Paulo na última terça-feira. Também me compadeço das milhares de pessoas que estão desabrigadas nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, castigados igualmente pelas fortes chuvas.

Em São Paulo, pelo menos 3 pessoas morreram — duas crianças e uma mulher, que foi atingida em um deslizamento no Morro do Socó, entre Osasco e Barueri. Quatro crianças foram resgatadas, mas 3 estavam desaparecidas até a manhã de hoje. Em Santa Catarina, 4 pessoas morreram.

Infelizmente, os inchaços nas grandes cidades proporcionam tragédias como as que ocorrem durante períodos de chuva no País. A insistência das pessoas de se instalarem em locais não propícios para moradia colabora para que haja vítimas nos desabamentos.

Clamo ao Governo Federal que auxilie os governos dos Estados atingidos a se reerguerem e a prestarem o auxílio necessário àqueles que sofreram perdas incalculáveis durante as chuvas.

Passo abordar outro assunto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Muito se tem falado sobre a produção de petróleo no País, principalmente quando de trata da questão do pré-sal. Em meio a tanta discussão, fica esquecida a questão de que futuramente teremos menos necessidade de utilizar combustíveis que poluem o ar, pois a perspectiva de mudanças climáticas devidas aos gases de efeito estufa produzidos pela queima de combustíveis fósseis e de escassez de petróleo barato já nas próximas décadas impõe a redução do consumo desses

combustíveis.

Por isso, é importante atentar para o crescimento da produção de veículos diferenciados, como os carros híbridos ou elétricos.

O carro híbrido faz 28 quilômetros com um litro de gasolina, emite metade do gás carbônico e um décimo de outros poluentes tolerados pelas leis ambientais. Isso é possível graças a uma central eletrônica computadorizada que comanda, ao mesmo tempo, um motor a gasolina e outro elétrico. São 58 cavalos de um motor 1.5 litros a gasolina e outros 23 do motor elétrico. O câmbio parece automático, mas não tem marchas. A energia da freada é reaproveitada para recarregar as baterias.

Os carros elétricos, por sua vez, são movidos por um motor elétrico, em vez de um motor a gasolina. O motor elétrico recebe força de um regulador, cuja alimentação é feita por um conjunto de baterias recarregáveis, o que torna os veículos absolutamente silenciosos, além de não emitirem fumaça.

Ambas as tecnologias vêm sendo estudadas e difundidas em todo o mundo. De acordo com matéria da revista *Veja* desta semana, nos Estados Unidos do início do século XX havia mais veículos desse tipo do que a gasolina. A empresa japonesa Toyota já vendeu um milhão de unidades de seu modelo Prius.

No Brasil, a Fiat já deu início ao desenvolvimento do primeiro carro elétrico do País. Ainda segundo a revista *Veja*, o automóvel tem previsão de lançamento para o ano de 2011.

Apesar de, no Brasil, o preço de um carro elétrico ser extremamente alto devido aos impostos que incidem sobre esse tipo de veículo, as empresas brasileiras devem investir na tecnologia que envolve a fabricação desses carros. Já que o Brasil é pioneiro em tantas áreas e os olhos dos demais países do mundo

estão voltados para nós, com grandes perspectivas de investimentos em diversos setores, é chegada a hora de darmos um grande passo a favor da tecnologia automobilística e da preservação do nosso planeta.

Muito obrigado.

O SR. RÔMULO GOUVEIA (PSDB-PB. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, José de Castro, José Eloy Junior, Amélio Leite, Plácido Veras, Jose Sodré, Zacarias Ribeiro, José Rodolfo, Olívio Barreto, José Casado, Alberto Santos, Osmindo Lima e Luiz Gomes. Esses 12 amigos se reuniram há 84 anos na residência de Antonio Fernandes Bióca, em Campina Grande, e juntos fundaram uma agremiação futebolística que é uma legenda no futebol do País: o Treze Futebol Clube.

A origem do original nome é justamente o encontro dos 13 amigos que participaram da reunião primeira para sua criação: Treze Futebol Clube, cujo símbolo é um galo, em alusão ao popular jogo do bicho.

Um dos mais antigos times de futebol do País, O Galo da Borborema e O Mais Querido da Paraíba são os títulos pelos quais a torcida alvi-negra — preto e branco são suas cores — trata carinhosamente o seu time do coração, que dizem também ter a maior torcida do Estado.

O Treze Futebol Clube coleciona, ao longo de sua história, muitos títulos. Desde a sua primeira vitória, em 1926, em sua primeira partida oficial contra o Palmeiras de Campina Grande, foram muitas conquistas. O clube foi tetra campeão (1926-1929) do Campeonato da Cidade e bicampeão do Campeonato do Estado (1939 e 1940).

As conquistas se sucederam. Nestes 84 anos de história, foram 14 títulos estaduais e participações em campeonatos brasileiros nas séries A, B, C e D e da Copa do Brasil, sempre representando bem o nosso Estado. Foi também vencedor de 13 edições do Campeonato da Cidade de Campina Grande e da Taça Campina Grande, em 7 ocasiões.

O Galo da Borborema conta também com a sua casa, um dos seus maiores patrimônios: o Estádio Presidente Vargas, fundado em 17 de março de 1940, com capacidade para 10 mil pessoas e onde ainda hoje são realizados os treinamentos e os grandes clássicos do futebol e demais atividades esportivas do clube.

Disputando a Copa da Paraíba, o Treze Futebol Clube prepara-se para resgatar os seus tempos de glória junto aos seus torcedores, realizando um trabalho junto aos mais jovens, procurando novos talentos com uma visão voltada para o futuro e para novos títulos.

Atualmente, o time encontra-se sob o comando do técnico Marcelo Vilar.

O Treze Futebol Clube realiza também um grande trabalho em outros esportes, mantendo departamentos de futebol amador, futsal, handebol e judô, o que contribui para a inclusão social e a educação dos jovens de nosso Estado.

Assim, quero parabenizar todos os que contribuíram para essa bela história do Treze Futebol Clube ao longo destes 84 anos em que disputa a hegemonia do torcedor de Campina Grande com o Campinense Clube, seu rival histórico, o que faço na pessoa do professor e advogado Dr. Eduardo Medeiros, aqui presente, Presidente do Conselho Deliberativo do Clube.

Que O Galo da Borborema continue a honrar o futebol de Campina Grande e da Paraíba com suas conquistas.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO SERAFIM (Bloco/PSB-AM. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero compartilhar nesse Plenário a alegria advinda do município amazonense de Presidente Figueiredo, situada na Região Metropolitana de Manaus.

Essa importante cidade do Amazonas, depois da cidade de Manaus, é a mais desenvolvida do Estado, Sr. Presidente. Isso de acordo com o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, criado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro para acompanhar a evolução dos municípios brasileiros.

Tal índice, Sras. e Srs. Deputados, leva em consideração indicadores de saúde, educação, emprego e renda e varia numa escala de 0 a 1, pior e melhor, respectivamente, para classificar o desenvolvimento humano.

No *ranking* do Amazonas, Manaus aparece em primeiro lugar com o índice de 0,7429. Em segundo lugar, aparece Presidente Figueiredo, com 0,6608 e, em terceira posição, está São Sebastião do Uatumã, com 0,5815.

Para se ter uma ideia do que isso representa, Sr. Presidente, Manaus e Presidente Figueiredo estão no grupo das cidades brasileiras com desenvolvimento moderado com destaque para o fator emprego e renda.

No quadro geral, caros colegas Parlamentares, o Amazonas registrou um IFDM médio de 0,6101, contra 0,5909 em 2005, ou seja, uma alta de 3,2%, ganhando uma posição no *ranking* nacional, deixando o Amazonas em 19º lugar.

Sobre Presidente Figueiredo, Sr. Presidente, trata-se de uma cidade que nasceu com vocação natural para o turismo. A Terra das Cachoeiras, como o município é conhecido, tem trilhas para caminhadas na selva, visita às cavernas, passeios de barco no Lago de Balbina, visita à hidroelétrica e tantas outras opções

que incluem o turismo ecológico e de aventura. Em outras palavras, é uma excelente cidade do Amazonas para se viver.

Feito esse registro, devo deixar o meu abraço ao querido amigo, Prefeito Fernando Vieira, quem a cada dia faz de Presidente Figueiredo essa maravilha de cidade. O companheiro Fernandão é homem de responsabilidade. Ele e sua gente. Portanto, parabéns a todos os figueirenses por essa conquista. E que venham mais e mais conquistas, prêmios, benesses para Presidente Figueiredo e para o Amazonas.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS BEZERRA (Bloco/PMDB-MT. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, congratulo-me com os suinocultores do Estado de Mato Grosso, cujo produto, hoje maciçamente exportado para a Rússia, está prestes a também ser vendido para a União Europeia.

O bloco comercial europeu, o mais rico e exigente consumidor internacional, nunca importou carne suína brasileira. Caso os negócios se concretizem, teremos uma excelente notícia, pois a recessão mundial, muito acentuada na Rússia, provocou, no ano passado, um recuo de quase 50% no volume exportado e de 30% nos rendimentos mato-grossenses com a carne suína.

As 25 toneladas exportadas em 2007 tornaram-se apenas 12 toneladas em 2008, com os russos, mesmo em recessão, sendo o maior mercado consumidor, responsável por quase dois terços — ou 8 toneladas.

Ao contrário de 2008, quando as exportações recuaram, 2009 já se afigurava como um ano promissor. Mesmo antes da participação da União Europeia, os valores e volumes totais exportados de carne suína cresceram 15% e 70%, respectivamente. Esses números, apesar de indicarem uma queda no preço do produto, também indicam a reconquista de mercados antigos. E não apenas isso. Pode significar a conquista de novos e promissores mercados, como o europeu ocidental.

Assim, devemos aproveitar as oportunidades da crise. Os 3 abatedouros de suínos de meu Estado estão subutilizados em sua capacidade de processamento de 18 mil animais por dia. Mas é esse potencial desperdiçado que permite preços temporariamente mais baixos.

Sr. Presidente, a carne suína é a mais consumida do mundo; e a União

Europeia, seu comprador mais cobiçado. Representantes da demanda e da oferta dessa mercadoria se encontrarão neste mês de setembro, quando uma comissão técnica virá ao Brasil avaliar o nosso mercado.

Mato Grosso, grande exportador de carne e grãos, está pronto para receber a visita dos inspetores da União Europeia, pois confia na qualidade de seus produtos. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento confirma a adequação da indústria mato-grossense de carne aos melhores padrões internacionais de controle sanitário.

Em Mato Grosso, a suinocultura está compensando, ao menos parcialmente, os prejuízos da pecuária bovina, cujas exportações ainda não vislumbram recuperação, apesar do interesse demonstrado por representantes dos Estados Unidos, que recentemente estiveram em meu Estado. Lá, comprovaram que, também no caso da carne bovina, somos competidores em situação privilegiada, graças aos nossos recursos naturais e a tecnologias, como o monitoramento remoto das reses.

No caso do gado bovino, a União Europeia já é cliente de Mato Grosso, onde 207 propriedades já contam com o aval do nosso Ministério da Agricultura, em parceria com o Instituto de Defesa Agropecuária. Outras 490 propriedades aguardam a aprovação de suas instalações.

Senhoras e senhores, o Brasil está tomando dos Estados Unidos o posto de maior potência agropecuária do planeta. É importante lembrar que a exportação agropecuária não significa, como no passado, a exportação de produtos com baixo valor agregado. Ao contrário, graças à EMBRAPA e a outras instituições de pesquisa, o campo brasileiro hoje é palco de várias experiências científicas de

ponta, na área da biotecnologia, da química e do mapeamento genético. Isso sem falar nos tratores e no rastreamento por satélites, cuja tecnologia é estrangeira.

O Centro-Oeste é a região brasileira onde mais pessoas, percentualmente, moram em áreas urbanas. A produtividade dos campos é feita graças à mecanização e às tecnologias. Ao exportarmos carne suína, exportamos produtos com tecnologia embutida, portanto. Ademais, não nos preocupa a utilização de um bem cada vez mais raro na Europa e no resto do mundo: a água. Para se produzir uma tonelada de soja, de gado bovino ou de carne de porco, muitas outras toneladas de água são necessárias. Ora, temos rios caudalosos e aquíferos subterrâneos que não estão ameaçados pela agropecuária. Assim, nossa área rural aproveita essa vantagem competitiva para firmar-se como maior exportadora nacional. A chegada dos europeus consolidará esse posto.

O notável crescimento econômico das últimas décadas, puxado pela agroindústria, tende a acentuar-se a partir das obras já iniciadas de interligação do Atlântico com o Pacífico. A suinocultura e outras indústrias mato-grossenses ganharão ainda mais competitividade, mercado e qualidade. Esse caminho não tem volta, felizmente, e impulsiona o crescimento do setor de serviços do Estado.

Assim como o café financiou o crescimento de São Paulo, no século passado, a suinocultura e o agronegócio estão fazendo o mesmo por Mato Grosso, no século XXI.

O SR. PAULO ROCHA (PT-PA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as comunidades de 90 municípios, Capitais, regiões metropolitanas e cidades com população acima de 50 mil habitantes, de 19 Estados da Federação, serão beneficiadas com investimentos de 4,5 bilhões de reais em saneamento.

Desse total, 3 bilhões de reais são destinados à implantação de sistemas de esgotamento sanitário e 1,5 bilhão de reais para abastecimento de água. O anúncio foi feito pelo Ministério das Cidades nesta quarta-feira, dia 2, em Brasília, quando foi divulgada a lista dos 108 projetos selecionados para receber recursos do Programa Saneamento para Todos — abastecimento de água e esgotamento sanitário —, da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental.

A Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, comparou os investimentos do PAC ao Bolsa-Família, destacando que ambos são importantes fatores de inclusão social. O Programa de Aceleração do Crescimento é um fator de inclusão social porque investir em infraestrutura é investir em distribuição de renda e também em qualidade de vida generalizada para todos os brasileiros, independentemente da classe social.

Segundo o Ministro das Cidades, Marcio Fortes, o processo de seleção pública dos projetos, iniciado em abril deste ano pela Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, priorizou ações em estágio avançado de planejamento, para que as obras sejam iniciadas o mais rápido possível. *"São direcionados mais recursos para sistemas de esgotamento sanitário, para ampliar a cobertura de coleta e tratamento de esgoto, inferior à rede de água"*, explicou o Ministro.

A seleção também priorizou intervenções estruturantes, que gerem benefícios para o maior número de pessoas possível.

Foram escolhidas 48 propostas de abastecimento de água, que receberão investimento de 1,5 bilhão de reais. A seleção também inclui outras 61 propostas de esgotamento sanitário, totalizando 3 bilhões de reais. Os recursos de financiamento somam 3,7 bilhões de reais, oriundos do FGTS e do Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT, sendo que 800 milhões de reais referem-se a contrapartidas de Estados, Municípios e companhias de saneamento.

Até agora, o montante selecionado no setor de saneamento era de 29,16 bilhões de reais, alcançando, com essa nova seleção, 33,66 bilhões de reais. O total contratado é de 23,8 bilhões de reais, dos quais 75% estão em obra.

Em junho passado, o Presidente Lula e o Ministro Marcio Fortes anunciaram investimento de 4,7 bilhões de reais do PAC Saneamento para obras de drenagem em cidades constantemente atingidas por enchentes e inundações, o que beneficia 109 municípios, em 18 Estados brasileiros.

Temos um déficit muito expressivo. Hoje, 50% do esgoto é coletado e apenas 32% do que é gerado é tratado. Ou seja, quase 70% do esgoto no Brasil é jogado na natureza sem tratamento. Entre o investimento e o resultado o processo é muito lento.

Estamos executando durante este ano a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico — PNSB. Com isso, teremos uma fotografia do saneamento nas várias modalidades, para que daqui a 5 anos, quando as obras do PAC começarem a surtir efeito, tenhamos os resultados.

A previsão agora é de 15 milhões a 20 milhões famílias atendidas com esses recursos do PAC.

No Pará, o PAC Saneamento vai transformar a vida de milhões de pessoas

que aguardam a chegada desse benefício, já que outros Governos nunca deram a atenção devida a esse investimento.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

A SRA. RITA CAMATA (Bloco/PMDB-ES. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a capital capixaba, a antiga Vila Nova do Espírito Santo, hoje a nossa querida cidade de Vitória, completou ontem, dia 8 de setembro, 458 anos. Tal data enseja festa, celebração. Também é o dia que merece uma providencial e recorrente reflexão política, explicitada a partir de recente pesquisa do Instituto Futura, levantamento que expõe tanto avaliações positivas quanto negativas, contentamentos cotejados a insatisfações, principalmente em relação à qualidade de vida e segurança.

Pela pesquisa, Vitória foi considerada uma cidade bonita (88%), boa para se morar (76%), mas também violenta (78%) e poluída (71%). Como pontos positivos, mereceram destaque as praias, belezas naturais, *shopping centers*, jardins, parques e praças. Foram apontados como aspectos negativos a violência, com uma insatisfação que saltou de 32%, em 2006, para 58%, em 2009, e as calçadas irregulares, com reclamações que passaram de 9,5% para 27%. Desemprego e poluição foram fatores que obtiveram avaliação ruim, embora a insatisfação tenha decrescido nesse período.

De forma geral e em termos relativos, a avaliação da cidade resulta como positiva, registrando um índice que varia de ótimo a bom em torno de 50%. É interessante assinalar, porém, que o perfil médio desses entrevistados é de moradores de Vitória que pertencem às classes A e B e com idade entre 40 e 49 anos, o que promove um recorte diferenciado quanto às expectativas sociais e perspectivas associadas ao futuro.

Na qualidade de capixaba e Parlamentar municipalista, assumidamente comprometida com a formulação de políticas públicas orientadas ao crescimento e

progresso social das cidades e à gestão e ao financiamento dos recursos que sustentam essas economias, assinalo aqui — ao lado da minha saudação à cidade de Vitória — minha preocupação com a crise econômica e suas graves consequências que repercutem ainda em insegurança, desemprego e violência.

Nossa encantadora capital, essa ilha adornada por praias que já pertencem ao imaginário turístico nacional, merece um olhar e uma atenção assentados em políticas reais e efetivas que valorizem os potenciais e as riquezas da região. E nosso esforço na bancada federal é justamente agregar, a cada ano, recursos crescentes, trabalhando para conferir mais qualidade de vida, dignidade e bem-estar a esse cenário abençoado pela natureza e que merece ser econômica e socialmente valorizado.

Quero cumprimentar cada munícipe e estender esse abraço aos nossos homens, mulheres e crianças que contribuem para fazer de nossa querida Vitória a melhor cidade para se morar e viver, nosso renovado e inconteste motivo de orgulho.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, chegou ao nosso conhecimento que a Superintendência de Varejo e Governo do Banco do Brasil no Estado de São Paulo estava condicionando a concessão de financiamento agrícola apenas ao citricultor que tenha garantido contrato com a indústria de processamento de suco para 2010.

Cabe aqui destacar que atualmente inúmeros produtores que, por décadas, vinham renovando os seus contratos, não conseguiram renová-los nesta safra, e muitos outros que tinham contratos foram obrigados a renegociá-los a preços mais baixos.

Diante da notícia da restrição feita pela Superintendência do BB, entramos em contato com o gerente da agência do Banco do Brasil em Itápolis, o qual reafirmou que a Superintendência Regional do Banco do Brasil em São Paulo orientou as agências a só financiarem os citricultores com contrato. Portanto a informação estava confirmada.

Já protestamos junto à Presidência do banco e queremos aqui denunciar essa discriminação odiosa, porque entendemos que a decisão de somente disponibilizar recursos de custeio agrícola ao citricultor que tiver contrato com a indústria processadora de suco em 2010 prejudica gravemente o produtor rural, privilegia a indústria e proporciona desequilíbrio de forças, o que é altamente prejudicial para a cadeia produtiva.

Essa é mais uma pressão sobre os citricultores, que atravessam uma de suas piores crises, por culpa da cartelização do setor e do crescente processo de concentração econômica e verticalização das empresas que controlam o

processamento e, principalmente, a comercialização e o sistema logístico, em curso há mais de 20 anos.

Nesse processo, os maiores prejudicados acabam sendo os pequenos e médios produtores, bem como os trabalhadores agrícolas.

Um exemplo da crise no setor é o levantamento do Ministério do Trabalho, realizado em abril passado, revelando que Bebedouro é a cidade com mais de 10 mil habitantes que mais demitiu em 2009 no Estado de São Paulo. Ao todo, 6,3 mil pessoas perderam o emprego. O Município perdeu postos de trabalho em todos os setores ligados à citricultura.

Bebedouro registrou nos 3 primeiros meses deste ano o dobro de demissões em relação ao ano passado. A crise da laranja foi um dos principais fatores. Com o fechamento da Citrosuco em fevereiro, foram perdidos 208 empregos diretos. Além disso, na área agrícola, a laranja absorve 8,5% do total da demanda da mão de obra rural e gerou, em 2007, US$1,6 bilhão com exportações de sucos, subprodutos e da própria fruta.

Com a crise que o setor atravessa, dificilmente poderemos repetir esses números nos próximos anos. A hora é, portanto, de encontrar soluções para reverter esse quadro. Com esse objetivo, participamos, no mês passado, junto com representantes da ASSOCITRUS — Associação Brasileira de Citricultores, de reunião no Ministério da Agricultura.

No encontro, foram discutidos pontos básicos de apoio à classe produtiva citrícola, como a inclusão do setor na Linha Especial de Crédito (LEC). Pelo programa, para a safra 2009-2010 serão destinados R$7 bilhões ao cooperativismo, entre vários programas de apoio ao médio agricultor.

Durante a reunião, também foi solicitada a inclusão da laranja na política nacional de preços mínimos; apoio e financiamento para criar cooperativas de pequenos e médios produtores de suco de laranja; rolagem da dívida dos financiamentos dos produtores de laranja; e apoio e financiamento para a diversificação dos produtores, que já foram 30 mil e hoje são apenas 7 mil.

Enfim, os produtores de laranja necessitam, neste momento de dificuldades, da adoção de políticas em favor da citricultura, e não de exigências descabidas e fora da realidade do setor.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero reportar-me à mentira disparada pelo Governador Alcides Rodrigues em uma coletiva de imprensa. Ele disse que no seu governo não existe perseguição a adversário.

Apenas em relação a mim — Deputado Federal Carlos Alberto Leréia —, todas as pessoas que estiveram comigo na eleição, e que por sinal apoiaram a eleição dele, foram perseguidas e exoneradas dos seus cargos. Essas ações só foram realizadas na tentativa de me inibir e de me fazer calar diante de todas as irregularidades que acontecem na péssima gestão de Alcides em Goiás.

Houve várias interpelações judiciais de natureza criminal no Superior Tribunal Federal. Elas foram protocoladas pelo Governador de Goiás, Alcides Rodrigues, e seu Secretário Jorcelino Braga contra minha pessoa, quando tornei públicos os desmandos do Governo.

Ressalto que sempre apresentei provas documentais. Cito, por exemplo, as denúncias sobre o repasse de verbas para o Município de Santa Helena, por meio do Convênio nº 036/06. Também denunciei o uso da aeronave do Estado pelo Deputado José Nelto para fins particulares.

Essas denúncias que apresentei têm levado tanto o Governador quanto o Secretário a tomarem atitudes extremas de ira e repreensão.

Pais e mães de família que deixaram seus lares para trabalhar na campanha e pedir votos para o Governador Alcides, debaixo de sol e chuva, ganharam a seguinte recompensa: demissão, sem ao menos uma comunicação prévia. Essas atitudes se estenderam até a pessoas que foram, e são, favoráveis à minha opinião. É uma ditadura imposta pelo Governador em Goiás.

A atitude do Governo de Goiás foi apenas mais uma forma de amedrontar as minhas ações na Câmara Federal.

Sr. Governador, não me intimidarei, tampouco as pessoas de bem que lutam pelo bom desenvolvimento do Estado. Minha trajetória política sempre foi pautada no companheirismo e na fidelidade com o povo goiano. Por isso não me calarei diante de qualquer ação negativa. Disparar essas mentiras para a população é tratar essas pessoas como inocentes em relação às suas tramoias.

Era o que tinha a dizer.

O SR. MÁRIO DE OLIVEIRA (PSC-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje ocupo a tribuna para registrar o transcurso do Dia da Amazônia, comemorado no dia 5 de setembro.

Esse dia especial foi criado para conscientizar a população quanto à importância da preservação da floresta amazônica, assim como para estimular as pessoas a se tornarem agentes ativos do desenvolvimento sustentável e equitativo. A data foi escolhida em homenagem à criação da Província do Amazonas, em 1850, por Dom Pedro II.

Senhores, a Amazônia é a maior floresta tropical do planeta. Ela ocupa dois quintos da América do Sul e metade do território brasileiro, abrangendo os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima e parte dos Estados do Maranhão, Tocantins e Mato Grosso.

É o espaço com maior riqueza natural do mundo e campo avantajado para estudos científicos, por abrigar em torno de 20% de todas as espécies animais e vegetais conhecidas no planeta (a cada 1 hectare da floresta, há 300 espécies diferentes de árvores).

Mas não é só o tamanho da floresta e a sua diversidade de espécies que impressionam. Ela também guarda cerca de 20% das reservas de água doce do mundo, sendo a maior bacia hidrográfica do planeta, com extensão de 7 milhões de quilômetros.

No entanto, sabemos que a floresta vem passando por sérios riscos. Desmatamentos, disputas pelo domínio de suas terras, caça e pesca sem controle e contrabando de animais e de plantas ameaçam a sobrevivência da floresta e impedem a utilização correta de seus recursos para o bem da humanidade.

Por isso, Sr. Presidente, hoje destaco essa data comemorativa com a intenção de mais uma vez chamar a atenção de todos os brasileiros para os problemas, as necessidades e as urgências de uma região tão espoliada e tão ameaçada no seu equilíbrio ecológico.

Essa área imensa, onde a fauna, a flora e as águas constituem um inigualável manancial de harmonia e de riqueza, revela a grandeza da vida e nos fala de Deus e da sua obra grandiosa em favor do homem.

Então, como não nos sentirmos interpelados, quer como cidadãos, quer como políticos, quer como sociedade, a uma tomada de consciência responsável que se traduza em decisões coerentes com a tutela de um meio ambiente ecologicamente tão rico e tão importante não só para o Brasil, mas para toda a humanidade?

Nobres colegas, considero que os planos de desenvolvimento do Estado brasileiro e as estratégias de redução da pobreza e das desigualdades sociais já passaram do ponto de ter uma nova orientação: serem integrados à sustentabilidade, ao respeito ao meio ambiente. Sem a gestão do meio ambiente, o desenvolvimento não pode ter um fundamento sólido; e sem o desenvolvimento, não há instrumentos para se investir no social.

As numerosas dificuldades que se encontram na resolução dos problemas da degradação do meio ambiente em nível mundial, como a mudança climática, a escassez da água potável, o desmatamento e a desertificação, demonstram a complexidade de uma abordagem, que deve passar a ser integrada e multifacetada, dos problemas relativos ao desenvolvimento.

Efetivamente, não se trata mais de enfrentar desafios isolados que têm ameaçado a segurança das gerações presentes e futuras. Tornou-se imperioso o

enfrentamento dos desafios econômicos e sociais, da pobreza, das enfermidades endêmicas e da degradação ambiental com uma visão de conjunto.

Tenho a convicção, Sr. Presidente, de que a partir de agora o custo da preservação dos ecossistemas naturais deve ser considerado em todas as decisões econômicas, uma vez que os recursos da natureza são obviamente limitados; e se quisermos que a salvaguarda dos bens naturais alcance bom êxito, esses bens deverão adquirir uma prioridade muito maior nos planos, investimentos e balanços do Governo.

Na realidade, revela-se mais importante do que nunca a obra conjunta de sensibilização por parte de todos com o objetivo de demonstrar o vínculo intrínseco entre o desenvolvimento, as necessidades humanas e a salvaguarda da criação de Deus.

A preservação da floresta e de sua riqueza em recursos humanos — milhares de famílias que se ocupam com a produção extrativista vegetal e animal — e naturais é um processo de longo prazo que necessita do compromisso permanente de toda a sociedade brasileira.

Senhoras e senhores, nossa tarefa comum consiste em garantir que a floresta continue sendo um lugar em que tanto a flora quanto a fauna e os seres humanos possam viver e florescer. Nossa tarefa comum é dar um significativo passo em frente no esforço, compartilhado por numerosas pessoas, em prol da salvaguarda deste verdadeiro paraíso verde que possuímos em nosso território, um oásis de vida que esconde riquezas inimagináveis e que Deus criou com sabedoria e amor.

Cuidemos desse que é um dos maiores patrimônios de nossa Nação!

Sr. Presidente, solicito que meu pronunciamento seja divulgado nos órgãos

de comunicação desta Casa.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS (PR-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar aqui meu veemente protesto contra a decisão tomada pelo Comitê de Política Monetária na sua última reunião, no dia 2 de setembro, de manter a taxa básica de juros, a SELIC, em 8,75% ao ano, interrompendo a tendência de queda observada ao longo de todo o ano.

A manutenção da SELIC indica que para o Banco Central a crise econômica foi superada, mas isso não é verdade. O comércio e a indústria ainda estão sofrendo muito com os efeitos recessivos da crise. Não há qualquer justificativa plausível para não prosseguirem os cortes nos juros. As taxas brasileiras permanecem muito acima das internacionais, o que contribui para a valorização do real diante do dólar e retarda o processo de recuperação da economia.

O COPOM parece não ter percebido que ainda continuamos a perder preciosos pontos no PIB, empregos e renda na sociedade, por não abaixar os juros praticados no Brasil, adequando-os à realidade, num patamar possível e, portanto, responsável. É preciso seguirmos reivindicando crescimento e geração de emprego e de renda, o que só vai acontecer com a queda dos juros a taxas aceitáveis.

Não é difícil constatar que a demanda mundial permanece frágil e que as exportações em alguns setores estão muito baixas. Por essa razão, é absolutamente indispensável fortalecer nosso mercado interno, fomentando a economia e estimulando o consumo.

Com a manutenção da taxa básica de juros faz-se necessária a adoção de medidas complementares para aumentar a competitividade das empresas brasileiras. Nesse sentido, eu defendo 2 tipos de ações: em primeiro lugar, o

aumento do investimento público, especialmente na área de infraestrutura, o que requer controle dos gastos correntes; em segundo, a superação de entraves institucionais para ampliar os horizontes de queda dos juros brasileiros, tais como a redução do *spread* bancário, ou seja, a diferença entre o valor de captação do dinheiro pelos bancos e o valor que eles utilizam para emprestá-lo.

Um dos principais componentes do *spread* é a taxa básica de juros, que remunera títulos públicos adquiridos pela instituição financeira, trazendo embutidos o fator risco, a margem de lucro e taxas de administração desse tipo de operação. Entre as providências que podem ser tomadas para diminuir esse peso estão a redução do compulsório, que aumentaria a oferta de crédito e tornaria menor o *spread* cobrado de pequenos tomadores. Outros caminhos são a redução dos impostos indiretos sobre a intermediação e a aprovação do cadastro positivo, pelo qual bons pagadores pagariam juros menores.

A manutenção da SELIC em 8,75% cento ao ano leva o Brasil à quarta posição no *ranking* mundial de juros reais. Segundo dados da consultoria Uptrend, a decisão do Banco Central de manter os juros nesse patamar fez com que o País subisse uma colocação na lista, em que ocupava antes o 5º lugar — a mais baixa posição do Brasil no estudo até hoje.

O *ranking*, que mostra as taxas de juros nominais de 40 países subtraídas das projeções de inflação nos próximos 12 meses, é liderado pela China, com juros reais de 7,2%, seguida pela Tailândia, com juros de 5,9%, pela Argentina, com 4,7%, e pelo Brasil, com 4,5%. Os menores juros reais são da Venezuela (-9% por cento), da Índia (-5,5%), de Israel (-2,9%), do Chile (-2,4%) e da Inglaterra (-1,3%).

De acordo com o estudo da Uptrend, para que o Brasil se mantivesse na

marca inédita alcançada em julho, quando a SELIC foi reduzida em 0,5%, a taxa básica teria que ter caído pelo menos 0,25% na última reunião do COPOM.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o brasileiro não suporta mais pagar juros tão elevados. Todos sabemos que a redução dos juros traz imediatamente efeitos benéficos à economia, pois permite investimentos que seriam inviáveis quando as taxas estão mais elevadas, além de aquecer o consumo. Infelizmente, desta vez os técnicos do COPOM perderam uma ótima oportunidade de afrouxar mais um pouco a corda que está estrangulando o setor produtivo, gerador de emprego e de renda.

A decisão tomada na última reunião do Comitê frustrou a sociedade, os agentes produtivos, o comércio e a indústria nacional.

Esperamos que nos próximos meses o Banco Central retome a política de redução da taxa básica de juros, permitindo que nossa economia volte a florescer.

Obrigado.

O SR. ANDRÉ ZACHAROW (Bloco/PMDB-PR. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há poucos dias, tivemos uma reunião da bancada do PMDB com o Ministro de Minas e Energia, Edson Lobão, para discutir os projetos que definem o marco regulatório das reservas de petróleo do chamado pré-sal.

E já na ocasião expressamos nossa opinião de que a regulamentação deveria prever a capitalização imediata do fundo socioambiental que será criado a partir da aprovação do novo marco dessas reservas.

Segundo informação do próprio Ministro, 28% dessas reservas já tiveram sua exploração concedida, seja à PETROBRAS, seja a empresas privadas.

Na nossa avaliação, os recursos obtidos com essas concessões deveriam ser repassados já, para que o fundo pudesse começar a funcionar assim que a regulamentação for aprovada pelo Congresso.

O Governo tem demonstrado pressa na aprovação do marco regulatório, tanto que tem insistido na votação em regime de urgência dos projetos do pré-sal, o que obrigaria a Câmara Federal e o Senado a aprovarem esses projetos dentro de cerca de 90 dias.

A implantação imediata do fundo pode garantir investimentos em áreas essenciais em que há reconhecida escassez de recursos, como educação, ciência e tecnologia e saúde pública. Estou entrando com uma emenda incluindo especificamente os hospitais filantrópicos e as santas casas, que atendem através do SUS 50% da população mais carente do nosso País.

No caso específico da saúde, por exemplo, o próprio Ministro José Gomes Temporão tem alertado para o problema do subfinanciamento que vive o setor.

O IBGE aponta que, no Brasil, do total de gastos em saúde, somente 40% são realizados pelo Poder Público, sendo os 60% restantes desembolsados pelas famílias.

O cenário previsto pelo Ministro José Gomes Temporão para 2010 é pior.

Segundo ele, a previsão de correção do Orçamento da Saúde para o próximo ano é de no máximo 3,5%, o que não dá sequer para atender ao crescimento vegetativo da população.

A rede pública atende a 80% da população brasileira e consome 3,5% do PIB brasileiro, enquanto os demais países que possuem sistemas de saúde universais dedicam pelo menos 6% do PIB à saúde pública.

A aplicação de recursos públicos representa R$1,56 por dia por habitante.

O Sistema Único de Saúde (SUS) é o maior programa social do mundo. Tanto que os Estados Unidos estão agora copiando, com o Presidente Barack Obama lutando para a aprovação de um novo sistema que universalize o atendimento.

O que falta aos SUS no Brasil é dinheiro para melhorar as condições de atendimento à população, principalmente para os hospitais públicos e filantrópicos da rede que estão sucateados.

Ao todo, o Governo enviou uma série de 4 projetos do marco regulatório do pré-sal.

Um deles muda o sistema de exploração para o regime de partilha, em que o óleo extraído é dividido entre o Governo e a empresa privada responsável pela exploração.

Outro trata da criação de uma empresa estatal, a PETRO-SAL, para administrar a exploração no pré-sal.

O terceiro projeto trata da capitalização da PETROBRAS.

E o outro trata da criação de um fundo social para o qual serão destinados os recursos do Governo obtidos no pré-sal.

Os rendimentos do fundo serão destinados para a área social, ciência e tecnologia, educação, cultura e meio ambiente.

A PETROBRAS e demais concessionários do pré-sal poderiam antecipar a capitalização do fundo, para permitir investimentos em áreas em que reconhecidamente há escassez de recursos, como a saúde pública.

A Constituição brasileira é clara quando diz que a saúde é um direito de todos e é um dever do Estado prover aos cidadãos o acesso a atendimento digno de saúde.

Já avançamos muito desde a criação do SUS, há mais de 2 décadas, mas ainda há muito o que fazer, principalmente na questão do financiamento do sistema, para que ele chegue a cumprir realmente o objetivo de prover a todos os brasileiros acesso a atendimento de qualidade e dignidade em saúde.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*, no *Jornal da Câmara* e em todos os meios de comunicação desta Casa.

O SR. DR. TALMIR (PV-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de expressar neste pronunciamento meu apoio à PEC dos Vereadores, em nome dos nossos companheiros Aristeu Penalva, Wladimir Cruz, Luiz Scada e Galli, de Presidente Prudente.

Nós temos certeza de que haverá economia nas Câmaras Municipais e a população será melhor atendida com esses novos Vereadores que entrarão.

Sr. Presidente, estou aqui para informar que amanhã teremos na Câmara um audiência pública, fruto de requerimento de minha autoria, para discutir a eutanásia. A OAB, a CNBB e o Conselho Nacional dos Pastores confirmaram presença, e também a Associação Médica Brasileira e o Conselho Federal de Medicina participarão da audiência, que será realizada no Plenário 7, e estão todos convidados, Deputados, os suplentes e os Vereadores que estão presentes.

Também, Sr. Presidente, quero dar os parabéns ao Município de Presidente Prudente, que comemora 92 anos. Parabéns ao Prefeito Tupã e a todos os prudentinos.

Gostaria que este pronunciamento fosse registrado nos Anais da Câmara.

Muito obrigado.

A SRA. MANUELA D'ÁVILA (Bloco/PCdoB-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero trazer ao conhecimento desta Casa que o nosso País foi escolhido pela Organização Ibero americana de Juventude para acolher, no final deste ano, o Encontro Ibero americano de Parlamentares.

A OIJ é uma organização governamental internacional criada para promover o diálogo, a consulta e a cooperação em matéria de juventude entre os países latino-americanos. A instituição governamental, fundada em 1996, após a VIII Conferência Ibero americana de Ministros da Juventude, elaborou a Convenção Ibero-Americana dos Direitos dos Jovens com força de tratado internacional e em processo de ratificação pelos países membros. Em 2008, durante a Conferência Nacional da Juventude, realizada em Brasília, pela Secretaria Nacional de Juventude, o Brasil ratificou sua participação na OIJ.

Esse encontro reunirá Parlamentares da Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Uruguai e Venezuela para debater as políticas públicas de juventude na América Latina e na Europa.

A escolha do Brasil para sediar esse encontro surge do reconhecimento do nosso País na construção de políticas para a juventude, como o Estatuto da Juventude, em debate nesta Casa. Esse é um excelente momento para que o Parlamento brasileiro aprove o ingresso do Brasil neste importante foro internacional.

O Brasil avançou muito neste campo durante o Governo do Presidente Lula,

realizamos a Conferência Nacional de Juventude, construímos o espaço institucional da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude.

Esses avanços foram possíveis graças à compreensão política de que os temas que atingem cerca de 44 milhões de brasileiros devem ser tratados de maneira correta e aprofundada, assim como a compreensão de que as políticas públicas de juventude devem ser transversais e debatidas com a sociedade.

A escolha de nosso País para receber este encontro é um reconhecimento também à nossa juventude que com muita luta conquistou esses avanços.

Muito obrigada.

O SR. VITAL DO RÊGO FILHO (Bloco/PMDB-PB. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Proposta de Emenda à Constituição 336, de 2009, originária do Senado Federal, intitulada de PEC dos Vereadores, determina a criação de mais de 7 mil vagas de Vereadores no País (mínimo de 9 Vereadores para cidades com até 15 mil habitantes e máximo de 55 Vereadores para Municípios com mais de 8 milhões de habitantes) e revê os limites para as despesas das Câmaras Municipais.

A PEC dos Vereadores e sua apensa, a PEC 379, estão na pauta desta quarta-feira, dia 9 de setembro, para votação, na forma do substitutivo apresentado a esta pelo Relator, Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que recomendou a aprovação dos textos sem alterações, considerando "necessário manter intacto o texto de ambas as propostas, mesmo porque se os alterarmos serão devolvidos ao Senado Federal", de acordo com o seu posicionamento.

Se aprovada em definitivo, a PEC 336 alterará o número de Parlamentares no Legislativo Municipal, que passará dos atuais 51.748 para até 59.791, conforme apresentação do texto aprovado na forma do substitutivo do Relator, Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP).

Esclarecemos por oportuno que a PEC 379/09, que se encontra apensada à PEC dos Vereadores, tem como objetivo a redução dos gastos com as Câmaras Municipais, cujo percentual máximo das receitas tributárias e das transferências municipais para financiamento do Poder Legislativo cai de 5% para 4,5% nas cidades com mais de 500 mil habitantes.

O texto que vai à votação inclui o aumento do número de Vereadores, que fazia parte da PEC 333/04, apreciada no Plenário da Câmara dos Deputados no ano

passado. Portanto, a PEC 336/09 trata-se na verdade do resultado do desmembramento da PEC 333/04.

Com relação aos possíveis gastos com a aprovação da PEC dos Vereadores, teremos as seguintes despesas para as Câmaras Municipais:

- 7% da receita para Municípios com população de até 100 mil habitantes;

- 6% da receita para Municípios com população de 100.001 até 300 mil habitantes;

- 5% da receita para Municípios com população de 300.001 até 500 mil habitantes;

- 4% da receita para Municípios com população de 500.001 até 2 milhões de habitantes;

- 3% da receita para Municípios com população de 2.000.001 até 8 milhões de habitantes;

- 2% da receita para Municípios com população acima de 8 milhões de habitantes.

Deste modo, com a aprovação da PEC dos Vereadores haverá uma economia que pode chegar a R$1,8 bilhão. Nos Municípios menores, a redução pode chegar a 12,5% das despesas. Nos maiores, essa redução pode ser de até 60%.

Por isso, esperamos que a Proposta de Emenda à Constituição 336, de 2009, seja pautada e não haja entrave para que a sua matéria possa ser votada e aprovada nesta Casa. Atendendo ao anseio de todos os Vereadores que há bastante tempo aguardam uma solução para essa questão em todo o Brasil.

Obrigado.

O SR. FERNANDO COELHO FILHO (Bloco/PSB-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, logo após o anúncio do marco regulatório para a exploração das reservas de petróleo do pré-sal, fiz pronunciamento desta tribuna analisando os grandes benefícios que advirão para o País e o povo brasileiro, com o resultado das imensas riquezas a serem obtidas sob a responsabilidade da PETROBRAS.

Hoje, Sr. Presidente, dedico-me a examinar, de maneira muito especial, um dos pontos de maior importância em todo o processo exploratório, qual seja a forma como serão distribuídos os *royalties* do petróleo entre os Estados e Municípios.

Isso porque, não obstante reconhecer que o pagamento de *royalties* deve observar o princípio do atendimento às unidades federativas produtoras, as quais realizam investimentos e sofrem danos, sobretudo de caráter ambiental, em razão da atividade exploratória, entendo que o País como um todo deve compartilhar dos resultados, pois as reservas pertencem à Nação e não somente a algumas regiões e a parte da população.

Em outras palavras, não haveria sentido de se estabelecer considerável fatia de *royalties* relativos às reservas do pré-sal para alguns poucos Estados e Municípios mais próximos aos campos marítimos de produção, em detrimento das demais unidades e regiões, o que provocaria mais concentração de recursos e impossibilitaria a eliminação das profundas desigualdades econômicas e sociais vigentes em nosso País.

O grande trunfo brasileiro, Sr. Presidente, com a descoberta de tão extensas reservas do fundo do mar, é exatamente constituir um fundo de caráter nacional com o produto da exploração desse petróleo, que permita realizar maciços investimentos

em educação e em ciência e tecnologia e ainda financiar mais políticas públicas de cunho social, como o combate à fome e à miséria, visando, portanto, beneficiar todos os brasileiros, não apenas determinadas parcelas da população.

O Brasil tem concedido inúmeros exemplos de competência e eficiência, principalmente pela atuação de nossas empresas de ponta, conforme é o caso da PETROBRAS, mas também pela extraordinária capacidade da administração pública brasileira em enfrentar e vencer a crise econômico-financeira internacional.

Agora mesmo, organismos internacionais avaliam que o Brasil supera a grande maioria dos países quanto à atual e efetiva capacidade de superar adversidades rumo ao desenvolvimento.

Não podemos desperdiçar tamanha oportunidade por conta de disputas regionais ou locais ou até mesmo de embates eleitorais, conforme expressam algumas posições ora colocadas quando se discute a distribuição dos *royalties* das reservas do pré-sal. A educação nacional, por exemplo, precisa ser colocada como algo realmente prioritário, aliás, uma premissa fundamental ao nosso desenvolvimento, o que irá concretizar-se mediante a constituição de um fundo específico, capaz de prover o setor com recursos necessários.

As discussões a respeito do marco regulatório do pré-sal e das implicações de natureza econômica, social e institucional devem ser travadas evidentemente levando-se em conta também os aspectos políticos, mas acima de tudo os interesses pela preservação do equilíbrio federativo, para que não aprofundemos nossas marcantes disparidades regionais.

Daí, Sr. Presidente, que a distribuição dos *royalties*, regulamentação bastante sensível de toda a nova legislação que iremos aqui produzir, precisa ser definida

com extremo cuidado, tendo-se o absoluto propósito da partilha justa a todos os Estados e Municípios, sem privilégios e sem discriminações, em proveito da Nação e de todo o povo brasileiro.

Os Estados do Nordeste, historicamente em desvantagem no recebimento de recursos da União para compor a desejada infraestrutura, não obstante as mudanças verificadas a partir do Governo do Presidente Lula, necessitam, sim, participar efetivamente dos benefícios a serem alcançados com a exploração do petróleo da camada do pré-sal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LEANDRO VILELA (Bloco/PMDB-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a economia do Estado de Goiás deu mais um passo importante, dia 27 de agosto: a ETH Bioenergia inaugurou a unidade Rio Claro, em Caçu, no extremo sudoeste do Estado de Goiás. Na oportunidade, como representante da Câmara Federal, estive participando deste importante acontecimento para a sociedade goiana, juntamente com o Prefeito André Luiz Guimarães Vieira, o Vice-Prefeito Sebastião Nunes de Sousa, Vereadores, empresários e representantes de entidades de classe. O Presidente da ETH Bioenergia, José Carlos Grubisich oficializou o início das operações da unidade.

A ETH Bionergia, empresa controlada pela Odebrecht S.A., em associação com a japonesa Sojitz Corporation, atua de forma integrada na produção, comercialização e logística de etanol, energia elétrica e açúcar de forma inovadora.

A Unidade Rio Claro entra em operação com 1.500 integrantes e capacidade instalada de moagem de 3 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por safra. Para tanto, o investimento foi de 500 milhões de reais. Até 2012, mais 400 milhões de reais levarão a usina à sua capacidade instalada máxima, 6 milhões de toneladas de cana por safra. A meta da Unidade Rio Claro é produzir 190 milhões de litros de etanol na safra 2010/2011.

Em 2007, a ETH adquiriu a Unidade Alcídia, em Teodoro Sampaio, São Paulo. Em 2008, a Unidade Eldorado, localizada em Rio Brilhante, Mato Grosso do Sul, também foi incorporada. Na safra 2008/2009, a empresa produziu 200 milhões de litros de etanol e 130 milhões de toneladas de açúcar.

Em 2009, a ETH inaugura 3 novas unidades, nos Estados de São Paulo, Goiás e Mato Grosso do Sul, que se unem às 2 outras já em operação. A meta das 5

unidades é produzir 470 milhões de litros de etanol e 160 milhões de toneladas de açúcar na safra 2009/2010.

Unindo competitividade e sustentabilidade, a ETH produz etanol, energia elétrica e açúcar. Do plantio da cana-de-açúcar até a comercialização de seus produtos, a ETH preza pelas melhores práticas de produção, desenvolvimento econômico e social das comunidades onde atua e pelo respeito ao meio ambiente.

Abastecer com etanol é mais vantajoso em 19 Estados brasileiros, afirma relatório da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. De acordo com o estudo, que compila dados referentes à última semana de junho, a gasolina é mais competitiva em apenas 6 Estados. Em 2 Estados, é indiferente o uso de etanol ou de gasolina. O relatório da ANP revela que os Estados onde o etanol leva maior vantagem são: Mato Grosso, São Paulo, Paraná, Goiás, Pernambuco, Tocantins e Mato Grosso do Sul.

A ETH atua de forma integrada em toda a cadeia produtiva — cultivo da cana-de-açúcar, produção, comercialização e logística de seus produtos. O modelo de negócios, baseado em núcleos concentrados, polos, foi escolhido por garantir sinergia entre as unidades, aumento na escala de produção e maior competitividade.

A ETH investe em inovações tecnológicas, pesquisa e implantação das melhores práticas sustentáveis, desde o cultivo até a colheita mecanizada de cana, produção de etanol e açúcar e cogeração de energia.

É parceira de empresas nacionais e internacionais de biotecnologia que desenvolvem estudos para a produção de etanol feito a partir da fermentação do bagaço da cana, celulose, conhecido como etanol de segunda geração; e também do seu processo de gaseificação, a terceira geração.

A ETH participa também do desenvolvimento de pesquisas de melhorias genéticas da cana-de-açúcar, buscando espécies melhor adaptadas aos mais variados tipos de clima e solo.

Portanto, na safra 2008/2009, a ETH produziu 200 milhões de litros de etanol. Na safra 2009/2010, as 5 unidades têm como meta produzir 470 milhões de litros do biocombustível.

Passo a abordar outro assunto, Sr. Presidente.

O Brasil, como vários outros países, vive um momento inédito e de alerta. Pela primeira vez, acompanhamos o desenvolvimento de uma nova doença em tempo real, com todas as novas tecnologias de vigilância, controle e informação a nosso favor. O surgimento do novo vírus exige das autoridades sanitárias e dos profissionais da saúde atenção redobrada à evolução da doença.

A gripe suína, também conhecida como gripe porcina ou gripe A (H1N1) é uma doença causada pelo vírus H1N1 — combinação das cepas dos vírus suíno, aviário e humano. A gripe suína já infectou mais de 280 mil pessoas em vários países e causou a morte de cerca de 3 mil pessoas em todo o mundo, segundo dados oficiais. A Organização Mundial da Saúde declarou que a gripe suína é uma emergência na saúde pública internacional, e em 11 de junho de 2009 elevou nível de alerta ao máximo — nível 6 — decretando uma pandemia.

Duas mortes causadas pela Influenza A já registradas em Goiás e outros casos confirmados constituem motivo suficiente para uma advertência rigorosa, no sentido de que as autoridades da área de saúde saibam tomar decisões e as pessoas se defendam adotando as medidas de prevenção necessárias.

O esforço realizado até agora no País, com forte monitoramento em portos,

aeroportos e fronteiras, e a rápida detecção de casos pela vigilância epidemiológica em todos os Estados permitiram que o primeiro sinal de circulação sustentada do vírus no País ocorresse somente 80 dias após o primeiro alerta da OMS.

É preciso reconhecer o trabalho patriótico desenvolvido pelo Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, que, com muita competência, agilidade e dedicação, promove todas as ações necessárias para que a doença seja combatida de forma eficaz em nosso País. Todo o quadro técnico do Ministério da Saúde tem atuando de forma correta e responsável.

É compreensível que um vírus desconhecido, de comportamento imprevisível, cause apreensão. Mas o que já se conhece do novo vírus H1N1 nos leva a evidências de que ele vem se manifestando de forma muito semelhante ao vírus da gripe comum e tem, até o momento, uma taxa de letalidade também praticamente igual.

Sabe-se que pode haver mudanças e é preciso estar pronto para isso. Por isso, cada cidadão deve procurar apenas o posto de saúde ou o médico de confiança aos primeiros sintomas típicos de gripe, como tosse, coriza, febre alta, dor de cabeça e no corpo. Se o médico constatar a gravidade do quadro, o paciente será encaminhado a uma das unidades de referência para receber o tratamento adequado. Os hospitais devem estar disponíveis para tratar de forma ágil os que mais inspiram cuidados. É preciso ter tranquilidade também com os medicamentos. A automedicação, além de prejudicial à saúde, pode aumentar a resistência do vírus, conforme já alertou a OMS.

As autoridades médicas contam ainda com uma contribuição valiosa da população: a prevenção. Lavar bem as mãos com frequência, não compartilhar

copos, talheres e alimentos e usar lenços descartáveis ao tossir ou espirrar são gestos simples que, incorporados ao dia a dia, ajudam a reduzir gripes e inúmeras outras infecções.

O número de mortes causadas pela Influenza A (H1N1) no Brasil não indica que a nova gripe é mais fatal aqui que em outro país. Essa é a avaliação de David Mercer, Diretor-Regional do Departamento de Doenças Infecciosas da Organização Mundial da Saúde na Europa. Para o dirigente, um dos fatores que explicam o número de óbitos registrados no País é a transparência do Governo Federal em divulgar os casos.

Muito obrigado.

O SR. FÁBIO SOUTO (DEM-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupamos a tribuna para tratar do tema do momento: o petróleo da camada geológica do pré-sal.

A exploração das imensas jazidas descobertas em águas brasileiras coloca o País em posição extremamente vantajosa no mercado internacional do petróleo, o que significa primazia nesse setor estratégico da economia mundial.

A perspectiva é a de que, além de garantir a autossuficiência e, assim, provocar a queda de preços, o volume de petróleo enseje a exportação em grande escala, com geração de divisas ainda incalculáveis, mas, sem dúvida, capazes de alçar o Brasil a novos patamares de desenvolvimento.

Nada justifica, porém, Sr. Presidente, a pressa absurda do Governo Lula, que exige urgência constitucional para a votação dos projetos de lei que estabelecem o marco regulatório da exploração do pré-sal.

Elaborados a portas fechadas, no âmbito exclusivo do Executivo, tais projetos, até mais do que outros, deverão submeter-se a ampla discussão nas Casas do Congresso Nacional, justamente pela importância e magnitude do assunto. Somente ouvindo especialistas de várias áreas, avaliando sob nova perspectiva a experiência de países exportadores e, sobretudo, sopesando os aspectos técnicos, econômicos e políticos envolvidos, os representantes do povo brasileiro poderão estabelecer as melhores condições de exploração e aproveitamento da riqueza do pré-sal.

Afinal, Sras. e Srs. Deputados, são várias as questões que se apresentam, todas com graves repercussões. A primeira delas diz respeito às dificuldades impostas pela própria localização desse petróleo — a camada do pré-sal, cuja

perfuração exige tecnologia especial. Tanto o petróleo quanto o gás estão armazenados sob altíssima pressão, em uma camada da Terra que apresenta temperaturas entre 80º e 100º. O processo de perfuração dos poços e respectivo revestimento é extremamente difícil, porque as rochas são porosas, maleáveis e submetidas a abalos sísmicos constantes. Trata-se, sem dúvida, de complexo desafio tecnológico, um desafio jamais enfrentado pelo homem e que exigirá, sem dúvida, imenso esforço de capacitação das autoridades e dos técnicos brasileiros.

Isso implica, de imediato, um tempo muito mais longo para a efetiva exploração do pré-sal. Serão anos e anos, até que alcancemos a etapa de refino, distribuição e comercialização dos derivados do petróleo e do gás natural. Implica também considerável elevação no custo da produção, o que, somado à hipótese bem provável de aumento da oferta e consequente queda de preços, poderá levar a um cenário mais complexo do que se vislumbra até então.

Por outro lado, Sr. Presidente, há questões políticas de peso, como as que dizem respeito à alteração do regime de concessão para exploração e produção do petróleo, com aumento considerável da participação da União. Há de se considerar o fortalecimento da PETROBRAS por meio da adoção do regime de partilha ou a criação de nova estatal — a já chamada de PETRO-SAL — e, assim, valorizar a inquestionável capacidade tecnológica de nossa estatal. Há de se considerar igualmente a questão energética no processo de aquecimento global e sua repercussão no mercado internacional dos combustíveis fósseis. Há de se considerar também a distribuição da riqueza entre os Estados brasileiros, conforme a localização das reservas. E há de se considerar, sobretudo, a absoluta defesa dos interesses nacionais, necessariamente prejudicados por decisões açodadas, de

motivação eleitoreira, que representam verdadeira ameaça à expectativa de riqueza e desenvolvimento apresentada pelo pré-sal, por enquanto estimada em mais de 100 bilhões de barris de petróleo.

Por todas essas razões, Sr. Presidente, encarecemos o bom senso e o sentimento de responsabilidade cívica que deve animar cada um de nós. O momento é de cautela e disposição ao diálogo.

Estamos às vésperas de nos tornar uma potência petrolífera mundial, de posse de independência energética e riquezas incalculáveis, capazes, repetimos, de nos alçar a um patamar inédito de desenvolvimento.

É por essa razão que não aceitamos o regime de urgência constitucional proposto para a votação desses projetos e exigimos do Executivo tempo compatível com a importância do tema. Não devemos permitir que interesses secundários e imediatistas, como os que movem o Governo Federal, prejudiquem os reais interesses do povo brasileiro, nossa segurança, riqueza e soberania.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Edson Duarte, para uma Comunicação de Liderança, pelo PV. S.Exa. dispõe de até 3 minutos.

Após a fala do Líder do PV, vamos dar início ao Grande Expediente. O primeiro orador já se encontra na tribuna. Depois do Grande Expediente, retomaremos as inscrições aqui feitas para as Breves Comunicações.

Tem S.Exa. a palavra.

O SR. EDSON DUARTE (PV-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito obrigado.

Ocupo a tribuna neste momento para fazer uma saudação e uma comunicação, já que estou assumindo a Liderança do Partido Verde nesta Casa, para minha honra, em um momento histórico e fundamental do PV na política brasileira, pois que conseguiu filiar a Senadora Marina Silva nos seus quadros. Sabemos o que a Senadora Marina representa para o Brasil, para os brasileiros, para o sonho daqueles que lutam, trabalham e têm vencido graças à sua honestidade e à sua dedicação.

Assumo a Liderança do Partido Verde substituindo ninguém menos que Sarney Filho, líder nato, grande companheiro, solidário, um conciliador, hoje uma das vozes ambientalistas desta Casa. Talvez nunca tenha existido alguém à altura de Sarney Filho, do que vem fazendo hoje, especialmente na condição de Presidente da Frente Parlamentar Ambientalista.

Estamos vivendo um momento especial no Brasil e no mundo diante das mudanças climáticas, dos acontecimentos climáticos, dos acontecimentos ambientais, e agora, em Copenhagen, haverá a grande Conferência do Clima, que deve

nortear as ações de todos os países daqui para a frente. Será grande o nosso papel nesta Casa, com nossa bancada de 14 Deputados Federais, todos atuantes, batalhadores, que ajudam no tema ambiental e também participam ativamente de todos os temas que interessam as bandeiras do Partido Verde.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Parlamentares que ainda estão chegando ao plenário para a Ordem do Dia, fizemos um compromisso na semana passada e o ratificamos hoje, agora há pouco — estou saindo de uma reunião do Colégio de Líderes —, de votar a PEC dos Vereadores. É um compromisso do Partido Verde. A bancada do Partido Verde tem o compromisso de votá-la. O nosso pedido é de que a matéria seja votada. Aqueles que quiserem votar contra, que acham que a PEC não deve ser aprovada, que votem contra, mas o projeto precisa ser aprovado.

Muita gente veio de longe, de ônibus. Vieram várias vezes e em várias oportunidades, e o que eles querem é uma obrigação nossa: pautar e votar o projeto.

A minha posição, e creio da totalidade, se não dos membros do Partido Verde, é de que esse projeto é uma questão de justiça, de arrumação daquilo que se faz necessário para equilibrar a formação e a composição das Câmaras Municipais.

Recompor as Câmaras é fortalecer o Legislativo Municipal e, dessa forma, combater a corrupção, o desvio de dinheiro, o desvio de função. É por isso que muitos Prefeitos não querem. E, ao contrário do que estão dizendo na imprensa, não vão aumentar a despesa. Não é verdade. Esse projeto não prevê isso. Ao contrário, com mais pessoas fiscalizando em cada um dos nossos municípios, aí sim teremos significativa diminuição de desvio e de despesa, porque muitos estarão lá para

ajudar na fiscalização, até porque muitos são independentes. E o papel hoje do Vereador é importante porque está na ponta fiscalizando a aplicação de tudo aquilo que estamos decidindo aqui em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Junior) - Agora passaremos ao Grande Expediente. Para concluir, Deputado.

O SR. EDSON DUARTE - Muito bem, Sr. Presidente. A posição do Partido Verde é favorável ao projeto.

Queremos o andamento da pauta. O Partido Verde quer também discutir o pré-sal, que é uma questão importante para nós, e em outra oportunidade voltarei a falar sobre isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Edson Duarte, o Sr. Marçal Filho, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Manoel Junior, 4º Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Junior) - Passa-se ao

V - GRANDE EXPEDIENTE

O SR. MAURO BENEVIDES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Junior) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MAURO BENEVIDES (Bloco/PMDB-CE. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, está virtualmente acertado que a deliberação do Senado Federal sobre a Reforma Política deverá ocorrer na tarde de hoje, após longos entendimentos em torno de algumas alterações processadas no texto originário desta Casa, de conformidade com a redação da lavra do nosso eminente colega Flávio Dino, da bancada maranhense e jurista de méritos incontáveis.

Preocupa-nos, sobremaneira, o desempenho obstrucionista levado a efeito pelas bancadas de oposição, o que poderá ocasionar, se mantido inflexivelmente tal intento, uma protelação que transcenda o dia 30 de setembro, considerado marco temporal decisivo, tendo em vista o princípio da anterioridade previsto na Carta Constitucional de 5 de outubro de 1988.

Sabe-se que o Senador Eduardo Azeredo, autor de modificações no acesso à Internet, teria sido convencido a não manter algumas restrições que concebera como indispensáveis, o que motivaria discussões mais amplas, delongando o exame de matéria inovadora, a qual possibilitará forma de comunicação permanente entre partidos, candidatos e a massa votante.

Disporia, então, a Câmara dos Deputados de espaço diminuto para reanalisar as sugestões oriundas do Plenário senatorial, o que exigiria, de qualquer maneira, alguns dias para a ultimação da tarefa que nos competiria por exigência do bicameralismo predominante entre nós.

O meu pronunciamento, na sessão de hoje, objetiva alertar os meus eminentes pares para a necessidade de darmos celeridade ao encargo, a fim de que não haja um malogro no cumprimento do compromisso que temos diante dos segmentos conscientizados da sociedade civil organizada.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva terá, naturalmente, alguns dias para sancionar os autógrafos que lhe forem enviados em tempo hábil, o que não impede vetos direcionados a dispositivos que entenda incompatíveis com o seu entendimento sobre esse polêmico assunto.

Estamos, assim, vivendo fase delicada, que nos compelirá a entender o caráter improrrogável de nossa deliberação, a fim de que tenhamos o diploma legal imperante na competição de outubro de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Junior) - Concedo a palavra ao Deputado Vicente Arruda.

O SR. VICENTE ARRUDA (PR-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero saudar os Vereadores que lotam as galerias da Câmara e espero que hoje tenha fim a saga que vem se arrostando, há mais de 6 anos, com a votação da PEC que eles tanto anseiam.

Sr. Presidente, desejo focalizar hoje um tema que vem criando grandes controvérsias, conflitos, divergências, debates e discussões de toda natureza na Câmara e quiçá no País: o pré-sal.

Curiosamente, as discussões não se orientam quanto ao conteúdo, aos objetivos, à necessidade ou não dos projetos de lei apresentados pelo Governo Federal. A contestação limita-se, pelo menos até agora, à questão do procedimento de urgência constitucional com que foram encaminhados os projetos.

Acho que deveríamos aceitar a urgência constitucional, porque estamos às vésperas de um ano eleitoral. Se a regulamentação do pré-sal não for votada este ano, certamente não será no ano seguinte. Urge que resolvamos essa questão, de fundamental importância para o futuro do nosso País.

O Governo passou um ano e meio examinando, em comissão interministerial, a que compareceu também a PETROBRAS, para chegar à conclusão de que devíamos mudar o modelo de exploração do petróleo na camada do pré-sal. Alega, e com justa razão, que as circunstâncias que levaram, em 1997, à promulgação da Lei do Petróleo se modificaram. Naquela ocasião, havia uma escassez e não havia um perfeito conhecimento geológico das jazidas de petróleo. Era uma operação de alto risco. Então, nós tínhamos necessidade de dar grandes vantagens aos

investidores para que eles aqui viessem e arriscassem o capital em busca de um petróleo incerto.

O Sr. Mauro Benevides - V.Exa. me permite, Deputado Vicente Arruda?

O SR. VICENTE ARRUDA - Pois não.

O Sr. Mauro Benevides - Quero cumprimentá-lo pela presença na tribuna e, sobretudo, a discussão de um tema naturalmente obrigatório nos círculos políticos, empresariais, enfim, diante da opinião pública brasileira, sobretudo depois da advertência do próprio Presidente de que nós, Parlamentares, deveríamos ser pressionados pelos nossos eleitores no sentido de que conduzíssemos esse entendimento para que, no menor espaço de tempo possível, aprovássemos as 4 propostas que já chegaram a esta Casa. Diria a V.Exa. — isso já é do seu conhecimento — que há uma mobilização dos governos estaduais. Nessa sexta-feira, o Governador Cid Gomes deseja trocar ideias conosco a respeito da tramitação dessas matérias e das perspectivas das outras unidades federadas que não estão marcadamente favorecidas com a distribuição dos *royalties* do pré-sal. V.Exa. abordando esse tema vai levar esta Casa a debruçar-se sobre os 4 projetos e buscar no tempo possível uma decisão aguardada pelo Governo e pela opinião pública do País. Cumprimentos a V.Exa.

O SR. VICENTE ARRUDA - Agradeço-lhe, nobre Deputado Mauro Benevides, o aparte, que sempre ilustra nossos discursos, pelo brilho de sua palavra e pela segurança com que enfrenta os assuntos que frequentemente discute nesta Casa. Mas ia dizendo que o Governo mandou 4 projetos que formam um verdadeiro sistema. São 4 pilastras que, tirando-se uma, o sistema cai e não alcança seus objetivos.

No primeiro projeto, trata da mudança de paradigma, do sistema de concessões para o sistema de partilha do petróleo encontrado.

Em outro, cria a PETRO-SAL, empresa pública de capital integralmente do Governo Federal que servirá como gestora das operações de exploração do petróleo no pré-sal e será também responsável pela comercialização do petróleo encontrado.

Muitos discutem a validade do sistema de partilha do óleo adotado pelo Governo, mas esse sistema existe no mundo inteiro; 40 países o adotam. E só se usa o sistema de partilha quando há grande abundância de petróleo e as jazidas não oferecem risco de prospecção, pois já foram avaliadas e certificadas, e não seria justo que as empresas privadas auferissem riqueza que é da União.

Dir-se-á que com isso houve um retrocesso, dado que a interferência do Governo é fundamental. Realmente é e precisa ser, porque, se não controlarmos o grande volume de petróleo que irá jorrar do pré-sal, poderemos ser condenados à maldição do petróleo. Vemos que países que têm grandes reservas petrolíferas, no plano macroeconômico, desorganizam-se porque passam a viver do petróleo e para o petróleo, esquecendo as outras atividades industriais, agrícolas, que devem merecer a preocupação de um país complexo, plural e de grande extensão como o nosso.

Graças a Deus em um dos projetos de lei o Governo apresentou um escoadouro para encaminhar todas as receitas provenientes do pré-sal. Chama-se o Fundo Soberano do Brasil, em que ele dedicará os recursos que advêm do pré-sal para função social e combate à pobreza, desenvolvimento da educação, da saúde, da tecnologia.

É pena que ele tenha se esquecido de colocar um setor fundamental para eliminar a desigualdade regional e humana que existe no Brasil. Acho que devíamos apresentar uma emenda a este projeto no sentido de acrescentar mais um fundo de desenvolvimento social para o Nordeste, o Norte e o Noroeste, já que não é possível — do ponto de vista constitucional, no meu entender — estender-se o *royalty* para as demais regiões, não aquelas adjacentes ao território de cada Estado.

O art. 20 da Constituição Federal diz que o *royalty*, que é uma criação brasileira, não existe em nenhuma legislação estrangeira, dá aos Estados em que é prospectado o petróleo — pelo uso de seu mar territorial e da sua plataforma — uma compensação financeira.

Ainda que a Constituição Federal diga que o *royalty* será dado aos Estados na forma da lei, é verdade que poderíamos mudar tal lei e incluí-lo para todos os Estados brasileiros. Mas é preferível usarmos os recursos do pré-sal por meio do Fundo Soberano, para ali encaixar um fundo de desenvolvimento do Nordeste, do Centro-Oeste e do Norte, para pesquisa científica, para a limpeza dos rios e para a criação de infraestrutura sanitária. Virá dinheiro suficiente para atender a todos os reclamos. Se não fizermos isso, cairemos no erro gravíssimo de deixar, como atualmente, que o Governo receba o dinheiro do petróleo e o use na sustentação dos seus gastos.

Então, temos de dar a eles uma destinação específica. A receita do Tesouro deve permanecer com base na tributação das várias atividades econômicas; e a receita do petróleo – que é uma dádiva de Deus, como disse o Presidente – deve ser encaminhada para dar maior igualdade, maior expansão e bem-estar ao povo brasileiro.

Nós, da bancada do Nordeste, reunimo-nos hoje e acertamos que iríamos apresentar 6 emendas nesse sentido. Acredito que a Câmara dos Deputados acolherá nossa reivindicação, que não prejudica os direitos de São Paulo, do Rio de Janeiro ou do Espírito Santo, mas será uma compensação justa, que virá corrigir as desigualdades que atualmente ocorrem no Brasil.

O Sr. Fernando Ferro - Permite-me V.Exa. um aparte?

O SR. VICENTE ARRUDA - Pois não, Deputado Fernando Ferro.

O Sr. Fernando Ferro - Deputado Vicente Arruda, V.Exa. traz um debate que o País precisa fazer com urgência: o que vamos fazer com esses imensos recursos naturais, com as reservas de petróleo no pré-sal. Não temos condições de fugir desse debate aqui, que lamentavelmente alguns Deputados estão obstruindo, até porque estamos diante das maiores descobertas de petróleo dos últimos 30 anos. Isso poderá colocar o Brasil entre o terceiro e o sexto lugar na relação dos países com maior reserva de petróleo no mundo, além de multiplicar nosso Produto Interno Bruto — PIB. Portanto, é chegada a hora de a Casa e a sociedade brasileira discutirem o que vamos fazer com essa riqueza. Conforme observou muito bem V.Exa., corremos um risco, pois, se ficarmos dependentes da indústria do petróleo, o País poderá sofrer um processo de desindustrialização e alterar o rumo do seu desenvolvimento. Por isso temos de fazer esse debate. Especificamente sobre os *royalties*, para concluir minha fala, eles são originariamente dirigidos para compensar financeiramente os Estados onde ocorre implantação da infraestrutura necessária à extração e ao refino do petróleo. Evidentemente, nas áreas de exploração há poluição e impacto socioambiental. O que acontece neste momento com a questão do pré-sal? Primeiramente, o petróleo não está em nenhuma região

ou território estadual; ele está em território da União, do Estado brasileiro. Portanto, na minha compreensão, a regra do petróleo não se aplica a esse caso, por isso temos de fazer um debate sobre como distribuir esses recursos de maneira mais justa. É claro que existem no País diferenças sociais e regionais muito graves, que deverão ser reparadas com essa oportunidade. Tenho certeza de que será um bom debate. Não vamos amesquinhá-lo, olhando apenas o Estado A ou B. Temos de pensar no Brasil, em como podemos melhorá-lo com esses recursos. Para que as imensas riquezas do petróleo no pré-sal sejam bem usadas, elas deverão ser distribuídas por meio de um fundo nacional que observe nossas prioridades em termos de meio ambiente, educação, saúde, saneamento, tecnologia, aparelhamento das nossas Forças Armadas. Parabéns pelo pronunciamento. Faremos um bom debate, principalmente nós, do Nordeste, pois temos muito interesse e a obrigação de fazer com que esses recursos tragam novo momento para nossa região, que assim poderá se inserir no crescimento do Brasil com a justiça que merece.

O SR. VICENTE ARRUDA - Deputado Fernando Ferro, agradeço-lhe o valioso aparte, que vai enriquecer meu discurso. Com grande prazer, incorporo ao meu pronunciamento a manifestação de V.Exa., que coincide justamente com meu pensamento.

O Sr. Eliene Lima - Concede-me V.Exa. um aparte, Deputado Vicente Arruda?

O SR. VICENTE ARRUDA - Pois não.

O Sr. Eliene Lima - Deputado Vicente Arruda, também parabenizo V.Exa. pelo tema importante e oportuno. Nós, que vivemos realmente uma desigualdade

enorme no Brasil, não podemos prescindir de buscar a harmonia. A divisão do País em região litorânea e interiorana traz grande prejuízo ao nosso povo. No Centro-Oeste — sou de Mato Grosso —, temos regiões pobres que, a exemplo do Nordeste, do Norte e de outras no Brasil, buscam recursos provenientes das riquezas naturais, as quais, na verdade, podem beneficiar todo o País. Ao mesmo tempo em que parabenizo V.Exa., reforço a tese de que as discussões e as emendas que ocorrerem nesta Casa venham uniformizar o País. Não podemos voltar à tese da Belíndia, com uma parte do Brasil rica como a Bélgica e outra pobre, embora já não tanto quanto a Índia. É preciso termos um Brasil uniforme e igualitário. Parabéns pela oportuna discussão que V.Exa. traz.

O SR. VICENTE ARRUDA - Agradeço a V.Exa., Deputado Eliene Lima. Realmente, na questão dos *royalties,* se mantivermos a posição atual, iremos criar no Brasil 3 emirados árabes: São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Mas a abundância de recursos será de tal ordem que eles não saberão o que fazer. Tenho até pena do Rio de Janeiro e de São Paulo porque os projetos do pré-sal apresentados pelo Governo não disciplinam ou dão destinação aos recursos. Se eles pegarem todo esse montante de dinheiro, nem vão saber o que fazer.

Então, acho que estamos no bom caminho. É necessário termos a compreensão de que o País mudou e tem um grande futuro. Foi um achado muito grande a descoberta desse grande lençol petrolífero.

O projeto também faz jus ao trabalho da PETROBRAS, que, com tecnologia, espírito de brasilidade, esforço e energia, foi a responsável pela descoberta de petróleo no pré-sal. O Governo fez muito bem ao colocá-la como operadora de todos os blocos do pré-sal, com uma porcentagem de 30%. Dir-se-á — e muitos dizem —

que isso desestimula a entrada do investimento estrangeiro, mas, de modo nenhum, porque ainda existem 70% e o risco é muito pequeno.

Ainda há algo que não existe nos outros sistemas de partilha, pois o projeto teve o cuidado de reembolsar todos os gastos despendidos pelo investidor na busca pelo petróleo. Uma vez descoberto o petróleo, todos os gastos serão repostos ao investidor, que passará, então, a usufruir as benesses. Esse reembolso será feito em petróleo. De modo que há um estímulo muito grande.

Há poucas oportunidades como essa no mundo, já que tal descoberta foi a maior dos últimos 30 anos. Não há onde os investidores e as grandes empresas petrolíferas possam investir, a não ser no Brasil, que hoje é o grande horizonte. Portanto, temos a perspectiva de dar um grande impulso à economia nacional.

O Sr. Abelardo Camarinha - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. VICENTE ARRUDA - Pois não.

O Sr. Abelardo Camarinha - Deputado Vicente Arruda, cumprimento V.Exa. e associo-me à sua preocupação no que diz respeito aos *royalties*. V.Exa. salientou bem que não podemos ter 3 emirados: São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Embora eu seja paulista, acho que esses recursos têm de ser equacionados e divididos, como ocorre com o ICMS e com o FPM. Mas, nobre Deputado Vicente Arruda, que tão bem vem descortinando e levando ao conhecimento de milhares de telespectadores da *TV Câmara* essa questão, registro que a PETROBRAS gastou 400 milhões em propaganda sobre o pré-sal. Não quero discutir o mérito, mas acho que a propaganda deveria ter conteúdo ecológico, ambientalista. Então, faço uma observação ao departamento de *marketing* da PETROBRAS: que conscientize a população — juventude, moradores e terceiros — sobre o bem que a exploração no

pré-sal trará para o Brasil, além da questão do meio ambiente. Cumprimento V.Exa. e avalizo sua posição sobre os *royalties*. Sou paulista, mas jamais deixaria de compartilhar a riqueza dos *royalties* com nossos irmãos dos outros Estados.

O Sr. Fernando Chiarelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. VICENTE ARRUDA - Pois não.

O Sr. Fernando Chiarelli - Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar V.Exa. pelo depoimento que, como cearense, traz a esta Casa. É um estudo específico das grandezas que José de Alencar há tanto tempo tem apregoado por este País. Realmente, conforme V.Exa. expõe, este momento que o País atravessa vai fazer desaparecerem aquelas imagens de miséria tão bem pintadas ou escritas por Graciliano Ramos em Pernambuco, por Lima Barreto no Rio de Janeiro ou pelo representante do meu Estado, Monteiro Lobato, na sua Itaoca. Portanto, a minha participação aqui é só para fazer constar a grandeza histórica do depoimento de V.Exa. nesta Casa.

O SR. VICENTE ARRUDA - Muito obrigado.

Por falar em PETROBRAS, citada pelo aparteante anterior, há outro ponto alto no projeto. É aquele em que o Governo faz a cessão onerosa à PETROBRAS de blocos do pré-sal que não foram ainda licitados para que ela retire 5 bilhões de barris.

Isso é muito importante. Todos nós sabemos, ninguém é criança, que um investimento para a exploração do pré-sal exige quase 600 bilhões de dólares. Mas a PETROBRAS, com essa cessão onerosa, poderá alavancar no mercado 100 bilhões de reais, que servirão para apressar o processo de exploração.

O grande problema do pré-sal não é a perfuração, porque sobre isso já temos conhecimento, temos a tecnologia, mas sim quanto ao transporte do petróleo dos campos para o continente. Vamos precisar de uma frota de navios, de alimentação, de pequenas embarcações, e tudo isso está sendo previsto.

Com esse dinheiro, poderemos apressar e obter resultados mais rápidos. O Brasil está consciente de que o petróleo que vamos retirar vai dar uma grande expansão às exportações. Com a criação do Fundo Soberano, poderemos comprar ativos no exterior e criar grandes realizações aqui. Tudo isso dentro da lei, da legalidade, da ordem democrática, sem prejudicar os direitos de quem quer que seja.

É preciso notar — ninguém assinalou isto até agora — que o Governo Federal está mantendo os contratos. A implantação do novo modelo só atingirá as licitações futuras e as aberturas dos poços que vierem. São mantidos todos os contratos, e continuam as operações com normalidade, sem interrupção.

Espero, meus amigos, que a Câmara dos Deputados tenha a sapiência, a prudência, a sabedoria de examinar essa questão com os olhos voltados para o bem-estar do povo brasileiro. É o que espero.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Junior) - Antes de retomarmos a lista dos oradores do Pequeno Expediente, passo a palavra, para uma breve comunicação, à Deputada Lídice da Mata, do PSB da Bahia. Logo após, concederei a palavra ao Deputado Abelardo Camarinha, do PSB de São Paulo, e ao Deputado Jilmar Tatto, do PT de São Paulo.

Deputada Lídice da Mata, V.Exa. dispõe de 1 minuto.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero anunciar que, no final da tarde de hoje, o Governador do Estado da Bahia e o Ministro Luiz Barreto assinarão convênio para a realização da grande obra de infraestrutura da Feira de São Joaquim, que este ano completa 45 anos de existência, resistindo contra todas as pressões dos poderosos que com ela tentaram acabar.

Fui a única Prefeita de Salvador que investiu no saneamento e na organização urbana da Feira de São Joaquim e me sinto muito feliz com este momento que a Bahia vive por conta da assinatura do referido convênio.

Feito o registro, Sr. Presidente, quero também saudar os Vereadores presentes nesta Casa e dizer da minha preocupação diante da incerteza da votação da PEC que esperam ver aprovada e em razão da qual aqui estão. Devido aos compromissos que tenho no Estado pela manhã, receio não conseguir votar essa proposta hoje — e me sentirei prejudicada se não puder participar.

Amanhã de manhã, na Bahia, receberá o título de cidadã baiana, fruto do movimento de solidariedade das mulheres baianas, a Sra. Maria da Penha, que dá nome à Lei Maria da Penha. E nós, mulheres baianas, estamos responsáveis por essa manifestação de apreço, de solidariedade e de homenagem à vida e à luta de Maria da Penha — uma luta de todas as mulheres brasileiras contra a violência.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Junior) - Deputado Abelardo Camarinha, V.Exa. tem 1 minuto.

O SR. ABELARDO CAMARINHA (Bloco/PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, quero saudar V.Exa. por estar presidindo esta sessão. Quero também me somar a todos os Vereadores de todos os rincões do Brasil, especialmente São Paulo e Minas Gerais, Estados que têm muitos municípios.

Darei um exemplo: Marília, uma cidade de mais ou menos 300 mil habitantes, tem 13 Vereadores. A cidade ao lado, com 7 mil habitantes, tem 9 Vereadores. Há uma distorção na representatividade. A população não está representada. Os candidatos mais pobres, mais humildes, as associações de moradores e os sindicalistas terão cada vez mais dificuldade de representar suas bases, suas regiões, seus bairros dentro de cidades grandes.

Então, contem com o apoio da bancada do PSB. Falei com o Deputado Ciro Gomes, e S.Exa. também expôs a sua vontade de votar junto com a bancada do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Junior) - Sr. Deputado, para concluir.

O SR. ABELARDO CAMARINHA - Para concluir, Deputado Manoel Junior, que brilhantemente vem comandando esta sessão.

Quero mostrar uma preocupação.

O Presidente Lula está fazendo um contrato de 25 bilhões em armamentos, 5 submarinos, vários aviões e helicópteros. S.Exa., no entanto, tem discutido muito pouco com os segmentos que entendem do assunto e com a sociedade.

Há outras prioridades. Hoje, um médico do Sistema Único de Saúde — SUS recebe menos que 5 reais. A situação também é grave no setor da segurança pública em São Paulo, Rio de Janeiro e Paraíba.

Então, têm de ser revistos com muita cautela esses 25 bilhões de reais do contrato. Vamos ter mais calma, mais paciência. Vamos priorizar a saúde, a educação e a segurança do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Junior) - Com a palavra o Deputado Jilmar Tatto. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. JILMAR TATTO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero saudar as Vereadoras e os Vereadores que se encontram hoje em Brasília esperando a aprovação da PEC que altera a composição numérica das Câmaras Municipais.

Sua reivindicação é justa, porque esses representantes da sociedade obtiveram votos, elegeram-se. E, diante da distorção da legislação eleitoral — o Tribunal Superior Eleitoral quis legislar — ou da falta de legislação, temos de reparar esse erro hoje.

Tenham, portanto, Srs. Vereadores, a solidariedade da bancada do Partido dos Trabalhadores! Vamos votar essa PEC hoje em primeiro turno e — quem sabe? —, na semana que vem, em segundo turno. Dessa forma, ainda nesta Legislatura, todos os Vereadores poderão assumir o mandato que receberam do povo. E o Vereador é quem tem relação direta com o povo que mais precisa no Brasil.

Por isso, repito, é uma reivindicação justa. Vamos votar hoje essa PEC e, ainda neste mês, votá-la em segundo turno, para que eles possam assumir o mandato que lhes foi dado pelo povo e tirado pelo TSE.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Junior) - Com a palavra o Deputado Júlio Delgado. Em seguida terão a palavra o Deputado Fernando Marroni, do PT do Rio Grande do Sul, e o Deputado Valdir Colatto, do PMDB de Santa Catarina.

O SR. JÚLIO DELGADO (Bloco/PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero rapidamente fazer uma saudação àqueles que vêm a esta Casa há mais de 1 ano tentando obter a votação dessa matéria.

Nós estamos ansiosos, em face da proposta do Presidente Temer, que, junto com os partidos da Oposição, propõe o prazo de 60 dias para discutirmos os projetos do pré-sal. Com isso, poderemos terminar a obstrução e viabilizar a votação da PEC dos Vereadores na noite de hoje.

Sr. Presidente, estamos também cobrando a votação das propostas dos aposentados e pensionistas.

Gostaria de comunicar ao Deputado Abelardo Camarinha, nosso companheiro de partido, com quem vimos lutando, a conclusão da compra histórica de muitos armamentos por parte do Governo brasileiro, realizada em convênio com a França.

São esses, Sr. Presidente, os pontos para os quais pedimos a atenção da Casa, com ênfase, no dia de hoje, para nossa expectativa quanto ao fim da obstrução da Oposição, que pode ser alcançada agora, para que possamos hoje efetivamente votar a PEC dos Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Junior) - Concedo a palavra ao Deputado Fernando Marroni. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. FERNANDO MARRONI - Sr. Presidente, tenho direito a 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Junior) - Apenas 3 minutos, Deputado, porque assim foi convencionado, a partir de agora, para otimizar e democratizar o tempo. V.Exa. tem 3 minutos, improrrogáveis.

O SR. FERNANDO MARRONI (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero aqui falar um pouco sobre a primeira semana de setembro nesta Casa.

Penso que todos nós, brasileiros, temos muito motivos para estar eufóricos, animados, esperançosos e, acima de tudo, confiantes no futuro. Não é pouca coisa o momento que estamos vivendo. Pelo contrário, nosso País está sendo desafiado — como diz o Presidente Lula — a fazer sua segunda independência.

E essa independência é efetivamente econômica. Se o Brasil não avança mais no processo civilizatório, não é porque não saiba fazer mais casas, mais saneamento, mais escolas, mais saúde, mais desenvolvimento tecnológico. Vivemos, sim, como um País em desenvolvimento, com escassez de recursos e, muitas vezes, temos de fazer opções.

Nesses 7 anos, o País fez a opção correta, pois optou pelos mais pobres, pela inclusão, por um Brasil soberano frente ao mundo, com uma visibilidade como nunca teve, e resolveu os problemas e os dilemas da economia, como o da inflação e de outros tantos.

Agora, com o pré-sal, podemos viver este novo momento. Mas como vamos chegar lá se neste Parlamento há uma Oposição que votou, a toque de caixa, em 5

meses, a reforma que quebrou o monopólio da União e vendeu as ações da PETROBRAS? E agora diz que não há tempo para discutir.

Quero dizer à Oposição que já perderam uma semana de debates, mas eles estão acontecendo nesta Casa. Não é preciso haver muito debate, não, para saber se entregamos ou não o nosso patrimônio às empresas estrangeiras, como fizeram lá atrás; se é preciso ou não haver uma empresa estatal para controlar esse petróleo; se devemos ou não dividir esse petróleo para todo o povo brasileiro, a fim de que não fique mais concentrado apenas em 13 Estados da Federação, que recebem todos esses *royalties*.

Por isso, Sr. Presidente, está mais do que na hora de a Oposição levantar a obstrução nesta Casa para podermos restabelecer a representação democrática dos Vereadores, para podermos votar os projetos do pré-sal, em relação aos quais há urgência, sim, de vê-los explorados.

A Oposição diz que vamos receber esses recursos daqui a 5 ou 8 anos. Ressalto que esse prazo é curto, que temos muita pressa, que temos de votar.

Portanto, são essas as minhas palavras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Junior) - Deputado Valdir Colatto, V.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cumprimento todos os suplentes de Vereadores aqui, que, embora eleitos, em razão da lei eleitoral, não conseguiram ainda acertar sua vida. Com certeza, a bancada do PMDB, a minha bancada, na sua grande maioria, votará com eles. Esse é o nosso compromisso com os Vereadores do Brasil.

Sr. Presidente, ontem, houve um grande seminário que implantou a discussão do Código Ambiental Brasileiro. O seminário foi aberto pelo Deputado Michel Temer, nosso Presidente, também pelo Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, e pelo Governador Luiz Henrique, de Santa Catarina.

O Presidente Michel Temer criou uma Comissão Especial para discutir o Projeto de Lei nº 5.367, que institui o Código Ambiental Brasileiro. Essa Comissão Especial vai levar ao Brasil a grande discussão da questão ambiental urbana e rural, de maneira que o Congresso Nacional tome decisões ouvindo a sociedade e chegue a uma legislação que realmente contemple a produção e o meio ambiente.

O Código Ambiental Brasileiro é a proposta de um pacto federativo ambiental descentralizado, que levará a todo o País essa discussão para que o Brasil decida como ocupar o seu território.

Nesse aspecto, entra a legislação de competência do Município, dos Srs. Vereadores, dos Estados, da Nação brasileira e deste Congresso Nacional, que tem a obrigação de fazer uma legislação ambiental harmônica com a produção e com o meio ambiente.

Espero que possamos fazer um planejamento de ocupação territorial do Brasil, que nós, da União, façamos uma legislação ambiental de normas gerais e os Estados façam, por meio do zoneamento econômico e ecológico, a sua lei específica, assim como fez Santa Catarina, porque o Brasil é diferente. O Brasil, nos seus 27 Estados, tem a Amazônia, Santa Catarina, o Rio Grande do Sul e os outros Estados que precisam, com certeza, de uma legislação compatível com sua realidade.

É assim, portanto, que vamos buscar os serviços ambientais para aqueles que fazem o serviço ambiental produtor. E será o produtor de alimentos, de biocombustíveis, de água, que deverá ser compensado por um trabalho heroico que vai fazer para este País.

Portanto, Sr. Presidente, convocamos esta Casa, o Congresso Nacional, para que façamos a discussão e a aprovação de uma lei que compatibilize a questão ambiental com a produção para o Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Junior) - Antes de conceder a palavra ao próximo orador, quero saudar os suplentes de Vereadores do Brasil inteiro, em especial os do meu Estado da Paraíba e dos Estados vizinhos de Pernambuco e do Rio Grande do Norte, e desejar-lhes sorte.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Junior) - Concedo a palavra ao Deputado Manato, do PDT do Espírito Santo. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. MANATO (PDT-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eles vão precisar de sorte, mas do nosso voto também. Então, lembro V.Exa. de convocar seu partido todo, junto com o PDT, a votar favoravelmente à PEC dos Vereadores.

Digo ao pessoal do Espírito Santo que acabei de receber uma ligação do nosso amigo Salvador, que desejou sorte para nós. Vamos votar nos 2 turnos hoje.

Sr. Presidente, o tema que me traz aqui é a edição do *Correio Braziliense* de hoje, que traz reportagem maravilhosa com o nosso querido Governador do Estado do Espírito Santo, Paulo Hartung, fazendo uma colocação exata sobre o pré-sal. O Governador foi muito feliz quando disse que não podemos querer pegar agora o pré-sal e antecipar a eleição. Não vamos envolver o pré-sal na disputa eleitoral que vai acontecer em 2010. Vamos pensar no pré-sal como o futuro do nosso País, para as compensações que precisam ser feitas.

O Espírito Santo, durante anos e anos, Sr. Presidente, tinha somente a monocultura do café. Mal e mal, pegava uma cana-de-açúcar. A partir do Porto de Tubarão, com a Vale do Rio Doce, começou a industrialização do nosso Estado. Até 10 anos atrás, o Espírito Santo não produzia uma gota de petróleo. Pode ser que os Estados do Nordeste também, futuramente, possam descobrir petróleo lá.

Então, o que queremos no Espírito Santo? Que haja o Fundo Soberano e que se distribuam pelos diversos Estados os *royalties* do petróleo. No Espírito Santo, já acontece isso. O Governador do nosso Estado pegou 30% do que o Estado arrecada com *royalty* e divide com todos os municípios que não são produtores de

petróleo, fazendo a inversão de acordo com o IDH. Aquele município mais carente, mais pobre recebe mais do *royalty* do petróleo por parte do Governo. Queremos que todo o Nordeste, todo o País receba os recursos do pré-sal, mas o Estado do Espírito Santo, que tanto amamos, não pode abrir mão.

Pedimos bom senso a esta Casa na hora de discutir o marco regulatório do pré-sal. Lembro a todos os presentes que às 19h começará a sessão extraordinária, quando daremos um presente ao Brasil e aprovaremos a PEC dos Vereadores, cujo Relator é o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Parabéns, Deputado! Quero V.Exa. aqui para a PEC dos Vereadores.

Obrigado.

O Sr. Manoel Junior, 4º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcelo Ortiz, 1º Suplente de Secretário.

O SR. CAMILO COLA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. CAMILO COLA (Bloco/PMDB-ES. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a região sul do Estado do Espírito Santo teve bons motivos para comemorar, de 25 a 28 do mês passado. Foi realizada em Cachoeiro de Itapemirim a 28ª Feira Internacional de Mármore e Granito — a Cachoeiro Stone Fair. Os resultados surpreenderam os mais céticos. Vinte mil visitantes e um maior volume comercializado confirmaram o que os produtores de rochas ornamentais já estavam sentindo na prática: a crise no setor faz parte do passado. Depois do susto de 2008, com queda nas vendas, especialmente nas exportações, os expositores reunidos em Cachoeiro saíram confiantes no futuro.

Gostaria de lembrar que o setor de mármore e granito superou a tradicional cultura do café na pauta de exportações capixabas. Recentemente, o DENATRAN baixou normas rigorosas para o transporte dos blocos de pedras ornamentais. Isso reduziu o volume de acidentes nas estradas e, consequentemente, os riscos do negócio.

Neste ano, 180 expositores marcaram presença na feira de Cachoeiro. Além dos visitantes brasileiros, representantes de 25 países estiveram no encontro. Um dos *stands* mais visitados foi o do Polo de Máquinas Espírito Santo, organizado pelo SEBRAE, composto por 60 empresas de bens e serviços.

O Espírito Santo é hoje a principal província mineral do País e responde por 50% da produção nacional. É também o maior exportador, com um volume que

representa 65% de todo o material comercializado pelo Brasil. Esses números, que nos enchem de orgulho, indicam que o Estado e o País estão no caminho certo.

Registro a qualidade do trabalho da organização do evento. A responsável, empresária Cecília Milanez, prova que os homens e as mulheres de Cachoeiro do Itapemirim têm espírito empreendedor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) - Determino à Segurança que permita aos Vereadores e suplentes presentes na Casa livre acesso ao Salão Verde.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Parabéns, Sr. Presidente!

Quero registrar o evento de que participei há pouco, realizado em razão do transcurso do 49º aniversário do Hospital de Base de Brasília: um concerto especial do Música nos Hospitais em comemoração ao Ano da França no Brasil. Esse evento extremamente bonito foi patrocinado pela Sanofi-Aventis e pela Associação Paulista de Medicina e demonstrou a importância do Hospital de Base para Brasília.

Aproveito a oportunidade também, Sr. Presidente, para agradecer ao Presidente do INSS, Valdir Simão, a decisão de corrigir o valor do auxílio-doença. Espero que, do mesmo modo, a questão do PAB seja resolvida até no final do ano, conforme assegurou o Dr. Valdir Simão.

Espero também que o problema relativo à Junta de Recursos encontre solução, porque é uma vergonha que os processos que ali estão demorem tanto tempo e sejam direcionados para Estados totalmente diversos daqueles que fizeram a sua representação. Não pode um processo na Junta de Recursos demorar tanto, deixando as pessoas na incerteza de como ficará a situação. É preciso que a Previdência resolva essa questão.

Por fim, com alegria, informo que a partir do dia 17 de setembro também a aposentadoria rural será concedida em meia hora, conforme prometeu o Ministro José Pimentel.

Vamos votar rapidamente para podermos votar a PEC dos Vereadores, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. EVANDRO MILHOMEN - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. EVANDRO MILHOMEN (Bloco/PCdoB-AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, comunico que a Comissão instalada para analisar e votar o Estatuto da Igualdade Racial acaba de aprová-lo neste instante, dando início ao grande processo de igualdade mínima, dignidade para a sociedade e naturalmente relevando de uma vez por todas a importância do negro brasileiro na economia, na cultura e na história deste País.

Parabenizo o Presidente da Comissão, Deputado Carlos Santana, o Deputado Luiz Alberto e o Ministro Edson Santos, que esteve presente junto com o Senador Paulo Paim.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) - Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário do seguinte:

Ato da Presidência

Nos termos do inciso II do art. 34 do Regimento Interno, esta Presidência decide criar Comissão Especial destinada a analisar e proferir parecer ao Projeto de Lei nº 3.555, de 2004, que "estabelece normas gerais em contratos de seguro privado e revoga dispositivos do Código Civil, do Código Comercial Brasileiro e do Decreto Lei nº 73, de 1966" (revoga dispositivos das Leis nºs 556, de 1850, e 10.406, de 2002).

A Comissão será composta de 17 (dezessete) membros titulares e de igual número de suplentes, mais um titular e um suplente, atendendo ao rodízio entre as bancadas não contempladas, designados de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 33 do Regimento Interno.

Brasília, 09 de setembro de 2009.

Michel Temer

Presidente da Câmara dos Deputados"

Ato da Presidência

Nos termos do inciso II do art. 34 do Regimento Interno, esta Presidência decide criar Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 2.412, de

2007, do Sr. Regis de Oliveira, que "dispõe sobre a execução administrativa da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de suas respectivas autarquias e fundações públicas, e dá outras providências" (define critérios para o processamento administrativo das execuções fiscais; altera a Lei nº 8.397, de 1992, e revoga a Lei nº 6.830, de 1980).

A Comissão será composta de 17 (dezessete) membros titulares e de igual número de suplentes, mais um titular e um suplente, atendendo ao rodízio entre as bancadas não contempladas, designados de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 33 do Regimento Interno.

Brasília, 09 de setembro de 2009.

Michel Temer

Presidente da Câmara dos Deputados"

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) - Srs. Deputados, peço a V.Exas. que colaborem com a Presidência. Há Parlamentares que se inscreveram às 7h. Cada um de V.Exas. pede para fazer uma comunicação, que muitas vezes não é feita. O Deputado apenas diz o que pretende. Portanto, vou conceder a palavra àqueles que se inscreveram.

Informo aos Vereadores, aos suplentes de Vereadores e àqueles que estão interessados na votação, hoje, da PEC dos Vereadores, que recebi a notícia de que ocorreu um incidente na Casa. Acabei de liberar o Salão Verde. Não quero tomar atitudes mais sérias, se ocorrer outro incidente. Cada um tem o direito de propugnar por seus direitos e interesses, mas esta é a Casa do povo. O povo não pode deturpar o que é feito aqui.

Não quero ter o desprazer de pedir a retirada de todos desta Casa. É muito difícil fazermos o trabalho que temos responsabilidade de fazer. Por esse motivo, repito, vamos evitar qualquer incidente. Aqui há interesses de uma parte e de outra. Vamos ter de votar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Carlos Santana.

O SR. CARLOS SANTANA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu não poderia deixar de registrar um momento histórico como este. Acabamos de votar o Estatuto da Igualdade Racial. Depois de 21 anos de luta, nós, negros, vamos ter um estatuto. Este País reconhece os 350 anos de escravidão.

Quero agradecer ao Ministro Edson Santos, nosso companheiro que lutou arduamente por esse Estatuto. Agradeço também a todos os Deputados, independentemente de partido, porque o Estatuto foi aprovado por unanimidade. Ele não virá para o plenário da Câmara dos Deputados. Irá direto para o Senado Federal, onde há um acordo para que seja votado o mas rápido possível.

Este País, hoje, reconhece que teve 300 anos de escravidão e que o povo negro aqui construiu uma sociedade mais justa e melhor economicamente. Quero parabenizar o Parlamento.

Não foram 10 anos de luta por este Estatuto, mas 21 anos. Na verdade, a luta vem desde a época dos nossos antepassados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) - Com a palavra o Deputado Renato Molling.

O SR. RENATO MOLLING (PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pela importância da presença dos Vereadores nesta Casa, hoje é um dia muito especial. E espero que a PEC que altera a composição numérica das Câmaras Municipais venha a ser aprovada hoje, para que o povo brasileiro seja proporcionalmente representado em todos os municípios, que é o que queremos com essa PEC.

Mas, nobres colegas, na condição de representante do setor coureiro-calçadista e moveleiro, estou contente hoje também porque, felizmente, o Governo, por intermédio de sua equipe econômica, publicou no *Diário Oficial* da União a decisão de cobrar taxa *antidumping* sobre o calçado chinês no valor de 12,47 dólares por par. É uma medida extremamente importante para salvar os empregos da indústria calçadista — aproximadamente 350 mil empregos diretos no Brasil.

Quero, então, felicitar o Governo e a equipe econômica pela clareza e pela coragem de proteger e, principalmente, dar condições iguais ao setor calçadista brasileiro de competir com as indústrias chinesas.

Sras. e Srs. Deputados, a política econômica e industrial do nosso País precisa fazer com que setores que geram empregos, setores de transformação, que são tão importantes, tenham as mesmas condições que as empresas internacionais, para que possamos dar oportunidade às pessoas. E a oportunidade se dá por meio do trabalho. Os setores intensivos de mão de obra, que geram milhões de empregos no Brasil, precisam dessa política.

Portanto, está de parabéns a equipe econômica por proteger e dar ao setor calçadista condições de sobreviver. Com essa medida, serão gerados muitos empregos no Brasil — afinal, são 7.500 as empresas do setor.

A propósito, está aqui o Deputado Ciro Gomes, que, quando Governador, deu muito incentivo para o setor calçadista no Ceará, hoje o Estado que mais exporta sapatos, dando oportunidade de empregos a tantas pessoas. Por isso, ressalto a importância do calçado em todo o Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) - Eu quero fazer referência à presença do Ministro Edson Santos, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, e agradecer-lhe a visita. *(Palmas.)*

O SR. SEVERIANO ALVES - Sr. Presidente, quero fazer uma comunicação. É muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) - Pois não.

O SR. SEVERIANO ALVES (PDT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na condição de Presidente da Comissão de Relações Exteriores, inclusive apoiado pela Deputada Janete Rocha Pietá, informo que nós aprovamos moção de repúdio ao tratamento preconceituoso dispensado pelas autoridades italianas à Senadora Patrícia Saboya, causando-lhe constrangimento.

Não aceitamos que a Itália trate cidadãos brasileiros, sobretudo e especialmente uma autoridade da República, da forma como ela foi tratada. A Senadora foi humilhada. Ela se identificou, mostrou o passaporte, disse que era Senadora, mas simplesmente ignoraram esse fato.

Então, essa moção de repúdio vai para a Embaixada da Itália, para a Embaixada da Itália no Brasil e também para o Ministério das Relações Exteriores, para que a Itália peça desculpas públicas à Senadora Patrícia Saboya.

Passo a abordar outro assunto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos sabem que a PEC dos Vereadores é de autoria do PDT. O partido vota fechado com essa PEC. Aqui está o Deputado Manato, autor da proposta de emenda à Constituição. Queremos que ela seja votada hoje.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) - Em relação ao episódio com a Senadora, V.Exa. tem todo o apoio desta Presidência.

O SR. JILMAR TATTO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JILMAR TATTO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Oposição está obstruindo os trabalhos desta Casa porque é contra o pré-sal, é contra os 4 projetos de lei que o Presidente da República enviou para esta Casa e é contra a urgência constitucional para as propostas, uma prerrogativa do Presidente da República.

Li arquivos do passado e verifiquei que o Presidente Eurico Gaspar Dutra, em 1951, mandou para esta Casa um projeto de lei sobre a PETROBRAS. Pois esse projeto de lei estabelecia que o monopólio não era do Brasil, não era da PETROBRAS; que o monopólio era aberto e, portanto, as empresas estrangeiras poderiam participar da exploração do petróleo naquela oportunidade. No entanto, graças ao movimento social, principalmente à mobilização de estudantes e operários deste Brasil, e, depois, à posse de Getúlio Vargas, logo em seguida foi feita a revisão e a PETROBRAS se tornou uma empresa nacional com monopólio da extração de petróleo no Brasil. E hoje a PETROBRAS é a maior empresa brasileira.

É interessante recordar que naquela época havia um programa chamado *Repórter Esso* — a empresa Esso, uma multinacional petrolífera que há nos Estados Unidos. A mídia, naquela oportunidade, era contra o monopólio da PETROBRAS, e o *Repórter Esso* defendia que o Brasil não tinha competência técnica para explorar o petróleo. Mesmo assim, o Brasil bancou, através do Governo Getúlio Vargas e desta Casa, o monopólio da PETROBRAS.

A mesma coisa está acontecendo com a questão do pré-sal, e com uma diferença. Vejam: hoje a PETROBRAS detém tecnologia de perfuração em águas

profundas de 7 mil metros, ou melhor, até 10 mil metros, porque, no Golfo do México, a PETROBRAS, junto com uma empresa inglesa, acaba de descobrir petróleo a 10 mil metros — aqui no Brasil a descoberta foi a 7 mil metros.

Hoje, por incrível que pareça, a imprensa está contra o projeto do pré-sal. A Oposição — PSDB e DEM — está contra o projeto do pré-sal. Como é uma riqueza natural e a descoberta de uma riqueza dessas é monopólio estatal, a única coisa que eles conseguem dizer é que é preciso tempo para discutir, que é preciso conversar.

Eles falam: *"Nós não somos contra o pré-sal. Precisamos de tempo para discutir. Precisamos de um prazo maior. Esse negócio precisa ser discutido mais".*

A verdade é que nós estamos em 2009 e eles querem jogar esses projetos para 2011, na esperança de que Serra ou Aécio ganhe a eleição para Presidência da República.

Então, esse é um debate mesquinho, preocupado com uma questão conjuntural, e não com o Brasil, com a exploração petrolífera, com o que pode haver de riqueza e com a forma como o Brasil vai usar essa riqueza do pré-sal em benefício do povo brasileiro.

Está certo o Poder Executivo em mandar um projeto com urgência constitucional, para votarmos rapidamente isso, para o Brasil começar a explorar logo essa riqueza e fazer com que ela redunde em bens para o povo brasileiro.

Viva o pré-sal! Viva o povo brasileiro! Viva a PETROBRAS!

O SR. MENDES RIBEIRO FILHO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) - Pois não, Deputado.

O SR. MENDES RIBEIRO FILHO - Eu gostaria de fazer um comunicado, se V.Exa. me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) - Como Líder?

O SR. MENDES RIBEIRO FILHO - Não. Eu não gostaria de ocupar o tempo destinado à Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) - Pois não. Rápido, por favor.

O SR. MENDES RIBEIRO FILHO (Bloco/PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, num pronunciamento que fiz ontem nesta Casa, eu falei sobre a questão que envolve o sistema de convênios do Governo Federal. Disse que havia sido surpreendido por alguns Ministérios, que falaram da necessidade de ser aprovado o convênio com o município para que pudesse haver empenho do Governo Federal para a Prefeitura. Eu disse ontem na tribuna que isso me parecia uma temeridade, uma vez que forçaria os técnicos dos Ministérios e da Caixa a examinar todos os convênios, mesmo aqueles que não fossem beneficiados com recurso federal.

Pois bem. Hoje recebi um telefonema do Ministro do Planejamento informando que providenciaria uma mudança de orientação, ou seja, que haveria o empenho do recurso para o município sem necessidade da aprovação do sistema de convênio — ocorreria o exame após o empenho.

Então, quero comunicar oficialmente a manifestação do Ministro do Planejamento. Informei que a traria ao Plenário.

Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) - Tem a palavra o Deputado Arolde de Oliveira.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (DEM-RJ. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o acordo jurídico celebrado entre o Governo Federal e a Santa Sé — leia-se Igreja Católica Romana — gerou como contrapartida proposta pela Frente Parlamentar Evangélica a chamada Lei Geral das Religiões.

O Projeto de Lei nº 5.598-A, de 2009, não foi debatido com os dirigentes formais das religiões que operam no Brasil. Constitui uma espécie de "clone" dos termos do Acordo Brasil-Santa Sé, que busca garantir para as demais religiões os mesmos direitos garantidos para a Igreja Católica.

Trata-se de uma compensação equivocada. Primeiro porque a discussão não considera o mérito do Acordo, o seu conteúdo, mas sim a inconstitucionalidade do ato praticado pelo Governo com a denominação religiosa Santa Sé, que a Constituição Federal proíbe no seu art. 19, incisos I e III. Em segundo lugar porque os direitos e garantias às práticas religiosas, no Brasil, são assegurados na Constituição, de forma clara e autoaplicável, no art. 5º, incisos VI, VII e VIII; no art. 19; e no art. 210, § 1º. Eles determinam o Estado Laico, a separação entre os negócios do Estado e os negócios da Igreja e a plena liberdade religiosa. Não precisam, portanto, ser regulamentados.

Esse projeto de lei é inconstitucional, porque foi extraído dos termos do Acordo, também, e pelas mesmas razões. Outro aspecto a considerar é que o Acordo estabelece relações bilaterais (Brasil-Santa Sé), enquanto que no caso da lei

as relações são multilaterais entre as inúmeras denominações religiosas, e destas com o Estado.

No Acordo, as eventuais demandas serão resolvidas com uma única entidade jurídica, a Igreja Católica. Já no caso da Lei Geral das Religiões, caso seja aprovada pelo Senado Federal, sancionada pelo Presidente da República e promulgada, as demandas e os conflitos serão dirimidos pelo Governo e seus agentes na esfera administrativa e pelo Poder Judiciário na esfera judicial. Nesse caso, os direitos e garantias à liberdade das práticas religiosas, autoaplicáveis nos termos da Constituição, passarão a depender de decisão do Governo e de seus órgãos, comprometendo a laicidade do Estado e a separação entre Estado e Igreja. Será, também, uma fonte geradora de tensões e conflitos entre as incontáveis denominações religiosas, e destas com as autoridades governamentais, ao pleitearem o exercício de direitos e obrigações.

A sabedoria parece nos orientar no sentido de interromper a tramitação desse projeto de lei ainda no Senado Federal. Quanto ao Acordo, uma vez referendado, também, no Senado, o que parece irremediável, restará uma Arguição Direta de Inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal — STF.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) - Há na Casa 407 Srs. Deputados, e no painel consta a presença de 262. Convoco os Srs. Parlamentares a virem ao plenário consignar a presença, para que possamos continuar o nosso trabalho, proceder à votação. É importante que os Deputados estejam aqui. Vejo só 264 — 408 na Casa! Por que será que S.Exas. não vêm ao plenário para votar? Estamos aguardando.

O SR. FERNANDO CORUJA - Eu posso lhe explicar, Sr. Presidente. Nós não viemos porque estamos...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) - V.Exa. está falando como Líder?

O SR. FERNANDO CORUJA - Não, V.Exa. perguntou por quê.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) - Não, eu perguntei aos Deputados que não estão aqui; V.Exa. está.

O SR. FERNANDO CORUJA - Eu acabei de registrar a presença.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) - Então, se V.Exa. a registrou, não tem que justificar nada.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu quero justificar em nome dos partidos de oposição. V.Exa. sabe claramente — está na presidência da sessão — que nós estamos em processo de obstrução enquanto o Governo não retirar a urgência do pré-sal. É exatamente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) - Então, os Deputados do seu partido não estão consignando a presença porque estão contrários à orientação dada ao pré-sal? É isso? *(Pausa.)*

Continuo chamando os senhores...

O SR. FERNANDO CORUJA - Sr. Presidente, não é contra a orientação dada ao pré-sal.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) - Não, a orientação que foi dada hoje. Não, não é a solução.

O SR. FERNANDO CORUJA - O senhor não venha com o discurso do Presidente da República. Nós estamos contrários à urgência do projeto. Em relação ao mérito...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) - E V.Exa. não entende que a urgência é uma forma de orientar o procedimento? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) - Com a palavra o nobre Deputado Luiz Alberto. S.Exa compreende a situação da Presidência, é respeitador. Por isso, eu lhe faço um agradecimento.

O SR. LUIZ ALBERTO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Pois é, Sr. Presidente, cheguei aqui às 8h para me inscrever.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) - Eu sei. V.Exa tem toda razão. Tenho dito isso às pessoas que querem falar fora deste momento.

O SR. LUIZ ALBERTO - Sr. Presidente, quero registrar a presença — S.Exa. já se ausentou do plenário — do Ministro Edson Santos, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que participou de um momento muito importante desta Casa, na reunião da Comissão Especial instituída para dar parecer ao Estatuto da Igualdade Racial. Por unanimidade, os partidos que a compõem aprovaram o Estatuto.

Não é o estatuto ideal, o que a população negra do nosso País esperava. No entanto, fez-se o que foi possível. Houve várias negociações. Durante cerca de 10 anos o projeto sobre o Estatuto tramitou nesta Casa, como disse aqui o Presidente da Comissão, Deputado Carlos Santana.

Na verdade, há 121 anos houve um hiato, uma espécie de dívida não reconhecida pela sociedade brasileira, quando da assinatura da lei conhecida como Lei Áurea, no dia 13 de maio de 1888. Faltava complementá-la, exatamente como aconteceu com outros países, principalmente com os Estados Unidos. Quando terminou a escravidão naquele país, pela legislação, cada família que dela se livrou recebeu 30 acres de terra, 1 animal, 1 mula e alguns instrumentos para trabalhar na

lavoura, o que possibilitou que as pessoas sobrevivessem. Isso não ocorreu no Brasil.

Portanto, hoje foi um dia muito importante, porque aprovamos o Estatuto, com o acordo feito com o DEM, com o PSDB, enfim, com os partidos que eram contra a tramitação do projeto, no sentido de que não recorreriam ao Plenário. Então, em caráter conclusivo, a matéria vai ao Senado Federal, onde também há um acordo para se constituir imediatamente uma Comissão Especial e se aprovar o Estatuto, a fim de que o Presidente Lula, ainda este ano, possa sancioná-lo e dar ao Brasil a oportunidade de criar uma verdadeira democracia. Mais de 90 milhões de pessoas vivem historicamente num processo de *apartheid*, numa exclusão brutal, principalmente os nossos companheiros irmãos do Norte e do Nordeste.

Portanto, quero parabenizar o Ministro Edson Santos pela sua capacidade de negociação; o Presidente da Comissão, Deputado Carlos Santana; a nossa bancada de Deputados afro-brasileiros do Partido dos Trabalhadores — Janete Rocha Pietá, Domingos Dutra, Carlos Santana e Vicentinho —, que acompanhou esse debate desde o início; aquela Comissão e todos os partidos que aprovaram por unanimidade o Estatuto.

Muito obrigado.

O SR. SILVIO COSTA - Sr. Presidente, peço a palavra com base no art. 95.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) - O que diz o art. 95? Justifique.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PMN-PE. Reclamação. Sem revisão do orador.) - Como V.Exa. sabe, porque não quero dizer que V.Exa. não sabe, recorremos ao art. 95 quando queremos fazer uma reclamação, e é o que eu pretendo fazer. São 16h30min39s, há 274 Deputados presentes — portanto, um número acima de 257 — e, pelo Regimento, V.Exa. tem a obrigação de começar a Ordem do Dia.

Quero alertar V.Exa. para o fato de que existem 9 destaques relativos à MP nº 465. Se pedirem votação nominal para as 9, vamos passar aqui mais de 8 horas apenas discutindo esses destaques. E foi prometido que votaríamos hoje a PEC dos Suplentes. Ressalto que não estou aqui me posicionando acerca da matéria, mas a favor da votação. Quero votar hoje.

Então, peço a V.Exa. que cumpra o Regimento e comece agora a Ordem do Dia.

Presidente ACM Neto, que ora assume a condução dos trabalhos desta sessão, informo a V.Exa. que estou acabando de apresentar questão com base no art. 95 do nosso Regimento. Como sei que V.Exa. é um regimentalista, peço a V.Exa. que comece a Ordem do Dia. São 16h32min.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Deputado Silvio Costa, o interesse de V.Exa. é o de todos nós: o de que a Casa possa, o mais rápido possível, retomar a normalidade, que possa haver acordo entre os Lideres partidários e que ainda hoje tenhamos condições de votar os itens constantes da pauta.

Ocorre que o Presidente Michel Temer está pessoalmente envolvido no esforço de construir um acordo com os Líderes. E, neste momento, os Líderes da base do Governo estão reunidos com o Presidente a fim de trazer uma posição para a Casa. Acabei de dialogar com os Líderes da Oposição, que aguardam essa resposta dos colegas da base do Governo. A reunião ainda não se encerrou.

Até o momento em que a reunião termine e tenhamos, portanto, uma posição final, vamos manter a sessão como está, concedendo a palavra aos Srs. Deputados que desejarem se manifestar e acreditando que esse acordo efetivamente pode viabilizar as votações de hoje, porque, na prática — e não adianta deixar de falar a verdade —, se não houver acordo, dificilmente haverá *quorum* para votarmos uma emenda constitucional. Estou sendo muito claro.

Então, quem quer votar a PEC dos Vereadores tem de contribuir para que o acordo aconteça.

De minha parte, despenderei todos os esforços, enquanto o Presidente Michel aqui não chegar, para mantermos o bom clima desta sessão, e os Srs. Parlamentares continuarem se pronunciando. E, quando o Presidente voltar...

O SR. SILVIO COSTA - Sr. Presidente, uma vez que V.Exa. está tão...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Estou respondendo a questão de V.Exa. Quando o Presidente voltar com a posição final, então, daremos início à Ordem do Dia.

O SR. SILVIO COSTA - Presidente, por favor. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Com a palavra...

O SR. SILVIO COSTA - Presidente ACM Neto, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - V.Exa. quer fazer uma questão de ordem?

O SR. SILVIO COSTA - Para contribuir. Por favor.

V.Exa. é um Deputado competente e também regimentalista — competente no sentido amplo da palavra. Se quer esperar o acordo dos Líderes, para não atropelar o Regimento, V.Exa. tem a prerrogativa de suspender a sessão. O correto, pelo Regimento, é V.Exa., então, suspender a sessão, pois tem essa prerrogativa, e não atropelar o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Deputado Silvio Costa, V.Exa., na verdade, quer se sub-rogar a função do Presidente. Enquanto eu estiver presidindo, V.Exa. não fará isso, com todo o respeito que tenho a V.Exa.

O SR. SILVIO COSTA - Tudo bem. Então, continue atropelando o Regimento.

Durante o discurso do Sr. Silvio Costa, o Sr. Marcelo Ortiz, 1º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães Neto, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Dando continuidade aos trabalhos, concedo a palavra ao Deputado Domingos Dutra.

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas fazer 2 breves registros.

O primeiro é relativo à aprovação do Estatuto da Igualdade Racial ocorrida há pouco, de forma unânime, por Deputados de todos os partidos. Tenho a esperança de que, com esse Estatuto, o País seja mais justo, mais igual e menos discriminador.

Por essa importante tarefa, quero parabenizar o Deputado Carlos Santana, que presidiu a Comissão Especial; a Deputada Janete Pietá, do PT de São Paulo; o Deputado Vicentinho, também do PT de São Paulo; e o Deputado Luiz Alberto, do PT da Bahia, pela contribuição que deram para que chegássemos a este momento histórico, não apenas do Congresso, mas do País.

O segundo registro diz respeito à PEC dos Vereadores.

Esta Casa tem de acabar com essa agonia. Não podemos mais prorrogar a decisão sobre a matéria. Isso desgasta a imagem do Poder Legislativo e significa um sacrifício para dezenas de suplentes, que, reiteradas vezes, têm vindo aqui.

Vou votar a favor da PEC, em primeiro lugar porque assim votei a proposta original. Em segundo lugar, porque não houve nenhum fato que justificasse mudança de voto. E, em terceiro lugar, Sr. Presidente, porque este Congresso precisa recuperar suas prerrogativas. Quem tem de legislar neste País é o Congresso Nacional. Poder Judiciário é para julgar, não para legislar.

Ao se intrometer numa atribuição que não era sua e reduzir o número de Vereadores de forma aleatória, o TSE agiu errado. Há municípios com 50 mil habitantes que têm o mesmo número de Vereadores que um município de 10 mil

habitantes. Não houve um critério justo. O TSE simplesmente reduziu o número de Vereadores, mas não diminuiu as despesas do Poder Executivo com o Poder Legislativo.

Essa PEC recompõe um pouco o número de Vereadores e não gera aumento de despesas. É importante dizer isso à sociedade brasileira, para não passar a ideia de que, ao aumentar o número de Vereadores, estamos gerando gastos financeiros. Não há aumento de despesa. O que existe é a recomposição do número de Vereadores, que foi reduzido por uma resolução do TSE, feita sem critério, de forma injusta, causando desequilíbrio na representação popular nas Câmaras Municipais do Brasil.

Sr. Presidente, é incompreensível que o PSDB e o Democratas estejam fazendo oposição ao Brasil, obstruindo votações nas Comissões e no plenário, simplesmente para não deixar que o Presidente Lula tenha o mérito de, no seu Governo, fazer a regulação do marco do pré-sal. Foi no Governo Lula que se deu a descoberta dessa riqueza. Então, é mais do que justo que o Presidente Lula tenha o direito de fazer o regulamento.

Portanto, Democratas e PSDB, deixem de birra! Deixem 2010 chegar! Desobstruam as votações para que os suplentes de Vereadores possam voltar para casa felizes e voltemos legislar na Câmara dos Deputados, recuperando, assim, a imagem do Poder Legislativo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO ORTIZ - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MARCELO ORTIZ (PV-SP. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu estava na Presidência quando V.Exa. chegou e, na condição de Vice-Presidente, ocupou o lugar.

A questão de ordem levantada pelo Deputado Silvio não se aplica ao art. 95. S.Exa. fez uma reclamação, disposta no art. 96. Por esse motivo, S.Exa. não poderia tê-la apresentado, mas apenas no caso do parágrafo único do art. 55:

"Art. 55.....

Parágrafo único. Considerar-se-á como não escrito o parecer, ou parte dele, que infringir o disposto neste artigo, o mesmo acontecendo em relação às emendas ou substitutivos elaborados com violação do art. 119, §§ 2º e 3º (...)"

Veja V.Exa. que determinados Deputados querem trazer um posicionamento para aparecer e tirar a força da Presidência. Ao invés de ajudar os trabalhos, para que nós possamos, exatamente, chegar àquilo que mais queremos, que é votar a PEC dos Vereadores, eles vêm criar problemas para a Presidência.

Infelizmente, eu não estava aí e não pude responder a S.Exa. Mas acho que o Deputado não pode usar deste expediente: citar um artigo que não é o correto.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - V.Exa. tem razão. O Deputado Silvio Costa já havia sido devidamente esclarecido pela Presidência, e agora foi complementado por V.Exa., a quem agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Emiliano José.

O SR. EMILIANO JOSÉ (PT-BA. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, em pronunciamento feito no dia 8 de setembro, o Deputado ACM atacou o Governo Wagner de maneira pouco cuidadosa, beirando o limite da irresponsabilidade. O Deputado, que é jovem, mas experiente, sabe que segurança pública é assunto sério demais para ser tratado de maneira leviana, apressada, demagógica. O problema da segurança pública não preocupa apenas a Bahia. Preocupa o Brasil, e diz respeito a um conjunto de causas muito amplas, muitas delas vinculadas ao crime organizado em escala nacional e internacional.

O Deputado tinha a obrigação de ser ainda mais cuidadoso se levasse em conta o fato de que seu avô comandou a política baiana com mão de ferro durante algumas décadas, governando e fazendo governadores, e a oligarquia à qual o Parlamentar pertence nunca foi nenhum modelo quanto à segurança pública. O único destaque da oligarquia quanto à segurança pública foi a repressão, a violência contra manifestantes indefesos, de preferência contra jovens estudantes. Esse mérito, se mérito pode ser considerado, ninguém pode lhe negar. Pertence à História.

O Parlamentar, apesar de sua juventude, há de se lembrar do que ocorreu em maio de 2001, em Salvador, quando a tropa de choque da Polícia Militar reprimiu violentamente manifestação de estudantes da Universidade Federal da Bahia. Mais do que isso, obedecendo às ordens do então Governador do Estado, César Borges, homem de confiança do avô do Deputado, a polícia invadiu o campus da

Universidade Federal da Bahia, descumprindo ordem judicial que impedia o acesso da polícia ao campus.

César Borges, hoje Senador, ironia das ironias, pretendeu também, em pronunciamento no Senado nas últimas horas, ser crítico da política de segurança pública do Governo Wagner. Lembramos apenas esse episódio para ilustrar. Para mostrar ao Deputado e, de sobra ao Senador, que com um telhado de vidro desse tamanho não é possível atirar pedra no telhado do vizinho com tanta irresponsabilidade.

Do *"Big Brother"* certamente o Deputado se lembra. Ele deu esse nome a um projeto que pretendia implantar em Salvador caso fosse eleito prefeito da cidade. Concorreu ao cargo em 2008. Irônico que ele tenha utilizado esse nome. Não sei se um ato falho. Explico-me.

Eu também, como deputado estadual, usei o termo *Big Brother*. Mas foi para designar a política de grampeamento indiscriminado que campeou na Bahia por ordem do avô do Parlamentar, que se transformou num escândalo nacional de grande monta. A Bahia passou, então, a ser chamada de Bahia de todos os grampos, e isso não era ironia. Era a revelação da verdade. O que era apenas um caso amoroso, novelesco, transformou-se numa política indiscriminada de grampeamento de pessoas, sobretudo de adversários políticos da oligarquia.

Vejam, então, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como agia a oligarquia que hoje pretende ensinar o Governo Wagner como agir na área de segurança pública. Com violência contra estudantes, com violência contra adversários políticos. Montou um estado policialesco em plena democracia!

E a decadência dessa oligarquia não é ocasional. Ela decorreu de sua incapacidade de entender os novos tempos que o Brasil e a Bahia viviam. Queriam viver como nos tempos da ditadura, onde, aliás, nasceu o poder dela.

Tudo isso evidencia o tamanho do telhado de vidro do deputado e também do senador. Mostra o quanto eram irresponsáveis na condução da política de segurança pública. Quando o Governo Wagner assumiu, no início de 2007, encontrou as polícias civil e militar inteiramente desestruturadas, com equipamentos sucateados, viaturas em condições deploráveis, e durante anos e anos não se realizavam concursos para a entrada de novos policiais militares.

O Governo Wagner já agregou mais de 3 mil novos policiais ao contingente da PM, e logo será acrescido mesmo número, tudo fruto de concursos realizados. Centenas de novas viaturas, melhoria da inteligência policial, a instituição do programa Ronda nos Bairros, aprovação das leis orgânicas da PM e da Polícia Civil são outras medidas adotadas pelo nosso Governo.

Critica-se quando um governo quer referir-se ao passado. Mas tudo tem história. E a história não pode ser ignorada. Não pode e não deve ser apagada.

O Governo Wagner está trabalhando, e trabalhando duro, para melhorar a situação da segurança pública em nosso Estado, disso os Srs. e as Sras. Deputadas tenham certeza. Não há simplificação possível quando se fala de segurança. E menos ainda quando uma oligarquia deixa uma herança tão pesada como a que foi deixada para o nosso Governo.

E estamos combinando a ação repressiva, inevitável, e mais inevitável quando se trata do crime organizado, com as políticas do PRONASCI, que provoca

a intervenção do Estado em áreas carentes, envolvendo atividades de educação, de cultura, de melhoria as condições de vida das populações.

Para mostrar ao deputado o quanto precisa ser cuidadoso em suas críticas, lembro editorial do jornal de sua família, criticando duramente a política de segurança do então Governador Paulo Souto, inegavelmente um político que vivia sob inteiro comando do avô do Parlamentar.

O editorial, ao comentar o descalabro da situação de segurança na Bahia, aí sim, era descalabro, dizia que — e aqui coloco as devidas aspas — *"o Governador Paulo Souto não pode ficar indiferente a este quadro. O problema não é apenas de recursos materiais, mas também de recursos humanos. É preciso competência, o que está em falta na Secretaria de Segurança Pública. Os números da escalada de violência em Salvador comprovam que é grave a situação de segurança em nosso Estado"*.

O jornal *Correio da Bahia*, que é da família do Parlamentar, valia-se da extraordinária figura de Gey Espinheira, que já não está entre nós, para revelar com mais crueza o quanto era precária a situação da segurança no Estado da Bahia. Nada mais do que 97% dos crimes eram catalogados como insolúveis e 60% da população revelavam medo da polícia por conta da impunidade e corrupção. Gey Espinheira dizia então: *"São grupos de extermínio, corpos desovados, ou seja, todos apostando na impunidade, e infelizmente nada é feito. Está na hora de a Secretaria de Segurança se manifestar"*. Era a advertência de um sociólogo extraordinário.

O Deputado e o Senador sabem que o Governo Wagner não subestima o problema da segurança. Sabem de nossas políticas. Querem, no entanto, fazer luta política, ideologizando o debate. O Governo da Bahia vai prosseguir em sua

trajetória rigorosamente democrática, lutando pela paz na Bahia, pela segurança dos cidadãos e cidadãs, sempre rigorosamente dentro da lei. Sem reprimir o povo, sem *Big Brothers*, sem grampos. Polícia foi feita para proteger o povo, e não para reprimi-lo. É assim que pensa o Governo da Bahia, é assim que age o Governo democrático de Wagner.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Jorginho Maluly.

O SR. JORGINHO MALULY (DEM-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães Neto, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Vereadores presentes à Casa, demais senhoras e senhores que nos assistem, sou um Deputado caipira por excelência — 95% dos meus votos foram emitidos no interior. E já disse aqui que sou municipalista de carteirinha. Comecei minha carreira como Vereador, disputei eleição para Vereador e para Prefeito e sei o que é ganhar e perder uma eleição. Admiro, portanto, quem tem coragem de disputar uma eleição.

Espero que possamos construir um acordo, a fim de, o mais rápido possível, darmos uma resposta, favorável ou não, aos Vereadores. Cada um vai manifestar sua posição — particularmente, sou favorável à PEC —, e vamos responder a essas pessoas que estão se mobilizando democraticamente em defesa da eleição que disputaram e que sofreu a interferência do Poder Judiciário, quando fez as vezes do Poder Legislativo.

Aproveitando a oportunidade, quero fazer alguns breves registros, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, parabenizo o Município de Rancharia, por intermédio do Prefeito Alberto César Centeio de Araújo, o Ieia, e do Presidente da Câmara, José Carlos, pela inauguração da nova agência do INSS, após 10 anos de espera, em que o prédio esteve abandonado. Na manhã de terça-feira, estivemos em Rancharia, juntamente com o Deputado Arnaldo Faria de Sá, o Ministro José Pimentel, o Dr. Valdir Simão e toda a diretoria de São Paulo, de Presidente Prudente e de Marília.

Parabenizo, portanto, o Município de Rancharia.

Em segundo lugar, quero mandar um abraço ao Município de Tarumã, por intermédio do Prefeito Jairo, do Vice-Prefeito Marcos Silveira, de Fernando Roncado, de Antônio Carlos, Presidente da Câmara, e de todos aqueles que nos receberam com o maior carinho neste final de semana, numa grande festa.

Parabenizo a colônia japonesa do Município de Mirandópolis, do Bairro da Primeira Aliança, que completou no dia 7 de setembro, dia de meu aniversário, 85 anos de existência.

Do mesmo modo, envio os meus parabéns ao Município de Rinópolis, interior de São Paulo, na pessoa do Prefeito Valentim, do Presidente Nelson e de toda a comissão do rodeio, pela bela festa realizada no final de semana.

Quero também deixar meus parabéns a toda a rede de professores da minha querida cidade de Araçatuba, ao Tiro de Guerra, à Polícia Militar e à Guarda Municipal, que fizeram, na manhã do dia 7 de setembro, um grande desfile cívico.

Aproveito ainda para mandar um abraço para o Prefeito em exercício da querida cidade de Mirandópolis, Francisco Romeu, que, em razão da licença do Prefeito José Antonio, que está em viagem, assumiu o comando municipal no dia de ontem. Desejo a S.Exa. todo o sucesso.

Para finalizar, Sr. Presidente, parabenizo os suplentes de Vereador pela bonita mobilização que vêm fazendo. Esta Casa é movida à pressão, tanto da mídia quanto da população. Quando as pessoas têm interesse elas vêm aqui. E, qualquer que seja o resultado da votação, os senhores estão de parabéns por se mobilizaram democraticamente em defesa do voto. Durante décadas, lutamos para ter eleição no Brasil, e como é duro arrumar voto para se eleger Vereador!

Então, que tenhamos essa votação o mais rápido possível, nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá, Relator da matéria, para que possamos responder à sociedade, que aguarda um “sim” ou um “não”, e encerrarmos esse assunto.

Obrigado, Sr. Presidente ACM Neto, pela tolerância de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Com a palavra o Deputado Flávio Bezerra.

O SR. FLÁVIO BEZERRA (Bloco/PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, marisqueiras e pescadores, a pesca predatória constitui um dos maiores problemas enfrentados pelas comunidades pesqueiras do Ceará. E, para fiscalizar os 573 quilômetros do litoral cearense, o IBAMA dispunha de apenas duas lanchas rápidas alugadas e um barco que está parado há 6 meses no cais pesqueiro do Mucuripe, em Fortaleza.

A realidade, porém, agora é outra. Com prazer, informo que, ontem, dia 8 de setembro, estive no pátio das Docas, no Porto do Mucuripe, juntamente com o Governador Cid Gomes, o Ministro da Aquicultura e Pesca, Altemir Gregolin, e o Secretário do Desenvolvimento Agrário, Camilo Santana, na cerimônia de entrega de uma Lancha Patrulha SEAP-02 ao Governo do Estado.

Essa lancha, que custou 1,3 milhão de reais, pode chegar a mais de 60 quilômetros por hora, além de possuir equipamentos que facilitam a fiscalização da costa marítima e recursos que permitirão aos ficais passarem mais de um dia no mar. Ela será utilizada pelo Comando da Polícia do Meio Ambiente — CPMA e pelo IBAMA, para reforçar o combate à pesca predatória da lagosta no Estado.

A pesca predatória está reduzindo consideravelmente a produção e exportação de lagosta nos últimos anos. Segundo a Federação das Indústrias do Estado do Ceará — FIEC, no primeiro semestre de 2009, houve uma queda de 18,2% no valor das exportações estaduais de lagosta e camarão. Em 2008, o Ceará exportou 720,5 milhões de dólares e, em 2009, 589,5 milhões de dólares.

A pesca predatória, realizada por mergulhadores com compressores, tem prejudicado os pescadores cearenses, em especial os pescadores artesanais, a ponto de muitos deles não conseguirem mais sair ao mar para pescar, seja pela escassez da lagosta, seja em razão da violenta intimidação que sofrem.

Segundo dados da Secretaria do Desenvolvimento Agrário — SDA, existem cerca de 30 mil pescadores cadastrados no Ceará. Uma grande parte desses trabalhadores está envolvida com o setor lagosteiro, desenvolvendo atividades nas áreas de construção e reparo de embarcações e aparelhos de pesca, venda de material, fornecimento de rancho, fabricação e transporte de gelo, comercialização, recepção, armazenagem, beneficiamento, congelamento e exportação da produção.

Por isso, é importante intensificar o combate à pesca predatória, razão pela qual tenho constantemente chamado a atenção das autoridades para a necessidade de maior fiscalização e da manutenção de política que coíba essa prática tão nociva ao setor pesqueiro e à sociedade em si.

Ainda dentro das atividades da Semana de Pesca, participei da abertura do II Fórum de Discussão sobre Comercialização e Qualidade do Pescado, ocorrido no SEBRAE, em Fortaleza, evento que visa contribuir para aprimorar o conhecimento e o desenvolvimento de técnicas que ampliem o consumo de pescado.

Congratulo-me, pois, com o Ministro Altemir Gregolin e com todo o setor pesqueiro do Ceará por essa conquista que beneficiará os trabalhadores do setor e a sociedade.

A alegria maior dos que compõem a Frente Parlamentar da Pesca é verificar que há o envolvimento dos Governos Estaduais e Municipais com a pesca brasileira.

Não podemos mais continuar discriminando o pescador como se a sua fosse uma profissão miserável ou relegada aos escravos, temos de entrar na atualidade, temos de, na Comissão de Educação, discutir uma política de educação voltada para essas comunidades de pesca nos períodos de defeso, quando deveria haver um acréscimo, nos cursos escolares, de matérias direcionadas a esse assunto, até porque há necessidade de especificidade no ensino.

O ensino brasileiro tem de passar por reforma. Faço, então, um apelo no sentido de que essa reforma vise inclusive às necessidades das comunidades pesqueiras. Que haja um estudo direcionado que ensine às crianças dessas comunidades a preservação ambiental, pois assim preservaremos também os moradores mais antigos das praias brasileiras.

Quero aproveitar ainda esta oportunidade para estimular o povo brasileiro a comer peixe. Comam o nosso peixe, comam tainha, comam robalo, comam pescada amarela e pescada branca. Peixe é saúde, é vida.

A propósito, ressalto que o Ministério da Pesca aprovou a realização da Semana do Peixe, para que o povo brasileiro tenha não somente o hábito de ter em sua mesa arroz e feijão, mas também o peixe.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Concedo a palavra ao Deputado Dr. Paulo César.

O SR. DR. PAULO CÉSAR (PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero saudar os suplentes de Vereador de todo o País, em especial os do nosso Estado, Rio de Janeiro. Que neste 9 de setembro possamos dar fim ao calvário e à peregrinação que eles vêm enfrentando há tanto tempo e aprovar a PEC dos Vereadores, a fim de que possam ser imediatamente reconduzidos às suas cadeiras nas Câmaras Municipais.

Quero dizer àqueles Vereadores que já têm seus gabinetes, suas cadeiras que parem de gastar dinheiro, vindo a Brasília. Devem guardá-lo, porque terão de gastá-lo reformando os gabinetes e formando novos gabinetes para os suplentes que assumirão em breve.

É preciso avançar, Sr. Presidente. Precisamos votar a PEC dos Vereadores, a Emenda nº 29, fazer a reforma tributária, aprovar os projetos que tratam do pré-sal. O País precisa avançar. Para isso, esta Casa, que sempre trabalhou, continuará trabalhando.

Vamos dizer “sim” aos suplentes de Vereadores! Que os cerca de 7 mil Vereadores possam ser reconduzidos às Câmaras Municipais!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Julião Amin.

O SR. JULIÃO AMIN (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inicialmente, quero me congratular com todos os Vereadores dos diversos Municípios brasileiros em visita à Casa, em especial com meus conterrâneos que representam 217 Municípios do meu Estado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aproveito esta oportunidade para homenagear minha cidade, São Luís, Capital do Maranhão, que completa 397 anos. Fundada em 8 de setembro de 1612 por franceses.

Foi formada por índios, africanos, europeus, árabes, entre outros povos. E essa miscigenação que contribui para forjar o caráter forte de nossa gente.

São Luís, dentre tantas riquezas e belezas, possui o maior acervo arquitetônico do Brasil. Conta com a maior concentração de azulejaria portuguesa fora de Portugal.

Tudo isso ajudou a formar às duras pena aquele povo maravilhoso. Nossa cidade, que ostenta o título de Patrimônio da Humanidade, concedido pela UNESCO, o que muito nos orgulha, é também berço de poetas, intelectuais e escritores de verdade, que firmaram seu nome e de nossa terra nas mais diversas áreas da cultura brasileira. O que nos rendeu o título de Atenas brasileira.

Quero homenagear esse importante segmento de nossa gente, nas pessoas do jornalista José Ribamar Borgéa e da combativa Maria Aragão. Cujas histórias se confundem com a de nossa cidade. Com seu espírito combativo, essência de nossa gente que nunca se curvou aos poderosos e que nos faz ostentar mais um título que muito nos orgulha, de Ilha Rebelde.

Quero aqui também homenagear o cidadão comum, mas não menos importante de nossa cidade. Como os que construíram bairros como o eixo Itaqui-Bacanga, João de Deus, São Bernardo, Vila Brasil, Lira, Belira, Madre Deus, Goiabal, Anil, Filipinho, Cohab, Cohatrac, Monte Castelo, Calhau, Renascença, Turu, Olho D'água, Bequimão, Vinhais, Angelin, Araçagi, João Paulo, Alemanha, Tiririca, Coroado, Coroadinho, Vila Palmeira, Fátima, Liberdade, Cidade Operária e tantos outros, e nossa zona rural. A Cidade Olímpica é a maior ocupação da América Latina.

Sr. Presidente, quero concluir, homenageando minha cidade com o Hino *Louvação a São Luís*, de autoria do poeta Bandeira Tribuzzi

"Ó minha cidade
Deixa-me viver
que eu quero aprender
tua poesia
sol e maresia
lendas e mistérios
luar das serestas
e o azul de teus dias

Quero ouvir à noite
tambores do Congo
gemendo e cantando
dores e saudades
A evocar martírios

lágrimas, açoites

que floriram claros

sóis da liberdade

Quero ler nas ruas

fontes, cantarias

torres e mirantes

igrejas, sobrados

nas lentas ladeiras

que sobem angústias

sonhos do futuro

glórias do passado."

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Eliene Lima.

O SR. ELIENE LIMA (PP-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acompanhando o bom desempenho nacional, Mato Grosso registrou a criação de 4.674 novos postos de trabalho no mês de julho, segundo levantamento do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados — CAGED, divulgado nesta semana pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Embora os números sejam inferiores ao mesmo período de 2008, o saldo, resultado de 31.434 admissões e 26.760 desligamentos, é bastante positivo. O setor agropecuário foi o que mais empregou no Estado, com a criação de 2.650 novos postos, seguido da construção civil, com 1.021, da indústria, com 659, e do comércio, com 372. A variação no mês de julho foi 0,95%.

Em todo o País, de acordo com os números do CAGED, foram criados 138.402 empregos formais. Esse saldo líquido positivo é resultado de 1.398.181 contratações e 1.259.779 demissões e representa um crescimento de 0,43% em relação ao estoque de empregos de junho. Segundo o Ministério, o saldo é o melhor resultado do CAGED para o ano de 2009.

Em julho de 2008, o CAGED havia registrado um saldo positivo de 203.218 empregos formais. No acumulado de janeiro a julho deste ano, o CAGED acumula um saldo positivo de 437.908 empregos com carteira assinada, o que representou um aumento de 1,37% sobre o estoque de empregos existentes no fim de dezembro de 2008. Nos 7 primeiros meses do ano passado, tinham sido criados 1.564.606 empregos formais.

A indústria gerou, em julho, um saldo líquido positivo de 17.354 empregos formais, segundo os dados do CAGED. Esse foi o melhor desempenho mensal do setor desde o agravamento da crise econômica, em setembro do ano passado. Mas segundo o CAGED, o saldo entre admissões e demissões na indústria começou a ficar negativo em novembro de 2008. No acumulado de 2009, de janeiro a julho, o saldo de empregos formais na indústria ainda está negativo, em 127.123.

Ainda segundo os dados do CAGED, o setor que mais se destacou em julho foi a construção civil, com saldo positivo de 32.175 postos de trabalho com carteira assinada. Nos 7 primeiros meses de 2009, o setor registra um saldo positivo de 111.580 empregos formais.

Também em julho, o setor de serviços registrou saldo positivo de 27.655 vagas formais, elevando para 263.090 o número de postos de trabalho formais criados no acumulado de janeiro a julho deste ano.

Na comparação entre junho e julho, houve expansão do emprego em todos os setores: construção civil, 32.175; agricultura, 29.483; serviços, 27.655; comércio, 27.336, e indústria de transformação, 17.354.

Regionalmente, os resultados ficaram positivos: Sudeste, 65.344; Nordeste, 39.291; Sul, 11.624; Centro-Oeste, 11.115, e Norte, 11.028. O destaque foi o Estado de São Paulo, 52.811, tanto no interior como na região metropolitana.

Nos últimos 12 meses, foram criadas 325.506 vagas. Isso representa uma perda de mais de 1 milhão de empregos em relação ao resultado no final de 2008 — 1,452 milhão de vagas. Com a recuperação verificada em julho, no entanto, o Governo mantém a previsão de fechar os 12 meses encerrados em 2009 com a criação de 1 milhão de empregos.

Por outro lado, o Ministro Carlos Lupi afirmou que o resultado de agosto deve superar a marca de 150 mil novas vagas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aproveito a oportunidade para manifestar-me favoravelmente à PEC dos Vereadores. Vemos todo o empenho deles. Sua aprovação não vai onerar os cofres públicos e vai dar melhores oportunidades a mais de 7 mil suplentes, que, com muita dificuldade, traçaram um projeto de campanha, andaram, gastaram a sola da botina. É preciso trazer, então, a decisão rápida, dando essa oportunidade aos suplentes de Vereadores.

Vamos votá-la. Já houve o compromisso do Presidente Michel Temer de que hoje a votaríamos. Não é possível isso não ocorrer. Vamos colocá-la em votação na sessão extraordinária de hoje, como prometido, e dar tranquilidade a milhares de suplentes de Vereadores no Brasil, de forma especial do meu Estado, Mato Grosso.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. GERVÁSIO SILVA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - É para dar como lido, Deputado Gervásio Silva?

O SR. GERVÁSIO SILVA (PSDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quero fazer um apelo a V.Exa. e ao Presidente Michel Temer para que às 19h, no horário regimental, encerremos esta sessão, independentemente dos acordos ou não, da obstrução ou não, com o *quorum* que houver na Casa, para votarmos, em primeiro turno, a PEC dos Vereadores.

É o apelo que faço a V.Exa., em reconhecimento a esses que vieram a esta Casa na semana passada e que estão aqui novamente esta semana. Para muitos que, como eu, passaram pelas Câmaras de Vereadores, é uma questão de justiça votar com brevidade essa PEC.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Fernando Ferro.

O SR. FERNANDO FERRO (PT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero saudar a representação de suplentes de Vereador que visita esta Casa.

Juntamente com o Deputado Arnaldo Faria de Sá e a Comissão Especial, tratamos desse assunto, para corrigir uma intervenção feita sobre a competência desta Casa.

O Tribunal Superior Eleitoral, em 2004, interveio e modificou a composição das Câmaras de Vereadores, retirando membros, mas sem retirar a correspondente receita.

Nós estamos aqui exercendo a nossa competência constitucional como Poder Legislativo. Nós rejeitamos todos os ataques, inclusive de setores da mídia, que tentam desqualificar essa emenda constitucional, que é moralizadora, porque reduz gastos, e justa, porque democraticamente transfere para as Câmaras de Vereadores a representação proporcional nos Municípios. Em meu Estado há Municípios de 3 mil habitantes com 9 Vereadores, ao mesmo tempo em que outros, com 90 mil habitantes, contam com apenas 10 Vereadores. Está incorreta essa representação. Nós temos que reparar isso.

Além do mais, quero trazer aqui a manifestação de apoio da União dos Vereadores do Brasil e da Associação Brasileira de Câmaras Municipais a essa PEC. Portanto, estamos aqui exercendo nossa competência e reparando uma injustiça cometida contra a representação popular na Câmara de Vereadores.

Nós sabemos que o voto começa lá no Município. Fui Vereador em Recife e sei do contato direto que tem com a população o Vereador. Sei que muitos desses suplentes não cumprem mandato de Vereador porque foram impedidos pelo poder econômico: não conseguiram competir com as máquinas de dinheiro, que terminaram tomando seus assentos.

Nós sabemos que é importante buscar uma representação proporcional e qualificada e não aceitamos esse preconceito, essa atitude de querer desqualificar essa proposta de emenda constitucional, já aprovada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, que volta a esta Casa para ser novamente aprovada, porque entendo que a maioria aqui tem esse compromisso.

Sr. Presidente, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, V.Exa. é do DEM. Nós temos diferenças políticas, mas não podemos deixar, nesta hora, que elas atrapalhem uma votação importante como essa para melhorar a representação popular. Vamos trabalhar juntos para que possamos aprovar essa matéria e devolver às Câmaras de Vereadores a representação que elas merecem. Que elas não sejam tolhidas.

Enquanto esta Casa não fizer uma reforma política, nós vamos continuar sendo atropelados pelo Poder Judiciário. Nós temos que fazer essa correção, como estamos fazendo aqui, para repor a representação popular nos municípios.

Nesse sentido é que participamos. E aqui eu não escondo o meu voto, como não escondi na Comissão. Abri a voz para quem fosse favorável ou contrário. Fizemos o debate, de forma democrática, para impedir que alguns dissessem que estávamos fazendo uma votação de forma dirigida. Isso foi feito ouvindo as diversas partes. Fiz reuniões em meu Estado, ouvi os 2 lados. Está na hora de aprovarmos essa matéria. Por isso, vamos ao voto para fazer valer a representação popular em nosso País!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Concedo a palavra à Deputada Maria Lúcia Cardoso.

A SRA. MARIA LÚCIA CARDOSO (Bloco/PMDB-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero cumprimentar os meus conterrâneos mineiros, os suplentes de Vereadores que aqui estão na expectativa de que votemos essa PEC.

Quero dizer a todos os suplentes de Vereadores e aos mineiros que estão com a bandeira mineira que sou solidária à causa.

Sejam bem-vindos.

O SR. FERNANDO NASCIMENTO Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. FERNANDO NASCIMENTO (PT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, está no momento de esta Casa, no dia de hoje, um dia histórico, fazer justiça a todos os suplentes de Vereadores do nosso País.

Esta Casa sempre lutou pela democracia. O que estamos fazendo aqui é nada mais nada menos do que reparar a injustiça cometida em nosso País contra os suplentes de Vereadores. Vamos reconstituir o número de Vereadores que sempre tivemos em nosso País.

Sr. Presidente, quero deixar um fraterno abraço a todos os pernambucanos que aqui estão e dizer que o nosso voto é “sim”, pela reconstituição do número de Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, tenho em minhas mãos um parecer jurídico do ex-Ministro do TSE José Delgado. E quero ler a parte da conclusão, para mostrar a importância da PEC dos Vereadores.

A conclusão é a seguinte:

> *"A PEC dos Vereadores, em tramitação na Câmara, não contém nenhum vício formal nem material. A referida proposta não sofre qualquer limitação circunstancial, material ou implícita, prevista na Carta Magna.*
>
> *A sua tramitação, até o presente momento, obedeceu aos ditames da Constituição Federal e aos Regimentos do Senado e da Câmara.*
>
> *O Poder Legislativo goza de liberdade e autonomia para votar e aprovar emendas à Constituição, estando limitado apenas em relação às cláusulas pétreas fixadas pela Carta Magna.*
>
> *A PEC dos Vereadores não está atingida pelas cláusulas pétreas previstas na Constituição Federal. O seu objetivo é apenas o de realinhar a composição das Câmaras Legislativas, dando-lhes maior expressão e representatividade. Em um Estado Democrático de*

Direito, a vontade do legislador deve ser respeitada com o máximo de amplitude, só sofrendo controle quando violar postulados, princípios e regras postos na Constituição Federal.

A PEC dos Vereadores, se aprovada, deverá entrar em vigor imediatamente na data da sua promulgação. Havendo a aprovação da referida PEC, a sua promulgação é obrigatória e deve ser de imediato.

A entrada em vigor da mencionada PEC determina que imediatamente seja aberta a fase de cálculos eleitorais, definição dos eleitos, participação de cada partido, diplomação e posse. Nenhum Presidente de Poder Legislativo Municipal pode criar embaraços para a posse dos Vereadores considerados eleitos e diplomados.

Os Vereadores que estão exercendo os atuais mandatos têm direito adquirido, em nada pode ser alterado. Deverão permanecer no exercício do cargo de representação popular que lhes foi legitimamente concedido pelo Poder Judiciário e pelo Poder Legislativo. As Leis Orgânicas Municipais devem ser imediatamente alteradas para se adaptarem às determinações da nova emenda constitucional.

Brasília, 8 de setembro de 2009"

É o parecer do ex-Ministro do TSE José Delgado. Li para toda a Casa para acabar de vez com a história de que a PEC tem qualquer vício, qualquer defeito ou qualquer falha. Temos de definir, até porque essa PEC tem, conjuntamente, a redução de repasse das Prefeituras para as Câmaras Municipais de 8% para 7%, de 7% para 6%, de 6% para 5% e de 5% para 4,5% ou 4,3%, representando uma redução de 1,4 bilhão de reais todos os anos.

Portanto, pela representatividade popular, vamos aprovar a PEC dos Vereadores.

Parabéns, senhores suplentes!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Capitão Assumção.

O SR. CAPITÃO ASSUMÇÃO (Bloco/PSB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dar as boas-vindas aos suplentes de Vereadores do Estado do Espírito Santo, presentes nas galerias. Sejam bem-vindos, suplentes de Vereadores de todo o Brasil!

Dirijo-me, de maneira especial, ao Deputado Camilo Cola, que está envidando todos os esforços necessários para que os suplentes de Vereadores do Estado do Espírito Santo estejam presentes nesta Casa acompanhando a discussão e votação da PEC dos Vereadores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez falo dos inúmeros crimes que assolam nosso País, da necessidade de maiores investimentos na segurança pública. E, nesse sentido, me reporto ao processo que culminou na emancipação política do Brasil. Falo da Independência do Brasil, que resultou na autonomia política do País, na sua independência do reino de Portugal, no início do século XIX, exatamente no ano de 1822.

De acordo com a história oficial, no dia 3 de junho de 1822, D. Pedro recusou fidelidade à Constituição portuguesa e convocou a primeira Assembleia Constituinte brasileira, mais tarde anulada pelos portugueses que ameaçavam, inclusive, enviar tropas e exigir o retorno imediato do príncipe regente.

No dia 7 de setembro, às margens do riacho Ipiranga, (cidade de São Paulo), o Príncipe Regente D. Pedro bramou perante sua comitiva um grito de liberdade: *"Independência ou Morte!"*, em resposta às exigências da Corte para o seu retorno à Portugal.

A Independência do Brasil é um dos fatos históricos mais importantes de nosso País, pois marca o fim do domínio português e a conquista da autonomia política. O processo de independência se estendeu até a adoção da primeira Constituição brasileira, em 25 de março de 1824, elaborada pelo Conselho de Estado.

A autonomia política garantida pela Carta Maior dá aos Estados o poder de promulgar suas próprias Constituições e suas políticas de investimentos. Essa capacidade de auto-organização e de autolegislação está consignada no art. 25 da nossa Constituição da República, segundo o qual *"os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios da Constituição".*

Embora o ocorrido em 7 de setembro tenha sido de grande valor, este fato histórico não provocou rupturas sociais no Brasil, pois a população mais pobre e desprovida de igualdade social não pode perceber o significado pleno de independência e de autonomia política e auto-organização dos Estados. A distribuição de renda continuou desigual, os Estados brasileiros continuaram desprovidos de segurança pública plena, as pessoas passaram a ficar reclusas dentro de suas próprias casas e terem assim, seu direito de ir e vir tolhido pelo crime.

Refiro-me ao meu Estado, o Espírito Santo. O povo sequer tem conhecimento para onde vai o dinheiro arrecadado de seus impostos e contribuições e se ele realmente está sendo bem investido como prometido. Será então que os gastos com a segurança pública realmente estão sendo promissores para a redução do crime a fim de que a sociedade capixaba conheça o verdadeiro significado de

independência? Ou os índices divulgados pelo Governo em investimentos em segurança pública pretendem mascarar a triste realidade do Estado, que não possui ainda sua independência plena do crime?

Fico com a segunda hipótese, pois até omitir o número de homicídios no Estado no primeiro semestre deste ano o Governo já fez. Divulgou dados de 999 mortes, quando na verdade, os números foram ainda maiores: 1.004 mortes no primeiro semestre, ou seja, em apenas 6 meses.

No Espírito Santo, dentro dos berços do crime, os grandes chefões do tráfico ditam as regras de como, quando e a que horário a população pode seguir livremente e também com quem as pessoas devem conversar, impedindo-as de falar até com a polícia. E se descumprirem alguma regra poderão fazer parte dos registros de óbitos. Os moradores dos bairros atualmente ocupados pela polícia estão cansados de ser sevandijas e sabujos dos bandidos. O jornal *A Tribuna,* do dia 31 de agosto, até ressaltou que moradores dos bairros atualmente ocupados pela PM foram proibidos inclusive de darem água aos policiais.

Vejam só, senhores, que absurdo! Mas é assim que o Espírito Santo passa os seus atuais dias, e esse foi apenas um pequeno exemplo. O Espírito Santo precisa de uma verdadeira política de combate ao crime e do efetivo completo da polícia, conforme prevê a lei daquele Estado.

Não é a primeira vez que registro nesta Casa que no Estado do Espírito Santo existe um déficit de 1.805 policiais.

O Governo, para driblar a deficiência no efetivo da corporação da Polícia Militar, e aproveitando-se do regulamento anacrônico ao qual os militares devem seguir, sem direito a manifestações e protestos, alterou a jornada de trabalho dos

militares, para omitir para a população capixaba o caos da segurança pública e dizer a ela que policiais são escravos, e por isso têm de trabalhar em longas jornadas nas ruas. O Governo quer dizer, portanto, para a população capixaba que o policiamento ostensivo aumentou, quando na verdade, houve apenas um remanejamento desumano da escala de trabalho.

A verdade é que os policiais agora, além da precariedade de armamento, da falta de equipamentos de segurança para o trabalho, e de dignidade salarial, estão sendo tratados como verdadeiros escravos, onde só são relevantes para o Estado os números de exaustivas horas trabalhadas.

O Imperador do Espírito Santo, seu Secretário de Segurança Pública e o próprio Comandante-Geral da PM não querem nem saber da qualidade e dignidade do trabalho que exercem os militares, pois eles são regidos por um regime rigoroso de absoluta sujeição ao superior e por isso nem se quer podem reivindicar melhorias. A intenção deles é somente mostrar para a população o bom trabalho que vêm exercendo na melhoria da segurança pública.

Reduziram o tempo de folga do militar e mascararam a deficiência do efetivo de policiais e o aumento do número de homicídios. O Espírito Santo, de acordo com levantamento feito pelo Ministério da Justiça com os dados do ano passado (2008), recebeu a medalha de segundo Estado do País em número de homicídios para cada 100 mil habitantes. Ao final do ano, se continuar com esse crescimento no número de mortes, poderá ganhar a medalha de ouro como primeiro lugar no *ranking* de homicídios. Então eu pergunto, será que a população pode compreender o verdadeiro significado da palavra “independência”?

Eu não me cansarei de cobrar do Chefe do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo melhorias na segurança pública. Os números de mortes têm que diminuir! A população precisa conhecer o significado de independência plena do crime e o direito de ir e vir, sem medo e com segurança!

Finalizando meu pronunciamento, conclamo todos os Parlamentares deste Congresso Nacional a tomarem um ato de coragem, aprovando a PEC de nº 300, de 2008.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Concedo a palavra à Sra. Deputada Tonha Magalhães.

A SRA. TONHA MAGALHÃES (PR-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores suplentes de Vereador, especialmente os da Bahia, na quarta-feira passada tivemos esta mesma expectativa e de repente esta Casa retirou da pauta a PEC que aumenta o número dos Vereadores. Mas hoje eu espero que a Câmara dos Deputados não venha colocar nenhum empecilho. Nós realmente precisamos aprovar a PEC dos Vereadores. Somente aquele Parlamentar que já foi Vereador, como já fui, e com muita honra, é que sabe a importância do Vereador na vida da comunidade do seu Município.

O Vereador é aquele servidor da comunidade a todo instante. Ele está presente na hora da fome, da doença, da morte. É sempre o Vereador que é solicitado pela comunidade, principalmente pelas pessoas mais humildes.

Por este motivo, tenho certeza de que nenhum Parlamentar, hoje, vai se furtar a votar “sim” à PEC dos Vereadores, até porque esses suplentes e muitos outros já vieram a esta Casa várias vezes, e sabemos que não é fácil chegar até Brasília, deixar sua cidade, sua família, encarar gastos com a viagem, enfim, fazer sacrifícios para chegar até aqui.

Hoje é preciso que se dê um basta!

Peço ao nosso bom Deus que, na sua infinita bondade, lhes dê força, vitória e sucesso para que possam servir bem ao povo brasileiro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Abelardo Camarinha.

O SR. ABELARDO CAMARINHA (Bloco/PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, mais uma vez, trago o meu apoio aos Vereadores de todo o Brasil. O Tribunal Superior Eleitoral cassou, como se estivesse em um regime arbitrário, de ditadura, os mandatos dos Vereadores eleitos em 2004 e em 2008. E, hoje, esta Casa tem um grande serviço a prestar: devolver o mandato a esses Vereadores.

A maneira como agiram os ilustres membros do TSE excluiu a representatividade do mais humilde, do que mora mais longe, do que faz parte das associações de bairro e encareceu as eleições por esse Brasil afora.

Por isso, o PSB do meu Estado, São Paulo, vai votar unido, a favor do aumento da representatividade, a fim de que a população tenha mais voz, tenha mais vez, e o Estado gaste menos.

Sr. Presidente, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, quero também deixar registrado o meu protesto em relação à compra de armamentos pelo Presidente Lula.

O País está perplexo. A educação, a saúde, a segurança pública clamam por verbas, enquanto o Presidente pensa em criar uma nova CPMF, empresta 15 bilhões ao FMI, compra 25 bilhões em armamento e não discute isso amplamente com suas bases, com a sociedade civil, com o povo brasileiro.

Dizia Winston Churchill que governar é eleger prioridades. Submarino, avião a jato e avião de guerra não são prioridades! Prioridade é educação, é saúde, é

segurança pública. Nunca se matou tantas crianças, tantas pessoas, nunca houve tantos crimes hediondos como agora.

Proponho, Deputado Silvio Costa, que o Ministério da Defesa se volte para a segurança e repasse esses bilhões de dólares para os Estados brasileiros reforçarem a segurança pública. O *crack* não havia entrado nos canaviais paulistas, na periferia da zona rural, mas hoje está presente também ali. Falta segurança pública, falta comando.

Não podemos aceitar: 15 bilhões para o FMI, 25 bilhões para a França, 10 milhões para a Palestina, 20 milhões para a Bolívia. E o povo brasileiro? E os menores? E a educação? E a saúde pública? E o SUS? O SUS paga, hoje, de 2 a 4 reais por consulta aos médicos deste País.

Para concluir, reafirmo o compromisso de votar a favor dos Vereadores. Fui eleito Vereador em 1976, pelo MDB, em São Paulo. E estou aqui ombro a ombro com os Vereadores, legítimos representantes da sociedade brasileira.

Portanto, quero apoiar os Vereadores e condenar a compra de 25 bilhões da França, uma compra feita sem que tenha se discutido com a base aliada, com a Nação. No dia 7 de setembro, em Brasília, quem ganhou presente foi a França e quem levou prejuízo foi o SUS, foram os doentes que aguardam nas filas do SUS, os menores de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Salvador, que clamam por mais verbas.

Por isso o meu protesto por essa compra de 25 bilhões, dinheiro sagrado do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Mário Heringer.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Estamos num dia que esperamos ser o de recompor direito usurpado por uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral de 2004 referendada pelo Supremo Tribunal Federal, que, a nosso ver, legislou indevidamente e no momento equivocado, estabelecendo como conceito a redução dos custos com as Câmaras e com isso fazendo um corte linear e diminuindo na verdade a representatividade popular nos Municípios.

Em 2004, entramos com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. Fomos derrotados. Apresentamos a PEC 333, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, no mandato passado. Estamos aqui com os mesmos companheiros, com o mesmo braço erguido, com vontade de ganhar, porque o que estamos querendo, além de recuperar um direito usurpado, é fazer justiça a essas pessoas que têm demandado, que têm estado presentes em Brasília, fazendo valer o seu direito de cidadão e o seu direito político, referendado nas urnas pela proporcionalidade havida até 2004.

Precisamos contar com o apoio de todos os partidos, para que não façamos mais uma vez com que esse pessoal que aqui vem seja lesado. Precisamos do apoio da Oposição, para que a grande maioria não seja contra a matéria. Não façamos disputa política nessa matéria. Ela é suprapartidária. Nessas galerias e no Brasil inteiro existem suplentes de Vereador de todos os partidos. Portanto, não entendemos que seja uma disputa partidária, que não deve ser feita.

Quero agradecer de coração a todos os companheiros. Durante 5 anos estamos nessa luta, trabalhando, e esperamos poder dizer, ao final deste dia, que foi

feita a nossa parte, que somos os legisladores do País e estamos determinando como deve ser a lei. Se alguma vez alguém mexer nesse direito, temos de repudiar.

Não podemos aceitar que continuem a todo momento, a toda hora, criando discussões e até estigmas para os Vereadores e suplentes de Vereador do Brasil. Não há, em momento algum, a intenção de inviabilizar. Não há, em momento algum, a tentativa de transformar as Câmaras Municipais em câmaras inoperantes, que não tenham condições de sobreviver.

A redução dos repasses é importante, contempla os interesses do povo, retira 2 bilhões e 200 milhões de gastos anualmente. Então, não há por que dizer que está aumentando o número de Vereadores. Está aumentando a representatividade popular, o direito do cidadão de ser representado.

Quero deixar um forte abraço a todos os suplentes de Vereador do Brasil que aqui vêm e têm trabalhado diuturnamente. Tenham certeza de que esta Casa não lhes negará o direito, e, se Deus quiser, hoje ainda aprovaremos a PEC dos Vereadores.

Um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Para dar como lido o seu pronunciamento, concedo a palavra ao Deputado Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES - Sr. Presidente, na verdade, eu quero pedir um esclarecimento à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Pois não.

O SR. MOREIRA MENDES (PPS-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Tenho dúvida em relação a um procedimento que devo tomar. Apresentei à Mesa o Requerimento nº 3.992, pedindo informações ao Ministério dos Transportes. O requerimento foi protocolado no dia 9 de julho de 2009, e o Ministro deveria ter respondido até o dia 7 de agosto de 2009. Não respondeu. Depois que fiz um pronunciamento denunciando esse fato da tribuna, chegou aqui uma resposta parcial, no dia 3 de setembro — portanto, ferindo aquilo que estabelece o art. 50 da Constituição.

A minha dúvida, Sr. Presidente, é esta: a quem cabe a representação pelo crime de responsabilidade contra o Ministro dos Transportes? Ao Deputado ou à Mesa, que encaminha a representação contra o Ministro?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Nobre Deputado Moreira Mendes, vou dialogar com o 1º Vice-Presidente, Deputado Marco Maia, responsável na Mesa por esses requerimentos e pelo encaminhamento desses ofícios aos Ministérios. Prometo que daremos toda orientação jurídica, regimental e constitucional a V.Exa. para que as providências sejam tomadas a sua expectativa não seja frustrada.

O SR. MOREIRA MENDES - Agradeço a V.Exa. Registro que a resposta demorou quase 60 dias, e ainda por cima foi parcial.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Concedo a palavra ao Deputado Dilceu Sperafico.

O SR. DILCEU SPERAFICO (PP-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apesar de todas as dificuldades e restrições, o agronegócio poderá garantir ao Brasil à condição de efetivo celeiro do mundo, como maior produtor e exportador de alimentos do planeta.

Hoje o título pertence aos Estados Unidos e o Brasil está em 2º lugar. A troca de posições já tem data marcada: 2020. A previsão é do economista e consultor da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária — CNA, Luiz Antonio de Camargo Fayet.

Conforme Luiz Antonio, o agronegócio brasileiro cresceu de 7% a 10% ao ano na última década, dependendo do segmento. As exportações do setor também alcançaram grande expansão no mesmo período.

Hoje o Brasil é responsável por cerca de 1,5% do total das exportações globais. Quando se trata de agronegócio, o patamar sobe para cerca de 7%, graças ao crescimento da população mundial e da sua renda, elevando, na mesma proporção, a demanda de alimentos.

As possibilidades de crescimento do agronegócio brasileiro, portanto, são muito grandes, pois parcela considerável da população mundial tem fome e nenhum outro país conta com o nosso potencial para atender essa carência.

Somos privilegiados em termos de extensão territorial, área agricultável, fertilidade e topografia favorável do solo, generosidade do clima, tecnologia, tradição na atividade e capacidade do produtor rural. Nem mesmo a questão ambiental afeta

o nosso agronegócio, porque podemos dobrar a área cultivada sem derrubar uma só árvore.

O consultor, por sinal, destaca a escassez de novas áreas a serem incorporadas ao agronegócio em todo o planeta. Segundo seu estudo, de cada 4 hectares disponíveis no mundo, 1 encontra-se no Brasil. Com isso, a agropecuária nacional detém perto de 25% das áreas ainda a serem agregadas na produção de alimentos.

O especialista ainda ressalta que produtos do agronegócio sofreram impacto menor do que os industrializados na crise econômica internacional. As limitações do agronegócio brasileiro, como destacam instituições de credibilidade, como o Conselho Regional de Economia do Rio Grande do Sul — CORECON/RS, são internas.

O Brasil tem enorme potencial para fornecer alimentos ao mundo, mas enfrenta atraso na área de infraestrutura e dificuldades institucionais, como tributação excessiva e juros abusivos. Enquanto isso, nossos concorrentes contam até com subsídios oficiais.

Prova dessa distorção é o custo logístico no Brasil, de 5% a 10% do PIB. Em consequência o agronegócio enfrenta verdadeiro apagão portuário, por falta de investimentos públicos e privados no setor. No transporte rodoviário, ferroviário e hidroviário, a situação não é diferente.

O potencial e as limitações do agronegócio brasileiro e a crise econômico-financeira mundial foram temas de debates do 14º Encontro de Economistas da Região Sul — ENESUL, realizado em Porto Alegre, nos dias 20 e 21 de agosto último.

O evento é organizado anualmente por um dos Conselhos Regionais de Economia da Região Sul e desta vez foi promovido pelo CORECON gaúcho, em parceria com os Conselhos de Santa Catarina e Paraná. As conclusões do encontro, portanto, mostram o acerto de nossas posições e ações na defesa do agronegócio brasileiro.

Para garantir e até apressar a conquista da condição de maior produtor e exportador mundial de alimentos só falta maior apoio e respeito ao agronegócio brasileiro, como pregamos há décadas.

Sr. Presidente, quero aproveitar este minuto para dizer aos suplentes de Vereadores que nossa luta começou há 5 anos, e hoje ela vai se concluir com uma votação expressiva da maioria dos Deputados que votarão favoravelmente à recomposição do número de Vereadores. Não se trata de aumento de Vereadores, e sim de fazer justiça com os municípios que têm uma população maior e com pouca representatividade. Além disso, com certeza absoluta, a redução dos custos para o Erário, para as Prefeituras, será muito significativa, o que justifica essa atualização no número de Vereadores.

Por isso, hoje à noite, com certeza, nosso partido, o Partido Progressista, votará maciçamente, para que os senhores assumam nos próximos dias sua cadeira, que é um direito que os senhores têm.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Vou conceder a palavra ao nobre Deputado Mauro Lopes, para dar como lido, mas vou intercalar em seguida. Como temos uma lista extensa de oradores inscritos, então concederei a palavra a um Parlamentar para dar como lido, a um Parlamentar para fazer a breve comunicação. Ficarei, portanto, intercalando.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Concedo a palavra ao Deputado Mauro Lopes.

O SR. MAURO LOPES (Bloco/PMDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com prazer que estou aqui para apoiar os suplentes de Vereadores, a fim de que possamos restabelecer o que havia anteriormente.

Nós, Deputados, deixamos de legislar, e o Poder Judiciário entrou exatamente suprindo o Congresso Nacional. Então, temos o dever, a obrigação de votar hoje esse restabelecimento das Câmaras Municipais do País.

Quero adiantar que se encontram nesta Casa Vereadores de Minas Gerais, principalmente da minha terra: Sebastião Guerra, Sérgio Santa Cruz, Cleon e Serginho.

Obrigado.

O SR. EDINHO BEZ - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. EDINHO BEZ (Bloco/PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas Parlamentares, primeiramente, mais uma vez, quero dar boas-vindas a todos os suplentes de Vereador que vieram hoje a esta Casa acompanhar a votação de assunto há anos discutido e já votado por nós no ano passado.

Em segundo lugar, registro brilhante evento, ao qual estive presente e que se encerrou na noite da última segunda-feira: a Feira Náutica da Marina Píer 33 — EXPONÁUTICA, em Biguaçu, Santa Catarina, que recebeu mais de 10 mil pessoas nos 4 dias em que se realizou.

O mercado náutico movimenta mais de US$400 milhões por ano, segundo dados da Associação Brasileira dos Construtores de Barcos e seus Implementos — ACOBAR. Essa indústria tem, em Santa Catarina, potenciais emergentes que tendem a fazer do Estado um polo do setor. Aliás, no quesito estaleiros, Santa Catarina já é o segundo maior do País, perdendo apenas para São Paulo, de acordo com a Associação Catarinense de Marinas, Garagens Náuticas e Afins.

A falsa ideia de que equipamentos náuticos são destinados exclusivamente ao público da classe A caiu por terra. A feira movimentou mais de R$14 milhões, com destaque para a participação da classe média nesse faturamento.

Sr. Presidente, esse tipo de evento, além de aquecer o mercado da região, atrair o foco para o Estado e promover discussões sobre a vocação marítima de

Santa Catarina, que tem muito ainda a explorar no segmento, desperta o interesse dos turistas.

As características do Município de Biguaçu são favoráveis à construção de marinas e estaleiros. As margens do rio motivaram a Prefeitura a buscar recursos para a construção de um molhe, além de promover obras de dragagem do leito do rio para a entrada de barcos maiores.

Cumprimento, então, os investidores, organizadores e expositores da Feira Náutica, que, sem dúvida nenhuma, foi uma vitrine para o Estado, pois se pôde ter uma ideia a respeito da indústria náutica e seu potencial na geração de empregos.

A interação com centenas de outros segmentos da economia, formando uma cadeia produtiva, que vai desde a fabricação de barcos até a construção de infraestruturas de apoio náutico, marinas, iates clubes, garagens náuticas, embarcadouros, píeres, rampas e terminais turísticos para receber passageiros de cruzeiros marítimos ou fluviais, é um fator importantíssimo e merece toda a atenção.

Cumprimento também o Prefeito de Biguaçu, José Castelo Deschamps, desejando à EXPONÁUTICA de 2010 o mesmo êxito que obteve na primeira edição — e já se estima que ultrapassará o número de 50 estandistas e dobrará o valor de negócios gerados.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Com a palavra o Deputado Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PMN-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, aprendi na minha vida, sendo professor e pai de família, que às vezes a melhor forma de educar um filho é dizendo "não". E a melhor forma de viver e de chegar ao coração das pessoas é colocando a verdade sempre em primeiro lugar. Às vezes, em determinado momento a pessoa é querida, aplaudida, amada e em outro é odiado. Talvez neste momento eu seja odiado, mas logo serei amado, porque disse a verdade.

Há um suplente de Vereador na cidade de Jaboatão dos Guararapes chamado Ubiratan — meu amigo Bira. Há mais de 1 ano ele tem falado comigo sobre essa PEC, Deputado Fernando Gabeira.

Eu já fui Vereador, e quando exerci esse cargo eu respeitava a Casa. Eu já fui Deputado Estadual, e como Deputado Estadual eu respeitava a Assembleia. Eu sou Deputado Federal e tenho a obrigação de respeitar a Câmara Federal. Não posso compactuar com a judicialização do Poder Legislativo.

Se dissermos aos Srs. Vereadores que vamos aprovar a PEC, mas que ela só vai valer para 2012, eles não aceitarão isso. Por outro lado, se aprovarmos essa PEC hoje — e ela vai ser aprovada, não com o meu voto; infelizmente, vai ser aprovada, não com o meu voto, repito —, estaremos mentindo para os suplentes.

Estão aqui 2 decisões do TSE, segundo as quais a PEC teria validade se tivesse sido aprovada antes das eleições de 2008, antes das convenções de 2008. Aprovar isso hoje é mexer com os sentimentos das esposas e dos filhos dos suplentes.

Em respeito à democracia, em respeito a esta Casa, em respeito aos suplentes, vou votar a favor da Constituição do meu País. Acho até que o TSE, de forma...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Deputado Silvio Costa, eu já concedi mais 1 minuto a V.Exa. Temos uma lista muito extensa. Lamento, mas vou conceder a palavra aos demais Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Zonta, para dar como lido seu pronunciamento.

O SR. ZONTA (PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito ao contrário do que acabou de ser dito, nós, do Partido Progressista de Santa Catarina, aqui estamos mais uma vez para empenhar nosso voto e dar nosso apoio para que hoje se faça justiça por decisão soberana desta Casa.

Vamos votar a favor da PEC dos Vereadores e vamos fazê-lo hoje! Vai valer nosso voto. Temos de fazer prevalecer nosso voto. Este é o apelo que fazemos a todos os colegas: que não se submetam à antecipação de julgamento do Poder Judiciário.

Vamos votar. Depende de nós. É este o apelo que fazemos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Manato.

O SR. MANATO (PDT-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, realizamos ontem na Comissão de Seguridade Social e Família audiência pública destinada a discutir a questão do reajuste das aposentadorias.

O Presidente Lula, com o apoio desta Casa, fez uma recomposição e, há 3 anos, não mais ocorre aquela batalha sobre o salário mínimo, que hoje é corrigido hoje pela inflação e o PIB total dos 2 anos anteriores. Após essa recomposição, não há mais discussão. Por exemplo, todos já sabemos que o salário mínimo do ano que vem será R$505,49. Já sabemos disso, Sr. Presidente.

Mas temos de ter posição clara com relação ao reajuste dos proventos dos 8 milhões de aposentados brasileiros que recebem mais do que o salário mínimo e que também precisam de uma política de correção digna, que acabe de vez com essa defasagem que aumenta todos os anos.

Precisamos acabar com o fator previdenciário. Não é mais possível que, ao se aposentar, o trabalhador perca 20%, 25% dos seus proventos por causa do fator previdenciário.

Essa questão tem de ser discutida com os representantes legais dos aposentados — sindicatos, confederações e federações —, que devem chegar a acordo e ter apoio para a recomposição dos proventos daqueles que dedicaram sua vida ao País e trabalharam durante 30, 40 ou mesmo 50 anos e hoje têm os proventos defasados.

Para concluir, Sr. Presidente, ao contrário do Deputado Silvio Costa — e com todo o respeito e o grande apreço que tenho por S.Exa. —, quero dizer que sou favorável à PEC dos Vereadores. Vou votar no primeiro e no segundo turnos favoravelmente à proposta, porque ela não aumenta os custos das Câmaras Municipais e dá mais legitimidade e representatividade a quem verdadeiramente está perto das bases, o Vereador. *(Manifestação das galerias.)*

Estamos juntos, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Concedo a palavra, pela ordem, à nobre Deputada Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco/PMDB-ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, V.Exa. sabe que esta é uma casa de entendimentos, que a pauta somente prospera quando os Líderes sentam-se à mesa, conversam e chegam a um acordo.

Estou muito feliz por saber que esses senhores e essas senhoras que aqui estão não voltarão, mais uma vez, desiludidos para suas cidades, pois hoje será realizada a votação da PEC dos Vereadores. *(Manifestação das galerias.)*

Esse é o sentimento que deve prevalecer sempre na Casa, pois é preciso restabelecer a proporcionalidade justa às Câmaras Municipais.

Sr. Presidente, sou uma Deputada municipalista. Tenho ido a lugares tão distantes que lá não se encontra um representante do povo, o Vereador, que é o verdadeiro líder comunitário para lutar pelas...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Peço a V.Exa. que conclua.

A SRA. ROSE DE FREITAS - Vou concluir, Sr. Presidente.

Parabéns a esta Casa pela sensibilidade. Sobretudo, parabéns a esses homens e mulheres de luta que aqui estão. Mais uma vez, vieram de pontos longínquos do País para reivindicar o que há de mais justo na PEC dos Vereadores: a proporcionalidade de volta à Câmara Municipal.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Continuo aguardando o Presidente Michel Temer chegar ao plenário. Mas as notícias são muito positivas, todas no sentido de que houve um acordo e que, portanto, poderemos prosseguir a votação na sessão de hoje e retomar a normalidade do funcionamento da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Concedo a palavra, pela ordem, à Deputada Jô Moraes.

A SRA. JÔ MORAES (Bloco/PCdoB-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães Neto, que conduz com firmeza esta sessão, cumprimento os suplentes e as suplentes de Vereadores de todo o Brasil aqui presentes. Com toda certeza, a capacidade de mobilização dos senhores e das senhoras é fundamental. *(Manifestação das galerias.)*

Registro, ao chegar o Presidente Michel Temer, que aguardávamos apenas um entendimento que não só resolvesse o problema da PEC dos Vereadores, mas sobretudo o desafio que temos hoje: o de votar os projetos que asseguram a soberania do nosso País sobre o pré-sal.

Precisamos votar aquilo que é fundamental para o Brasil sob uma perspectiva de desenvolvimento e de construção soberana, para que este País seja dono da sua própria energia, seja dono dos seus próprios bens e possa ser construído com toda a felicidade.

Parabéns aos futuros Vereadores e Vereadoras. Que todos estejam voltados para esta Casa, para definirmos aquilo que é fundamental neste País: um desenvolvimento soberano.

Parabéns a todos os Deputados e Líderes aqui presentes!

O Sr. Antonio Carlos Magalhães Neto, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Michel Temer, Presidente.

O SR. CELSO MALDANER - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Concedo a palavra a V.Exa.

O SR. CELSO MALDANER (Bloco/PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na próxima sexta-feira participaremos de uma importante audiência pública, no Município de São Jorge do Oeste, no Paraná, onde será apresentado e discutido o estudo de viabilidade técnico-econômico-ambiental da construção do ramal ferroviário que ligará as regiões do sudoeste do Paraná ao oeste de Santa Catarina pela FERROESTE.

Obras de extrema importância, as ferrovias precisam ser ampliadas e modernizadas. Como coordenador da Região Sul, da Frente Parlamentar de Logística, Transportes e Armazenagem, trago o anseio do meu Estado de Santa Catarina de poder contar com este modal na infraestrutura através da construção da Ferrovia Litorânea, da Ferrovia da Integração e do Ramal da FERROESTE a passar por nosso Estado.

O projeto de interligação dos portos catarinenses pela Ferrovia Litorânea é antigo, assim como a proposta da Ferrovia Leste-Oeste, também conhecida como Ferrovia do Frango, por ligar a produção agroindustrial do oeste catarinense aos terminais portuários no litoral.

Com a colaboração da jornalista Simone Kafruni, do *Diário Catarinense*, que assinou excelente reportagem sobre o tema, trago alguns dados. Responsável por cerca de 8% da movimentação de cargas em Santa Catarina — hoje em 50 milhões de toneladas por ano —, o transporte ferroviário terá 25% de participação quando a Ferrovia Litorânea sair do papel, dentro de 8 anos.

A assinatura da ordem de serviço da Litorânea e ampliação do traçado da Leste-Oeste, para chegar à Argentina deu contornos mais realistas para as obras que tinham dificuldade de sair do papel. A redução no custo de transportes chega a ser de 15% em relação ao transporte rodoviário. Vai garantir competitividade às empresas.

Santa Catarina sofre uma defasagem no investimento do modal ferroviário. Desde 2003, pouco mais de 12% do montante definido no Orçamento Geral da União foi efetivamente investido em trilhos. Dos R$173,3 milhões empenhados, apenas R$21,2 milhões foram aplicados em Santa Catarina.

Não podemos permitir que a falta de investimentos, os entraves ambientais e a burocracia interrompam ou atrasem estas obras. Um salto na logística vai firmar ainda mais a economia catarinense e do País. É preciso também dar a devida, efetiva e permanente atenção à malha rodoviária.

O Presidente da Federação da Empresas Transportadoras de Cargas de Santa Catarina — FETRANCESC, Pedro Lopes, lembra que o setor não vê problema em dividir cargas, porque o transporte rodoviário será sempre necessário. O presidente defende a integração modal, desde que haja planejamento rodoviário, porque temos que nos preocupar com as rodovias, com os acessos aos portos e com o transporte hoje, até que as ferrovias existam.

Sr. Presidente, também aproveito este instante para dizer a todos os suplentes de Vereadores que temos que resgatar o Poder Legislativo. O Senado já votou a PEC dos Vereadores e, com certeza, hoje vamos fazer justiça aos nossos suplentes de Vereadores.

Cito o exemplo da nossa região, onde o Município de Flor do Sertão, com 2.500 habitantes, tem 9 Vereadores; enquanto o Município vizinho, São Miguel do Oeste, com 30 e poucos mil habitantes, também tem 9 Vereadores. Temos de fazer justiça com os nossos suplentes para melhorar a representatividade. *(Manifestação das galerias.)*

O PMDB de Santa Catarina vai votar 100% a favor. Vamos olhar quem não está presente no painel e chamar todo mundo para vir ao plenário votar a favor dos nossos suplentes de Vereadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Com a palavra o Deputado Leonardo Quintão.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (Bloco/PMDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, fui Vereador em Belo Horizonte. Sei que ninguém conhece melhor os problemas locais dos bairros, das comunidades do que o Vereador.

Infelizmente, o TSE legislou em matéria que não deveria legislar. Agora esta Casa tem o dever de repor o que foi tirado no passado. Quem legisla neste País é o Parlamento.

É balela dizerem que há resolução do TSE, há resolução do STF, porque o que for decidido no Parlamento brasileiro, na Câmara dos Deputados tem de ser acatado por qualquer Casa, seja judiciária, seja eleitoral.

Na condição de Líder do PMDB, registro que iremos votar fechados. É um absurdo não votarmos essa matéria hoje. Há aqui pessoas de Minas Gerais — de Governador Valadares, de Caratinga, do leste mineiro, da Região Metropolitana —, que estão sacrificando suas vidas, suas famílias, gastando o dinheiro que não têm para virem aqui apoiar seus Parlamentares.

Sr. Presidente, há hoje na Casa mais de 430 Deputados, e mais de 50 ainda não registraram presença no plenário. Peço a V.Exa. que faça uma convocação para que todos possamos registrar presença, a fim de votarmos essa matéria ainda hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - **Apresentação de proposições.**

Os Senhores Deputados que tenham proposições a apresentar queiram fazê-lo.

APRESENTAM PROPOSIÇÕES OS SRS.:

VI - ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTES SRS. DEPUTADOS:

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - A lista de presença registra o comparecimento de 375 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Sras. e Srs. Deputados, quero fazer uma brevíssima comunicação à Casa.

Sabem V.Exas. que, há vários dias, em face dos projetos relativos ao pré-sal, vindos em regime de urgência constitucional, criou-se um embaraço para os trabalhos da Casa, já que a Oposição, muito legitimamente, utilizou-se do instrumento da obstrução.

Ao longo desses últimos dias, percebemos todos que os trabalhos da Casa estavam sendo embaraçados por essa situação. Nós, que estamos votando acentuadamente todas as matérias, mesmo aquelas mais polêmicas, cuidamos de trabalhar para verificar a possibilidade da retirada do regime de urgência, tendo esta Presidência alertado desde logo que o regime de urgência é uma competência constitucional do Presidente da República e, portanto, nada poderíamos fazer senão prestar obediência a essa competência que o Sr. Presidente da República utilizou num dado momento.

Pois muito bem. Se a questão jurídica se coloca dessa maneira, politicamente, eu volto a dizer, havia muita preocupação com o embaraço dos trabalhos da Casa. Por isso, num primeiro momento, eu levei essa preocupação ao Sr. Presidente da República, depois de uma reunião com todos os Líderes, quando verifiquei que a quase totalidade pretendia a retirada da urgência. S.Exa. entendeu que não deveria fazê-lo.

A partir daí, claro, a Presidência tentou de todas as maneiras encontrar um caminho. E o caminho encontrado foi a proposta que eu fiz ontem a vários Líderes e, hoje pela manhã, a todos os Líderes: que fizéssemos um calendário para essas

votações. Sugeri o prazo de 60 dias. Portanto, no sexagésimo dia, ou seja, no dia 10 de novembro, eu trarei para o Plenário os 4 projetos do pré-sal.

Devo dizer que recebi a colaboração de todos os Líderes, inclusive os da Oposição, que, sem nenhum compromisso com o mérito do projeto — seguramente muitos Deputados da própria Situação também têm observações a fazer ao projeto – –, acedeu a essa nossa sugestão e solicitou que ainda no dia de hoje houvesse uma solução para esse tema, assim como o fizeram os Líderes da base, para que não se persistisse esse impasse que se instalou no Plenário da Câmara.

Eu fui ao Presidente da República, agora à tarde, acompanhado do Líder do Governo — e lá estavam 2 outros Líderes também —, e ponderei novamente ao Presidente da República a necessidade de manter essa harmonia extraordinária que se instalou, de alguma maneira, entre o Legislativo e o Executivo, cada qual cumprindo a sua função constitucional. E S.Exa., o Presidente da República, sensível a esse apelo — e até me pediu que dissesse que era uma homenagem ao Parlamento brasileiro —, acedeu em retirar a urgência constitucional. *(Palmas.)*

Já fiz declarações à imprensa e comuniquei o fato aos Srs. Líderes. Quero, mais uma vez, agradecer a unidade desta Casa, unidade que não é feita no tocante a conceitos. Cada partido, cada Líder tem os seus conceitos a respeito dos mais variados temas. Mas eu devo registrar a extraordinária colaboração dos Líderes da Oposição, que se juntaram aos Líderes da Situação, em benefício de uma causa maior, a do desempenho adequado dos trabalhos desta Casa Legislativa.

Se nós seguirmos nesse ritmo, vamos conseguir votar muitas matérias que estavam, na verdade, trancadas pela atuação, volto a dizer, legítima e regimental, dos partidos da Oposição.

É com grande satisfação que faço este registro, fruto de um concerto entre os Líderes da Casa e da extrema sensibilidade do Poder Executivo, por intermédio do Presidente da República, que não titubeou em atender ao apelo do Presidente da Câmara dos Deputados e de todos os Líderes desta Casa, sem exceção.

Portanto, se houver aplauso, que seja à Casa Legislativa, à Câmara dos Deputados. *(Palmas.)*

O SR. JOSÉ ANÍBAL - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O Sr. Líder Deputado José Aníbal tem a palavra.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, realmente houve um entendimento construído entre todas as Lideranças da Casa. Agora, temos certeza de que os 4 projetos relativos ao pré-sal terão tratamento técnico de qualidade, de alcance, para que essas reservas do pré-sal tenham realmente o melhor resultado para o povo brasileiro.

Os projetos originários do Governo certamente podem ser melhorados e aprimorados. Já há uma Comissão Geral prevista para o dia 22 de setembro. As Comissões poderão acolher emendas até a semana que vem, o que é um avanço muito importante.

Desse modo, só tenho que saudar esse recuo do Governo, que favorece o processo parlamentar e, sobretudo, a formatação desses projetos e a qualidade que devem ter para que rendam o melhor para o Brasil.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para dizer que, estando ausente do plenário, soube de intervenções eleitoreiras, pequenas e mesquinhas feitas aqui no sentido de que o PSDB é contra Vereadores. Isso é uma estupidez sem limite. O PSDB tem milhares de Vereadores. No meu Estado, que conheço bem, o PSDB tem 1.200 Vereadores.

Sabemos da relevância e da importância dos Vereadores no processo democrático, mas a divergência é própria do Parlamento, e os Parlamentares que não sabem conviver com a divergência não deveriam estar aqui. Esta é uma Casa do contraditório. Uma Casa em que há posições distintas. Ninguém aqui pode sentir-

se constrangido ou compelido por coisa do tipo: “Ah, se não votar com os Vereadores é contra Vereadores!” Parem de falar essa bobagem. Quem ainda pensa assim no Brasil? Quem tem uma visão tão estreita que não consegue enxergar além do interesse próprio, não consegue ver o interesse público.

Admito que muitos que estão a favor da emenda dos Vereadores estão convictos e pensam que ela é o que melhor atende ao interesse público. Os que não estão, também admito, é por uma visão própria de interesse público. Qual o problema? Não me venham com essa história de demonizar.

Por uma ação convergente entre Líderes partidários da Oposição e do Governo, o Presidente da Casa e o Líder do Governo na Casa, acabamos de obter um resultado positivo para a instituição, o que vai permitir um bom contraditório na discussão do projeto.

Portanto, parabéns ao Presidente Michel Temer e às Lideranças todas. Foi um recuo importante, um recuo democrático, de quem confia nas instituições e na capacidade do Parlamento de fazer o melhor para o País.

Com relação aos Vereadores, que fique muito claro que o PSDB é um partido parlamentarista. Sempre foi. E os Vereadores são parte importante dessa visão.

Quanto à proposição que está aqui, vou manifestar em seguida minha posição e a posição da bancada. Fiquem tranquilos.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para um breve registro.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa., por sua decisão, e também o Líder do Governo, Deputado Henrique Fontana, além de todos os Líderes da base e da Oposição. Entendo que esse acordo será bom para o País.

O Presidente vai retirar a urgência constitucional do projeto, mas, segundo o acordo, o tema será apreciado com urgência, por sua relevância, e a votação será iniciada em Plenário no dia 10 de novembro.

Eu tenho dito, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, que não haverá nada mais importante para o País nesta Legislatura — muito provavelmente também não haverá na próxima — do que a regulamentação do pré-sal.

E esse debate deve ser feito com profundidade e serenidade, mas deve ser acompanhado pela Nação brasileira, porque definirá claramente qual é o projeto de Nação, qual é o projeto de Estado que cada partido ou cada força política desta Casa tem.

O fato é que devemos aproveitar as riquezas do pré-sal, descobertas graças aos investimentos feitos pelo Estado brasileiro em ciência, tecnologia e inovação, para alçar o Brasil a uma nova condição no cenário internacional e, ao mesmo tempo, para superar as imensas desigualdades sociais e regionais ainda existentes em nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, parabenizo V.Exa., que mais uma vez eleva a Câmara dos Deputados à condição de Poder independente e que responde aos interesses da população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Antes de dar a palavra ao Líder Henrique Eduardo Alves e aos demais, quero dizer que estou reabrindo o prazo de emendas até o dia 18, sexta-feira. O prazo se encerraria amanhã, mas nós o estamos reabrindo até o dia 18, mesmo com a urgência retirada.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Com a palavra o Líder Henrique Eduardo Alves.

O SR. HENRIQUE EDUARDO ALVES (Bloco/PMDB-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas registrar, após o anúncio de V.Exa., os méritos desta Casa, aqui e acolá tão injustiçada e tão combatida, até por desconhecimento do seu trabalho, do seu dia a dia.

Quanto se encontra uma solução em favor do Brasil, como fez V.Exa., com todos os Líderes, temos que dela nos orgulhar, registrá-la e divulgá-la, porque esta Casa provou ter maturidade, competência e sensibilidade.

Quero, inclusive, Sr. Presidente, dar aqui o testemunho necessário de que o Presidente Lula, desde a primeira reunião do Conselho Político, não desejava a urgência constitucional. Ele chegou à reunião comprometido com os Governadores José Serra, Sérgio Cabral e Paulo Hartung no sentido de não determinar a urgência constitucional. Fomos nós, Líderes da base, que o convencemos. Depois, a natural, legítima e regimental reação da Oposição, paralisando esta Casa, levou-nos a repensar o assunto.

Voltamos ao Presidente 3 dias depois. S.Exa. manteve sua posição, ainda não convencido. Nesta Casa, permanecia um clima de absoluta falta de diálogo. Inúmeras e importantes matérias tinham a votação cobrada pela sociedade, já que devemos cumprir nosso dever de legisladores. O clima de desentendimento, falta de harmonia e, sobretudo, de decisão, levou-nos, mais uma vez, Sr. Presidente, sob seu comando, liderança e inspiração, a conversar com a Oposição.

Faço aqui um registro necessário: houve maturidade, responsabilidade da Oposição, eliminando-se aquela impressão de que queria obstruir para não votar. A

Oposição provou que queria obstruir como desejo legítimo de ter melhor tempo para o debate.

Faço esse reconhecimento. A Oposição, ao se reunir conosco hoje de manhã, admitiu a retirada da obstrução, para que possamos votar, no dia 10 de novembro, às 14h, neste plenário, os 4 projetos do pré-sal. Não se trata de um projeto do Governo Lula ou para o Governo Lula. É para o povo brasileiro do presente e do futuro. Portanto, é um projeto do sentimento nacional.

Fomos ao Presidente da República, sob seu comando. E, mais uma vez, o Presidente Lula, com seu espírito democrático e com respeito a esta Casa, ouviu suas ponderações, Presidente. Fomos apenas colaboradores. S.Exa. ouviu as ponderações de V.Exa., como Presidente desta Casa que exerce plenamente este poder. S.Exa. terminou por acolher o pleito, que foi de todos nós, Líderes apenas simbólicos, e de todos os Parlamentares, fazendo com que esta Casa possa ser, mais uma vez, intérprete verdadeira e legítima das preocupações do Brasil, que quer um debate mais ampliado, mais qualificado, mais estendido.

E é isso que nós faremos até o dia 10 de novembro, quando aqui voltaremos para votar os projetos do pré-sal do Brasil de hoje e do Brasil do futuro.

Portanto, estão de parabéns V.Exa., todos os Líderes, toda esta Casa, o Presidente Lula.

Estamos aqui cumprindo o nosso dever.

Parabenizo V.Exa., nosso honrado Presidente Michel Temer. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Concedo a palavra ao Líder Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero não só cumprimentá-lo, mas dizer que prevaleceu o bom senso. Tanto os Líderes da base do Governo quanto os Líderes da Oposição foram muito bem orientados pela sabedoria e pela paciência de V.Exa., que, nesses últimos dias, deu conta de mostrar a todos a necessidade de continuarmos superando as dificuldades e mostrando isso para o Brasil.

Quando V.Exa. assumiu a Presidência desta Casa, havia sérios problemas pela frente. V.Exa. soube pavimentar um caminho com respeito às Oposições e também aos Líderes da base do Governo, dando espaço para que todos pudessem fazer o bom debate em Plenário e prevalecesse exatamente o resultado da maioria.

Ao sermos, de certa maneira, duramente agredidos pelo curto espaço de tempo de 5 sessões para apresentarmos as emendas aos projetos do pré-sal, a única saída que tinham as Oposições era realmente entrar em obstrução. Não nos negamos a votar as matérias que vieram da parte do Governo. Pelo contrário, Sr. Presidente. Mas queremos exatamente, como V.Exa. acaba de conseguir, que não exista mais o rígido prazo, que terminaria amanhã para a apresentação das emendas e que a partir de 45 dias trancaria a pauta da Câmara dos Deputados.

A partir de agora, teremos audiências públicas, teremos Comissão Geral no plenário, teremos um bom debate com especialistas, técnicos e entendedores profundos dessa matéria, para produzirmos o que há de melhor na legislação de exploração de petróleo no Brasil.

Foi exatamente isso que as oposições pediram. E prevaleceu o bom senso. O Presidente retirou a urgência. A partir de agora, Sr. Presidente, vamos montar a pauta da Câmara dos Deputados de maneira independente, ordeira, como sempre foi, e altamente produtiva, como tem sido nesses últimos 8 meses. Cada um com suas posições, Governo e Oposição num grande debate, mas sempre com resultados positivos e reconhecidos hoje por toda a população brasileira.

Por isso, Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo ao encerrar estas palavras, dizendo que, mais uma vez, num momento delicado, nos últimos minutos, V.Exa. soube encerrar a sessão de ontem, chamar-nos para uma conversa dentro da Sala da Presidência e buscar esse entendimento, fazer valer a força da Presidência de uma instituição ao sensibilizar o Presidente da República e resgatar a autonomia da Câmara dos Deputados e a prerrogativa de pautar as suas matérias e montar a sua própria agenda.

Parabéns ao Congresso Nacional!

Parabéns à Câmara dos Deputados!

Parabéns ao Presidente da Câmara e a todos os Líderes desta Casa!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Eu gostaria, inicialmente...

O SR. WANDENKOLK GONÇALVES - Pela ordem, Sr. Presidente, por 1 minuto apenas. Inclusive, eu conversei com o Deputado Henrique Fontana para que me cedesse 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tudo bem. Tem V.Exa. a palavra.

O SR. WANDENKOLK GONÇALVES (PSDB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é só para repor o compromisso do PSDB. Meu pai, durante 25 anos, foi Vereador. Aliás, ele já me dizia que Vereador é um cargo tão sofrido que até o nome termina em “dor”; é o despachante dos nossos problemas.

Conversamos com a bancada do PSDB — eu na condição de Vice-Líder do PSDB —, que, na sua grande maioria, deverá votar favoravelmente à PEC que V.Exa. tanto insistiu para trazer a essa comunidade. Tenho certeza de que, até a hora da votação, teremos a unanimidade da bancada do PSDB favorável à PEC dos Vereadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Com a palavra o Líder do Governo, Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de cumprimentar V.Exa., que conduziu um processo de diálogo extremamente respeitoso entre o Legislativo e o Presidente da República, o Poder Executivo.

Cumprimento também todos os Líderes da base de sustentação do Governo e os da Oposição que trouxeram de forma franca um debate sobre o melhor calendário para votarmos os projetos do pré-sal.

De forma muito especial, cumprimento o Presidente Lula, a quem represento com muita honra nesta Casa, Líder do Governo que sou, porque mais uma vez demonstrou toda a sua sensibilidade e o compromisso democrático para manter uma relação harmoniosa entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

O grande objetivo do Governo, com todos os Parlamentares da nossa base, é fazer ampla e profunda discussão sobre o mérito de cada um dos 4 projetos que compõem o novo marco regulatório, que permitirá ao Brasil explorar essa nova fronteira de riqueza, o pré-sal, de maneira a proteger os interesses do povo brasileiro e ampliar o resultado material dessa exploração de petróleo para a população brasileira dentro de um marco que queremos discutir profundamente com o Oposição.

Temos enorme convicção da qualidade dos projetos enviados a esta Casa: aquele que prevê o fortalecimento da PETROBRAS, a mudança do modelo de exploração para o de partilha, que garante uma parcela maior para o País, o que determina a construção de um fundo social para garantir investimentos nessas áreas

prioritárias — especialmente destaco a educação, ciência e tecnologia, cultura, combate à pobreza e projetos de sustentabilidade ambiental, desenvolvimento sustentável — e o que constitui uma nova empresa pública para gerenciar a exploração desta grande riqueza do pré-sal.

Sr. Presidente, com a data de votação marcada, afiançada por V.Exa., para iniciarmos a votação impreterivelmente no dia 10 de novembro, entendo que neste plenário, neste momento, não há vencedores nem vencidos, há uma vitória da capacidade de diálogo e de negociação, indispensável ao exercício da democracia e do nosso papel dentro dos preceitos da Constituição e daquilo que é nossa responsabilidade.

Cumprimento todos e digo que o Governo se sente altamente contemplado com essa decisão de enorme sensibilidade do Presidente Lula e pela condução do tema. Agora, queremos 60 dias de intensos debates sobre o mérito do marco regulatório do pré-sal para que no dia 10 de novembro comecemos uma votação, que será histórica para o País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Concedo a palavra ao Líder Mário Negromonte.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PP-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, neste momento, ganha o Parlamento brasileiro.

O Presidente Lula confiou no Congresso Nacional, mais uma vez, e abriu mão da urgência nos projetos de tanta magnitude. Acho que agora o Congresso Nacional se nivela: não tem Governo nem Oposição.

Aqui vamos discutir, sem sigla partidária, o futuro e as riquezas deste País, com muita sapiência, muita desenvoltura e muito espírito de renúncia. Acho que o Congresso Nacional, os Líderes do Governo e da Oposição tiveram um gesto magnânimo, porque viram que está em jogo o futuro de projetos importantes para o País e deixaram de lado as questões político-partidárias, visando ao bem-estar da sociedade. Acho que esse debate vai ser enriquecedor. Volto a dizer: ganha o Congresso Nacional.

Presidente Michel Temer, V.Exa. está de parabéns pela sua habilidade no momento em que foi necessária uma interferência junto ao Presidente da República. Anunciamos no Conselho Político, principalmente o Líder Vaccarezza, do PT, que não era oportuno apresentar a urgência, referendado por todos os Líderes. Dessa forma, V.Exa. encaminhou com muita habilidade, competência, demonstrando que esta Casa tem de ser altiva, e o Presidente confiou mais uma vez no Congresso Nacional. Acho que sai ganhando esta Casa. Tenho certeza de que o debate vai se aprofundar cada vez mais no momento em que dissermos que agora o pré-sal não tem sigla partidária. Esse vai ser o debate de todos os Líderes e partidos.

Sr. Presidente, quero aproveitar para anunciar que o Partido Progressista vai votar maciçamente favorável à PEC dos Vereadores. Em todos os momentos, apresentamos o requerimento de urgência urgentíssima para que a PEC fosse votada. Em todas as reuniões de Líderes, eu pedia que ela fosse pautada. De forma que vamos manter a coerência.

O Vereador representa um segmento importante da classe política na sociedade. Acho que isso vai ser importante para o Brasil. De forma que o partido vai encaminhar o voto “sim”, a favor da PEC dos Vereadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Como votam os Srs. Líderes?

Concedo a palavra ao Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o nosso partido já tinha dito que precisaríamos de um tempo maior para um debate de relevância como esse, embora achássemos que a obstrução não fosse esse caminho e que a vida iria ensinar que é necessário um tempo para o debate. Esse acordo mostra que é necessário talvez até um tempo maior, mas a vida irá ensinar.

Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. desse 2 esclarecimentos. O primeiro V.Exa. já o deu, que é a dilatação do prazo das emendas. O que não está claro ainda, retirada a urgência, é a questão das assinaturas. O regime de urgência nos colocava uma necessidade de 103 assinaturas, o que era muito. Neste momento, estou entendendo que qualquer Parlamentar pode apresentar emendas aos 4 projetos que foram mandados pelo Executivo aqui para a Câmara dos Deputados. Se não houver essa realidade, acho que deve fazer parte do acordo que os Líderes partidários assinem as emendas necessárias e os Relatores depois façam a triagem e o aproveitamento da massa crítica das emendas.

Sr. Presidente, gostaria de ouvir de V.Exa. como ficaria a questão do número de assinaturas, já que dia 18 foi o prazo estipulado por V.Exa. para a apresentação de emendas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Realmente, ampliei o prazo de emendas para o dia 18, mas de forma não regimental. Sabemos que o prazo se esgota amanhã. Estou ampliando em face de várias solicitações. Por isso mesmo,

recomendo que as emendas venham com apoiamento. Como muitas emendas já foram apresentadas com bastante apoiamento, isso terá significação para o Relator. O recomendável é que o apoiamento ainda se faça durante esse período.

O SR. IVAN VALENTE - Sr. Presidente, não há uma exigência regimental?

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Sim. Exatamente.

O SR. IVAN VALENTE - Foi encerrada a urgência.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Está bem?

O SR. MIRO TEIXEIRA - Sr. Presidente, quando puder. Eu não tenho pressa.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - V.Exa. não tem pressa, Deputado Miro Teixeira?

Tem V.Exa. a palavra. *(Pausa.)*

O SR. EDIGAR MÃO BRANCA - Sr. Presidente, quero fazer uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Quem está pedindo?

O SR. EDIGAR MÃO BRANCA - Eu, Deputado Edigar Mão Branca.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Pois não.

O SR. EDIGAR MÃO BRANCA (PV-BA. Reclamação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, percebemos que não se está marcando o tempo no painel. A palavra está sendo concedida apenas aos Líderes para manifestar suas opiniões a respeito do que está sendo debatido nesta Casa.

Nesta minha reclamação, sugiro a V.Exa. que conceda a palavra não apenas aos Líderes, mas também a outros Parlamentares, já que o tempo está em aberto, para que possam manifestar suas opiniões a respeito do que está sendo debatido.

Encerrando essa reclamação, questiono a V.Exa.: nós vamos ou não votar a PEC dos Vereadores hoje?

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vamos votar a PEC dos Vereadores hoje.

Por isso, peço a todos os oradores que se manifestem com razoável urgência e objetividade.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Volto a conceder a palavra ao Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. considerou recomendação... Estou falando baixo de propósito, porque microfone foi feito para não termos que gritar. E aí, Sr. Presidente, também não pode ser facultado a ninguém o direito — não quero atrapalhar ninguém aqui — de tirar o som ou diminuir o volume de quem quer que seja. Isso, no passado, já causou aborrecimentos neste plenário. Não é o caso, porque, hoje, muitos que têm lembrança daquilo, que seriam capazes de provocar novamente aborrecimentos, já...

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Deputado Miro Teixeira, V.Exa. poderia utilizar o microfone da frente até voltar o som?

O SR. MIRO TEIXEIRA - Talvez seja o caso de trocar aquele microfone para evitar aborrecimentos. Não estamos mais em idade de passar por isso, e eu mantive a palavra muito mais por esse motivo. Concordo com o Líder Ivan Valente. É absolutamente dispensável a minha fala, que seria sobre o número de assinaturas das emendas. Suspensa a urgência, eliminada a urgência, não é mais cabível a exigência do apoiamento de 20%. Porém, se fez parte de um acordo, aí nós devemos respeitar os apoiamentos, não como recomendação, desculpe-me, porque pode surgir uma boa ideia e possa até ser encaminhada com uma assinatura.

Mas eu cumprimento V.Exa. sem ter a eloquência daqueles que fazem grandes discursos a favor, elogios etc., até porque V.Exa. representa a Câmara dos Deputados e elogio em boca própria é vitupério, como já disse um velho autor. Talvez possamos começar a Ordem do Dia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Deputado Fernando Gabeira. Em seguida, Líder Fernando Coruja.

O SR. FERNANDO GABEIRA (PV-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Rapidamente, Sr. Presidente. Compreendo que estamos comemorando aqui uma pequena vitória sobre o regime de urgência. No entanto, o acordo que foi feito, que prevê um prazo de 60 dias, não interessa ainda às pessoas que lutam pelo meio ambiente. Esse conjunto de projetos não mencionou o meio ambiente. E a questão ambiental na exploração do pré-sal precisa ser estudada em profundidade. Para nós, 60 dias, em relação a 45 dias, acredito que para todos, significam apenas mais 15 dias. Eu não entendo como o Deputado Caiado pode compreender que em 15 dias vamos chamar especialistas, vamos fazer grandes sessões por aqui. No meu entender, é necessário que tenhamos uma perspectiva de flexibilidade. O compromisso de V.Exa. é trazer os projetos em 60 dias, mas é necessário admitir que 15 dias a mais não resolvem o problema de fundo, o problema de discutirmos o que interessa ao Brasil durante muitos e muitos anos.

Portanto, é muito possível que ao longo do caminho eu venha a pedir a V.Exa. mais flexibilidade no seu prazo de 60 dias. Que venham os projetos para cá em 60 dias, mas que tenhamos a possibilidade de avançar discussões que sequer foram mencionadas. Eu sei como pensam muitos políticos brasileiros. Pensam o seguinte: “Vamos resolver o problema do petróleo, a gente deixa um dinheirinho para o meio ambiente”. Mas não é isso mais que queremos. Não queremos um dinheirinho para o meio ambiente, queremos discutir em profundidade como será o monitoramento ambiental da exploração do petróleo no pré-sal, e para isso não bastam 60 dias. É isso que queria deixar bem claro, cumprimentando V.Exa. pela vitória.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Líder Fernando Coruja.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, rapidamente. Nós lutamos para retirar o regime de urgência basicamente em função de que o que altera não são apenas 15 dias; alteram os prazos de emenda, a possibilidade de apresentar emenda.

Vamos começar a discutir esse projeto no dia 10 de novembro e, evidentemente, vamos apresentar várias emendas, inclusive sobre a questão ambiental, no que levanta o Deputado Fernando Gabeira.

Esse acordo feito pelo Congresso e, com sapiência e sensatez, ouvido pelo outro lado da rua — o Presidente retirou a urgência —, foi produzido, sem dúvida nenhuma, graças a coordenação do Deputado Michel Temer, temos de enaltecer isso, e de várias Lideranças. Quero salientar o posicionamento das oposições, Deputado Ronaldo Caiado e Deputado José Aníbal, e fundamentalmente da base do Governo, Deputado Cândido Vaccarezza, que trabalhou muito para conseguir fazer esse acordo.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Concedo a palavra ao nobre Líder Deputado Hugo Leal.

O SR. HUGO LEAL (PSC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apenas para fazer este registro, a exemplo do que os demais Líderes fizeram, e demonstrar o significado do entendimento desse acordo.

Não foram concedidos apenas 15 dias. Houve aqui entendimento num complexo muito maior. Estamos aqui exatamente há 2 semanas, pelo menos 3 sessões, com dificuldades em razão de obstrução.

O que nós ganhamos aqui, repito mais uma vez, não foram apenas 15 dias, mas o bom senso e o consenso de um entendimento, para que possamos desobstruir a pauta da Câmara e votar os projetos que são relevantes.

Então, Sr. Presidente, eu quero ressaltar o papel das oposições, do Democratas, do PSDB, do PPS, mas também o papel que V.Exa. desempenhou. Eu não vejo como simplesmente um acréscimo de 15 dias tenha feito essa diferença; o que fez a diferença foi precipuamente a manifestação de V.Exa. e dos demais Líderes, que puderam chegar a esse acordo. Parabéns, Sr. Presidente!

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente...

O SR. SILVIO COSTA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Deixem-me dizer uma coisa aos senhores: nós vamos passar a sessão ordinária. Nós vamos eliminar. São 18h20min e, às 19h, eu vou encerrar a sessão ordinária. Então...

O SR. SILVIO COSTA - Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Um minutinho. Vamos fazer uma opção: vamos concedendo a palavra e, às 19h, encerramos. E daí não votamos nada.

O SR. SILVIO COSTA - Sr. Presidente, é só um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vou pedir realmente ao Líder Dagoberto, ao Deputado Silvio Costa...

O SR. SILVIO COSTA - Sr. Presidente, mas é um esclarecimento!

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Só um minutinho, querido Silvio Costa.

O SR. GERSON PERES - Vamos votar logo!

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Eu peço 1 minuto de cada um, por favor.

O SR. DAGOBERTO - Um minuto só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O Deputado Dagoberto tem a palavra.

O SR. DAGOBERTO (PDT-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é exatamente isso que eu queria sugerir a V.Exa.: que nós possamos, então, já ir votando até atingirmos um *quorum* melhor para a emenda dos Vereadores, que exige *quorum* qualificado.

O SR. GERSON PERES - Isso! Vamos votar logo a emenda dos Vereadores.

O SR. DAGOBERTO - Vamos votando os destaques da medida provisória e, quando nós tivermos um *quorum* qualificado, aí nós votamos a PEC dos Vereadores. Era essa a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Deputado Silvio Costa, 1 minuto.

O SR. SILVIO COSTA - Sr. Presidente, na verdade, é só um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Pois não.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PMN-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a sessão ordinária vai até as 19h, podendo ser prorrogada até as 20h. Nós temos 9 destaques, a Oposição não fez acordo de mérito, portanto, poderemos ter votação nominal.

Minha pergunta é se realmente V.Exa., se não forem votados os 9 destaques até as 20h, convocará sessão extraordinária para votar a PEC dos Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Convocarei.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa. e o conjunto de Líderes pela grande solução e pelo grande resultado. E quero só lembrar de uma coisa, Presidente Michel Temer, V.Exa. reabriu o prazo de emenda. Quero apenas informar que as emendas agora, retirada a urgência, não precisam mais de apoiamento: de *per se*, pode-se apresentar emenda.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - É verdade. Foi uma mera recomendação para que o Relator se impressione com o número.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item 1.

Medida Provisória nº 465-A, de 2009

(Do Poder Executivo)

Continuação da votação, em turno único, da Medida Provisória nº 465-A, de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vamos aos destaques.

Vou pedir aos Srs. Líderes, se estiverem de acordo, que ao encaminharem — é claro que os destaques são importantes —, nós poderíamos logo sair para a orientação de bancada, “sim” ou “não”. E aqui há oradores inscritos. Saibam os senhores que, se tivermos 2 oradores de cada lado em 9 emendas, teremos 18 oradores com 5 minutos cada um, e vamos até as 22h, mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Destaque de bancada para votação em separado do § 4º do art. 1º do projeto de lei de conversão.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Para falar contra, Deputado Rodrigo Rocha Loures. *(Pausa.)*

Para falar contra, Deputado Chico Alencar. *(Pausa.)* Abre mão? *(Pausa.)*

Para falar a favor, Deputado Jorginho Maluly. *(Pausa.)* Abre mão?

O SR. JORGINHO MALULY (DEM-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero só para parabenizar V.Exa. pela condução desse importante acordo.

O voto do Democratas é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - “Não”.

O Democratas já votou “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Como vota o PMDB? “Sim” ou “não” ao destaque?

O SR. EDUARDO CUNHA (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB vota pela manutenção do texto, “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota “sim”.

O Partido dos Trabalhadores, como vota?

O SR. FERNANDO FERRO (PT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT vota pela manutenção do texto, “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota “sim”.

PSDB?

O SR. LOBBE NETO (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB vota “não”. E também já retiramos uma outra emenda, para diminuir o processo dessa medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Meus cumprimentos a V.Exa. Vota “não”.

Como vota o PP?

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para apressar as votações, o PP vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota “sim”.

Como vota o PR?

O SR. LÚCIO VALE (PR-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota “sim”.

PDT?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - "Sim".

Como vota o PPS?

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós fizemos inclusive uma questão de ordem sobre o assunto. Como V.Exa. considerou compatível, em relação ao mérito nós não temos divergência. Encaminhamos "sim".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Encaminha "sim".

Bloco?

O SR. DR. UBIALI (Bloco/PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Bloco orienta "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Orienta "sim".

PTB?

O SR. LUIZ CARLOS BUSATO (PTB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PTB apoia a manutenção do texto e vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota "sim".

PSC? *(Pausa.)*

PV?

O SR. EDSON DUARTE (PV-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Partido Verde também encaminha "sim".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota "sim".

PSC? *(Pausa.)*

PSOL? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Os Srs. Deputados que forem pela manutenção do parágrafo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

MANTIDO O PARÁGRAFO.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Retirado o destaque da Emenda nº 7.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Destaque para votação em separado da Emenda nº 2, oferecida à MP em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Para falar a favor, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o mundo todo tem dado ajudas ao setor produtivo. Na realidade, nesta crise, a primeira ajuda que os países vêm oferecendo visa salvar o setor financeiro, o que o Brasil não precisou fazer, porque o saneamento do setor já tinha sido feito no Governo anterior. Portanto, com grande vantagem comparativa, quando veio a crise, este Governo só teve que ajudar o setor produtivo.

E, no mundo inteiro, as ajudas aos setores produtivos foram acompanhadas de contrapartidas. Por exemplo, o setor automobilístico nos Estados Unidos. Em troca da ajuda vultosa que recebeu, assumiu o compromisso de, dentro de determinado prazo preestabelecido, lançar no mercado carros híbridos, que chegam a rodar 90 quilômetros com 1 litro de combustível. Aqui no Brasil não foi exigida nenhuma contrapartida.

A emenda introduz uma contrapartida: diz que, no caso em que a ajuda do Governo, a ajuda do Erário vai significar juros subsidiados, se comece a cobrar das empresas beneficiadas que gerem empregos, tenham o compromisso de gerar empregos, de ampliar os investimentos físicos, façam investimentos em inovação tecnológica, investimentos em aperfeiçoamento de padrões ambientais nos respectivos processos produtivos.

E mais: diz que a regulamentação será feita pelo Poder Executivo, e não pelo Ministério da Fazenda.

Portanto, a matéria restabelece condições que devem ser analisadas pelos ilustres Deputados, porque elas contribuem para que alcancemos mais rapidamente os resultados sociais e ambientais almejados por todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Para falar contra, concedo a palavra ao Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na realidade, a Medida Provisória nº 465, de 2009, estabelece juro zero para bens de capital, inovação tecnológica e — aprovamos também — indústria aeronáutica.

É importante dizer que o juro é zero porque ela retira tudo o que for encargo sobre financiamento para esses 3 setores, exatamente para que se possa garantir o investimento em nosso País. O setor de bens de capital foi o que mais sofreu com a crise, o que mais teve paralisadas as encomendas. E é fundamental, ao pensar a economia, pensar justamente em manter a nossa indústria de bens de capital num patamar elevado de investimento.

Por isso, corretamente, o Governo fez essa medida provisória, que garante a possibilidade de as indústrias nacionais, as nossas empresas fazerem os investimentos necessários para continuar se desenvolvendo tecnologicamente e aumentar sua eficiência e sua produção.

Portanto, essa é uma medida do bem, uma medida boa para o Brasil. Tanto é que, dos 44 bilhões de reais previstos, já foram praticamente pedidos 8 bilhões de reais até 31 de julho. No entanto, Sr. Presidente, eu quero aqui dizer que a emenda colocada busca contrapartida.

Ora, em primeiro lugar, a contrapartida é exatamente o investimento. Nós queremos que o investimento aconteça, porque ele vai gerar mais produção e mais emprego. Isso é importante para o País.

Em segundo lugar, quero dizer que nós já temos a Lei nº 11.948, de 2009, cujo § 6º diz que o BNDES deverá encaminhar ao Congresso, até o último dia do mês de cada trimestre, relatório pormenorizado sobre operações realizadas, indicando quantidade, valor das operações, detalhadas por modalidade de investimento, setor produtivo beneficiado, localização do empreendimento e estimativa dos impactos econômicos gerados pelos projetos, principalmente em termos de geração de emprego e renda.

Portanto, Sr. Presidente, essa emenda já está contemplada na Lei nº 11.948, de 2009. Por isso, nós somos contrários à emenda e a favor do texto original do relatório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vamos votar.

O PMDB, como vota?

O SR. EDUARDO CUNHA (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB vota "não" à emenda. Entendemos que pode até ser meritória, mas o texto está muito pouco objetivo, o que não daria nenhuma aplicabilidade prática.

O PMDB vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O Bloco, como vota?

O SR. DR. UBIALI (Bloco/PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Bloco vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota "não".

O PSOL como vota?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL vota "não" e entende que quem deveria administrar esse processo de concessão de subvenção econômica deveria ser o Ministério da Fazenda. Levando para o Executivo, nós podemos ter aí o Conselho Monetário Nacional.

Também queremos defender mais uma vez que o BNDES cumpra a plataforma de transparência e aplique as cláusulas de contrapartida nos seus empréstimos para os empresários, o que é sempre esquecido aqui.

O PSOL vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota "não".

Como vota o PTB?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PTB vota "não" e quer concluir rapidamente esta votação, porque há no relatório do Deputado Carlos Zarattini um grande avanço, que é a isenção permanente do PIS/COFINS para o pãozinho e a cadeia do trigo.

Portanto, votamos "não".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Como vota o PT?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT vota "não". Queremos agilizar este processo para votar a PEC dos Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota "não".

Como vota o PDT?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero sugerir que se adote esse ritmo de apenas dizer "sim" ou "não", porque as matérias estão mais do que debatidas.

Nós votamos "não".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota "não".

Como vota o PR?

O SR. JOÃO MAIA (PR-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PR vota "não".

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, faço um apelo às Lideranças para que não mais discutamos esta matéria. Sabe por que, Sr. Presidente? Tenho uma preocupação: o povo brasileiro gosta muito de futebol e a Seleção Brasileira jogará logo mais.

Se por acaso não votarmos a PEC do Vereadores, no intervalo, todos irão embora para assistir ao jogo. E aí? Como fica?

O PP vota "não".

O SR. LOBBE NETO (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, PSDB, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - PSDB, "sim".

Como vota o DEM?

O SR. JORGINHO MALULY (DEM-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Democratas também orienta o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota "sim".

Como vota o PV?

O SR. EDSON DUARTE (PV-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Partido Verde entende que não dá para repassar recursos importantes sem a garantia de contrapartidas na geração de empregos, transferência tecnológica, na questão ambiental, de tal forma que não entendemos o encaminhamento "não" feito por diversos partidos. E nós, do Partido Verde, encaminhamos "sim". Nós queremos a contrapartida, porque é o mínimo a ser exigido.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Como vota o PSC, Deputado Hugo Leal?

O SR. HUGO LEAL (PSC-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - PSC vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota "não".

PPS?

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta emenda é muito importante. O Deputado Mendes Thame, um dos Deputados mais ilustres desta Casa, quer que as empresas que recebem recursos subsidiados para equalização de juros deem alguma contrapartida, por exemplo, a manutenção de emprego. Por isso, o PPS encaminha e vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Em votação a Emenda nº 2.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

REJEITADA.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Destaque de bancada para votação em separado da Emenda nº 1, oferecida à Medida Provisória nº 465, de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Estão inscritos 2 Deputados para falar a favor, Professor Ruy Pauletti e Lobbe Neto.

O SR. LOBBE NETO - Abro mão.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Como vota o PSDB, Deputado Lobbe Neto?

O SR. LOBBE NETO (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB vota "sim". Pela transparência, vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Pela transparência, vota "sim."

PT?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT vota "não", pelas mesmas razões da emenda anterior.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O PT vota "não".

Bloco?

O SR. DR. UBIALI (Bloco/PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Bloco vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O Bloco vota "não".

Como vota o PMDB?

O SR. MENDES RIBEIRO FILHO (Bloco/PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - "Não", Presidente. O PMDB vota "não."

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Como vota o Democratas?

O SR. JORGINHO MALULY (DEM-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós entendemos que essa emenda vem fortalecer o Congresso, uma vez que vai exigir uma prestação de contas periódicas de todas as ações do banco. Então, o Democratas orienta o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O PP, como vota?

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PP vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - PR?

O SR. LINCOLN PORTELA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - PTB?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PTB vota “não” e quer celeridade para votar a PEC dos Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - PDT?

O SR. FERNANDO CHIARELLI (PDT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota “não”.

Quem mais vai votar?

O SR. EDSON DUARTE - O Partido Verde.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Partido Verde?

O SR. EDSON DUARTE (PV-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Partido Verde acha que isso é burocratizar. Não há necessidade desses informativos, que já existem. Portanto, vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota “não”.

PSC?

O SR. HUGO LEAL (PSC-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSC vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - PPS?

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PPS vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota “sim”.

PSOL?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL é a favor da transparência. Vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota “sim”.

O SR. EDUARDO CUNHA (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB vota “não”, Sr. Presidente. Não está no painel.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Em votação a Emenda nº 1.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

REJEITADA.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Destaque para votação em separado do art. 5º do projeto de lei de conversão do Relator oferecido à medida provisória ora em debate.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Há oradores para falar a favor e contra.

A favor, Deputado Sandro Mabel. *(Pausa.)* Ausente.

Contra, Deputado Pompeo de Mattos. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Rodrigo Rocha Loures. *(Pausa.)* Ausente.

Como vota o PR, Deputado Sandro Mabel?

O SR. SANDRO MABEL (PR-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esse artigo é inconstitucional.

Ora, a súmula vinculante, quando foi criada no Supremo, precisou de um comando constitucional. O Conselho de Contribuintes não pode criar uma súmula vinculante da forma como está sendo criada, simplesmente por uma emenda a uma medida provisória.

É um assunto sério, inconstitucional. Portanto, pedimos que o voto seja “não”. Queremos suprimir o texto.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estamos de acordo com a proposta do PR e aceitamos a retirada.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Nós também votamos "não".

O SR. EDUARDO CUNHA (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB também vota "não", Sr. Presidente.

O SR. DR. UBIALI (Bloco/PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Bloco vota "não".

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota "não".

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PTB vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Portanto, vota pela retirada do dispositivo?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - É, pela supressão.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O PTB vota "não".

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - "Não". Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Democratas, como vota?

O SR. EDSON DUARTE (PV-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PV vota "não".

O SR. LOBBE NETO (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - PSDB, "não".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - "Não".

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - PP, “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - PDT?

O SR. FERNANDO CHIARELLI (PDT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - PDT, “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - PPS?

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - PPS “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - PSC? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Em votação o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Os Srs. Deputados que forem pela manutenção do artigo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

SUPRIMIDO O ARTIGO.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Destaque de bancada para votação em separado da Emenda nº 19 à medida provisória ora sob exame.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Para falar a favor, Deputado Hugo Leal.

V.Exa. quer encaminhar?

O SR. HUGO LEAL (PSC-RJ. Sem revisão do orador.) - Eu quero falar, Sr. Presidente. Já estou na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Pois não.

O SR. HUGO LEAL - Eu poderia abrir mão de falar desta matéria, mas preferi me manifestar para chamar a atenção deste Plenário.

A Medida Provisória nº 465 trata da concessão de subvenção ao BNDES. Mas, no seu art. 5º, trata de redução de alíquota de COFINS incidente sobre receita bruta da venda, no mercado interno, de motocicletas de cilindradas inferior ou igual a 150 cilindradas.

Estamos zerando a COFINS para motocicleta. Ou seja, vamos aumentar a venda de motocicletas no País. É uma medida prudente, interessante, do ponto de vista econômico, até mesmo do ponto de vista social, mas, do ponto de vista do trânsito, infelizmente o aumento do número de vendas de motocicletas vai influenciar diretamente na taxa de mortalidade.

Eu fiz uma emenda que entendi ser pertinente e pedi a avaliação do Relator Zarattini, porque o Deputado se preocupa com a questão do trânsito. S.Exa. é o autor do Projeto de Lei nº 2.872, que versa sobre a reforma do Código de Trânsito.

Nessa emenda, eu propus a redução da alíquota, também, para as autopeças integrantes do sistema de segurança dos veículos automotores e estabeleci quais as peças de segurança para os veículos. Por que não, em vez de desonerarmos apenas a venda de motocicletas, desoneramos as peças de veículos que são para

sua segurança, como freios, embreagem, pneus, peças fundamentais, nas quais é necessário haver alteração?

Sr. Presidente, eu pedi a palavra para, mais uma vez, alertar este Plenário sobre nossa preocupação não somente com o aumento da venda de motocicletas, mas também com a extensão desse benefício, zerando a alíquota de COFINS para os itens de segurança veicular, para aqueles itens de veículos cuja renovação é necessária, porque muitos dos acidentes que acontecem neste País são exatamente pelo mau cuidado, pelo mau uso, às vezes, pela deterioração dos itens de segurança dos veículos.

Então, Sr. Presidente, eu peço, encarecidamente, que esta emenda seja aprovada por este Plenário.

Muito obrigado.

O SR. LOBBE NETO (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB vota “sim” à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O PSDB vota “sim”.

Como vota o PT?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós temos acordo com o mérito, com o ideal, como afirmou aqui o Deputado Hugo Leal, e estamos de acordo com as questões de segurança, mas, infelizmente, não podemos aprovar a emenda, porque não existe cálculo de quanto isso se reduzirá na arrecadação, assim como não temos a possibilidade de estimar os efeitos dessa isenção para os setores atingidos por essa emenda do Deputado Hugo Leal.

Nós, simplesmente, nesse projeto, mantivemos a isenção de PIS/COFINS para as motocicletas, pois ela se encerra agora, no mês de setembro. Estendemos a isenção de PIS/COFINS sobre trigo, farinha de trigo e pão, para, definitivamente, não se cobrar mais imposto sobre esse produto básico de todos os brasileiros.

Por isso, Sr. Presidente, somos contrários à emenda do Deputado Hugo Leal.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PTB vota “não”, para acelerar a votação e votarmos a PEC dos Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Como votam os Srs. Líderes?

O Democratas como vota?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Democratas vota “sim”, pela redução da carga tributária.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota “sim”.

O SR. EDUARDO CUNHA (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O Bloco, como vota?

O SR. DR. UBIALI (Bloco/PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em relação à redução do COFINS, nós votamos pela rejeição por uma razão muito simples: se forem tiradas todas as contribuições sociais, infelizmente, o Governo não poderá fazer sua ação, que é tão importante.

Por isso, nós somos contra. Somos pela rejeição da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Portanto, vota "não" à emenda do Bloco.

PSOL, como vota?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós entendemos que nessa emenda há uma dilatação de isenções de muitos produtos que não são só de segurança. Além do mais, nós temos um problema aqui, que é a isenção do COFINS. A COFINS forma a Seguridade Social. Isso aqui é redução, inclusive, do orçamento da seguridade social, o que atinge os aposentados do Brasil, que já vivem a maior penúria.

Por isso, o voto do PSOL é "não".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Muito bem. O PSOL votou "não".

Como vota o PR?

O SR. LINCOLN PORTELA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - "Não".

Como vota o PP?

O SR. SIMÃO SESSIM (PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PP, Sr. Presidente, entende que esta matéria vai cair em cima da seguridade, quando retira o COFINS. Então, nós também entendemos que há renúncia fiscal nisso e que não nos cabe, neste instante, fazer esse tipo de votação.

Por isso, a Liderança do PP encaminha o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O PP vota "não".

Como vota o PDT?

O SR. FERNANDO CHIARELLI (PDT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota "não".

Como vota o PV?

O SR. EDSON DUARTE (PV-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Líder Hugo Leal é um Deputado brilhante, parceiro aqui nesta Casa. O PSC é parceiro do Partido Verde, mas, por não termos aqui números, elementos que apontem o tamanho da isenção, embora a ideia seja brilhante, gostaríamos de nos associar para darmos prosseguimento a este debate, pela sua importância, mas, neste momento, pela falta desses números para entendermos qual é o impacto e a representação disso no Orçamento da União, o Partido Verde, infelizmente, neste momento, encaminhará o voto "não".

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PPS encaminha o voto "não".

O SR. EDUARDO CUNHA (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Como vota o PSC?

O SR. HUGO LEAL (PSC-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSC, neste encaminhamento, vota “sim”, porque entende, apesar das manifestações dos Líderes anteriores e do próprio Relator, Deputado Zarattini, que isso é, sim, um benefício para o País.

Não vamos tirar a redução das alíquotas de COFINS para os produtos industrializados na área de segurança veicular? Vamos também reduzir o número de acidentes. Reduzindo os acidentes, vamos desonerar também a Previdência Social. É só fazermos um raciocínio lógico que vamos entender isso.

Quero deixar marcada a posição: o PSC vota “sim”, a favor da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - PSC vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Aqueles que forem pela aprovação da emenda permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

REJEITADA.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Como Líder, o Deputado José Aníbal tem a palavra.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (PSDB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu já estive aqui nesta tribuna para chamar a atenção dos Deputados e das Deputadas a respeito da Lei Kandir, do ressarcimento aos Estados de recursos derivados das isenções às exportações, dos estímulos feitos às exportações e que são compensados parcialmente pela Lei Kandir.

Agora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, temos aqui um estudo detalhado. O atual Governo vetou, na LDO, 1,3 bilhões destinados aos Estados como compensação, diferença do ano de 2008. Mais grave ainda: vetou 3,9 bilhões correspondentes a 2010.

Na prática, o atual Governo está dizendo aos Estados que não fará mais qualquer ressarcimento da Lei Kandir. São estímulos que os Estados dão, são renúncias fiscais que os Estados fazem para estimular as exportações e que, por isso mesmo, têm a compensação orçamentária.

Para que os Deputados possam ter uma ideia do que significam esses cortes do Governo na LDO — os 3,9 bilhões para 2010 e os 1,3 bilhões relativos a 2008 —, vou dar alguns exemplos: o Estado da Bahia vai deixar de receber 214 milhões; o Estado de Goiás vai deixar de receber 200 milhões; os capixabas vão deixar de receber 298 milhões.

O Estado de Minas Gerais deixará de receber 809 milhões, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, recursos suficientes para se fazer centenas de escolas técnicas profissionalizantes. Escolas que, ao contrário do que disse outro dia o Líder do PT Cândido Vaccarezza, o Governo Lula não fez. Ele disse que construiu o dobro

do que havia no Governo anterior. Não é verdade, Deputado. Basta consultar as estatísticas do Ministério da Educação. Eu o fiz e, com muita pena, constatei que não é verdade. O Governo alardeou muito a construção de escolas técnicas que, na prática, não existem. O Governo do Paraná — e os paranaenses precisam saber disso —, deixará de receber 413 milhões; o Governo do Rio Grande do Sul, 470 milhões.

Não são nem os Governos, são os Estados que perdem. Esses recursos são para os Estados, que certamente já os têm contados nos seus orçamentos, mas deixarão de recebê-los.

É gravíssima essa situação. O Parlamento tem que tomar alguma iniciativa em relação ao Orçamento do ano que vem, tem de fazer uma ação de busca de entendimento com o Governo para mostrar o significado catastrófico do corte dessas propostas que constam da LDO.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, quero registrar que tivemos, ontem, em São Paulo, um dia muito difícil, com muita chuva e muitos problemas. Mas o maior problema foi ocasionado pela empresa de telefonia fixa de São Paulo, a Telefónica. Lamentavelmente, essa empresa tem no Brasil uma ação predatória, colonialista! Veio ao Brasil para ganhar dinheiro e ponto. É quase uma expropriação.

Os serviços de telefonia fixa de São Paulo ficaram suspensos durante várias horas. Essa empresa é tecnologicamente incapaz de dar segurança aos seus usuários. Não é possível, com os recursos de hoje, admitir que uma chuva, ainda que forte, faça calar boa parte dos telefones fixos da cidade de São Paulo. É necessário que a Comissão de Ciência e Tecnologia e outras da Casa ajam nessa direção.

Essa empresa já veio aqui e vive a se desculpar: isso não pôde fazer, aquilo teve que adiar, tal procedimento não consegue resolver. Incompetência! Mas se forem olhar o balanço da empresa, verão que o que está lucrando com a exploração da telefonia fixa em São Paulo é assustador. Não se justifica que essa empresa, a Telefónica, continue prestando serviço de péssima qualidade à população de São Paulo.

É impensável que um Estado com a vitalidade econômica que São Paulo tem, como tem o Brasil inteiro — refiro-me a São Paulo porque está muito adensado —, possa ficar sem comunicação telefônica fixa durante horas apenas porque choveu. Essa empresa é inepta e dá tratamento colonialista a seus negócios no Brasil. Vem aqui, tira o maior proveito e não presta o melhor serviço, como deveria ser seu propósito.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O Líder Cândido Vaccarezza tem a palavra.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos vivendo na Câmara dos Deputados um dia importante para o País.

Não vou polemizar com o Líder José Aníbal porque acho que este é o momento de nos dirigirmos ao Brasil e discutirmos o passo adiante que a maioria da Câmara está dando para viabilizar a votação dos projetos do pré-sal. A sensibilidade do Presidente Lula e a ação do Presidente Michel Temer e dos Líderes desta Casa viabilizaram todas as condições para os aprovarmos em tempo recorde.

O Brasil vai dar um salto adiante com essa decisão. Esperamos que o Senado tenha a mesma postura que está tendo a Câmara dos Deputados. Nós estamos criando condições para dotar o País de legislação moderna que lhe permita dar um salto de qualidade.

São 4 os projetos fundamentais sobre o pré-sal. O primeiro modifica a Lei de Concessões. Em vez de concessão, será a partilha do petróleo do pré-sal. Qual é a importância disso? No sistema de concessão, quando o petróleo é extraído do subsolo, ele é propriedade da empresa que o tirou, com a diferença de que é uma das poucas *commodities* que têm valor muito superior ao gasto de produção. As multinacionais detêm apenas 7% do petróleo do mundo e controlam sua produção.

O Brasil não continuará nessa situação. O petróleo que há no subsolo é do povo brasileiro e será usado para promover o desenvolvimento econômico, para criar empregos, para proteger o meio ambiente, para gerar cultura, para apoiar a ciência e a tecnologia e ajudar milhões de brasileiros a saírem da pobreza. Essa é a

essência da importância de aprovarmos aqui o sistema de partilha. Haverá os que serão contra. Mas, felizmente, no País, os extremos não têm muito peso. Então, seguiremos um caminho de Brasil grande e de interesses nacionais. Não só o PT ou a base do Governo Lula defendem essas posições. Vários Deputados e partidos defendem os projetos apresentados pelo Presidente Lula.

Um outro projeto importante é o que cria um fundo para administrar esse dinheiro. Qual é a importância desse fundo? Impedir que esse dinheiro fique no Tesouro e seja gasto sem um rumo, um sentido. O dinheiro do fundo será usado para ciência e tecnologia, educação, para resolver o problemas da pobreza e garantir desenvolvimento.

Outro projeto importante é o que cria a PETRO-SAL, uma empresa nacional com 100% de capital brasileiro, estatal. Será o olho da sociedade brasileira na administração, no trabalho e nos resultados do dinheiro do pré-sal.

Por fim, o projeto que aumenta a capitalização da PETROBRAS. Nesse processo, aumentaremos o peso do Brasil e do povo brasileiro na PETROBRAS. Assim ganham os brasileiros e todos aqueles que querem que nosso País entre na rota do desenvolvimento econômico. Esse foi o grande feito do nosso Governo.

Nosso Brasil estava parado, amortecido há uns 10, 20 anos. Nesse processo, algumas medidas de todos os governos anteriores ao nosso foram positivas para criar um rumo. Mas prevaleceu, infelizmente, nos outros governos uma visão que não tinha uma estratégia nacional de desenvolvimento, de criação de empregos, de redução do desemprego e, mais do que isso, de projeto nacional que colocasse o País numa outra posição no mundo e o povo do Brasil num outro lugar dentro do Brasil.

Esse é o grande feito do Presidente Lula e do nosso Governo. Com Lula, o País ganhou importância política e econômica. Milhões de brasileiros melhoraram sua condição de vida. Trinta milhões deixaram a pobreza e passaram a ser classe média. Os empresários, as empresas e as grandes empresas brasileiras melhoraram seu posicionamento no *ranking* mundial. Vi o dia em que o Deputado Armando Monteiro, Presidente da CNI, homenageava o Presidente Lula pelo seu trabalho.

Então, não foram só os trabalhadores, não foi só o povo do Brasil, foi o Brasil que ganhou importância política e econômica com Lula, com o PT, com os partidos aliados e com o projeto de nacional de desenvolvimento, que amplia a área dos partidos aliados.

Agora, Sr. Presidente, estamos diante de um grande salto. Como disse o Presidente Lula, é o passaporte para o futuro. Já pediu o Presidente Lula: "*Falem com os seus Deputados".* Convidamos todos os partidos da Casa a aprovarem os projetos do pré-sal, sem descaracterizá-los, porque com eles o Brasil vai continuar crescendo de forma ampliada, tendo desenvolvimento econômico, distribuição de renda, criação de empregos.

Mais do que isso, com o pré-sal e com os outros projetos em curso, que não fazem parte da minha fala hoje, nós vamos ser uma grande nação. Nosso País será uma potência mundial, democrática e igualitária. Nosso povo melhorará de vida.

Por isso, em nome do PT, peço a todos os Deputados da Casa que votem "sim" aos projetos sobre o pré-sal que o Governo apresentou.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vou prorrogar a sessão pelo tempo suficiente para votar os 2 destaques que faltam. Então, eu vou...

O SR. IVAN VALENTE - Sr. Presidente, quero falar como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Como?

O SR. IVAN VALENTE - Quero usar o tempo da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Para falar como Líder, o Deputado Ivan Valente tem a palavra.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu ouvi aqui agora o Líder Cândido Vaccarezza falando em passaporte para o futuro. Nós discutimos tudo nesta Casa, aqui se pautam todas as matérias, mas há 1 ou 2 de que a maioria dos Líderes não quer saber, e o compromisso é com milhões de pessoas.

Ontem, na Comissão de Seguridade Social, nós fizemos uma audiência pública para discutir projetos que estão aqui, na pauta desta Casa, que são: o projeto do Senador Paulo Paim, do PT, que estabelece o fim do fator previdenciário e foi votado no Senado, passou no Senado da República, veio para a Casa e está parado aqui, nas Comissões; e, em segundo lugar, o projeto de reajuste das aposentadorias, aquelas acima de 1 salário mínimo, ou seja, para que sejam também reajustadas de acordo com o aumento do salário mínimo as aposentadorias do Regime Geral da Previdência Social.

E desta tribuna nós queremos dizer, o Partido Socialismo e Liberdade quer dizer que os aposentados deste País, que deram sua contribuição a vida toda — e neste País começa-se a trabalhar com 10, 14 anos de idade —, não podem ser penalizados como foram na reforma da Previdência em 1997, estabelecendo-se um fator previdenciário que leva o trabalhador a trabalhar até 6 anos a mais, depois de contribuir durante tantos anos. Mudaram a regra no meio do jogo, e isso foi aprovado no Governo Fernando Henrique Cardoso.

E agora os Senadores do PSDB e do DEM, lá, apoiaram — apoiaram, sim! — o fim do fator previdenciário, Deputado Caiado. É preciso que V.Exas. aqui na

Câmara sejam coerentes. Vamos votar o fim do fator previdenciário, colocar isso na pauta.

E o PT, então, que votou contra, lá naquele tempo, o fator previdenciário, agora quer mantê-lo aqui na Câmara?! Mais do que isso: há um Senador do PT, que é Paulo Paim, fazendo uma proposta absolutamente justa; ela já entrou na pauta desta Casa, já esteve para ser votada, mas toda vez que ela entra na pauta vem algum recado do Planalto: isso não dá, isso não pode, são alguns bilhões a mais...

Só que aqui se vota todo dia a isenção de bilhões para o agronegócio, vota-se isenção para os bancos e o capital financeiro, para as montadores de veículos, para as empreiteiras, mas, quando chega a hora de atender milhões de aposentados que ganham 1 salário mínimo, 2 salários mínimos, 3 salários mínimos...

Eu quero alertar cada Deputado e cada Deputada desta Casa: se nós continuarmos com esse processo atual de correção, vamos, daqui a 10 ou 15 anos, ter todos os aposentados do Regime Geral de Previdência Social ganhando 1 salário mínimo, porque a pessoa aposenta-se com 8, com 10, e depois de alguns anos está ganhando 5 ou 3 salários, e isso é uma injustiça com milhões de brasileiros.

Por isso, tanto o fator precisa acabar, porque o trabalhador precisa aposentar-se, é um direito dele, como o reajuste das aposentadorias tem de ser feito de acordo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com o reajuste do salário mínimo, com ganho real. E nós não concordamos com o tipo de acordo que está sendo feito pela CUT e pela Força Sindical — não sei em nome de quem, porque não é no dos aposentados do Brasil — para chegar a um termo que mantém o fator, de um lado, e faz uma combinação de idade e tempo de contribuição, de datas. Nós não concordamos com isso. A Casa tem uma dívida para com os aposentados...

(O microfone é desligado.)

O SR. IVAN VALENTE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Muito bem, para concluir, nobre Deputado.

O SR. IVAN VALENTE - Para concluir, a Casa tem uma dívida com os aposentados deste País. O Senado da República já votou, e nós queríamos reivindicar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que as centrais sindicais que não se comprometeram ainda com esse acordo se mobilizem, Deputado Paulinho, porque não há motivo, se se dá tanto dinheiro para banqueiro, se se dá tanto dinheiro para empreiteira, para o agronegócio e tal, de, quando chega a hora do trabalhador, que se esforçou, deu o sangue durante 35, 45 anos, contribuindo para o Regime Geral de Previdência Social, querer esticar o tempo, querer reduzir a correção das aposentadorias!

E nós sabemos que isso não funciona, porque o trabalhador vai ser sempre prejudicado. Está aí o reajuste do mínimo pelo PIB. Quanto vai ser o PIB este ano? Zero! Negociação com meio PIB é zero também. Por isso nós reivindicamos...

(O microfone é desligado.)

O SR. IVAN VALENTE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Para concluir, nobre Líder, peço-lhe a gentileza.

O SR. IVAN VALENTE - Só para concluir, Sr. Presidente — e eu agradeço-lhe a tolerância —, queremos votar imediatamente a emenda, como o projeto que veio do Senado, sobre o reajuste dos aposentados e o fim do fator previdenciário, que são emendas de um Senador do Partido dos Trabalhadores, Paulo Paim.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vamos então ao destaque de bancada para votação em separado da Emenda nº 18.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Para falar a favor da matéria, tem a palavra o Deputado Ronaldo Caiado. *(Pausa.)*

Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Maluly Neto. *(Pausa.)*

O Deputado Ronaldo vai falar? *(Pausa.)*

Tem S.Exa. a palavra.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, realmente não compreendi por que o nobre Relator não acolheu essa emenda apresentada por nós. Veja, essa emenda propõe-se exatamente a desonerar todos aqueles que estão adquirindo máquinas, como bens de produção, para estimular as indústrias e o setor produtivo.

O nobre Relator incluiu no texto financiamento para comprar aviões. Financiamento para comprar aviões! Está no texto, e foi mantido. Tudo bem, nós sabemos que a EMBRAER precisa de apoio, mas é preciso também exigir dela que retorne pelo menos parte dos 4 mil funcionários que foram demitidos com essa isenção que está sendo dada.

Agora, qual é a proposta que apresentamos? A de que também máquinas agrícolas que estão diretamente ligadas aí ao setor produtivo, no dia a dia da agricultura e da pecuária brasileira, sejam desoneradas. É só isso! Quer dizer, nada mais justo.

Eu pergunto-lhes: nós dependemos mais das vendas de aviões pela EMBRAER ou da agropecuária brasileira? Se colocarmos numa balança, é lógico que a agropecuária brasileira tem uma importância, um significado mil vezes maior, em termos de emprego, de PIB, de produção, de superávit na balança comercial, de tudo isso. Além do mais, absorve um terço da mão de obra deste País.

Ora, eu peço ao nobre Relator e também a todos os Parlamentares, independentemente de siglas partidárias, que votem corretamente, em favor desse destaque, dessa Emenda nº 18, em que solicitamos exatamente a inclusão desses produtos que estão aí bem identificados, produtos ligados ao setor da agropecuária que teriam isenção de PIS, PASEP e COFINS, o mesmo que está sendo dado para todos os outros ramos da indústria — têxtil, automobilística...

(O microfone é desligado.)

O SR. RONALDO CAIADO - Só para concluir, Sr. Presidente, a indústria têxtil, a automobilística, enfim, todas essas realmente poderão beneficiar-se com a medida provisória apresentada pelo Governo. Por que esse preconceito? Por que excluir exatamente a produção da agropecuária brasileira, não estender essa desoneração não a todas, mas àquelas máquinas identificadas, de acordo com aquela tipificação feita na Receita Federal e muito bem relatada na nossa emenda?

Muito obrigado, Sr. Presidente. Era o que tinha dizer.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Para falar contra a matéria, com a palavra o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós gostaríamos aqui de tentar esclarecer ao nosso Plenário e a todos os que estão acompanhando esta sessão que o objetivo dessa medida provisória, principalmente, é o de reduzir as taxas de juros para bens de capital e inovação tecnológica.

O Deputado Caiado comentou aqui que nós incluímos também a aviação. Quero dizer que incluímos na redução da taxa de juros. Certo? E incluímos por quê? Porque nós temos de incentivar também os setores de maior inclusão tecnológica, os setores que recebem mais tecnologia.

Isso porque no nosso País temos uma agricultura muito importante — não é só mil vezes maior do que a EMBRAER; talvez seja muitos milhares de vezes maior do que a EMBRAER, ou do que o setor aeronáutico —, mas temos de desenvolver o nosso setor que tem inovação tecnológica, que tem desenvolvimento tecnológico, os setores de ponta, e esses setores têm de ter taxa de juros mais baratas, assim como tem a agricultura. A agricultura tem o crédito agrícola, e o crédito agrícola já tem taxa de juros reduzida. Então, o que estamos fazendo aqui? Não estamos deixando a agricultura para lá. Estamos, ao contrário, incluindo outros setores, como o setor de maior desenvolvimento tecnológico.

E também queremos, Deputado Caiado, incentivar a aviação regional. É a aviação regional que vai atender o interior do País, que vai atender a Amazônia, que vai atender o interior do Nordeste, que vai atender o interior de Estados como o meu

Estado de São Paulo, onde não existe aviação regional. É por isso que incluímos também a aviação nessa medida provisória.

Agora, querer isentar de todos os impostos os implementos agrícolas e tudo mais que foi citado na emenda do DEM nós não consideramos correto. Não existe estudo de impacto sobre a arrecadação. Não existem aqui as condições de abrirmos esse precedente neste momento e fazer uma desoneração total. O que estamos fazendo, o que o Governo está fazendo é incentivar o investimento por meio da redução das taxas de juros, e incentivar o investimento também na agricultura, reconhecendo, como reconhece o Governo, que esse setor é fundamental para o Brasil.

Mas, se é fundamental, é também importante que pensemos em ter uma pauta de exportações diversificada, para que possamos ter as condições para o Brasil se desenvolver em todos os campos. Nós não queremos apenas o desenvolvimento da agricultura — uma agricultura que, diga-se de passagem, é cada vez mais eficiente, é cada vez mais produtiva, cada vez produz mais por hectare —, mas também queremos aumentar a produção dos setores que têm mais tecnologia incorporada na indústria. Isso é importante para que o Brasil se afirme perante os outros países como um país de alto desenvolvimento tecnológico. É necessário o investimento também nesses setores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem a palavra o Deputado Maluly Neto, para sua breve manifestação.

O SR. JORGINHO MALULY (DEM-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com todo o respeito que tenho pelo Deputado Carlos Zarattini, eu não posso deixar de ficar perplexo com algumas afirmações.

É claro que incentivar a aviação é importante, mas não se pode deixar de declarar que se o Brasil é o maior produtor e exportador de carne, um dos maiores do mundo, produtor de grãos, produtor do nosso etanol, do nosso biocombustível, de açúcar, de álcool, de milho, de soja, de carne, foi graças, por exemplo, ao grande avanço tecnológico produzido pelos pesquisadores da EMBRAPA, pelas universidades brasileiras, no campo da agricultura, Presidente.

Se nos recordarmos dos tempos de escola, quando aprendíamos os ciclos econômicos do Brasil, lembraremos que os maiores foram o ciclo do café e o ciclo do açúcar. E se hoje o Brasil coloca-se uma das maiores potências mundiais, sem dúvida, Deputado ACM Neto, foi pelos grandes avanços conquistados no campo, lá na terra.

Aqui estão Vereadores, a maioria do interior, que sabem da importância de uma lavoura, sabem da importância da produção do leite, sabem como as cidades pequenas — eu fui Prefeito — dependem da agroindústria. Quando uma agroindústria para, os trabalhadores rurais vão bater na porta da Prefeitura para pedir cesta básica.

E nós sabemos que os 2 setores que mais geram emprego — e com rapidez! — no Brasil são a construção civil e a agricultura. É por isso, Sr. Presidente, que faço este apelo. Faço este apelo ao Plenário: uma coisa não inviabiliza a outra. Se é

importante, como realmente é, incentivar a indústria tecnológica da aviação brasileira, a indústria moderna da EMBRAER, também é inquestionável, Sr. Presidente, que toda ação para apoiar o campo, para apoiar o produtor, para apoiar aquele trabalhador da enxada, aquele trabalhador da fazenda, do sítio, da agricultura familiar, é sem dúvida alguma tão ou mais importante do que apoiar o setor aeronáutico.

E dizer que na agricultura, Deputado Caiado, não obtivemos avanços é não conhecer a história do avanço, do desenvolvimento, dos investimentos que as universidades, que a EMBRAPA e outros segmentos fazem nesse campo do agronegócio.

Por isso, Sr. Presidente Michel, finalizando, peço apoio, já que essa emenda tem por objetivo *"desonerar bens de capital utilizados no processo produtivo rural, aumentando a competitividade do setor, principalmente em momento de crise econômica nacional e internacional"*.

Os referidos bens...

(O microfone é desligado.)

O SR. JORGINHO MALULY - Para encerrar, os referidos bens de capital são, Sr. Presidente, máquinas e aparelhos de uso agrícola, hortícola ou florestal, para preparação ou trabalho no solo, ou para cultura, entre outros, e máquinas e aparelhos para colheita ou debulha de produtos agrícolas, incluindo as enfardadeiras de palha ou forragem, máquinas para limpar ou selecionar ovos, dentre outros.

Por isso, Sr. Presidente, faço, mais uma vez, finalizando, um apelo ao Plenário para que estenda esse benefício a um dos setores mais importantes da história do Brasil, que é o setor do agronegócio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vamos colher os votos.

O PMDB, como vota?

O SR. EDUARDO CUNHA (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB vota "não" à emenda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota "não".

O PT, como vota? *(Pausa.)*

O PTB, como vota?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votamos "não", para acelerar o encerramento dos trabalhos das Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota "não".

Como vota o PT, Deputado Jilmar?

O SR. JILMAR TATTO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vota "não".

E o PSOL?

O SR. HUMBERTO SOUTO - O PPS, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O PPS, como vota?

O SR. HUMBERTO SOUTO (PPS-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PPS entende que a emenda é absolutamente oportuna. Todo o mundo, quando vai para as campanhas políticas, nossos companheiros todos — e geralmente nós temos bases, grandes bases rurais no País — dizem que a agricultura precisa de apoio, que é preciso incentivar o agricultor, que o agricultor

está falido, que o agricultor precisa ser absolvido dessa enorme carga tributária; pois este é o momento, Sr. Presidente.

A emenda propõe que o PIS/PASEP e a COFINS sejam retirados dos equipamentos agrícolas. Então, é a hora da verdade, ou seja, de saber quem está efetivamente a favor de ajudar o agricultor, melhorando a *performance*, diminuindo os impostos sobre as máquinas agrícolas, ou voltar para as eleições e tornar a prometer em praça pública que vai ajudar os produtores.

Esta é a hora que temos para dizer aos produtores que estamos a favor da agricultura brasileira. Por essa razão, somos a favor, o PPS é a favor da Emenda nº 18, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O PPS vota "sim".

Como vota o Democratas?

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, veja bem, o nobre Relator autorizou crédito especial subsidiado para comprar jatinhos. Compra de jatinhos, está lá. Isso é o que foi defendido agora pelo Deputado Zarattini, dizendo que temos de buscar avanço e tecnologia.

Quem avançou mais neste Brasil do que a tecnologia, a ciência e a genética na agricultura e na pecuária? Por que esse preconceito para desonerar essas máquinas que tanto têm produzido e tanto resultado têm trazido à população brasileira?

Por isso, Sr. Presidente, nós pedimos aqui a todos os Parlamentares, independentemente de sigla partidária: realmente, entre um jatinho receber isenção, entre para adquirir jatinho haver uma linha de crédito subsidiado e desonerar-se a

máquina agrícola, vamos incluir a desoneração das máquinas agrícolas, votando "sim", Sr. Presidente.

Acredito até que uma grande parte do PMDB, conhecedores que são da realidade do interior do Brasil, acho que, mesmo o encaminhamento do Líder tendo sido o voto "não", eles vão refletir, porque, sem dúvida alguma, com o número de Prefeituras que têm, com os milhares de agricultores que há no País e que eles representam aqui, como Deputados que são, eu acredito que eles vão votar "sim", pela desoneração de todos os implementos e máquinas agrícolas, responsáveis por essa riqueza nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DR. UBIALI - Sr. Presidente, pelo Bloco...

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Para orientar pelo Bloco, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DR. UBIALI (Bloco/PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a informação dada pelo Deputado que me antecedeu não é verdadeira. O que foi feito nessa medida provisória foi construir-se uma forma de financiar as empresas brasileiras que produzem aviões, porque até então o que acontecia é que era muito mais fácil comprar um avião no exterior do que no Brasil.

Por outro lado, a ideia de diminuir impostos para a agricultura é muito salutar, mas isso não pode ser feito em cima da contribuição social. Infelizmente, nós somos obrigados a orientar o voto "não", porque isso prejudica a Assistência Social, que já está muito debilitada nas suas finanças.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Para orientação do PSOL, Sr. Presidente, com a sua autorização, nosso voto é "não".

Não porque para esse setor a ajuda, o estímulo à produção agrícola, com a isenção de maquinário para determinadas produções especificadas, seja — absolutamente! — injusto, mas porque nós de novo estaríamos operando em um certo varejo. Já que não avançamos numa reforma tributária progressiva, distributiva, justa, ficamos aqui e ali querendo colocar algum adendo e, como disse o Deputado Dr. Ubiali, isentando de PIS e COFINS, que são saudáveis dentro da nossa carga tributária, do ponto de vista da população que mais precisa, um setor que tem dificuldades, mas seguramente não é o setor mais empobrecido e com mais dificuldades deste País. Aliás, é muito bem e poderosamente representado aqui na Câmara o setor ruralista.

Portanto, o voto do PSOL é "não".

O Sr. Michel Temer, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães Neto, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Como vota o PSDB, Deputado Duarte Nogueira?

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é importante ressaltarmos que essa emenda é virtuosa porque diminui a carga tributária. Ela reduz impostos. Assim como é virtuoso e positivo incentivar a indústria aeronáutica nacional, é tão ou mais importante nós reduzirmos a carga em cima da indústria da agricultura brasileira, para que ela possa produzir mais alimento e comida mais barata para a grande maioria da população brasileira, gerando emprego, gerando renda, e aproveitando aquilo que temos como uma dádiva de Deus, que são os nossos recursos naturais, a nossa tecnologia tropical agrícola.

E eu pergunto: se esta votação fosse nominal, será que este Plenário estaria colocando-se contra a agricultura e os agricultores brasileiros, contra reduzir a sua carga tributária? Tendo em vista que essa medida provisória gera benefícios dessa ordem para outros setores, por que não o fazer também para a agricultura?

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Queira concluir, Deputado Duarte Nogueira, por favor.

O SR. DUARTE NOGUEIRA - Assim, concluo, Sr. Presidente, chamando a atenção para o fato de que a redução do PIS e ao mesmo tempo da COFINS incidentes nas importações de bens de capital que vão beneficiar nosso parque agrícola nacional é mais do que um bom argumento para que essa emenda possa ser aprovada.

Portanto, eu chamo a atenção aqui de todos os Parlamentares, indistintamente do partido de que façam parte, mas invocando-lhes o sentimento de compromisso com sua região, com seu Estado, com seu setor produtivo, com a comida mais barata, com a alimentação mais farta na mesa do cidadão brasileiro.

Eu acho que esse sentido de consciência vai mexer com este Plenário. Eu acho que temos uma boa oportunidade de aprovar essa emenda e ajudar a agricultura brasileira, que atravessa situação tão delicada, e que precisa cada vez mais do apoio de toda a sociedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Como vota o Governo, Deputado e Líder Henrique Fontana?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dialogar também aqui com a Oposição, não só com a nossa base, e esclarecer 2 questões importantes: primeiro, o Governo tem neste momento em implementação no País um forte programa de apoio à compra de tratores pela agricultura brasileira, que é o Programa Mais Alimentos, que financia em 10 anos a compra de tratores, com 3 anos de carência e com juros de 2% ao ano, ou seja, juro negativo, menor do que a inflação — no caso, um subsídio correto para a renovação do parque de máquinas da agricultura brasileira. Segundo, há uma confusão na fala do Líder Ronaldo Caiado, porque não há isenção de PIS e COFINS para aviões. A aviação regional e os aviões de porte produzidos no Brasil estão recebendo o apoio de um fundo garantidor, também com juro subsidiado, que é o que o Governo está dando, está concedendo para todos os bens de capital, máquinas para a indústria etc., etc.

E a terceira questão que quero ponderar aqui é que não podemos fazer uma isenção de PIS e COFINS localizada, para um só setor, prejudicando o Orçamento da Seguridade, da Saúde pública, prejudicando o Orçamento da Assistência Social, de pessoas que precisam de atendimento nos hospitais.

Então, há apoio para trator, há apoio para a agricultura, há o Mais Alimentos — e, aliás, acabou de encerrar a EXPOINTER no Rio Grande do Sul, que bateu todos os recordes de venda exatamente vendendo tratores para a agricultura nessa condição de 10 anos de prazo, 3 anos de carência e 2% de juros, abaixo da inflação, no caso.

Nós, portanto, queremos pedir o voto "não" a essa emenda, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Como vota o PV, nobre Líder — a quem cumprimento pela assunção ao cargo — Deputado Edson Duarte?

O SR. EDSON DUARTE (PV-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. No Partido Verde nós temos defendido e acho que nesta Casa aqui não há Parlamentar que não compreenda a importância da agricultura, a importância desse setor da economia para o País, de tal forma que se dispensa aqui qualquer comentário nesse sentido. Mas o que estamos discutindo é se cabe, nesta oportunidade, nessa matéria, tratar da desoneração de bens de capital do setor agrícola, sem que esse assunto tenha sido debatido como um todo, sem que ele tenha sido incluído no grande debate, até porque tivemos nesta Casa, muito recentemente — e aí é mérito do Governo Lula —, uma discussão sobre os custos de produção da agricultura, e diversas medidas provisórias e diversos projetos foram aqui aprovados, projetos que tratavam especificamente da matéria.

Dessa forma, sem termos aqui os números reais dos impactos que isso causaria nas contas públicas, isso de desonerar os bens de capital, e mais, também sem saber quem seria beneficiado com essa medida, não dá para tratarmos aqui a toque de caixa dessa questão.

Nesse sentido, seguindo a orientação de outros Lideres que me antecederam, quero, pelo Partido Verde, também encaminhar o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Eu peço aos Líderes que sejam mais breves na orientação de bancada, porque nós temos de concluir a votação dos destaques até as 20h, para que então possamos fazer a sessão extraordinária.

Como vota o PP, Deputado Roberto Britto?

O SR. ROBERTO BRITTO (PP-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Partido Progressista entende e acha até boa a emenda — a emenda não é ruim, não podemos levar para esse lado —, mas o tempo de discussão é muito pequeno. Temos de avaliar, como disse Edson, avaliar os impactos, temos de avaliar como fica a situação da agricultura.

Enfim, por isso, pela falta de tempo, pela exiguidade do tempo, o Partido Progressista vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Como vota o PR, Deputado Dr. Paulo César?

O SR. DR. PAULO CÉSAR (PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR encaminha o voto "não", Sr. Presidente.

O SR. HUGO LEAL - Sr. Presidente, o PSC...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Como vota o PDT, Deputado Julião Amin?

O SR. JULIÃO AMIN (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT vota "não", Sr. Presidente, à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Deputado Hugo Leal, como vota o PSC?

O SR. HUGO LEAL (PSC-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Nós do PSC, Sr. Presidente, a exemplo do que fizemos na votação passada, estamos avaliando aqui o cenário. Quem trouxe esse debate, quem trouxe esse tema da desoneração não foi a Oposição, não foram os Parlamentares. Quem trouxe o debate da desoneração foi o Governo Federal, quando encaminhou a proposta e desonerou a COFINS das motocicletas.

É mais do que justo o pedido feito na Emenda nº 18, sim, do Deputado Ronaldo Caiado, e também na Emenda nº 17, do Deputado Nelson Marquezelli. É claríssimo! Tudo que foi dito aqui pelo Deputado Carlos Zarattini e pelo Líder do Governo goza de razoabilidade, mas de mais razoabilidade goza a emenda proposta, da forma como está. Não estamos aqui discutindo sobre o impacto. O impacto dela vai dar-se na geração de mais empregos e de maior produção rural. É isso que temos de discutir.

O PSC vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Aqueles que forem pela aprovação da Emenda nº 18 permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

REJEITADA.

O SR. ABELARDO LUPION (Bloco/DEM-PR) - Verificação, Sr. Presidente.

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB-SP) - Verificação conjunta, Sr Presidente.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP) - Verificação conjunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Verificação concedida.

O SR. EDUARDO CUNHA (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, o PMDB vai alterar a orientação para liberar a bancada.

O SR. JILMAR TATTO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT chama seus Deputados para virem ao plenário votar urgentemente.

Eu quero fazer um pedido, Sr. Presidente, no sentido de que seja registrado nos Anais da Casa o pronunciamento do Presidente da República...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Deputado Jilmar Tatto, 1 minuto apenas. É para começarmos a votação. Um minuto só, Deputado Jilmar.

O SR. LINCOLN PORTELA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PR libera a bancada. Muda a votação e libera a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - O PR libera a bancada. Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Queiram seguir a orientação do visor de cada posto.

O SR. ROBERTO BRITTO (PP-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP libera a bancada.

O SR. ABELARDO LUPION (Bloco/DEM-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é bom esclarecer que quem votar "não" está votando contra a agricultura brasileira, contra a sua base. *(Manifestação no plenário.)*

É muito importante que saibam disso, porque estamos há 10 anos tentando desonerar o custo da produção no Brasil, fazer comida mais barata para a população, e não conseguimos. Então, é muito importante que todos entendam isso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto.) - O Deputado Jilmar Tatto tem a palavra.

O SR. JILMAR TATTO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço que sejam registrados nos Anais da Casa o pronunciamento do Presidente da República de 7 de Setembro, transmitido pela televisão, bem como o pronunciamento do Presidente quando do lançamento do pré-sal, para que esta Casa deixe evidenciado o marco histórico que foi o pré-sal.

E também, Sr. Presidente, quero dizer que votar "não" significa defender a Seguridade Social, defender a Saúde pública, defender os hospitais. Não podemos ser irresponsáveis e a toda hora ficar desonerando essa ou aquela atividade. E o setor de máquinas agrícolas está sendo muito beneficiado pelo Presidente Lula, que agora lançou um programa de financiamento de 10 anos, com 3 anos — 3 anos! — de carência. Portanto, no Governo do Presidente Lula, o Brasil tem uma política de investimentos também nesses setores de bens duráveis.

Por isso o voto "não", para garantir a Saúde pública no País.

PRONUNCIAMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR

Pronunciamento à Nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em cadeia nacional de rádio e televisão, por ocasião das comemorações do Dia 7 de Setembro.

Brasília-DF, 06 de setembro de 2009

Queridas Brasileiras e Queridos Brasileiros,

É comum que o 7 de setembro sirva para a gente enaltecer o passado e pensar o presente. Desta vez é diferente: este é o 7 de setembro de o Brasil festejar o futuro. De celebrar uma nova independência.

Esta nova independência tem nome, forma e conteúdo. Seu nome é pré-sal; seu conteúdo são as gigantescas jazidas de petróleo e gás descobertas nas profundezas do nosso mar; sua forma é o conjunto de projetos de lei que enviamos, há poucos dias, ao Congresso Nacional. E que vai garantir que esta riqueza seja corretamente utilizada para o bem do Brasil e de todos os brasileiros.

Peço a cada um de vocês que acompanhe passo a passo as discussões destas leis no Congresso. Que se informe, reflita, e entre de corpo e alma nesse debate tão importante para os destinos do Brasil e para o futuro de nossos filhos e netos.

Posso resumir em duas frases a proposta do Governo: de um lado, ela garante que a maior parte da riqueza do pré-sal fique nas mãos dos brasileiros; de outro, ela impede que qualquer governante gaste de forma irresponsável estes recursos. E mais: obriga que este dinheiro seja aplicado em educação, ciência e tecnologia, cultura, defesa do meio ambiente e combate à pobreza.

Minhas amigas e meus amigos,

O pré-sal é uma das maiores descobertas de todos os tempos. Ainda não se pode dizer, com exatidão, quantos bilhões de barris de petróleo existem nele. Mas já se pode garantir, com toda segurança, que ele colocará o Brasil entre os países com maiores reservas de petróleo e gás do mundo.

Elas se espalham por uma área de 149 mil quilômetros quadrados, que começa no litoral do Espírito Santo e termina no de Santa Catarina. É uma área do tamanho do Estado do Ceará.

As jazidas ficam debaixo de uma lâmina de água e de camada de sal, que, em alguns pontos, correspondem a dez morros do Corcovado empilhados.

Minhas amigas e meus amigos,

O que deve fazer um povo livre, responsável e soberano ao receber tamanha dádiva de Deus? Garantir que esta riqueza não escape de suas mãos, buscar os meios mais eficientes de explorá-la e modernizar suas leis para não repetir os erros de outros países.

A história tem mostrado que a riqueza do petróleo é uma faca de dois gumes. Quando bem explorada, traz progresso para o povo. Quando mal explorada, ela traz conflitos, desperdícios, agressão ao meio ambiente, desorganização da economia e

privilégios para uns poucos. Assim, alguns países pobres, ricos em petróleo, não conseguiram jamais sair da miséria.

Por isso, dei orientações bem claras aos ministros. Primeira: o petróleo e o gás pertencem ao povo brasileiro. Como no pré-sal, os possíveis sócios terão poucos riscos, eles não podem ficar com a parte da renda. Ela tem que ser do povo. Segunda orientação: o Brasil não pode ser um mero exportador de óleo cru. Vamos agregar valor aqui dentro, exportando derivados, como gasolina, *diesel* e produtos petroquímicos, que valem muito mais. Vamos construir uma poderosa indústria de equipamentos e serviços e gerar milhares e milhares de empregos brasileiros. Terceira orientação: não vamos nos deslumbrar e sair por aí, como novos ricos, torrando dinheiro em bobagens. O pré-sal é um passaporte para o futuro. Vamos investir seus recursos naquilo que temos de mais precioso e promissor: nossos filhos, nossos netos, nosso futuro.

Minhas amigas e meus amigos,

Os ministros seguiram estas diretrizes e honraram o compromisso com o povo brasileiro. A principal mudança que estamos propondo é que, nas áreas ainda não exploradas do pré-sal, passe a vigorar o modelo de partilha. Quase todos os países que têm grandes reservas e baixo risco de exploração adotam este sistema. Ele garante que o Estado e o povo continuem donos da maior parte do óleo e do gás mesmo depois de sua extração.

O modelo de concessão, que foi adotado em 1997, não se adapta à nova situação. Seria um erro mantê-lo no pré-sal. Um erro grave. Ele foi implantado quando não sabíamos da existência de grandes reservas e o País não tinha recursos para explorar seu petróleo.

Estamos propondo, também, que a PETROBRAS seja a operadora de toda área. Ou seja, exerça atividades de exploração e produção, com uma participação mínima de 30% em todos os blocos.

Não podia ser diferente. Afinal, temos dentro de casa uma das maiores, melhores e mais respeitadas empresas de petróleo do mundo. Assim saberemos tudo sobre as reservas, aperfeiçoaremos nossa tecnologia e faremos da PETROBRAS uma empresa ainda mais forte.

Este trabalho será complementado pela PETRO-SAL, uma nova empresa estatal, enxuta e altamente qualificada, que vai gerir os contratos de partilha e os de comercialização. Ela não vai concorrer com a PETROBRAS. Sua função é outra — a de ser o olho do povo na fiscalização de toda a operação.

Minhas amigas e meus amigos,

Hoje o Brasil tem todas as condições políticas, econômicas e tecnológicas para enfrentar este desafio. A economia do Brasil vive um novo momento. De 2003 a 2008, crescemos em média 4,1% ao ano. Nos últimos dois anos, mais que 5%. O País gerou cerca de onze milhões de empregos com carteira assinada. O desemprego caiu fortemente, de 11,7% em 2003, para 8% hoje. As taxas de juros são as menores das últimas décadas.

Não só pagamos a dívida externa, como acumulamos reservas de 215 bilhões de dólares. E mais: reduzimos a miséria e as desigualdades. Mais de 30 milhões de brasileiros saíram da linha da pobreza. E destes, 20 milhões ingressaram na nova classe média, fortalecendo o mercado interno e dando vigoroso impulso à nossa economia.

O fato é que hoje temos uma economia organizada e em crescimento, que foi testada na mais grave crise internacional desde 1929 e saiu-se muito bem. Não só não quebramos, como fomos um dos últimos países a entrar na crise e estamos sendo um dos primeiros a sair dela. Antes, éramos alvo de chacotas e de imposições. Hoje, nossa voz é ouvida lá fora com atenção e respeito.

A PETROBRAS de hoje é a cara deste novo Brasil. É a oitava maior empresa do mundo. Não existe nenhuma empresa, na Europa, do tamanho dela. Nas Américas, fica atrás apenas de três gigantes norte-americanas. E é a segunda empresa em lucratividade. E, entre as petroleiras, a segunda em valor de mercado no mundo.

A PETROBRAS chegou aí, entre outros motivos, porque este Governo acreditou e investiu, dando condições para que ela aumentasse a produção, encomendasse plataformas, sondas, modernizasse e ampliasse refinarias, treinasse e contratasse funcionários, além de construir uma grande infraestrutura de gás natural e entrar na área de biocombustíveis.

O coroamento deste esforço foi exatamente a descoberta, pela própria PETROBRAS, das reservas do pré-sal. Um feito extraordinário, que encheu de admiração o mundo e de orgulho os brasileiros.

Minhas amigas e meus amigos,

Este é um Governo que acredita no Brasil e no que ele tem de mais rico: o seu povo.

É por isso que propomos que os recursos do pré-sal sejam colocados em um fundo social, controlado pela sociedade, e que será aplicado, majoritariamente, em desenvolvimento humano. De um lado, o novo fundo será uma megapoupança, um passaporte para o futuro, que nos ajudará, entre outras coisas, a pagar a imensa dívida que o País tem com a educação e a pobreza.

De outro lado, funcionará, também, como um dique contra a entrada desordenada de dinheiro externo, evitando seus efeitos nocivos e garantindo que nossa economia siga saudável, forte e baseada no trabalho e no talento de nossa gente.

Todos estes temas estão agora em discussão no Congresso Nacional e eu sei que contaremos, mais uma vez, com o apoio livre e soberano do Legislativo na construção deste novo Brasil.

Uma ação desta amplitude só pode ocorrer, de forma saudável, em um ambiente democrático. A democracia é o ambiente mais saudável para o crescimento.

O embate e a paixão política fazem parte do universo democrático, mas não podemos deixar que interesses menores retardem ou desviem a marcha do futuro.

Uma democracia só se fortalece com a participação da sociedade. Por isso se mobilize, converse com seus amigos, escreva para seu deputado, seu senador, para que eles apoiem o que é melhor para o Brasil.

O Brasil não tem medo de crescer, nem de buscar os melhores caminhos. Não vai ficar preso a dogmas, a modelos fechados ou a falsas verdades.

O Brasil acredita no livre mercado mas também no papel do Estado como indutor do desenvolvimento. E saberá sempre buscar o equilíbrio que garanta o melhor para seu povo.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

É tempo de ampliarmos, ainda mais, a nossa esperança no Brasil. A independência não é um quadro na parede nem um grito congelado na história. A independência é uma construção do dia a dia. A reinvenção permanente de uma nação. A caminhada segura e soberana para o futuro.

Viva o 7 de setembro! Boa noite!

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no ato de anúncio da proposta de um novo modelo regulatório para a exploração das jazidas do pré-sal

Centro de Convenções Ulysses Guimarães

Brasília-DF, 31 de agosto de 2009

Minha querida companheira Marisa Letícia,

Exmo. Sr. Presidente do Senado, José Sarney,

Exmo. Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer,

Ministra Dilma Rousseff, Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República; Ministro Edison Lobão, de Minas e Energia, em nome dos quais cumprimento todos os Ministros aqui presentes,

Quero cumprimentar todos os governadores que vieram ao lançamento do pré-sal,

Quero cumprimentar as autoridades dos Superiores Tribunais aqui de Brasília,

Quero cumprimentar os nossos amigos senadores e deputados que estão presentes,

Quero cumprimentar os membros do corpo diplomático,

Quero cumprimentar os prefeitos aqui presentes,

Em nome dos empresários eu gostaria de cumprimentar o nosso companheiro José Sérgio Gabrielli, presidente da nossa gloriosa PETROBRAS,

E Luciano Coutinho, presidente do BNDES,

Minhas amigas e meus amigos,

Hoje é um dia histórico.

O Governo está enviando ao Congresso Nacional sua proposta do marco regulatório para a exploração de petróleo e gás no chamado pré-sal.

Estou seguro de que, nos próximos meses, os deputados e senadores, recolhendo também as contribuições de governadores e prefeitos, aperfeiçoarão as propostas do Governo, trabalhando com responsabilidade, espírito público, compromisso com o País e, sobretudo, muita visão de futuro.

Estou seguro também de que o povo brasileiro entrará de corpo e alma nesse debate tão importante para o destino do Brasil e para o futuro dos nossos filhos.

Porque esse não é um assunto apenas para os iniciados e especialistas. Nem é tampouco um tema que deva ficar restrito somente ao Parlamento. Ao contrário, ele interessa a todos e depende de todos.

Por isso mesmo, quero convocar cada brasileiro e cada brasileira a participar desse grande debate. Trabalhadores, donas de casa, lavradores, empresários, intelectuais, cientistas, estudantes, servidores públicos, todos podem e devem contribuir para que tomemos as melhores decisões.

Minhas amigas e meus amigos,

O chamado pré-sal contém jazidas gigantescas de petróleo e gás, situadas entre cinco e sete mil metros abaixo do nível do mar, sob uma camada de sal que, em certas áreas, alcança mais de 2 mil metros de espessura.

Não se pode ainda dizer, com certeza, quantos bilhões de barris o pré-sal acrescentará às reservas brasileiras. Mas já se pode dizer, com toda a segurança, que ele colocará o Brasil entre os países com maiores reservas de petróleo do mundo.

Trata-se de uma das maiores descobertas de petróleo de todos os tempos. E em condições extremamente importantes: as reservas encontram-se num país de grandes dimensões, de grande população e de abundantes recursos naturais. Um país que conta com um regime político estável e instituições democráticas em pleno funcionamento. Um país pacífico que faz questão de viver em paz com seus vizinhos. Um país que possui uma economia sofisticada, com um parque industrial diversificado, uma agropecuária de ponta e um setor de serviços moderno. Um país que, tendo dado passos importantes na superação das desigualdades sociais, encontrou seu caminho e está maduro para dar um salto no desenvolvimento.

Como já disse em outra oportunidade, o pré-sal é uma dádiva de Deus. Sua riqueza, bem explorada e bem administrada, pode impulsionar grandes transformações no Brasil, consolidando a mudança de patamar de nossa economia e a melhoria das condições de vida de nosso povo.

Mas o pré-sal também apresenta perigos e desafios. Se não tomarmos as decisões acertadas, aquilo que é um bilhete premiado pode transformar-se em fonte de enormes problemas. Países pobres que descobriram muito petróleo, mas não resolveram bem essa questão, continuaram pobres.

Outros caíram na tentação do dinheiro fácil e rápido. Passaram a exportar a toque de caixa todo o óleo que podiam e foram inundados por moedas estrangeiras. Resultado: quebraram suas indústrias e desorganizaram suas economias. E, assim, o que era uma dádiva transformou-se numa verdadeira maldição.

Para evitar esse risco, desde o primeiro instante, determinei à comissão de ministros que preparou o marco regulatório do pré-sal que trabalhasse em cima de três diretrizes básicas.

Primeira: o petróleo e o gás pertencem ao povo e ao Estado, ou seja, a todo o povo brasileiro. E o modelo de exploração a ser adotado, num quadro de baixo risco exploratório e de grandes quantidades de petróleo, tem de assegurar que a maior parte da renda gerada permaneça nas mãos do povo brasileiro.

A segunda diretriz é de que o Brasil não quer e não vai se transformar num mero exportador de óleo cru. Ao contrário, vamos agregar valor ao petróleo aqui dentro, exportando derivados, como gasolina, óleo *diesel* e produtos petroquímicos, que valem muito mais. Vamos gerar empregos brasileiros e construir uma poderosa indústria fornecedora dos equipamentos e dos serviços necessários à exploração do pré-sal.

A terceira diretriz: não vamos nos deslumbrar e sair por aí, como novos ricos, torrando dinheiro em bobagens. O pré-sal é um passaporte para o futuro. Sua principal destinação deve ser a educação das novas gerações, a cultura, o meio ambiente, o combate à pobreza e uma aposta no conhecimento científico e tecnológico, por meio da inovação. Vamos investir seus recursos naquilo que temos de mais precioso e promissor: nossos filhos, nossos netos, nosso futuro.

Ao examinar os projetos de lei que estamos enviando hoje ao Congresso, depois de tanto trabalho e estudo, vejo com satisfação que eles estão em perfeita sintonia com essas diretrizes.

Minhas amigas e meus amigos,

Uma mudança importante no marco regulatório será a adoção do modelo de partilha de produção no pré-sal e em outras áreas de potencial e características semelhantes. É uma mudança absolutamente necessária e justificada.

Estamos vivendo hoje um cenário totalmente diferente daquele que existia em 1997, quando foi aprovada a Lei 9.478, que acabou com o monopólio da PETROBRAS na exploração do petróleo e instituiu o modelo de concessão.

Naquela época, o mundo vivia um contexto em que os adoradores do mercado estavam em alta e tudo que se referisse à presença do Estado na economia estava em baixa. Vocês devem se lembrar como esse estado de espírito afetou o setor do petróleo no Brasil. Altas personalidades naqueles anos chegaram a dizer que a PETROBRAS era um dinossauro — mais precisamente, o último dinossauro a ser desmantelado no País. E, se não fosse a forte reação da sociedade, teriam até trocado o nome da empresa. Em vez de PETROBRAS, com a marca do Brasil no nome, a companhia passaria a ser a PETROBRAX – sabe-se lá o que esse xis queria dizer nos planos de alguns exterminadores do futuro.

Foram tempos de pensamento subalterno. O País tinha deixado de acreditar em si mesmo. Na economia, campeava o desalento. O Brasil não conseguia crescer, sofria com altas taxas de juros, de desemprego, e juros estratosféricos, apresentava dívida externa elevadíssima e praticamente não tinha reservas internacionais. Volta e meia quebrava, sendo obrigado a pedir ao FMI ajuda, que chegava sempre acompanhada de um monte de imposições.

Além disso, não produzíamos o petróleo necessário para nosso consumo. Ferida, desestimulada e desorientada, a PETROBRAS vivia um momento muito difícil. Tinha dificuldades de captação externa e não contava com recursos próprios para bancar os investimentos. Nessa época, é bom lembrar — e Dilma já falou —, o preço do barril do petróleo estava em torno de US$19.

Hoje, nós vivemos um quadro inteiramente diferente. Em primeiro lugar, os países e os povos descobriram na recente crise financeira internacional que, sem

regulação e fiscalização do Estado, o deus-mercado é capaz de afundar o mundo num abrir e fechar de olhos. O papel do Estado, como regulador e fiscalizador, voltou, portanto, a ser muito valorizado.

A economia do Brasil vive também um novo momento. De 2003 a 2008, crescemos em média 4,1% ao ano. Nos últimos dois anos, nosso crescimento foi superior a 5%. Nesse período, o País gerou cerca de onze milhões de empregos com carteira assinada. O desemprego caiu de 11,7% para 8%, em 2008. Hoje, as taxas de juros atuais são as menores de muitas décadas em nosso País.

Não só pagamos a dívida externa pública, como acumulamos reservas superiores a US$215 bilhões. E mais: reduzimos de modo consistente a miséria e as desigualdades sociais. Mais de 30 milhões de brasileiros saíram da linha da pobreza e 2 milhões ingressaram... e 20 milhões ingressaram na nova classe média, fortalecendo o mercado interno e dando vigoroso impulso à nossa economia.

O fato é que hoje temos uma economia organizada, pujante e voltada para o crescimento. Uma economia que foi testada na mais grave crise internacional desde 1929 e saiu-se muito bem na prova. Não só não quebramos, como fomos um dos últimos países a entrar na crise e estamos sendo um dos primeiros a sair dela. Antes, éramos alvo de chacotas e de imposições. Hoje, nossa voz, a voz do Brasil, é ouvida lá fora com muita atenção e com muito respeito.

Meus queridos companheiros e companheiras,

Desde o primeiro instante, meu Governo deu toda a força à PETROBRAS. Passamos a cuidar com muito carinho do nosso querido dinossauro. Os recursos da empresa destinados à pesquisa e ao desenvolvimento deram um salto de US$201 milhões, em 2003, para R$960 milhões, em 2008.

A companhia voltou a investir, aumentou a produção, abriu concursos para contratação de funcionários, encomendou plataformas, modernizou e ampliou refinarias, além de construir uma grande infraestrutura de gás natural e entrar também na era de biocombustíveis.

Deixamos claro que nossa política era fortalecer, e não debilitar, a PETROBRAS. E a companhia — estimulada, recuperada e bem comandada — reagiu de forma impressionante.

Resultado: a PETROBRAS vive hoje um momento singular. É o orgulho do País. É a maior empresa do Brasil. É a quarta maior companhia do mundo ocidental. Entre as grandes petroleiras mundiais, é a segunda em valor de mercado. É um exemplo em tecnologia de ponta. Descobriu as reservas do pré-sal, um feito extraordinário, que encheu de admiração o mundo e de muito orgulho os brasileiros. É uma empresa com crédito e autoridade internacionais. Tanto que, nos últimos meses, levantou cerca de US$31 bilhões em empréstimos. Seus investimentos previstos até 2013 somam US$174 bilhões.

E ainda para ajudar, para completar, o preço do barril de petróleo oscila hoje em torno de US$65, mais do triplo do que em 1997.

Em suma, os tempos e o ambiente no mundo são outros. A situação da economia brasileira é outra. O Brasil e o prestígio do Brasil são outros. A PETROBRAS é outra. E outra também é a situação do mercado do petróleo.

Minhas amigas e meus amigos,

Também não há termos de comparação entre as áreas que vinham sendo exploradas até agora e as áreas do pré-sal.

No pré-sal, os riscos exploratórios são baixíssimos. A taxa de sucesso dos poços operados pela PETROBRAS na área é de 87%, sendo que nos blocos situados na Bacia de Santos ela é de 100%. Foram 13 poços perfurados. E nos 13 comprovou-se a existência de grandes quantidades de óleo e gás, com excelentes perspectivas de viabilidade econômica.

Nessas circunstâncias, seria um grave erro manter na área do pré-sal, de baixíssimo risco e grande rentabilidade, o modelo de concessões, apropriado apenas para blocos de grande risco exploratório e baixa rentabilidade.

No modelo de concessões, a União, proprietária do subsolo, permite que as companhias privadas procurem petróleo, mediante o pagamento de uma taxa chamada bônus de assinatura. Se elas encontrarem óleo ou gás, podem extraí-lo e comercializá-lo como quiserem. São donas do petróleo arrancado das entranhas da terra, porque, a partir da boca do poço, a União perde os direitos de propriedade, recebendo apenas uma parcela pequena da renda do petróleo, na forma de *royalties* e participações especiais.

Já no modelo de partilha, que prevalece em todo o mundo em áreas de baixo risco exploratório e grande rentabilidade, a União continuará dona da maior parte do petróleo e do gás mesmo depois de sua extração. Nesse modelo, o Estado não transfere toda a propriedade do óleo para grupos privados, mas fecha contratos para a exploração e a produção em determinada área — diretamente com a PETROBRAS ou mediante licitação, no caso de outras companhias.

No modelo de partilha, as empresas são remuneradas com uma parcela do óleo extraído, suficiente para cobrir seus custos e investimentos e ainda proporcionar uma rentabilidade adequada ao risco do projeto. Já o Estado fica com a maior parte dos lucros da exploração e produção de petróleo, parte esta bem superior ao que recebe hoje no regime de concessão. A regra do modelo de partilha é clara: nas licitações, vence a empresa que oferecer a maior parcela do lucro da operação para o Estado e para o povo brasileiro.

Amigas e amigos,

Como no modelo de partilha a maior parte do petróleo, mesmo depois de extraído, continuará a pertencer ao Estado, ela controlará o processo de produção. Assim, ela poderá definir claramente o ritmo de extração, calibrando-o de acordo com os interesses nacionais, sem se subordinar às exigências do mercado. Dessa maneira, ficará mais fácil para o Brasil contornar os riscos inerentes à produção excessiva, que poderia inundar o País de dinheiro estrangeiro, desorganizando nossa economia — aquilo que os especialistas chamam de doença holandesa.

Além disso, poderemos produzir petróleo nas condições que mais convêm ao País. E desse modo poderemos aproveitar a riqueza do petróleo, que Deus nos deu, para produzir mais riqueza ainda com o nosso trabalho.

Dessa forma, consolidaremos uma poderosa e sofisticada indústria petrolífera, promoveremos a expansão da nossa indústria naval e converteremos o Brasil num dos maiores polos mundiais da indústria petroquímica do mundo.

Trabalhando com essa perspectiva, encomendaremos — e produziremos aqui dentro — milhares e milhares de equipamentos, gerando emprego, salário e renda para milhões de brasileiros.

Minhas amigas e meus amigos,

Para gerir os contratos de partilha e os contratos de comercialização de petróleo e gás, zelando pelos interesses do Estado e do povo brasileiro, estamos criando uma nova empresa estatal na área do petróleo, a PETRO-SAL.

Ela não concorrerá com a PETROBRAS, já que não participará da prospecção ou da exploração de petróleo e gás. Sua missão é inteiramente diferente. A nova estatal será, isto sim, a representante dos interesses do Estado brasileiro, o olho atento do povo brasileiro, acompanhando e fiscalizando a execução dos contratos firmados na área do pré-sal.

Será uma empresa enxuta, com corpo técnico altamente qualificado, formado por profissionais com experiência comprovada. Em vários países que adotaram o modelo de partilha, empresas com esse caráter revelaram-se imprescindíveis para defender os interesses públicos e nacionais nas negociações e na gestão de contratos e processos complexos e sofisticados como os que caracterizam a indústria petrolífera.

Minhas amigas e meus amigos,

Se vocês estão cansados, imaginem eu. Outra novidade importante é a criação do Fundo Social. Ele será responsável pela administração da renda do petróleo e pela sua aplicação em investimentos seguros e de boa rentabilidade, tanto no Brasil como no exterior.

De um lado, o novo fundo será uma megapoupança, um passaporte para o futuro, que preservará e incrementará a renda do petróleo por muitas e muitas décadas. Os rendimentos do fundo serão canalizados, prioritariamente, para a educação, a cultura, o meio ambiente, a erradicação da pobreza e a inovação tecnológica. Vamos aproveitá-los para pagar a imensa dívida que o País tem com a educação e para permitir que a aplicação do conhecimento científico seja, na verdade, a nossa maior garantia do nosso futuro.

De outro lado, o novo fundo funcionará, também, como um dique contra a entrada desordenada de dinheiro externo, evitando seus efeitos nocivos e garantindo que nossa economia siga saudável, forte e baseada no trabalho e no talento dos milhões e milhões de brasileiros.

Assim, a renda gerada pela produção do pré-sal será administrada de forma planejada e inteligente. E seu ingresso na economia nacional será dosado de modo a fortalecê-la e a impulsioná-la, jamais a desorganizá-la.

Minhas amigas e meus amigos,

Não poderia deixar de prestar aqui uma sincera homenagem à PETROBRAS, à sua diretoria e a todo o seu corpo de funcionários.

A descoberta do pré-sal, que coloca o Brasil num novo patamar no cenário mundial, não foi fruto do acaso ou de um golpe de sorte. Ao contrário, ela só foi possível graças ao talento, à competência e à determinação da PETROBRAS. E também, é claro, graças ao revigoramento da empresa nos últimos anos, à recuperação da sua autoestima e aos investimentos crescentes em pesquisa e prospecção.

Poucas empresas no mundo têm hoje a experiência da PETROBRAS na exploração de petróleo em águas profundas e ultraprofundas. E nenhuma empresa petrolífera conhece e é capaz de obter resultados tão expressivos em nossa plataforma submarina como ela. Trata-se de um ativo, de um patrimônio de enorme valor, que deve ser bem e de forma extraordinária aproveitado.

Por isso mesmo, a PETROBRAS terá um *status* especial no marco regulatório do pré-sal. Será a única empresa operadora nessa província. Outras empresas poderão ter participação, inclusive majoritária, nos consórcios que explorarão os blocos contratados. Mas a operação — vale dizer, a exploração, o desenvolvimento, a produção e a desativação das instalações — estará sempre a cargo da nossa querida e orgulhosa PETROBRAS.

Além disso, as reservas do pré-sal, que pertencem ao Estado e ao povo brasileiro, oferecem uma excelente oportunidade para que a União fortaleça a PETROBRAS para enfrentar os novos desafios. Nesse sentido, estamos enviando projeto de lei ao Congresso Nacional autorizando a União a promover aumento de capital da companhia. O valor total do aumento de capital será aquilo que a Ministra Dilma já falou, de até cinco bilhões de barris equivalentes de petróleo, obviamente, relativos às jazidas contíguas às áreas que a empresa já detém no pré-sal.

Nos termos da lei, os acionistas minoritários que desejarem participar dessa chamada de capital poderão adquirir ações da companhia, o que contribuirá para reforçar economicamente nossa maior empresa nesse momento decisivo.

Se os acionistas minoritários não exercerem integralmente seus direitos de opção, a capitalização promovida pela União implicará aumento da participação do povo brasileiro no capital total da PETROBRAS.

Minhas amigas e meus amigos,

Neste momento em que o Brasil discute o melhor caminho para se tornar um grande produtor mundial de petróleo, quero render minhas homenagens a todos os brasileiros que lutaram para que este sonho se transformasse em realidade.

Em primeiro lugar, homenageio os que acreditaram quando era mais fácil descrer. E não deram ouvidos às aves de mau agouro que, durante décadas, apregoaram aos quatro ventos que o Brasil não tinha petróleo. Foram, por isso, chamados de fanáticos e maníacos. Ainda bem que houve fanáticos que nos ensinaram a duvidar dos preconceitos e a ter fé em nossas próprias forças.

Rendo minha homenagem também aos que se insurgiram contra a ladainha que proclamava que, mesmo que o Brasil tivesse petróleo, não teria competência para explorá-lo. E que deveria deixar essa tarefa para o capital estrangeiro. Muitos foram tachados de lunáticos, prisioneiros de uma ideia fixa, como o grande e saudoso Monteiro Lobato, porque teimaram em lutar para que o Brasil explorasse suas riquezas. Benditos lunáticos que ensinaram o País a enxergar longe, em tempos de escuridão, e iluminaram os caminhos dos que vieram depois.

Rendo minha homenagem ainda aos que saíram às ruas em todo o País na campanha “O Petróleo é nosso”, levando o presidente Getúlio Vargas a instituir o monopólio estatal do petróleo e a criar a PETROBRAS. Foi uma batalha travada em condições duríssimas. Basta ler os jornais da época, alguns em circulação até hoje, que ridicularizavam a campanha nacionalista. E eu digo: bendito nacionalismo, que permitiu que as riquezas da Nação permanecessem em nossas mãos.

Rendo homenagem muito especial, por fim, a todos os que defenderam a PETROBRAS quando ela foi atacada ao longo de sua história — e ainda hoje — e aos funcionários e petroleiros que se mantiveram de pé quando a empresa passou a ser tratada como uma herança maldita do período jurássico. Benditos amigos e

companheiros do dinossauro, que sobreviveu à extinção, deu a volta por cima, mostrou o seu valor. E descobriu o pré-sal — patrimônio da União, riqueza do Brasil e passaporte para o nosso futuro.

Olho para trás e vejo que há algo em comum em todos esses momentos, algo que unifica e dá sentido a essa caminhada, algo que nos trouxe até aqui e ao dia de hoje: é, sinceramente, a capacidade do povo brasileiro de acreditar em si mesmo e no nosso País. Foi em meio à descrença de tantos que querem falar em seu nome... Ao povo — principalmente ao povo — devemos este momento atual.

É como se houvesse uma mão invisível — não a do mercado, da qual já falaram tanto, mas outra, bem mais sábia e permanente, a mão do povo — tecendo nosso destino e construindo nosso futuro. Não creio que seja uma coincidência o fato de a PETROBRAS ter descoberto as grandes reservas do pré-sal justamente num momento da vida política nacional em que o povo também descobriu em si mesmo grandes reservas de energia e de esperança. Num momento em que o País, deixando para trás o complexo de inferioridade que lhe inculcaram durante séculos, aprendeu como é bom andar de cabeça erguida e olhar com confiança para o futuro.

Muito obrigado, companheiros.

O SR. EDIGAR MÃO BRANCA - Sr. Presidente, com base no art. 96, peço a palavra para uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Eu peço aos Srs. Parlamentares que queiram pronunciar-se que aguardem. O Líder do Governo, o Deputado Henrique Fontana, solicita a palavra pela Liderança da bancada, e regimentalmente tem o direito de fazê-lo.

O SR. EDUARDO CUNHA (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB libera a bancada, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO BRITTO (PP-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP libera a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto.) - O PP libera a bancada. Muito bem.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deixe os Líderes orientarem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto.) - Os Líderes já orientaram, Deputado Ronaldo Caiado. Aqueles que quiserem alterar têm a oportunidade, e muitos já o fizeram.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Henrique Fontana, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiramente, ao cumprimentar todos os Parlamentares, tanto aqueles que compõem a base do Governo, quanto aqueles que compõem a Oposição, dedicarei 1 minuto para falar dessa votação que estamos fazendo.

Na verdade, aqui não estamos discutindo sobre quem é a favor ou contra a agricultura brasileira. Ao contrário, a nossa base pode votar com muita segurança, porque ela está aqui representando um Governo que lançou, há 6 meses, programa que é um grande sucesso nacional, o Mais Alimentos, que está financiando tratores e outras máquinas agrícolas com subsídio absolutamente substancial na taxa de juros. Essas máquinas serão financiadas em 10 anos, com 3 anos de carência e juro anual de 2%, ou seja, metade da inflação que estamos vivenciando neste momento.

Portanto, o voto “não” é um voto de proteção à seguridade social, é um voto de quem tem compromisso, sim, com a agricultura, mas sabe que precisamos do recurso da seguridade social para os hospitais, para a política de assistência social, enfim, para um conjunto de políticas.

É muito fácil a Oposição ocupar a outra tribuna e dizer que quer cortar o PIS/COFINS do produto A, do produto B ou do produto C. Mas quando falta dinheiro no hospital, quando falta dinheiro no posto de saúde, quando falta dinheiro para a política de assistência social, a Oposição sobe na mesma tribuna para dizer que precisa do recurso.

Portanto, peço o voto "não" à base do Governo, que tem toda a tranquilidade de que está apoiando a agricultura com um programa consistente, que é o Mais Alimentos, que financia tratores em 10 anos, com 3 anos de carência e com taxa de juros de 2% ao ano.

Em segundo lugar, Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães Neto, que neste momento preside a sessão, quero destacar aqui o grande acordo composto por todos nós, coordenados pelo Presidente Michel Temer, que encontrou no Presidente Lula a sensibilidade de um democrata que sempre tem mantido uma relação de enorme respeito entre os Poderes, apostando na harmonia entre eles.

Portanto, a retirada da urgência constitucional, de um lado, e a garantia de uma data para a votação, 10 de novembro, de outro lado, a fim de que se iniciem as votações dos 4 projetos a respeito do pré-sal, do meu ponto de vista são uma vitória de todos nós. Não uma vitória da Oposição, do Governo, do Governo contra a Oposição ou vice-versa. Ao contrário. Nós agora saímos da fase do debate sobre a urgência ou não urgência e entramos naquilo que é o mais importante desta matéria: o debate sobre o mérito dos 4 projetos.

E aí, sim, o meu convite à Oposição para que iniciemos o mais rápido possível o debate sobre o mérito desse novo marco regulatório que o Governo trouxe ao Congresso Nacional para explorar esta grande riqueza nacional que é o pré-sal.

A primeira pergunta que se impõe é esta: qual é a melhor forma de explorar os campos do pré-sal? É continuar com o sistema de concessão, que é o sistema atual, ou trocar para o sistema de partilha, que é o sistema sugerido pelo Governo e entregue no projeto que está aqui no Parlamento?

Eu defendo o sistema de partilha, porque o sistema de concessão serve para áreas de alto risco exploratório e de rentabilidade baixa. No pré-sal, estamos numa área em que, dos 31 poços perfurados de forma experimental, 87% deram resultado positivo, num índice 3 vezes maior do que o índice da média de poços perfurados em outras áreas. Portanto, essa é uma área estratégica, de alta rentabilidade e de baixíssimo risco exploratório. E o que mais atende ao interesse nacional é o sistema de partilha, porque com ele a parcela de petróleo que fica em posse do povo brasileiro é muito maior do que a parcela que fica com o regime de concessões.

Ouvi outro dia um argumento da Oposição que tratava dos chamados bônus de assinatura. Diziam que o correto seria alterar o bônus de assinatura. Para se ter uma ideia, no bônus de assinatura a União não recebe; na melhor das hipóteses, chega a receber 35%. Em alguns contratos de partilha, a expectativa é de que a União fique com 70% ou até 80% do petróleo extraído, e petróleo na superfície a preço de mercado. Esse petróleo será entregue para gestão da PETRO-SAL, que vai vender esse petróleo para que seja industrializado no Brasil. E aí vem a outra grande característica do modelo proposto pelo nosso Governo: garantir a industrialização nacional em torno dessa grande indústria do petróleo e de todos os seus correlatos.

E a outra questão importante é que o fluxo do recurso que entrará na economia brasileira tem de partir de um planejamento e de um fluxo contínuo, para que a enxurrada de dólares não gere uma desindustrialização nacional pela apreciação exagerada do câmbio.

Então, o Fundo Social tem esta finalidade: separar essa riqueza e fazer uma poupança para ser usada durante os próximos 40 a 50 anos do nosso País. Essa

riqueza será investida em educação, ciência e tecnologia, cultura, projetos de desenvolvimento sustentável e combate à pobreza.

A nova estatal, a PETRO-SAL, não será para a exploração do petróleo, porque queremos é uma PETROBRAS fortalecida, com uma capitalização de cerca de 50 bilhões de dólares, o que também está no projeto do Governo. E a PETRO-SAL seria uma espécie de gestora, como ocorre na Noruega e em outros países. Aliás, dos 15 maiores países com as maiores reservas do mundo, 11 usam o sistema de partilha e 2 usam o sistema misto partilha/concessão, dando-nos um indicativo de que o Brasil ganha com o sistema de partilha.

Assim, meu convite aos Líderes da Oposição é para iniciarmos imediatamente o debate sobre o mérito e encontrarmos o que é melhor para o País, o que será melhor para transformar essa enorme riqueza, que é finita, no financiamento de uma mudança estrutural no País ao longo das próximas décadas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Concedo a palavra, para falar como Líder, ao nobre Deputado Hugo Leal, do PSC.

O SR. HUGO LEAL - Já estou na tribuna, Sr. Presidente.

O SR. DAGOBERTO - Sr. Presidente, eu queria mudar o encaminhamento. Só para mudar o encaminhamento, antes da fala do Líder.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Deputado Dagoberto, com a palavra.

O SR. DAGOBERTO (PDT-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero liberar a bancada do PDT, porque temos vários Deputados com compromisso com o agronegócio. Quero liberar o PDT.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - O PDT libera a bancada.

Há um Líder na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Hugo Leal, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSC.

O SR. HUGO LEAL (PSC-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna no tempo da Liderança do PSC para reafirmar a posição do nosso partido a favor da emenda, por entender que é importantíssima para o desenvolvimento do País, para o crescimento e também para a subsistência da agricultura.

Então, primeiro, reafirmamos a posição do PSC, desde o início, a favor da emenda.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, o PSC, com os seus 12 Parlamentares em unanimidade, quer deixar claro que é favorável à PEC dos Vereadores, que votaremos em breve.

O PSC, na sua integralidade, vota a favor da PEC nº 336, por entender que é uma questão de justiça para com o País. Entendemos que não se trata de entrar pela janela. Essas pessoas foram eleitas, são representantes da população. É necessário que se estabeleça o equilíbrio democrático em nosso País.

Sr. Presidente, também quero fazer um destaque. No ano que vem, 2010, teremos eleições e não conseguimos construir o consenso. Infelizmente, com relação às eleições, não acontece entre os partidos o que aconteceu no caso do pré-sal, quando tivemos o primeiro entendimento quanto à urgência. Para as eleições de 2010 não foi possível abrir a famosa e conhecida janela. Não é possível que os Deputados possam trocar a legenda partidária. E é justo, é legítimo.

Porém, com essa dificuldade, criou-se a ditadura partidária, uma questão extremamente preocupante para alguns Parlamentares, não só federais mas também estaduais, que de repente passem por perseguição, mesmo aquela não manifesta ou escrita.

Eu queria deixar registrada desta tribuna a contribuição do PSC para este debate, a fim de que os partidos se conscientizem, principalmente aqui neste plenário, que as Lideranças partidárias se conscientizem. O PSC registrou e publicou a Resolução nº 1, que trata das diretrizes das eleições de 2010. Em seu art. 5º determina o seguinte: "*Os atuais detentores de mandatos pelo PSC e candidatos à reeleição em 2010 têm prazo até 15 de setembro de 2009 para, em caso de descontentamento com essas diretrizes, se manifestarem por escrito, solicitando, se for o caso, o seu desligamento do partido, sem aplicação da penalidade de perda do restante do mandato".*

É uma questão salutar que poderia servir também para os demais partidos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Conclua, Deputado Hugo.

O SR. HUGO LEAL - Para concluir, Sr. Presidente.

Estou trazendo aqui uma proposta de discussão, uma manifestação para que os outros partidos possam raciocinar assim, conforme o entendimento do PSC. Nada contra a questão da fidelidade partidária, mas tudo a favor da liberdade de pensamento, de raciocínio, principalmente no final de mandato desses Parlamentares.

Então, eu queria parabenizar a Direção Nacional do PSC pela Resolução nº 1, publicada no *Diário Oficial* do dia 3 de setembro deste ano. Parabenizo também o PSC pelas diretrizes estabelecidas para as eleições de 2010.

Sr. Presidente, agradeço a tolerância a V.Exa. e aos nobres Deputados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Solicito a compreensão do Líder Rodrigo Rollemberg, porque vou encerrar a votação neste momento. Em seguida, concederei a palavra a V.Exa. na condição de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Está encerrada a votação.

Vou proclamar o resultado: votaram “sim” 207 Srs. Paramentares; votaram “não” 156 Srs. Parlamentares; abstiveram-se 3 Srs. Parlamentares. Total: 366 Srs. Deputados.

A EMENDA ESTÁ APROVADA.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Concedo a palavra, na condição de Líder, ao nobre Deputado Rodrigo Rollemberg. *(Pausa.)*

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero pedir ao nobre Deputado Rodrigo Rollemberg que fale na próxima sessão a ser convocada, para que possamos votar o último destaque.

O SR. ZÉ GERALDO - Art. 96, para uma reclamação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Vou concedo a palavra, como Líder, ao nobre Deputado Rodrigo Rollemberg. Em seguida, V.Exa. faz sua reclamação.

O SR. PAULO PIAU (Bloco/PMDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei “sim” na última votação.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB-AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, acompanhei meu partido na última votação.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, acompanhei o PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Rodrigo Rollemberg, para uma Comunicação de Liderança, pelo Bloco Parlamentar PSB/PCdoB/PMN/PRB.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB-DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, cumprimento o Governo do Presidente Lula por ter enviado a esta Casa 4 projetos que vão regulamentar a exploração do pré-sal no Brasil. Esta será uma ótima oportunidade para delimitar a forma de pensamento de cada partido político sobre o papel do Estado no futuro deste País.

É importante ressaltar que vivemos uma das maiores crises econômicas mundiais, em função da desregulamentação do mercado. Isso mostrou, de forma clara, o papel que o Estado deve desempenhar na redução das desigualdades sociais e regionais.

Não à-toa é tendência mundial de que hoje, cada vez mais, o petróleo existente no mundo esteja nas mãos de empresas estatais.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, não havia mais sentido para o Brasil, depois de descobrir as imensas riquezas do pré-sal, fruto do investimento do Estado brasileiro na PETROBRAS ao longo de tantos anos, manter o regime de concessão que se justificava no ambiente de alto risco.

No momento em que sabemos que no Brasil há grandes reservas e óleo de excelente qualidade, é claro que, para o interesse da União, é melhor o sistema de partilha do que o sistema de concessão.

Foi assim que a bancada do PSB, ao aprofundar este debate ao longo do ano, encaminhou indicação, no dia 31 de março deste ano, à Ministra Dilma

Rousseff e ao Ministro Edison Lobão, sugerindo a adoção do sistema de partilha, a criação de uma empresa estatal que represente a União nos contratos de partilha, bem como o fortalecimento da PETROBRAS.

Ficamos muito satisfeitos em ver que todas essas 3 questões extremamente importantes para o futuro do Brasil estão contempladas nos projetos encaminhados pelo Presidente Lula a esta Casa.

Aqueles que dizem que até o prazo até final do ano é pouco para debater esses temas é porque já não o estavam debatendo antes. Sem dúvida, desde o momento em que as reservas do pré-sal foram descobertas, os partidos políticos deste País já deveriam estar debatendo qual a forma de modificação do marco legal que represente melhor os interesses do conjunto da Nação brasileira.

É importante também ressaltar que o fundo proposto pelo Presidente da República não pode ter os seus recursos pulverizados, que ele deve significar um investimento em ciência, tecnologia e inovação, sobretudo em relação às energias do futuro, porque sabemos que o petróleo é um bem finito e que há pressão mundial para a utilização de energias renováveis. E o Brasil não pode perder, de forma alguma, sua condição de vanguarda no que se refere ao desenvolvimento de tecnologias na utilização de energias renováveis.

A Câmara dos Deputados tem uma oportunidade única de fazer um grande debate, um profundo debate sobre que futuro queremos para o Brasil.

Portanto, vamos nos debruçar sobre esse tema nas 4 Comissões. Vamos trazer esse tema ao plenário até o fim do ano. Mas é importante que a Câmara sinalize para o País a importância que está dando a esse tema, aprovando o novo marco regulatório do petróleo até o fim deste ano.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães Neto, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Michel Temer, Presidente.

O SR. FILIPE PEREIRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o partido.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o PT.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vamos votar. Quem não votou se justificará depois.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Sobre a mesa requerimento de destaque no seguinte teor:

"Sr. Presidente, requeiro a V.Exa., nos termos do art. 161, § 2º do Regimento Interno, destaque para votação em separado do art. 9º do PLV apresentado à Medida Provisória nº 465/2009."

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Os senhores que se inscreveram para falar a favor e contra querem fazê-lo? *(Pausa.)*

Não querem.

O SR. CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Pois não, Relator.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós acatamos o destaque e votamos "não".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O Relator acata o destaque.

O SR. FERNANDO CORUJA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Pois não, Deputado Fernando Coruja.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Se vai acatar, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vai acatar o destaque. É para suprimir o art. 9º, está certo? Perfeito.

Todos os Líderes estão de acordo? Todos votam “sim”?

O SR. FERNANDO CORUJA - Todos votam “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Todos votam “não”, aliás. S.Exa. está me corrigindo aqui. Todos votam “não”.

Todos votam “não”? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Em votação o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Os Srs. Deputados que forem pela manutenção do artigo permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

SUPRIMIDO O DISPOSITIVO.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL:

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA, INCLUINDO O PROCESSADO.

A matéria vai ao Senado Federal.

O SR. RENATO MOLLING - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. RENATO MOLLING (PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei conforme o partido.

A SRA. REBECCA GARCIA (PP-AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, votei "sim".

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, votei com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vou manter o painel, está bem?

Quero acrescentar 2 urgências constitucionais, que dizem respeito aos subsídios.

VII - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - *COMPARECEM MAIS OS SRS.:*

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Encerro a sessão, convocando para hoje, quarta-feira, dia 9 de setembro, às 20h01min, sessão extraordinária da Câmara dos Deputados, com a seguinte

ORDEM DO DIA

(Encerra-se a sessão às 19 horas e 57 minutos.)